



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**FILHOS POR ADOÇÃO:  
UM ESTUDO SOBRE O SEU PROCESSO EDUCATIVO  
EM FAMÍLIAS COM E SEM FILHOS BIOLÓGICOS**

**SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI**

Recife – PE  
2007

SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI

**FILHOS POR ADOÇÃO:  
UM ESTUDO SOBRE O SEU PROCESSO EDUCATIVO  
EM FAMÍLIAS COM E SEM FILHOS BIOLÓGICOS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), na linha de pesquisa Construção da Subjetividade na Família, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra Cristina Maria de Souza Brito Dias

**S327f**

Schettini, Suzana Sofia Moeller

Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos / Suzana Sofia Moeller Schettini; orientadora Cristina Maria de Souza Brito Dias, 2007.

207, [5] f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica, 2007.

1. Psicologia clínica. 2. Adoção – Aspectos psicológicos. 3. Família. 4. Convivência. 5. Educação de crianças. 6. Disciplina da criança.  
I. Título.

**CDU 362.734**

SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI

**FILHOS POR ADOÇÃO:  
UM ESTUDO SOBRE O SEU PROCESSO EDUCATIVO  
EM FAMÍLIAS COM E SEM FILHOS BIOLÓGICOS**

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica.

Aprovada em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup> Dra Cristina Maria de Souza Brito Dias – Universidade Católica de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup> Dra Albenise Oliveira Lima – Universidade Católica de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup> Dra Marлизete Maldonado Vargas – Universidade Tiradentes de Aracajú/SE

Recife – PE  
2007

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Luiz,  
meu marido e companheiro no caminho da adoção,  
que, amorosamente, despertou em mim a auto-confiança  
necessária para realizá-lo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas bênçãos recebidas, pelo amor, pela saúde, pelos desafios, pela vida e a oportunidade de começá-la novamente e de um jeito diferente.

Aos meus pais, por terem me ensinado os valores fundamentais da minha vida: a simplicidade, o trabalho e a honestidade.

A Luiz, meu marido, pelo amor sem limites, pela paciência infinita, pelo abraço reconfortante nos momentos de angústia. O seu amor corajoso me fortalece. Sem você não teria chegado até aqui.

Aos meus filhos, pela compreensão nos momentos de ausência, pelo apoio e pela oportunidade de aprendizado que vocês proporcionam. Em especial, a Matheus Eduardo, por tudo que me ensina e por fazer de mim uma pessoa melhor.

A professora Dra Cristina Maria Brito Dias, minha orientadora, pelo *holding* afetuoso nos momentos de incerteza e ansiedade, pela competência e tranquilidade com que acompanhou o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do mestrado, especialmente à Albenise Oliveira Lima, Maria Cristina Lopez Amazonas e Zélia Maria de Melo pelos ensinamentos recebidos e por me instigarem na busca do conhecimento.

A professora Dra Edilene Queiroz, pela oportunidade de vivenciar o S.O.F.I.A. (Serviço de Orientação à Filiação Adotiva) e pela prática clínica nos meandros da adoção que essa vivência me proporcionou.

Ao GEAD-Recife por sua solicitude e boa acolhida a este trabalho e por ter sido o útero no qual ele foi gestado.

Às Associações e Grupos de Apoio à Adoção do país, cuja contribuição foi fundamental na divulgação da pesquisa e distribuição dos questionários.

Aos pais adotivos que se dispuseram a participar deste estudo, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível.



Procriar é uma condição dada pela natureza; criar é uma responsabilidade no âmbito da ética entre os homens. Procriar é um momento; criar é um processo. Procriar é fisiológico; criar é afetivo.

Luiz Schettini Filho (1998)

## RESUMO

A questão de encontrar dificuldades com a educação de filhos parece ser universal, entretanto, nas filiações por adoção, muitas vezes, determinados aspectos do processo educativo emergem revestidos de uma magnitude extrapolada. A presente pesquisa, de natureza quantitativa, objetivou identificar as dificuldades percebidas por pais adotivos no processo educativo de filhos por adoção, comparando famílias exclusivamente adotivas e biológico-adotivas, visando a detectar semelhanças e diferenças nos dois perfis familiares. Especificamente, procurou-se investigar as seguintes dimensões: os problemas de comportamento, as dificuldades escolares e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites educativos. Os dados coletados resultaram da aplicação de um questionário, com questões abertas e fechadas, a 200 pais adotivos, sendo 100 exclusivamente adotivos e 100 biológico-adotivos. As variáveis sócio-demográficas caracterizaram a maioria dos pais como sendo brancos, casados ou em união estável, com escolaridade superior ou superior incompleta, renda familiar maior do que 9 salários mínimos mensais, orientação religiosa predominantemente católica e tendo entre 31 e 40 anos na primeira adoção. Verificou-se que não existem diferenças significativas entre os dois tipos de família quanto às intercorrências havidas na educação dos filhos adotados; a incidência de problemas de comportamento foi bastante similar nos dois grupos familiares; pais biológico-adotivos apresentaram menos dificuldades no estabelecimento dos limites educativos; filhos de pais exclusivamente adotivos apresentaram menos problemas escolares; constatou-se que não há relação significativa entre as variáveis sócio-demográficas e suas influências no processo educativo dos filhos, excetuando-se que pais biológico-adotivos evangélicos e espíritas apresentaram uma maior tendência a adotar a maior quantidade de filhos; no mesmo grupo familiar, verificou-se que filhos de pais com nível de escolaridade superior tendem a apresentar uma maior incidência de problemas de comportamento e dificuldades escolares. Outros dados relevantes: não foram relatadas diferenças significativas na educação de filhos adotivos e biológicos; não houve diferenças significativas entre os problemas educativos de adoções precoces e tardias, excetuando-se filhos únicos adotados tardiamente que apresentaram uma maior tendência para problemas de comportamento e dificuldades escolares em famílias biológico-adotivas; não houve relação estatística entre a motivação para adoção e dificuldades no processo educativo; as resistências familiares podem intensificar as dificuldades enfrentadas pelos pais; famílias biológico-adotivas estão mais disponíveis para efetuar adoções tardias; identificou-se frequências similares quanto ao sexo dos filhos adotados; o sexo dos filhos não determinou uma maior incidência de problemas de comportamento nos dois grupos; a idade em que a criança tomou conhecimento de sua condição adotiva não teve relação com os problemas de comportamento, mas teve importância significativa quanto às dificuldades escolares; a maioria dos pais adotivos não creditam os problemas enfrentados à adoção e a maioria dos pais biológico-adotivos acreditam que a educação de filhos biológicos e adotivos tenha sido semelhante. Foi possível concluir que as dificuldades enfrentadas pelos dois grupos familiares são bastante similares, embora tenham que enfrentar desafios diferentes: enquanto os pais exclusivamente adotivos necessitam elaborar os seus conflitos, especialmente, em relação à esterilidade, os pais biológico-adotivos precisam encontrar o ponto de equilíbrio na educação de seus dois tipos de filhos, evitando o excesso de expectativas e a superproteção.

**Palavras-chave:** Família, adoção, processo educativo, dificuldades

## ABSTRACT

The difficulties related with children education seem to be universal, however, very oftenly, inside the adoptive filiations, some aspects from the educational process emerge reinforced with an extrapolated magnitude significance. This is a quantitative research and its main purpose was to identify the difficulties experienced by adoptive parents during the educational process of adoptive children; our intention was to compare exclusive adoptive parents and biological-adoptive ones aiming to find out similarities and differences between the two family profiles. Specifically, we investigated the following dimensions; behavior problems, school difficulties and parents difficulties in administrating the educational limits. Data were collected using a questionnaire containing open and objective questions and the participants were 200 adoptive parents, being 100 exclusively adoptive and 100 biological-adoptive. The socio-demographical variables characterized the majority of parents as being white-skinned, officially married or in stable union, having complete or incomplete college graduation, perceiving more than 9 brazilian minimum salaries as monthly family income, professing predominantly the Catholic religion and being in the age group from 31 to 40 years old when the first adoption was made. The results indicated that there aren't significant differences between the two family types in what concerns to the intercurrenties happened during the educational process of their adopted children; the incidence of behavior problems was quite similar in the two family groups; biological-adoptive parents showed less difficulties in administrating educational limits; children educated by exclusive adoptive parents showed less school difficulties; it was possible to verify that parents' social-demographic variables caused no expressive influence on the children educational course, with exception that evangelical and spiritist biological-adoptive parents showed more tendencies of adopting a bigger number of children; in the same family group, it was possible to verify also that children that have parents with college graduation showed a greater number of behavior problems and school difficulties. Other relevant data: there weren't related significant differences in the education of adoptive and biological children; there weren't found expressive differences in the educational problems from early (babies) and late adoptions (over 2-3 years old children), with exception of only children from late adoptions in biological-adoptive families that showed a disposition to have a higher rate of behavior problems and difficulties in school; there was no statistic relation between the reasons that justified the adoptions and the difficulties during the educational process; family resistances to the adoption project can intensify the difficulties faced by parents during the educational process; biological-adoptive parents are more open to late adoptions (elder children); the group of children in our study was composed randomly and it showed a same quantity of girls and boys; the gender of children has not determined a bigger number of behavior problems in both groups of families; the age when the child was told about the adoptive condition had no relation with behavior problems, but it had an expressive importance in what concerns to school difficulties; the majority of adoptive parents don't lay the blame for problems faced during children's education to adoption and the majority of biological-adoptive parents believe that the education of adoptive and biological children is very similar. It follows that the difficulties faced by exclusive adoptive parents and biological-adoptive parents are very similar, although they have different challenges: while exclusive adoptive parents need to elaborate their unconscious conflicts, specially in what concerns to sterility, biological-adoptive parents need to find the equilibrium point in the education of their two types of sons, trying to avoid an excess of expectation and overprotection.

**Key-words:** Family, adoption, educational process, difficulties

## LISTA DE QUADROS

	Pág.
QUADRO 1 – Frequência e percentual da caracterização sócio-demográfica da amostra....	84
QUADRO 2 – Frequência e percentual da caracterização dos filhos adotivos.....	87
QUADRO 3 – Frequência e percentual de pais por tipo de adoção.....	88
QUADRO 4 – Frequência e percentual da quantidade de filhos por tipo de família .....	89
QUADRO 5 – Frequência e percentual de filhos únicos e não únicos por tipo de família ..	90
QUADRO 6 – Frequência e percentual dos pais quanto ao preparo para adoção .....	91
QUADRO 7 – Frequência e percentual dos pais quanto às motivações para adoção .....	92
QUADRO 8 – Frequência e percentual das resistências dos familiares às adoções .....	94
QUADRO 9 – Frequência e percentual da adaptação familiar pós-adoção na percepção dos pais .....	96
QUADRO 10 – Frequência e percentual da idade em que ocorreu a revelação, os motivos para a não revelação e a forma como transcorreu o processo .....	99
QUADRO 11 – Frequência e percentual dos problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções precoces e tardias .....	102
QUADRO 12 – Frequência e percentual dos problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções precoces por tipo de família .....	104
QUADRO 13 – Frequência e percentual dos problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções tardias por tipo de família.....	105
QUADRO 14 – Frequência e percentual das estratégias utilizadas para a resolução dos problemas de comportamento .....	106
QUADRO 15 – Frequência e percentual dos motivos para os problemas de comportamento dos filhos adotados na percepção dos pais .....	107
QUADRO 16 – Frequência e percentual das faixas etárias mais críticas no desenvolvimento dos filhos adotados na percepção dos pais .....	108
QUADRO 17 – Frequência e percentual das dificuldades encontradas para estabelecer os limites educativos na percepção dos pais.....	109
QUADRO 18 – Frequência e percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções precoces e tardias .....	111

	Pág.
QUADRO 19 – Frequência e percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções precoces por tipo de família .....	113
QUADRO 20 – Frequência e percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções tardias por tipo de família .....	114
QUADRO 21 – Frequência e percentual das estratégias utilizadas para o enfrentamento das dificuldades escolares.....	115
QUADRO 22 – Frequência e percentual dos comportamentos estranhos em relação à sexualidade na percepção dos pais .....	116
QUADRO 23 – Frequência e percentual do tipo de discriminação ou preconceitos sofridos pelos pais adotivos .....	118
QUADRO 24 – Frequência e percentual de outras dificuldades observadas pelos pais na educação de seus filhos adotados .....	119
QUADRO 25 – Frequência e percentual sobre a relação das dificuldades com a adoção, na perspectiva dos pais .....	120
QUADRO 26 – Frequência e percentual dos motivos pelos quais os pais adotivos <u>não creditam</u> as dificuldades enfrentadas à adoção .....	121
QUADRO 27 – Frequência e percentual dos motivos pelos quais os pais adotivos <u>creditam</u> as dificuldades enfrentadas à adoção .....	122
QUADRO 28 – Frequência e percentual das semelhanças ou diferenças na educação de filhos biológicos e adotados na perspectiva dos pais .....	122
QUADRO 29 – Frequência e percentual da incidência de acompanhamento psicológico nos filhos adotados .....	123
QUADRO 30 – Frequência e percentual das preocupações dos pais adotivos em relação ao futuro de seus filhos .....	124

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Percentual da distribuição dos pais quanto à natureza das adoções.....	90
GRÁFICO 2 – Percentual da frequência dos pais aos Grupos de Apoio à Adoção .....	91
GRÁFICO 3 – Percentual dos pais submetidos a tratamentos para fertilização.....	93
GRÁFICO 4 – Percentual das resistências familiares ao projeto de adoção.....	94
GRÁFICO 5 – Percentual dos problemas de adaptação familiar atribuídos pelos pais às adoções precoces .....	97
GRÁFICO 6 – Percentual dos problemas de adaptação familiar atribuídos pelos pais às adoções tardias .....	98
GRÁFICO 7 – Percentual de crianças que sabem acerca de sua condição adotiva .....	98
GRÁFICO 8 – Percentual de pais que afirmaram ter enfrentado problemas de comportamento na educação de filhos adotados .....	101
GRÁFICO 9 – Percentual dos problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções precoces e tardias .....	103
GRÁFICO 10 – Problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções precoces por tipo de família .....	104
GRÁFICO 11 – Problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções tardias por tipo de família .....	106
GRÁFICO 12 – Percentual referente às dificuldades para estabelecer os limites educativos na percepção dos pais .....	109
GRÁFICO 13 – Percentual dos pais adotivos cujos filhos apresentaram dificuldades escolares .....	110
GRÁFICO 14 – Percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções precoces e tardias.....	112
GRÁFICO 15 – Percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções precoces por tipo de família .....	113
GRÁFICO 16 – Percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções tardias por tipo de família .....	115
GRÁFICO 17 – Percentual de pais que sofreram discriminação ou preconceitos em relação às adoções .....	117
GRÁFICO 18 – Representação percentual das dificuldades percebidas por pais adotivos no processo educativo de filhos adotados .....	182

## LISTA DE TABELAS

Pág.

TABELA 1 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e o número de filhos adotivos .....	125
TABELA 2 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e problemas de comportamento .....	126
TABELA 3 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e dificuldades escolares .....	127
TABELA 4 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e as dificuldades dos pais para estabelecer limites .....	127
TABELA 5 – Famílias biológico-adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e o número de filhos adotivos .....	129
TABELA 6 – Famílias biológico-adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e problemas de comportamento .....	130
TABELA 7 – Famílias biológico-adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e dificuldades escolares .....	131
TABELA 8 – Famílias biológico-adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites .....	132
TABELA 9 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre a motivação para adoção e problemas de comportamento .....	133
TABELA 10 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre a motivação para adoção e dificuldades escolares .....	133
TABELA 11 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre a motivação para adoção e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites .....	134
TABELA 12 – Famílias biológico-adotivas: associação entre a motivação para adoção e problemas de comportamento .....	134
TABELA 13 – Famílias biológico-adotivas: associação entre a motivação para adoção e dificuldades escolares .....	135
TABELA 14 – Famílias biológico-adotivas: associação entre a motivação para adoção e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites .....	135
TABELA 15 – Associação entre tipo de família e a opção por adoção precoce ou tardia.....	136

TABELA 16 – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre adoção precoce ou tardia e problemas de comportamento .....	137
TABELA 17 – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre adoção precoce ou tardia e problemas de comportamento .....	137
TABELA 18 – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre adoção precoce ou tardia e problemas de comportamento .....	138
TABELA 19 – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre adoção precoce ou tardia e dificuldades escolares .....	139
TABELA 20 – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre adoção precoce ou tardia e dificuldades escolares .....	139
TABELA 21– Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre adoção precoce ou tardia e dificuldades escolares .....	140
TABELA 22 – Adoção precoce - Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento .....	141
TABELA 23 – Adoção precoce - Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento .....	141
TABELA 24 – Adoção precoce – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento .....	142
TABELA 25 – Adoção precoce - Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares .....	142
TABELA 26 – Adoção precoce - Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares .....	143
TABELA 27 – Adoção precoce – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares .....	143
TABELA 28 – Adoção tardia – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento .....	144
TABELA 29 – Adoção tardia – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento .....	144
TABELA 30 – Adoção tardia – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento .....	145
TABELA 31– Adoção tardia – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares .....	145

	Pág.
TABELA 32 – Adoção tardia – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares .....	146
TABELA 33 – Adoção tardia – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares .....	146
TABELA 34 – Adoção precoce - Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e problemas de comportamento .....	148
TABELA 35 – Adoção precoce - Filhos adotados em famílias biológico adotivas: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e problemas de comportamento .....	148
TABELA 36 – Adoção precoce – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e problemas de comportamento .....	149
TABELA 37 – Adoção precoce – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e dificuldades escolares .....	149
TABELA 38 – Adoção precoce – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e dificuldades escolares .....	150
TABELA 39 – Adoção precoce – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e dificuldades escolares .....	151
TABELA 40 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e problemas de comportamento .....	152
TABELA 41 – Famílias biológico-adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e problemas de comportamento.....	152
TABELA 42 – Somatório das famílias: associação entre as resistências familiares à adoção e problemas de comportamento.....	153
TABELA 43 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e dificuldades escolares .....	153
TABELA 44 – Famílias biológico-adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e dificuldades escolares .....	154
TABELA 45 – Somatório das famílias: associação entre as resistências familiares à adoção e dificuldades escolares .....	154
TABELA 46 – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites .....	155

TABELA 47 – Famílias biológico-adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites .....	155
TABELA 48 – Somatório das famílias: associação entre as resistências familiares à adoção e dificuldades dos pais para estabelecer os limites .....	156
TABELA 49 – Famílias exclusivamente adotivas – Adoção precoce: associação entre o número de filhos e problemas de comportamento.....	156
TABELA 50 – Famílias exclusivamente adotivas – Adoção precoce: associação entre o número de filhos e dificuldades escolares .....	157
TABELA 51 – Famílias exclusivamente adotivas – Adoção tardia: associação entre o número de filhos e problemas de comportamento.....	157
TABELA 52 – Famílias exclusivamente adotivas – Adoção tardia: associação entre o número de filhos e dificuldades escolares .....	157
TABELA 53 – Famílias biológico-adotivas – Adoção precoce: associação entre o número de filhos e problemas de comportamento.....	158
TABELA 54 – Famílias biológico-adotivas – Adoção precoce: associação entre o número de filhos e dificuldades escolares .....	158
TABELA 55 – Famílias biológico-adotivas – Adoção tardia: associação entre o número de filhos e problemas de comportamento.....	158
TABELA 56 – Famílias biológico-adotivas – Adoção tardia: associação entre o número de filhos e dificuldades escolares .....	159
TABELA 57 – Adoção precoce: associação entre tipo de família e problemas de comportamento .....	159
TABELA 58 – Adoção precoce: associação entre tipo de família e dificuldades escolares...	160
TABELA 59 – Adoção tardia: associação entre tipo de família e problemas de comportamento .....	160
TABELA 60 – Adoção tardia: associação entre tipo de família e dificuldades escolares .....	161
TABELA 61 – Associação entre tipo de família e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites .....	162

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	22
<b>1. A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO DE FILHOS NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	23
1.1 A importância da família na educação dos filhos.....	28
<b>2. A FILIAÇÃO POR ADOÇÃO E SUAS ESPECIFICIDADES</b> .....	31
2.1 O projeto de adoção e o desejo de filho .....	35
2.2 A esterilidade – perdas e lutos .....	42
2.3 O processo de revelação da origem biológica .....	48
2.4 A adoção de crianças maiores – Adoção tardia .....	54
2.5 Mitos, preconceitos, medos e fantasias .....	62
2.6 O processo educativo do filho adotado – dificuldades .....	66
<b>3. OBJETIVOS E MÉTODO</b> .....	76
3.1 Objetivo geral .....	77
3.1.1 Objetivos específicos .....	77
3.2 Método .....	77
3.2.1 Sujeitos .....	78
3.2.2 Instrumento da pesquisa .....	78
3.2.3 Procedimento de coleta de dados .....	79
3.2.4 Procedimento de análise dos dados .....	79
<b>4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	81
<b>5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	163
<b>6. CONCLUSÕES</b> .....	183
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	192
<b>APÊNDICES</b> .....	200
APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa (Questionário) .....	201
<b>ANEXOS</b> .....	208
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) .....	209
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	211

# **INTRODUÇÃO**

## INTRODUÇÃO

A busca do filho – o sonho e a realidade dessa triunidade ética  
(pai-mãe-filho) – transcende o nível biológico e genético.  
O filho é uma resultante, sobretudo, ética.

Luiz Schettini Filho (1998a)

A adoção é uma prática universal, de uso tão antigo quanto a própria história da humanidade. Sua representação apresenta-se de diversas formas, seja através de mitos, da dramaturgia, da religião e da literatura infantil. Na cultura grega, através da dramaturgia de Sófocles, é citada uma criança adotiva que tem sua história trágica e seus significados amplamente investigados e citados pela Psicanálise, em diversos momentos da obra fundadora. Freud (1900/1976) confere destaque especial ao mito de Édipo – base hermenêutica para a compreensão de sua teoria da construção da personalidade humana que fundamenta a teoria psicanalítica. Édipo é o mais famoso dos muitos filhos adotados na tragédia grega.

No Brasil, durante muito tempo, a experiência adotiva limitou-se à esfera privada, ou seja, a dimensão dada à adoção era particular e, na maioria das vezes, sigilosa. Nos últimos anos, entretanto, uma nova cultura de adoção vem emergindo e está se afirmando entre os cidadãos brasileiros. Segundo Freire (2001, p. 275) é necessário que se trabalhe as questões da adoção com consciência, método e criatividade a fim de que “deixe os espaços dos segredos e das mentiras, da insensata tentativa de imitar a biologia, para se afirmar como uma nova expressão de paternidade e de maternidade, diversa da biológica em sua origem, plena de direitos e deveres, construída pelos afetos e pela lei”.

Se outrora, “a partir das crenças populares, a adoção era considerada um desvio da norma universal, a qual seria a filiação genética e consangüínea” (LADVOCAT, 2002, p.31), nos dias atuais, é reconhecida como outra possibilidade de fundar uma família que, se não conta com os vínculos consangüíneos, está legitimamente fundamentada nos laços afetivos, podendo trazer resultados tão satisfatórios quanto a filiação biológica.

A questão de encontrar dificuldades com a educação de filhos parece ser universal, entretanto, é nas filiações por adoção que, muitas vezes, é atribuída uma significância extrapolada a determinados aspectos do processo evolutivo infantil. Frequentemente, crises pertinentes ao desenvolvimento normal de qualquer criança são confundidas e erroneamente

atribuídas como sendo “problemas da adoção”. O mito popular de que “o filho adotivo sempre dá problema” está muito impregnado no imaginário social.

Educar filhos é uma tarefa complexa, independente da forma de filiação. O processo de desenvolvimento de qualquer criança – biológica ou adotada – acontece num *continuum*, onde diferentes fases se sucedem umas às outras, trazendo para os pais constantes desafios e a necessidade de adaptar-se às novas demandas que vão surgindo. Cada etapa do desenvolvimento infantil apresenta dificuldades e conflitos específicos. Algumas etapas são mais difíceis do que outras e exigem dos pais, sobretudo, muita maturidade, flexibilidade e tolerância.

Em geral, as representações de família presentes no imaginário social fundamentam-se nos laços consangüíneos. A maioria das pessoas atribui a eles um grande poder considerando-os indissolúveis, por serem os “verdadeiros laços naturais”. A mãe biológica é definida como “a verdadeira mãe” ou “a mãe de sangue”. É comum os pais adotivos alimentarem a fantasia de que seus filhos adotados, movidos pelo desejo de conhecer os pais biológicos, e impulsionados pela força dos laços de sangue, os abandonem e partam em busca desses pais. O temor de que o poder dos laços sangüíneos vai determinar a preferência pelos pais biológicos está muito presente nessas situações.

Nos últimos oito anos, temos participado de diversas associações de apoio à adoção no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, os GEADs (Grupos de Estudo e Apoio à Adoção), através do engajamento em diversos trabalhos voluntários relacionados com a temática da adoção. Os GEADs são associações de pais adotivos criadas para dar assistência às famílias adotivas e difundir uma nova cultura de adoção, proporcionando transparência e legitimidade ao processo adotivo, facilitando-o e trabalhando mitos e preconceitos arraigados na cultura popular.

As nossas observações a partir da convivência com os pais adotivos nos instigou à formulação de muitas questões relacionadas com a filiação adotiva, tais como: seriam as crianças adotadas, realmente, mais “problemáticas” que as demais crianças? Existiriam “problemas típicos da adoção”? Por que em muitas famílias adotivas pais e filhos parecem conviver sem os tais “problemas da adoção”, sentindo-se amados e felizes, e, noutras, as relações familiares apresentam-se de forma tão tumultuada e conflituosa?

O processo educativo dos filhos adotados foi o enfoque central que norteou este estudo. Nesse sentido, nosso objetivo geral consistiu em identificar as dificuldades percebidas

no processo educativo de filhos por adoção, em famílias com e sem filhos biológicos. A nossa hipótese inicial era de que famílias adotivas que também têm filhos biológicos poderiam ter menos dificuldades com a educação de seus filhos adotados, pelo fato de terem mais experiência e parâmetros de educação.

Pretendeu-se também caracterizar o perfil dos pais adotivos e determinar as possíveis relações entre as variáveis sócio-demográficas e as dificuldades arroladas; investigar se existiram dificuldades que foram atribuídas ao processo adotivo propriamente dito; identificar quais os fatores que contribuíram para as dificuldades percebidas; analisar, através das respostas dos pais adotivos que também têm filhos biológicos, se eles consideram os filhos adotivos mais problemáticos do que os biológicos; comparar os dados obtidos entre pais que adotaram com e sem filhos biológicos; detectar se existem diferenças na educação de filhos biológicos e adotivos.

Apesar de que, no Brasil, tenha havido um incremento na produção literária e nas pesquisas sobre a adoção na última década, ainda são poucos os estudos abordando a percepção do processo educativo dos filhos adotados, principalmente, quantitativos. Dessa forma, a presente pesquisa objetivou contribuir para o preenchimento dessa lacuna, fornecendo bibliografia complementar para o tema e assim beneficiar as famílias adotivas e as demais instituições envolvidas no ato de adoção (Grupos de Apoio à Adoção, Juizados da Infância e Adolescência). Insere também uma intenção social: desmistificar a filiação por adoção, reconhecendo-se as suas especificidades, identificando-se os conflitos e as ansiedades que dificultam o processo educativo dos filhos adotados. Dentro dessa compreensão, pretende-se contribuir para abordagens preventivas e de assistência às famílias adotivas, com técnicas e procedimentos psicológicos do método clínico.

Para desenvolvermos a pesquisa e atingirmos os objetivos propostos acima, procuramos estruturar o nosso percurso conforme descrevemos a seguir:

- O primeiro capítulo, “A educação de filhos na contemporaneidade”, contextualiza o tema da pesquisa. Apresenta o quadro social contemporâneo, mencionando as influências advindas desse panorama sobre as questões familiares e as novas formas de relação, descrevendo as dificuldades de todos os pais, biológicos ou adotivos, em administrar a educação de seus filhos dentro desse contexto. Aborda ainda a importância da família no processo educativo dos filhos.

- O segundo capítulo, “A filiação por adoção e suas especificidades”, consta de uma pesquisa bibliográfica que enfoca as vicissitudes do processo adotivo num sentido geral, utilizando-se fundamentação teórica psicanalítica – de forma predominante, embora não exclusiva – da linha freudiana. Aborda-se a necessidade de o ato adotivo estar ancorado num projeto de adoção e num real desejo de filho; aponta-se as questões inconscientes relacionadas à esterilidade que podem interferir no desempenho da função parental; as motivações para adoção; os medos e fantasias, os mitos e preconceitos sociais que interferem na dinâmica da família adotiva; discute-se a necessidade da revelação da condição adotiva acontecer na forma de um processo, num *continuum*; as peculiaridades inseridas na adoção de crianças maiores; apresenta as dificuldades apontadas pela literatura comumente encontradas no processo educativo do filho adotado.

- O terceiro capítulo descreve os objetivos e o método utilizados na pesquisa, através da descrição dos sujeitos que participaram do estudo, do instrumento de coleta de dados, dos critérios e dos procedimentos utilizados no processo de investigação e levantamentos estatísticos.

- Os resultados são apresentados no quarto capítulo, através de quadros e gráficos comparativos de frequência e percentual de respostas e tabelas com a significância das variáveis que caracterizam os dois grupos de pais adotivos – com e sem filhos biológicos.

- No quinto capítulo, os resultados são analisados e discutidos à luz dos referenciais teóricos que fundamentam este estudo, com o objetivo de formular algumas considerações finais sobre o tema investigado.

A relevância social da pesquisa se expressa na intenção de contribuir para uma melhor compreensão do processo educativo de filhos adotados, na tentativa de desmistificar o jargão popular de que “o filho adotivo é sempre problema” e, dessa forma, trazer subsídios científicos para a consolidação da nova cultura de adoção em desenvolvimento no Brasil.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

## 1 A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO DE FILHOS NA CONTEMPORANEIDADE

A convivência desmente a genética quando se trata de explicar a real filiação.  
Ser pai, mãe e filho, muito mais que uma resultante genética,  
é uma conjunção afetiva.

Luiz Schettini Filho (2006)

A preocupação com a educação dos filhos enquanto formação integral independente das particularidades de cada cultura manifesta-se desde os primórdios do surgimento da civilização ocidental.

Na Grécia arcaica, por exemplo, já eram claras as definições das funções do papel de pai e mãe, homem e mulher. Cabia ao pai, mediante uma autoridade despótica exercida no espaço privado, manter a ordem e a estabilidade do grupo familiar e provê-lo materialmente. A mulher, quando pudesse delegar suas funções de mãe a uma figura materna substituta, executava as tarefas domésticas, senão as acumulava. Assim, as funções da mulher e mãe já eram atreladas uma a outra. Desde então, propaga-se a idéia de que a educação dos filhos é um problema mais da mãe/mulher do que do pai/homem.

Roudinesco (2003) efetuou importante levantamento histórico sobre a evolução da família, mesclando uma grande massa de informações derivadas da história, da antropologia e da psicanálise. A autora refere-se a Levy-Strauss (1956/1982), o qual afirmou que a família é encontrada em todas as sociedades humanas, organizando-se dentro das duas grandes ordens do biológico (diferença sexual) e do simbólico (proibição do incesto e outros interditos). Se até o final da Idade Média ela era entendida em seu sentido mais extensivo, a família nuclear, tal como hoje a concebemos (pai, mãe, filhos), se impõe entre os Séculos XVI e XVIII .

A família passou por três fases evolutivas: a primeira, dita “tradicional”, assegurava a transmissão do patrimônio e era regida pelo poder do pai, transposição direta para o seio do privado, do direito divino dos reis reconhecido publicamente no regime da monarquia, estabelecida num mundo imutável; a segunda, fase “moderna”, é regida por uma lógica afetiva, romântica, onde o casal se escolhe sem a interferência dos pais, procurando uma satisfação amorosa e sentimental, sendo que o poder e o direito sobre os filhos é dividido entre os pais e o Estado e/ou entre pais e mães. Finalmente, a terceira, dita “contemporânea ou pós-moderna”, em que a transmissão da autoridade vai ficando cada vez mais complexa em função das rupturas e recomposições que a família vai sofrendo (ROUDINESCO, 2003).

Nas últimas décadas do século XX são percebidas mudanças mais significativas quanto ao desempenho das funções paterna e materna, em decorrência de alguns fatores, tais como, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o controle procriativo. Com isso, a mulher passa a dividir com o homem as funções provedoras e acaba, na maioria das vezes, acumulando tarefas que, tradicionalmente, já eram delegadas a ela. Segundo Roudinesco (2003) estabelece-se uma desordem, que gera instabilidade e conflitos até que surja uma nova ordem.

Na atualidade, pouco resta da antiga família patriarcal, imutável, regida por um pai autoritário, se olharmos para as famílias de hoje - rompidas e recasadas muitas vezes. As novas configurações familiares demandam muitas reflexões acerca dos desdobramentos que nelas se instalam, como muito bem colocam Braga e Amazonas (2005, p.11):

A conquista de poder, pela mãe, dentro do grupo familiar, aconteceu em paralelo ao declínio do poder do pai, mais precisamente, o declínio do modelo de sociedade patriarcal. As mulheres, então, passaram a transcender o lugar de mães, através de sua entrada no mercado de trabalho e de sua assunção, muitas vezes, do lugar de cabeça da família, como acontece na monoparentalidade. As novas configurações familiares oferecem um novo desafio e uma nova discussão: a questão da subjetivação infantil. Como ficarão as nossas crianças, em meio a tantas transformações? É uma indagação enunciada por muitos.

As transformações históricas do contexto sócio-cultural resultam de um processo em constante evolução ao qual a estrutura familiar também vai se moldando. Assim, a família, sensível às mudanças ao seu redor, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, não pode deixar de ser analisada dentro do contexto dessas transformações sociais.

A família contemporânea apresenta-se com novas roupagens; sofreu muitas modificações e num curto espaço de tempo. A família nuclear tradicional (papai, mamãe e filhos) está cada vez mais escassa e as novas configurações familiares vêm ganhando espaços cada vez mais significativos. Famílias recasadas, monoparentais e homossexuais estão, gradativamente, consolidando novos paradigmas no contexto social. Apresentam dinâmicas de funcionamento que lhe são próprias, exigem novos olhares e ampliam o debate em torno de um redimensionamento dos limites da família, desafiando paradigmas conservadores.

As conquistas no âmbito profissional promoveram uma maior inserção da mulher em diferentes segmentos da sociedade, mas, em contrapartida, essa mesma conquista impossibilita o gerenciamento de seu tempo disponível, principalmente, em relação à

dedicação aos filhos e ao desempenho da função educativa dentro da família. Assim, ambos os pais estão ausentes da vida da criança em virtude da carga horária dedicada ao trabalho. Esta ausência, mesmo que determinada por prementes necessidades familiares, muitas vezes, gera um sentimento de culpa nesses pais que, para compensar tais circunstâncias, acabam sendo permissivos em demasia com seus filhos, tendo dificuldades para impor os limites necessários.

A contemporaneidade reflete um período de transição em que as quebras de valores tradicionais provocam uma reorganização nos meios micro e macro sócio-culturais. As transições no meio micro-social referem-se à família: tarefas, valores e tradições que a ela se vinculam; ao macro-social seriam as questões éticas, políticas e morais da sociedade. Instaura-se uma busca na redefinição dos papéis homem/mulher na sociedade (macro) e nos papéis pai/mãe na família (micro), acompanhada de incertezas, inquietações e angústias, que geram conflitos entre passado e presente, certo e incerto, pois a familiaridade com os valores antigos/passados nos colocam numa posição confortável de "previsibilidade" que, por sua vez, é oposta ao novo imprevisível .

Todas as famílias, adotivas ou biológicas, inevitavelmente, sofrem as influências marcantes da contemporaneidade e, conseqüentemente, da complexidade da vida atual, especialmente nos grandes centros urbanos.

O contexto social da atualidade, pautado por valores que estimulam o consumo exacerbado e o hedonismo a qualquer preço, supervaloriza a individualidade e o egocentrismo que parecem ser as marcas dessa geração. A mídia, com seu inegável poder, é determinante na consolidação desses valores que são, constantemente, enaltecidos e reforçados pelos meios de comunicação.

As famílias recebem, diariamente, um verdadeiro bombardeio de informações: valores emergentes, muitas vezes contraditórios e, nem sempre, humanitários são apregoados; falsos conceitos de amor e liberdade são exaltados, instigando uma busca insana pelo prazer e uma corrida irrefreável aos bens de consumo. Debord (1998) afirma que estamos vivenciando uma cultura predominantemente de espetáculo. Os bens mais supérfluos tornaram-se indispensáveis e a cultura vigente entende que é preferível ter poucos filhos para poder dar-lhes tudo.

Kehl (1999, p.2) muito bem caracteriza este quadro ao ressaltar que a sociedade é subjugada pelas influências do mercado e seus apelos de consumo através da mídia:

O que nos diferencia hoje de outros períodos da modernidade é a espetacularização da imagem, e seu efeito sobre a massa dos cidadãos indiferenciados, transformados em platéia ou em uma multidão de consumidores da (aparente) subjetividade alheia. Na sociedade contemporânea, a estreita ligação entre o mercado e os meios de comunicação de massa é evidente, e necessária. Nesta “sociedade do espetáculo” (...) a mídia produz os sujeitos de que o mercado necessita, prontos para responder a seus apelos de consumo sem nenhum conflito, pois o consumo – e antecipando-se a ele, os efeitos fetichistas das mercadorias – é que estruturam subjetivamente o modo de estar no mundo dos sujeitos.

Melman (2004) defende a idéia de que a sociedade contemporânea passou de uma cultura fundada sobre o recalçamento dos desejos, origem das neuroses, para uma outra, que recomenda sua livre expressão e leva à perversão, o que configuraria a inauguração de uma nova economia psíquica organizada pela exibição do gozo. Segundo o autor, há muitas manifestações que deixam poucas dúvidas sobre a novidade dessa economia psíquica: novas formas de pensar, de jogar, de comer, de beijar, de se casar ou não, de viver a família, a pátria, os ideais, de viver a si mesmo.

Determinados aspectos que têm se acentuado nos dias atuais – violência, drogadição, consumismo, culto ao corpo, gravidez na adolescência, AIDS – confundem e assustam os pais que, muitas vezes, se percebem perdidos no emaranhado de suas próprias dúvidas. Há muitas dificuldades para administrar as inseguranças, os medos e as ansiedades dos filhos, porque também há as mesmas dificuldades em relação a si próprios. “O mundo pós-moderno é o mundo da incerteza, no qual a liberdade individual reina soberana em uma sociedade que trocou a ordem e a segurança pela busca do prazer e da liberdade individuais” (POIAN, 2001, p.8).

Vários autores relacionam as dificuldades dos pais na criação e educação de seus filhos às condições de vida na atualidade. No pensamento de Bettelheim (1988), com a desintegração dos modos tradicionais de vida familiar e de criação de filhos, na esteira da urbanização e industrialização maciças de nosso século, os pais perderam a segurança que as pessoas antes extraíam de costumes duradouros, de crescer fazendo parte de uma família extensa e todas as outras experiências que daí decorrem. Dolto (1998a) também faz esta relação, mas enfatiza que criar uma criança é sempre difícil quando o adulto não tem confiança no ser humano que cresce e quer, a todo o custo, impor-lhe um modo de vida rígido. Segundo a autora, “como pais, é sobretudo o poder do exemplo que devemos desenvolver, não para impedir a criança de ter suas experiências, mas para instrumentá-la

nestas e lhe proporcionar os meios de realizá-las, em vez de proibi-las” (DOLTO, 1998a, p.13).

É necessário ressaltar também a desvitalização dos valores morais e éticos que praticamente desapareceram do cenário contemporâneo. Nesse sentido, podemos referir o enorme número de casos de corrupção e falcatruas que aparecem na mídia e invadem o cotidiano familiar: seja na política, nas empresas ou em outras instituições, dificilmente, a lei é cumprida. Se ninguém obedece a regras e leis, como ensiná-las aos filhos?

A maioria dos pais ainda não conseguiu encontrar uma fórmula para conduzir a educação de seus filhos dentro das novas configurações e demandas. Antigas referências que norteavam a educação tradicional foram perdidas ou não funcionam mais. De modo geral, os pais sentem-se intranqüilos e inseguros a esse respeito, não sabendo como agir ou interceder em determinadas situações e comportamentos que os filhos apresentam. Estão incertos quanto ao desempenho de seus papéis de pai e mãe, desorientados e confusos entre uma filosofia que propõe uma educação mais aberta e outra mais conservadora que aponta para métodos mais rígidos.

Poian (2001, p.12) afirma que as noções de paternidade e maternidade encontram-se em crise, ocasionando um mal-estar social, psíquico e biológico, provocado pela falta de contornos e de limites, o que ocasionaria a força da violência pulsional. Os padrões identitários não são mais marcados e as referências se perderam. Segundo a autora, vivemos numa “sociedade sem herança”, onde “os indivíduos, órfãos de ideais e de verdades simbólicas, simplesmente correm atrás da sedução das imagens que lhes são propostas de inúmeros modos”.

A prática clínica demonstra que muitos pais têm uma preocupação excessiva com os traumas que poderão causar, caso venham a ser mais enérgicos na educação de seus filhos. Freud (1914/1976), em seu texto “Sobre o narcisismo”, usa a expressão “sua majestade o bebê” para se referir ao filho que, recém-chegado na família, recebe os olhares extasiados dos pais e estes lhe prometem que nada lhe faltará, que não sofrerá as mesmas dificuldades e frustrações dos pais e que será educado de modo perfeito. Isto parece evidenciar-se na cultura atual, marcada pelo narcisismo e pelo individualismo, em que os filhos se tornam a esperança de imortalidade e de perfeição para os pais.

Por outro lado, a sociedade popularizou alguns conceitos psicanalíticos, erroneamente assimilados, que levam muitos pais ao entendimento de que, para não traumatizar a criança,

não se deve contrariá-la. Em decorrência, instalou-se uma geração povoada de “suas majestades”, intolerantes, egocêntricas e incapazes de lidar com a menor das frustrações.

Maldonado (1998) alerta para que os pais tenham cuidado com as expectativas irreais, pois “harmonia e paz na família nunca são permanentes; precisam ser constantemente buscadas, a partir das semelhanças e diferenças entre as pessoas”. Ela se refere ao “mito da normalidade”, ou seja, os pais imaginam “que a criança normal não tem problemas, nem ansiedade, conflitos ou dificuldades”. Ela aponta que cada etapa do desenvolvimento infantil traz dificuldades e conflitos peculiares, sendo que os pais tendem a formar uma imagem idealizada do desenvolvimento dos filhos. Assim, teriam esperanças de encontrar fórmulas mágicas que resultassem na superação de todos os problemas, resistências e rebeldias. Conforme a autora, subjacente a essa esperança está o mito da harmonia perfeita e eterna no relacionamento familiar, o ideal inatingível de inexistência de impasses e conflitos, não só na relação entre pais e filhos, como também entre os irmãos.

### **1.1 A importância da família na educação dos filhos**

---

A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo nos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais (MINUCHIN, 1982). Estruturalmente, a família deveria dispor de uma organização de apoio e proteção, os limites seguros para a socialização de cada membro.

Podemos considerar a família como um sistema bastante complexo, pois cada uma é única, diferindo em tamanho, elementos que a compõem e valores; é um sistema altamente interativo, pois o que ocorre com um de seus elementos repercute em todo ele; passa por vários estágios de desenvolvimento, com grandes mudanças; existe uma alta expectativa de desempenho, mas, em contrapartida, existem sentimentos de impotência, pois está inserida em unidade social maior, da qual sofre todos os impactos e influências.

As mudanças no modo de entender e de viver o amor, a sexualidade, a paternidade/maternidade e o vínculo familiar evidenciam o enfraquecimento das relações familiares, mas indicam também e, surpreendentemente, a sua vitalidade, reagindo ou adaptando-se, mediante novas formas de estruturação da sociedade pós-moderna, na qual “sobrevive” e ainda é reconhecida como estrutura básica permanente de experiência humana e social.

A família permanece sob as mais diversas formas de culturas, no tempo e no espaço, uma forma de relação social constitutiva da espécie humana e respondendo às necessidades humanas e sociais mais relevantes. Por outro lado, proporciona experiências psicológicas importantes, pois contribui para a identidade simbólica do indivíduo e oferece experiências humanas básicas que perduram no tempo: paternidade, maternidade, filiação, fraternidade, relacionamento entre as gerações e a realidade da morte.

A família também favorece o desenvolvimento da sociedade, uma vez que responde a demandas cotidianas de seus membros, sem o que a sociedade provavelmente entraria em colapso: acolhimento, experiência de gratuidade, proteção, integração, transmissão da cultura e valores. É lugar privilegiado de socialização e educação das novas gerações, pois além da transmissão da vida, possibilita a emergência de significado, de valores e critérios de conduta, sentimento de pertença, respeito e diálogo em contexto afetivo.

A família não é apenas um bem particular, mas configura um espaço público, no qual são vividos valores e práticas comuns de inegável significado social. Apesar das mais variadas formas que assume e das transformações que passa ao longo da história, permanece como condição para a humanização e socialização das pessoas e fundamento da sociedade, não só como estratégia de sobrevivência dos grupos, mas como condição para o desenvolvimento e realização da pessoa.

O desenvolvimento satisfatório de uma criança depende de uma conjunção de fatores externos e internos, como foi demonstrado através das séries complementares de Freud (1916-1917/1976). Um crescimento bem integrado depende, ao mesmo tempo, das disposições inatas da criança e da adequação ao seu ambiente familiar. Assim, o nascimento de uma criança sadia não é suficiente para garantir a constituição de um sujeito psíquico. A constituição da psique se dá a partir das relações primárias estabelecidas na dinâmica parental; nesse sentido, a família se constitui enquanto matriz fundamental para o advir do sujeito, sendo a primeira construtora e transmissora da história de cada um.

As primeiras trocas afetivas mãe/filho, os cuidados básicos oferecidos e as ações e reações entre a criança e meio ambiente vão moldando o seu comportamento e essas vivências, quer sejam elas positivas ou negativas, serão posteriormente transferidas ao meio social mais amplo, permitindo ou não a sua adaptação. Portanto, cada filho é um filho e com cada um estabelecemos diferentes tipos de relação.

Soifer (1982, p.23) define a família como sendo

a estrutura social básica, com entrelaçamento diferenciado de papéis, integrada por pessoas que convivem por um tempo prolongado, em uma interação recíproca com a cultura e a sociedade, dentro da qual se vai desenvolvendo a criatura humana, pressionada pela necessidade de limitar a situação narcísica e transformar-se em um adulto capaz, podemos postular que a DEFESA DA VIDA é seu objetivo primordial.

Sem o afeto ministrado pelos pais ou seus substitutos, o ser humano não se desenvolve enquanto sujeito, permanecendo fechado em uma espécie de “concha psíquica”, caracterizando um estado de isolamento emocional (autismo). Esse alimento afetivo, contudo, é igualmente indispensável para a manutenção do equilíbrio psíquico dos demais componentes da família e não apenas dos filhos, razão pela qual os seus membros necessitam prover-se reciprocamente através de mecanismos de interação afetiva. Assim, se os pais influenciam e, em certa medida, determinam o comportamento dos filhos, a conduta destes igualmente modifica e condiciona a atitude dos pais (OSÓRIO, 1996).

O exercício das funções familiares, não é uma via de mão única e, sim um constante processo de trocas, mutualidades e interações afetivas. É nesse caráter interativo que reside a matriz psicodinâmica que configura a natureza intrínseca da entidade familiar (OSÓRIO/1996). O processo educativo pressupõe a participação de personagens que assumirão os papéis de quem ensina e de quem aprende, embora na interação isso se torne uma via de mão dupla; quem ensina também aprende e vice-versa.

Em síntese, a tarefa primordial do núcleo familiar enquanto “célula mater” da sociedade é permitir o crescimento individual de seus membros, facilitar os seus processos de individuação e diferenciação e assim possibilitar a adequação de cada um às exigências da realidade social, fornecendo as condições mínimas necessárias para um convívio satisfatório em sociedade (OSÓRIO, 1996).

No capítulo que se segue estaremos enfocando as famílias adotivas e as especificidades que caracterizam o contexto da adoção. A filiação por adoção insere peculiaridades que precisam ser compreendidas e elaboradas para que o processo educativo do filho adotado transcorra com tranquilidade.

**A FILIAÇÃO POR ADOÇÃO  
E SUAS ESPECIFICIDADES**

## 2 A FILIAÇÃO POR ADOÇÃO E SUAS ESPECIFICIDADES

Pais e filhos adotivos vivem suas peculiaridades, que não podem ser desconsideradas quando tentamos compreender o comportamento de ambos.

Luiz Schettini Filho (2006)

A criança adotiva é uma criança como todas as outras, com todas as vicissitudes do ser humano. Do mesmo modo, as famílias adotivas são similares às biológicas em uma ampla gama de características.

Concordamos com o pensamento de Ceccarelli (2002), quando afirma que as famílias são sempre construídas e os filhos sempre adotivos; o que define família são os investimentos afetivos, com as suas vertentes de ternura, de erotismo e também de agressividade.

Atualmente, a adoção já não é mais vista como uma filiação de segunda categoria ou apenas como o último recurso a que casais estéreis recorrem, quando não podem ter filhos pelas vias biológicas. A adoção hoje é definida como uma outra possibilidade de se constituir família e que pode trazer resultados tão satisfatórios quanto a filiação biológica. Na verdade, como muito bem define Levinzon (2004, p. 25) “toda filiação é, antes de tudo, uma adoção”. A adoção é a única possibilidade de se constituir uma verdadeira parentalidade e a única maneira de genitores tornarem-se pais.

Entretanto, existem especificidades que fazem parte do contexto adotivo que não podem ser perdidas de vista. A adoção segue uma trajetória própria e existem diferenças que precisam ser compreendidas, elaboradas, assumidas e integradas no processo como um todo. “A maior parte delas decorre do fato de que a criança chegou à família por um caminho diferente do usual. Além disso, existem dois casais parentais, o que não é o usual na nossa cultura, e, às vezes, é difícil de entender pela criança” (LEVINZON, 2004, p. 25). Podemos afirmar que a adoção tem uma “identidade específica”, mas, ainda assim, como toda identidade, ela é “fabricada pela marcação da diferença” (WOODWARD, 2000). Segundo o autor citado (p.39), “essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social”.

Os aspectos particulares que pertencem ao universo da adoção e constituem a sua identidade, necessitam ser assumidos, entendidos e incorporados no processo adotivo como

um todo. A partir da completa assunção dessa identidade, será possível às famílias adotivas construir dinâmicas mais favoráveis no processo educativo de seus filhos.

As pessoas recorrem à adoção pelos motivos mais diversos. Levinzon (2004) cita as seguintes razões, a partir de sua experiência clínica: a esterilidade de um ou ambos os pais; a morte anterior de um filho; o desejo de ter filhos quando já se passou da idade em que isto é possível biologicamente; as idéias filantrópicas; o contato com uma criança que desperta o desejo da maternidade ou paternidade; o parentesco com os pais biológicos que não possuem condições de cuidar da criança; homens e mulheres que anseiam por ser pais, mas não possuem um parceiro amoroso; o desejo de ter filhos sem ter de passar por um processo de gravidez, por medo deste processo ou até por razões estéticas. Schettini (1998a) acrescenta ainda o desejo de ter companhia na velhice; o medo da solidão; o preenchimento de um vazio existencial; a tentativa de salvar um casamento; a possibilidade de escolher o sexo da criança.

Vários estudos nacionais e internacionais confirmam que a maioria das famílias adotantes busca na perfilhação pela via da adoção uma forma de suprir seu desejo de parentalidade quando, por problemas orgânicos ou psicológicos, uma gravidez biológica não é viável (BRODZINSKY, SCHECHTER, HENIG, 1993; CASELLATO, 1998; EBRAHIM, 2000; KUMAMOTO, 1999; WEBER, 2001).

A maioria das pessoas imagina a relação pais-filhos como decorrente de uma filiação consanguínea e baseia suas representações de família neste tipo de vínculo. Há uma crença social de que os melhores pais para uma criança são seus pais biológicos e na situação de adoção estes últimos são considerados incapazes de assumi-la. Ao mesmo tempo, os pais adotivos se vêem no papel de precisar provar (quando a adoção ocorre pelos meios legais) que estão capacitados para ser bons pais.

Levinzon (2000) descreve os pais adotivos como educadores que se encontram em uma situação muito especial, por se comprometer com uma criança que se originou de uma família diferente, muitas vezes, vinda de outra região. Segundo a autora, eles esperam ser capazes de estabelecer uma relação com essa criança em que sintam que ela é realmente “sua criança”.

Weber (2001) afirma que a cultura dos laços de sangue é tão presente que faz com que as pessoas acreditem que estes laços são os únicos “fortes” e “duráveis” por serem “naturais” e “verdadeiros”. Quando se comparam famílias adotivas e não adotivas, geralmente são utilizadas as expressões: família adotiva *versus* família natural; ou filho adotivo *versus* filho

verdadeiro, denunciando o preconceito por detrás das palavras. Nesse entendimento preconceituoso, o filho adotivo não seria nem “natural”, nem “verdadeiro”. Assim, por questões culturais, a ênfase exacerbada na consangüinidade faz surgir no imaginário coletivo a fantasia de que a condição biológica garante por si mesma a formação de uma relação parental.

Queiroz (2001, p.6) questiona o fato de que muitos pais adotivos consideram os seus filhos como “filhos do coração”, na simbologia de que os filhos foram gerados pelo afeto. Esta metáfora, embora aparentemente apropriada, “seria uma forma de escamotear a história da origem sexual da criança, dessexualizando-a ou escondendo a existência de genitores, conhecidos ou não, que fazem parte da origem sexual da criança”, pois, “fora da condição de adoção, por mais que se ame seus filhos, não se emprega tal metáfora”. Segundo a autora, os motivos que levam os pais a esta atitude não apontam para a negligência ou desamor, pois “o lugar dos pais dado pelo patrimônio genético, nesses casos, fica separado do lugar outorgado pela cultura”.

Na perspectiva do filho adotivo, Schettini (1999) pondera que “ser filho do coração”, para algumas crianças, é uma maneira anormal de ser filho. O uso desse simbolismo para contar a história da adoção repercute nas crianças de uma forma inversa à pretendida pelos pais. Elas se sentem inferiores às outras que “nasceram da barriga”. Para o adulto, ser filho do afeto é mais rico e profundo do que ser apenas filho biológico. As crianças, porém, pelo seu concretismo, ainda não fazem essa distinção com clareza, razão por que ainda fazem restrição a serem “filhos do coração”.

Levinzon (2000) menciona que a maioria dos autores que acompanharam longitudinalmente a evolução de crianças adotivas, concordam que elas se desenvolvem normalmente e que isso depende, principalmente, da atitude dos pais adotivos, das solicitações culturais e do clima familiar no qual a criança cresceu. Segundo a autora, o desenvolvimento psicossocial e afetivo da criança adotada depende de muitos fatores, entre os quais se destacam, sobretudo, a atitude dos pais adotivos – quase sempre perfeccionistas e ansiosos quanto ao seu futuro – e também à situação da criança em si, enquanto adotada.

Uma boa relação com os pais adotivos, na qual a criança se sinta amada, aceita e compreendida, pode proporcionar a oportunidade de minimizar as dificuldades e fantasias da criança adotiva. Levinzon (2000, p.40) menciona que o seu trabalho em psicoterapia com crianças e adultos demonstrou, diversas vezes, que pessoas não adotadas podem apresentar sentimentos e fantasias semelhantes aos das crianças adotivas. No seu entendimento, “filhos

que convivem com pais biológicos extremamente problemáticos, talvez sintam-se tão rejeitados ou abandonados quanto as crianças que realmente tiveram esta vivência”.

Por outro lado, a autora ressalta que é importante que se tome um certo cuidado no que se refere às diferenças e semelhanças entre a família adotiva e a biológica. Não se pode atribuir tudo o que ocorre à criança ou aos pais à questão da adoção. “Esta seria uma forma de estigmatizá-los e de impor uma venda que impediria que possam ser vistos como as pessoas comuns que são” (LEVINZON, 2000, p.28).

Vários autores sinalizam que não há uma patologia específica da adoção (SCHETTINI, 1998a; LEVINZON, 2000; DINIZ, 2001). Assumidas e elaboradas as especificidades do processo adotivo num sentido geral, as dificuldades no processo educativo dos filhos adotados têm de ser compreendidas e tratadas como questões familiares normais. É a partir do desempenho da relação parental que se organiza a experiência da criança e a qualidade de seu vínculo. Como em qualquer relação entre pais e filhos, se os pais adotivos vivem a adoção de forma perturbada, isso poderá resultar em um efeito prejudicial ao filho. Nas palavras de D’Andrea (2002), a relação adotiva terá um caráter evolutivo se souber alicerçar-se no reconhecimento das semelhanças tanto quanto na valorização das diferenças.

Todos os seres humanos pertencem, em algum nível, a um ou alguns determinados grupos, que apresentam características semelhantes. Os aspectos particulares que pertencem exclusivamente ao universo da adoção necessitam de estudo aprofundado e precisam ser seriamente considerados pelos pais adotivos ou pretendentes, pois abrem caminho para uma consciência maior e prevenção de distúrbios que possam ocorrer.

## **2.1 O projeto de adoção e o desejo de filho**

---

O desejo de ter uma criança deve ser em função da necessidade natural de procriar; deve ser uma decisão pessoal refletida e amadurecida e não uma satisfação das pressões sociais e familiares.

Para Caramuru (1990, p.9), adotar significa “acolher o filho não-biológico e convertê-lo no filho escolhido, fruto do desejo”. Na mesma direção, Dolto (1985, p.131) refere-se ao necessário encontro de três desejos para que a criança advenha, desejos esses que se exprimiriam da seguinte forma:

- desejar um filho de um homem, o homem que está ali, o homem que uma mulher ama;
- desejar um filho de uma mulher, aquela que um homem ama;
- o encontro de dois desejos no sentido em que isso se fala e em que, graças a essa fala, um filho já faz seu ninho no campo da linguagem que o acolherá e no qual ele evoluirá para conquistá-lo e fazê-lo seu, depois.

O período de gestação de um filho oferece oportunidade para os pais irem se constituindo nas novas identidades: a de pai e a de mãe. “A parentalidade é a capacidade psicológica de exercer a função parental, ou seja, ter a competência de ser pai e mãe suficientemente bons para seus filhos” (MORALES, 2004, p.195). Um pai ou uma mãe suficientemente bom/boa é construído previamente ao ato de tornarmo-nos pais, por pressupostos culturais partilhados, em particular, sobre o que se espera de um “bom pai” ou de uma “boa mãe” (WOODWARD, 2000).

Na adoção, entretanto, a constituição da identidade parental demanda do casal um processo de identificação com os novos atributos através de uma gestação psicológica. Há a necessidade de que os pais possuam disponibilidade interna para a filiação, ou seja, que haja em seu funcionamento psíquico um espaço para que esse fenômeno possa se desenvolver. Como bem afirma Hamad (2002, p.84), adotar uma criança é “um ato que deve ser relacionado a uma maturidade e disponibilidade psíquica que permite ao casal abrir-se para acolher em seu seio uma criança que não viria mais reparar uma injustiça ou suprir uma falta, mas, antes, o seu lugar no desejo de um casal”.

Segundo Ducatti (2003), o que precisa existir de fato é um espaço emocional que dê conta, independente de qualquer condição, de ser transformado em uma realização desejante: um lugar de existência psíquica para os pais.

Uma das primeiras dificuldades com as quais se depara um casal que manifesta o desejo de adotar um filho é a reconstrução do espaço mental para o filho que virá. É um exercício bastante difícil, pois nada sabem a respeito desse filho, nem a respeito de suas características físicas, nem a respeito de sua história. “Dar novamente vida às fantasias, ao desejo e às aspirações, permite ao casal reconstruir aquele espaço de intimidade, encontro e projeto de vida que o obstáculo da esterilidade havia congelado” (D’ANDREA, 2002, p.238).

O casal adotante precisa estar implicado de igual forma no projeto adotivo. É necessário que cada cônjuge avalie a sua posição com relação ao projeto de adoção, que traz subjacente o desejo inconsciente que cada um tem por seu parceiro e pela criança. Segundo Hamad (2002), são os desejos recíprocos que ligam um homem a uma mulher que inscrevem,

nessa dinâmica a dois, a abertura para a criança, tornando-a sujeito de seu desejo. “Ser mãe de uma criança supõe uma referência implícita a um genitor, mas também ao desejo de um homem por uma mulher no momento em que esta apela a ele interrogando-o sobre seu desejo” (HAMAD, 2002, p.18).

É bastante comum observar-se uma disparidade entre a demanda de filho por parte da mulher e do homem. Algumas vezes, o homem concorda com a adoção por amor ou por bondade, sem estar pessoalmente investido nesse desejo. Enquanto a mulher deseja dar a seu marido o filho que não pode ter biologicamente, o homem o aceita para evitar que a mulher sofra devido a esta impossibilidade.

Segundo as formulações psicanalíticas, a dinâmica inconsciente quanto ao desejo de filho é diferente para homens e mulheres em virtude de suas diferentes posições no conflito edípico.

Para muitas mulheres, ter um filho significa a sua realização enquanto mulher. Segundo Freud (1933/1976), quando a mulher consegue tornar-se mãe evidencia a concretização de um desejo infantil:

[...] não é senão com o surgimento do desejo de ter um pênis que a boneca-bebê se torna um bebê obtido do seu pai e, de acordo com isso, o objetivo do mais intenso desejo feminino. Sua felicidade é grande se, depois disso, esse desejo de ter um bebê se concretiza na realidade; e muito especialmente se dá, se o bebê é um menininho que traz consigo o pênis tão profundamente desejado. (FREUD, 1933/1976, p.158).

Na mesma direção, Mannoni (1985) refere que a chegada do filho cumpre sempre um papel na história da mãe, vindo ocupar um lugar que estava vazio no seu imaginário. O filho “concreto” é, pois, a realização do desejo da mãe. O filho representa para a mãe uma oportunidade de recompensa, de reparação afetiva daquilo não vivido, ou tido como insuficiente em sua própria infância, ou ainda, uma possibilidade de reeditar ou prolongar as vivências boas de sua própria infância perdida.

No caso dos homens, a sua virilidade é confirmada pela fertilidade, ou seja, pela procriação. Culturalmente, a gravidez feminina confirma a potência masculina, o que significa que o homem se sinta cobrado socialmente a justificar a sua masculinidade. Neste sentido, a paternidade significa muito mais que a realização de um desejo: é a concretização da virilidade e da potência masculina. Por outro lado, o homem projeta no filho a sua

continuação, a continuação da linhagem e do patrimônio genético. “O que ele prioriza se situa mais do lado da transmissão genética” (HAMAD, 2002, p. 77).

Ainda que consideremos essas interpretações do desejo por um filho, excessivamente, carregadas de conteúdos deterministas relacionados a cada sexo, não há dúvida de que, apesar de o casal, comumente, afirmar que pensa junto e quer o filho de igual forma, ambos são regidos pela dinâmica de seu inconsciente. Cada parceiro tem a sua história singular, seus desejos e fantasias em relação ao filho que é esperado. Segundo Hamad (2002) cada cônjuge é capturado narcisicamente pelo projeto de um filho, seja ele biológico ou adotivo.

Neste sentido, Giberti (1994) afirma que a adoção envolve a transformação de uma decisão individual em decisão conjunta. Entretanto, mesmo quando aparentemente a decisão é conjunta, apenas um dos membros do casal pode estar nela implicado – o outro, apesar da manifesta concordância pode, de fato, não estar comprometido com a escolha. Na prática, há exemplos de adoções que se efetivam unilateralmente, apesar de legalmente representadas por um casal.

Hamad (2002) alerta para o fato de que é extremamente difícil, senão impossível, constatar a veracidade do desejo de filho. “Pode-se afirmar esse desejo de modo consciente e perceber, no só-depois, que ele estava completamente capturado numa fantasia ou no imaginário e só se revela por efeito de maturidade” (p.86). Por outro lado, uma criança que não é desejada conscientemente pode sê-lo, de uma certa maneira, inconscientemente. Assim, segundo o autor, quando falamos do desejo de criança, devemos precisar que incluimos, para além da dimensão psicológica do desejo consciente, o desejo inconsciente. “... Nenhum pai pode afirmar, com toda objetividade e com toda certeza, que deseja um filho” (HAMAD, 2002, p.89). Como não existe nenhum critério científico para medir a quantidade de desejo em jogo num pedido de adoção, o que se pode apreciar e avaliar, segundo o autor, é a maneira como a formulação desse projeto adotivo é inserida num discurso.

Neste sentido, Paiva (2004, p.103) afirma que “as preferências ou exigências dos pais adotantes quanto às características da criança ou adolescente a ser adotado, podem revelar, num primeiro momento, os fundamentos racionais das escolhas, mas também sinalizar o sentido afetivo subjacente a essas opções”. Por esse motivo, segundo a autora, é importante que os futuros pais possam imaginar, pensar e falar o que esperam desse filho ou como gostariam que ele fosse, o modo pelo qual irão inserir a criança em seu curso desejante, tomando-a como objeto de seu investimento libidinal. Dito de outra forma, os pais adotivos precisam também “gestar” o seu filho, corporificando-o por meio de palavras, deixando que

cresça em seus imaginários e permitindo que se sintam pais para, finalmente, conseguirem conferir à criança o lugar destinado ao filho. Hamad (2002, p. 80) afirma que “desejar um filho por adoção, não é desejá-lo à imagem do outro, posto que se trata de uma criança outra, uma criança que, por sua diferença genética, não terá que ocupar essa função relacionada ao real do corpo dos pais”.

Dolto (1981, p.13) afirma que “um ser humano, desde a sua vida pré-natal, já está marcado pela maneira como é esperado, pelo que representa em seguida, pela sua existência real diante das projeções inconscientes dos pais”. Isto também está presente durante a “gestação psíquica” dos pais adotivos, no tempo de espera pelo filho a ser adotado. Tudo o que é dito, sonhado e imaginado sobre o filho adotivo será determinante na constituição de sua subjetividade. Neste sentido Hamad (2002, p.79) afirma que “o filho guardará a marca da forma como o desejo dos pais lhe for instilado, pegadas sobre as quais virão se inserir seus próprios significantes”.

Os pais, adotivos ou não, são os que mais contribuem para a formação da identidade da criança. São eles que vão construir junto com ela uma infinidade de sentidos das experiências que viverão ao longo da vida. Esses sentidos são todos possíveis dentro do contexto sócio-cultural que os circundam e serão usados na constituição de suas subjetividades.

Por outro lado, a gestação adotiva é compartilhada de forma mais igualitária pelo casal, pois os dois parceiros entram de igual forma na adoção; o filho é esperado de forma simétrica por ambos. O pai se sente mais participativo no processo, pois também pode gestar emocionalmente o seu filho. O exercício da maternidade e da paternidade adotiva confere a ambos o mesmo poder, pois a gestação não é exclusividade do corpo feminino. Isso é o contrário da gravidez biológica, onde o filho é gerado no corpo da mãe, ficando quase como que “propriedade” desta, tornando-se o pai um mero expectador externo.

Estudos e pesquisas confirmam que pais adotivos são mais interativos na paternagem dos filhos (HOLDITCH, SANDELOWSKI; HARRIS, 1999; CHAVES, 2002). Segundo os autores, os resultados encontrados sugerem que a história da infertilidade, e particularmente da adoção, estaria associada com numerosas alterações nas interações precoces pais-bebê. Uma das hipóteses levantadas é de que os homens inférteis, pelo fato de terem de lidar com o problema de sua infertilidade, sentem-se mais comprometidos com a paternidade do que os homens férteis. Os maridos de mulheres inférteis submetem-se a um número maior de

avaliações e testes do que maridos de mulheres férteis, dividindo, assim, mais experiências de desejo e desilusão, enquanto aguardam pela gravidez não alcançada.

Por outro lado, Paiva (2004) destaca a importância de pesquisar se há consenso entre os solicitantes à adoção e concordância na família, como emerge a ideia da adoção e em que momento, quais são as referências de adoção e em que representações se sustentam, que expectativas existem em torno da criança ou adolescente a ser adotado e quais as fantasias em relação à história da criança.

Dolto (1989) ressalta a importância de se trabalhar a ideia da adoção com as famílias de cada pretendente, principalmente pais e irmãos:

Uma criança adotiva que não é introduzida na tradição da família do pai nem da mãe, ainda não foi adotada. Uma criança não é verdadeiramente adotada, senão por duas famílias adotantes (...) É a família como um todo que conta, nessas descendências. Uma criança é adotada por uma família e não por duas pessoas (...) A adoção é a família que cada um dos pais dá à criança, um lugar nas duas linhagens, um lugar no simbólico (p.22-23).

Ducatti (2003) corrobora esse pensamento quando afirma que a condição biológica não é a única responsável pela introdução de um indivíduo em uma linhagem. Várias outras situações de inserção no sistema familiar podem ser responsabilizadas pela maior ou menor facilidade, como, por exemplo, a questão do desejo. Segundo a autora, tanto um filho biológico como um filho adotivo, desde que engendrados pelo desejo, terão condição de ser introduzidos em uma linhagem, uma vez que esta não se caracteriza pela função genética, mas pela função simbólica.

Dias (2006) refere-se à adoção como um processo longo e delicado caracterizado por uma redefinição das relações na família. A chegada da criança demanda investimentos afetivos e expectativas que envolvem todo o sistema familiar em que todos ficam à espera de assumir novos papéis. Os avós têm um papel determinante no processo de adoção porque, além de terem uma participação importante na socialização das crianças, através de sua aceitação da adoção, inserem simbolicamente os netos adotivos na linhagem familiar. A autora enfatiza a importância dos familiares também serem preparados para uma possível adoção, pois estes desempenharão importante papel na vida da criança. “Os familiares, da mesma forma que podem ajudar e contribuir para a adaptação das crianças à família, podem servir de obstáculo com seus comentários maldosos e mesmo atitudes de rechaço” (DIAS, 2006, p. 192).

Diniz (2001) afirma que o desejo de ter filhos não é garantia da existência da capacidade de bom desempenho das funções parentais. A sensação de ter muito amor para dar – a que com frequência se referem os candidatos a pais adotivos – pode ser sincera, mas não dá qualquer garantia de estabelecer com o filho uma relação que promova a construção de uma autonomia saudável. Pelo contrário, quando esta sensação é demasiadamente intensa e se torna uma espécie de “compulsão para salvar” uma criança da sua “infelicidade”, deve ser vista como uma possível situação de risco.

Adotar uma criança é uma decisão muito importante e precisa ser bem orientada e planejada. O desejo de ajudar ou amar uma criança, não é razão suficiente para uma adoção. O vínculo parental não pode ser estabelecido em função de desejos altruístas ou como uma “salvação” da criança. A experiência de filiação inclui vivências e emoções das mais diversas, por longos períodos de tempo, senão pela vida inteira, e as famílias estão sempre diante de desafios e de busca de integração. Para que isso ocorra de maneira harmoniosa, é preciso que os pais tenham claro que desejam um filho, e que não estão apenas “fazendo o bem”.

Segundo Levinzon (2004), assim como com qualquer filho biológico, é importante que a criança adotiva sinta que tem um lugar escolhido dentro de uma família, e que não represente simplesmente a prova da “bondade” de seus pais, o que, segundo a autora, seria um fardo extremamente pesado para uma criança. A autora coloca que, se os pais são vistos como “benfeitores” aos quais se deve gratidão, o filho fica impedido de viver e exprimir a sua agressividade, rivalidade e competição. “Pais excessivamente idealizados tornam devidamente culpabilizada a agressividade do filho, com todos os efeitos nocivos que isto provocará no seu psiquismo” (LEVINZON, 2004, p.18).

Weber (1998), fundamentada em suas pesquisas de campo, afirma que as chamadas “motivações inadequadas” (melhorar o casamento, preencher um vazio existencial, ser amparado na velhice, fazer caridade) não impedem o sucesso da adoção. No seu entendimento, esses adotantes precisam ser adequadamente preparados e não simplesmente excluídos, pois não existe família perfeita. Por outro lado, famílias biológicas também têm filhos por interesses próprios, mas com o decorrer do tempo e a convivência com a criança, as motivações são alteradas e os vínculos afetivos se constituem.

Os adotantes vivem a fase da espera com uma tensão carregada de expectativas, preocupações e esperanças. A maneira como esses sentimentos serão vividos e enfrentados

será relevante para a construção de atitudes flexíveis e acolhedoras, ou defensivas e de evitação em relação à escolha efetuada.

É de essencial importância que os candidatos a pais tenham a oportunidade de receber suporte psicológico ao longo de todo o tempo de espera do filho. “grávidos emocionalmente”, necessitam ser tratados como tais, recebendo assessoria profissional que os oriente num processo claro e gradativo de enfrentamento dos medos e angústias vivenciados durante este período. O acompanhamento psicológico também contribuirá para que os futuros pais consigam distinguir as suas reais motivações conscientes e inconscientes para a adoção, discernindo-as daquelas que poderiam ser consideradas inconsistentes e insuficientes, podendo constituir-se, no futuro, numa situação de risco.

A prática clínica demonstra que o trabalho de preparo com os candidatos à adoção possibilita que eles flexibilizem as suas exigências quanto às características da criança fantasiada como filho, para que ela seja o mais “maleável” possível, permitindo uma superposição da criança real. Quanto mais os futuros pais estiverem conscientes de que poderá haver diferença na criança que esperam e que a adoção apresenta desafios que lhe são específicos, mais estarão preparados para conviver com a criança de acordo com a sua especificidade (LEVINZON, 2004). Quanto mais eles tiverem consciência de que podem exercer um papel ativo na construção do lugar que desejam destinar a essa criança, não só na família, mas no mundo, melhores pais adotivos poderão ser.

## **2.2 A esterilidade – perdas e lutos**

---

Ao longo dos séculos, a fertilidade sempre foi reverenciada como uma bênção, uma recompensa. Em contrapartida, a esterilidade sempre foi vista como maldição divina, como castigo ou um não-merecimento, tendo originado muitos mitos e credices que povoaram o imaginário popular, em diferentes épocas e lugares. Muitos povos antigos temiam a esterilidade das mulheres e da terra e desenvolveram rituais diversos para aplacar a ira dos deuses e pedir fertilidade. O ventre infértil, comparado à terra morta, não pode gerar a vida.

A obrigatoriedade da virilidade masculina também se revelou, ao longo da história, como fonte de ansiedade a ponto de ser permitida a anulação do casamento, desde que constatada a impotência no homem, a qual significava tanto falhas na virilidade como infertilidade (DEL PRIORE, 2001).

Há um consenso geral entre vários autores de que, no caso de casais estéreis, há a necessidade de que os candidatos a pais adotivos elaborem o luto de sua criança biológica antes de decidirem-se pela adoção (HAMAD, 2002; D'ANDREA, 2002; LEVINZON, 2004; DINIZ, 2001; LISONDO, 1984; LEBOVICI, S.; SOULÈ, M, 1980). “Precisam desligar-se daquele filho natural, sonhado, que não pode ser gerado, para amar com a sua permissão, e sem o peso de sua sombra a criança adotada” (LISONDO, 1984, p.7).

Em virtude da excessiva valorização da capacidade de procriar, homens e mulheres com problemas de infertilidade ou esterilidade, na maioria das vezes, são acometidos de sentimentos auto-depreciadores, tais como, fracasso, baixa auto-estima, culpa, vergonha, humilhação, inferioridade, inutilidade e frustração. Eles podem sentir-se defeituosos e moralmente arrasados. Segundo Scharf e Weinshel (2002, p. 123) “a infertilidade pode abalar profundamente a visão que o casal tem de si mesmo como uma unidade saudável”.

A esterilidade biológica representa uma grave ferida na identidade psicológica, social e corpórea, que implicaria uma renúncia definitiva da realização do ideal do ego, focalizando o fantasma da castração e que poderia desembocar na depressão, no empobrecimento narcisista e na aniquilação. A vivência do sentimento de destruição, do “nunca mais” que lhe é subjacente, se dá de forma muito dolorosa, tanto para a mulher como para o homem (LEBOVICI; SOULÉ, 1980).

A frustração de não conseguir ter o próprio filho gera, com frequência, a sensação de vazio existencial, a impressão de que a vida sem filhos não tem sentido, o que dá margem à tendência de tornar estéril a própria vida.

Nos dias atuais ainda é muito comum confundir-se virilidade com fecundidade, principalmente, em sociedades de mentalidade predominantemente machista. O homem só é considerado “macho” de fato se consegue engravidar a sua mulher, sendo ainda mais valorizado caso nasçam filhos homens. Se a gravidez tarda a acontecer ou não acontece, amigos e familiares fazem insinuações jocosas do tipo “coitados, não estão conseguindo ter filhos”. O casal passa a ouvir insinuações maliciosas que colocam em dúvida a masculinidade do marido ou lançam acusações à mulher, culpando-a e considerando-a incompetente pela inexistência de filhos (MALDONADO, 1995).

Essa mentalidade machista parece influenciar até mesmo a conduta médica quando o casal inicia a pesquisar as causas para a infertilidade. Na maioria das vezes, a investigação é iniciada pela mulher, que é submetida a exames complexos e dolorosos, em vez de se solicitar

que o homem providencie o espermograma, o mais simples de todos os exames que, freqüentemente, revela a causa do problema (MALDONADO, 1995).

A esterilidade feminina sempre esteve mais em evidência que a masculina. Historicamente, sempre se atribuiu à mulher a responsabilidade pela fecundidade e a culpa pela infertilidade, de modo tal que, em algumas culturas, o marido era autorizado a repudiar a mulher que não conseguisse lhe dar filhos. Atualmente, ainda é possível escutar-se afirmações que desvalorizam a mulher que “não conseguiu dar à família um varão”, constituindo uma clara negação do fato de que é o homem que, cromossomicamente, determina o sexo da criança (MALDONADO, 1995).

A representação social da mulher sempre esteve atrelada à capacidade de procriação. Culturalmente, a gravidez da mulher exalta a masculinidade do homem. Essa associação do feminino com a capacidade de gerar filhos tem sua origem na infância, quando as crianças pequenas recebem as primeiras noções sobre as diferenças anatômicas entre homens e mulheres. É comum os adultos explicarem: “meninos têm pênis e as meninas não têm, mas elas têm uma bolsinha chamada útero onde crescem os bebês”. O pênis é equiparado ao útero, menosprezando-se a vagina. Assim, em relação à mulher, enfatiza-se muito mais a procriação do que o sexo propriamente dito: de maneira sutil, o sexo da mulher é desvalorizado – a vagina como fonte de prazer – supervalorizando-se o útero e a fecundidade (MALDONADO, 1995, p.31-32).

Em virtude do significado cultural atribuído à capacidade de procriação, esse evento é vivido de maneira diferente pelo homem e pela mulher. A mulher infértil comumente sente-se inútil, incompleta ou defeituosa, não se percebendo realizada na sua identidade feminina. Sua impossibilidade de procriar poderá levá-la a uma comparação com sua própria mãe, vista como potente porque foi capaz de gerar, o que pode ativar, em relação a ela, atitudes de rivalidade ou sentimentos de inferioridade (D' ANDREA, 2002). As mulheres tendem a sofrer mais com o problema e chegam a apresentar os mesmos níveis de depressão que aquelas que têm câncer, doenças cardíacas ou infecção pelo HIV (GILL, 1998, citado por SCHARF; WEINSHEL, 2002).

O homem, por sua vez, poderá perceber-se impotente sexualmente, pois a sua potência sexual esteve, desde sempre, associada à capacidade de fecundação. Nesse caso, ele poderá estabelecer um quadro de insegurança na convivência com sua mulher, como se a situação de esterilidade evidenciasse fragilidade e incompetência. Em geral, ele prefere evitar falar no assunto e se angustia menos, a não ser que seja o portador do problema, quando pode sofrer

tanto quanto a mulher. Muitas vezes a mulher assume a identidade da infertilidade para proteger o homem (SCHARF; WEINSHEL, 2002).

Quando apenas um dos membros do casal adotante é infértil, o membro fértil terá que assumir a esterilidade do outro, renunciando à sua capacidade de procriar. Esse é um processo bastante complexo e insere um luto muito doloroso: abdicar de sua possibilidade de transmissão genética e de imortalidade através de um filho em função da impossibilidade do parceiro. Essa renúncia precisa estar fundamentada num vínculo afetivo muito consistente entre o casal, priorizando a relação interpessoal em detrimento da busca de realização puramente individual. Caso contrário, o cônjuge fértil poderá nutrir sentimentos ambivalentes em relação ao projeto de adoção, ora aprovando-o, ora rejeitando-o (SCHETTINI, 1998b). No caso do integrante fértil não ter elaborado adequadamente o impacto de sua renúncia à procriação, poderá sentir ódio pelo cônjuge e pela criança, sobrevivendo como defesa uma formação reativa que transparece na forma de superproteção e falta de limites, acarretando conseqüências danosas para a criança (MAC DONNELL, 1981, citada por LEVINZON, 2000).

Embora existam mulheres e homens que adotam crianças depois de terem tido filhos biológicos, em uniões atuais ou anteriores, grande parte dos adotantes passou pela *via crucis* de anos de exames e tratamentos para tentar engravidar ou levar a gestação a termo. A aceitação da própria incapacidade de procriar implica uma redefinição da identidade pessoal, da relação de casal, do projeto conjugal e das relações com a família ampliada. Para D'Andrea (2002, p.238), “se assumir a diferença é a primeira condição para configurar-se a opção pela adoção, o primeiro passo do percurso de um casal no caminho da adoção é assumir a própria diferença”. Segundo o autor, este movimento implica renunciar ao filho natural e separar-se das fantasias que projetaram; reconstruir um pacto afetivo, escolhendo voluntariamente cuidar de um filho nascido de outros; envolver o sistema familiar ampliado na reorganização da vida, reconstruindo um clima afetivo de acolhimento. Dessa forma, o casal conseguirá transformar a ‘falta’, o ‘vazio’ do luto pela esterilidade em desejo de realizar o trabalhoso projeto de uma procriação afetiva.

No texto *Luto e Melancolia*, Freud (1917/1976. p.275) afirma que “o luto de modo geral, é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido (...) ou o ideal de alguém, e assim por diante”. Para Mannoni (1985), em certo sentido, todos os pais, inclusive os biológicos, precisam elaborar um luto quando do

nascimento de um filho, pois, qualquer que seja ele, nunca corresponde exatamente ao que se espera. Ela sublinha:

Para a mãe, real ou adotiva, existe um primeiro estado, semelhante ao sonho, em que ela deseja “um filho”; esse filho é, a princípio, uma espécie de evocação alucinatória de alguma coisa de sua própria infância, que foi perdida. (...) Esse filho, tão ardentemente desejado, quando nasce, isto é, quando a demanda se realiza, cria para a mãe a sua primeira decepção: ei-lo então, esse ser de carne – mas, separado dela; ora, em um nível inconsciente, era com uma espécie de fusão que a mãe sonhava (MANNONI, 1985, p.42).

Hamad (2002, p.15) pondera que “só há luto de uma perda; uma perda reconhecida como fazendo parte da castração do sujeito e implicando conseqüências que o põe à altura de assumir sua falta em ser”. Segundo o autor, as entrevistas psicológicas com os candidatos à adoção põem à luz esse caminho feito pelos casais, em que cada um dos cônjuges tem seu ritmo e sua maneira particular. O autor coloca o luto da criança biológica como a problemática central numa diversidade de temas que giram em torno da interrupção da transmissão do patrimônio genético, da impossibilidade de fazer um filho idêntico a si, de dar ao outro o filho do amor e, por fim, do sentimento de estar em dívida com o outro. “Se a mulher deve carregar o luto da gravidez, o homem, antes, tem que carregar o da continuidade de sua linhagem” (HAMAD, 2002, p.77). Quando o casal ultrapassa essa dificuldade, pode se situar, de imediato, na dimensão do desejo de criança.

A adoção se dá nessa equivalência entre uma criança de ti e uma criança contigo. A criança contigo nasce do luto da criança em ti. É na medida que tal luto se dá que a adoção pode ser contada como qualquer história de criança criada numa relação normal com seus pais (HAMAD, 2002, p.18).

Diniz (2001) refere-se à esterilidade como uma ferida narcísica que não é fácil de ultrapassar, pois é acompanhada de alterações do sentimento de identidade, exigindo a renúncia definitiva de um projeto pessoal de vida e, portanto, uma modificação do Ideal do Ego.

A esterilidade é, portanto, uma situação a dois, porque frustra a realização do desejo de um casal. É importante que os pais adotivos possam lidar com os seus sentimentos de perda, decepção e luto antes que eles se proponham a criar uma criança que não está biologicamente ligada a eles. Dessa forma, podem evitar que suas fantasias inconscientes e o sentimento de raiva atuem de forma velada ou sejam projetados no filho adotado (LEVINZON, 2004).

É comum os casais inférteis sentirem-se discriminados socialmente por não poderem gerar filhos, percebendo-se diferentes daqueles que o conseguem. A necessidade de similitude é inerente ao ser humano e é compreensível o desejo de neutralizar o desconforto da diferença.

Segundo Morales (2004), pessoas que procuram a adoção como método de solução à infertilidade não estão aptos para exercer a paternidade, pois oferecerão ao filho uma situação de inexistência psíquica. A criança está sendo unicamente desejada para resolver um problema do casal, o que certamente desembocará em dificuldades ao longo do seu processo educativo.

Muitos casais vivenciam um processo penoso e lento para resolver o conflito da infertilidade, chegando ao extremo de não conseguir resolvê-lo de fato. Por outro lado, há casais que conseguem superar essa crise de forma saudável, principalmente, quando se verifica que existe um verdadeiro e amadurecido desejo pela paternidade.

É fundamental, pois, a elaboração dos componentes inconscientes que permeiam as condutas dos protagonistas da adoção. A prática clínica confirma que motivações inconsistentes para a adoção, fantasias e mecanismos de defesa se expressam manifestamente no vínculo que se estabelece entre os pais adotivos e a criança. Sua identificação, ao lado da compreensão de conflitos atuantes, em determinados momentos, evitará que se transformem em problemas insolúveis, possíveis de colocar em risco especialmente a saúde mental da criança a ser adotada. Nesse sentido, Levinzon (2000) sublinha a importância de haver uma preparação consistente para a adoção, a qual vai habilitar os pais adotivos a lidar com as especificidades do processo adotivo. Segundo a autora, é o tempo necessário para que os pais possam examinar e refletir sobre suas motivações, trabalhar lutos e perdas e, assim, identificar e avaliar questões que poderão interferir no vínculo com a criança. Quando pontos como esses estão suficientemente resolvidos para os pais, a criança pode entrar na família sem uma sobrecarga de pressões.

Segundo a autora citada, os pais adotivos precisam compreender a própria dinâmica psicológica para que haja condição de se estabelecerem os parâmetros de uma relação saudável com os futuros filhos. Essa compreensão, em todos os momentos de ansiedade e angústia, de satisfação e alegria, de dúvidas e benefícios, orienta uma decisão amadurecida. Portanto, a preparação emocional anterior ao ato de adoção torna-se imprescindível, pois existem inúmeras implicações psicológicas que merecem atenção.

### **2.3 O processo de revelação da origem biológica**

---

É senso comum entre os estudiosos e profissionais da adoção de que é imprescindível a criança ter acesso às informações sobre sua origem biológica. A história de sua vida passada representa uma parte peculiar de sua identidade, que não pode ser anulada, mas que precisa ser aceita e integrada à nova filiação adotiva.

Entretanto, a revelação da origem, para muitos pais adotivos, é o momento mais angustiante e temido em toda a história da adoção. Enquanto alguns pais o enfrentam com naturalidade, outros têm muita dificuldade para abordar o assunto, vivenciando muito estresse e tensão. Esse momento passa a ser considerado a “hora da verdade”, quando sentimentos conflitantes e angústias reprimidas podem vir à tona, acarretando efeitos desastrosos.

A difícil opção de silenciar, guardando para si segredos que acabam sendo camuflados por piedosas inverdades, pode estar calcada em conflitos não resolvidos do casal. Constrói-se, por vezes, um constante clima de sobressalto ligado ao temor de que alguma pessoa revele a verdade. Se, eventualmente, a criança perceber, por um processo inconsciente, o não-dito, ficará confusa se os pais tentarem convencê-la do contrário. Por outro lado, se perceber que determinados conhecimentos não são permitidos, poderá reprimi-los ou, ainda, esconder dos pais informações obtidas indiscretamente por outras pessoas, ampliando assim, de ambos os lados, áreas inacessíveis e censuradas de diálogo. Por essas razões, entre outras, muitos estudiosos têm salientado a importância da revelação da adoção para o desenvolvimento sadio da criança e para a solidificação dos sentimentos de confiança e valorização entre pais e filhos.

Giberti (2001) afirma que costuma alertar os futuros pais adotivos de que precisam estar preparados para o sofrimento que o filho adotivo evidenciará em algum momento de sua vida quando elaborar a história de sua adoção. Segundo a autora, adotar uma criança significa adotar antecipadamente o direito à dor que pode sentir a criança quando, em algum momento de sua vida, compreender a história de sua origem. “A forma, a maneira como cada criança transmitirá a dor por essa compreensão constituirá um sofrimento inevitável ainda que transitório, e a intensidade do mesmo dependerá das características pessoais de cada adotivo” (GIBERTI, 2001, p.116).

Levinzon (2004) afirma que abordar o tema da adoção com a criança implica tocar em vários aspectos, muitas vezes, não elaborados pelos pais, como a infertilidade, a existência

dos pais biológicos, a experiência de abandono e rejeição da criança e o medo quanto à possibilidade de ruptura do vínculo afetivo formado.

A autora refere várias razões para justificar a necessidade de se contar à criança que ela foi adotada:

1. uma relação saudável entre pais e filhos baseia-se na abertura de diálogo e na honestidade – sem honestidade, forma-se uma trama familiar baseada em premissas falsas, o que pode prejudicar o relacionamento e o desenvolvimento da criança;
2. o adotado que só descobre a sua adoção no fim da adolescência ou na idade adulta, poderá vivenciar sentimentos profundos de traição e dor – se algo tão fundamental e básico como o relacionamento entre a criança e os pais está baseado em uma mentira, então tudo o mais também é falso;
3. o ato de esconder uma informação como esta indica à criança que há algo errado com a adoção, que é um ato de segunda classe embutido de culpa e vergonha;
4. há sempre a possibilidade de que a criança saiba da adoção por terceiros, e de modo inadequado, o que exacerba o sentimento de traição e falta de confiança nos pais;
5. finalmente, e talvez a razão mais importante, a criança tem o direito de saber a verdade sobre sua origem. Além disso, será revelado um fato que está marcado inconscientemente na criança, o que vai ajudá-la a desfazer a confusão entre o que sente e aquilo que sabe.

Vários autores (WEBER, 1998; KUMAMOTO, 1999; SCHETTINI, 1999; HAMAD, 2002; LEVINZON, 2004) afirmam que os pais que discutem abertamente com os seus filhos, que compartilham informações sobre suas origens e, até mesmo, os ajudam, ativamente, na busca de seus pais naturais, criam adultos mais seguros de si e com um *self* mais firme e definido. Esta abertura também proporcionará à família adotiva um relacionamento mais maduro e solidificará os vínculos afetivos.

As repercussões do não-revelar a verdade sobre a adoção podem assumir as mais diferentes apresentações. Uma relação mediada pela desconfiança dos filhos e pelo medo dos pais é percebida através de desorganizações de ordem comportamental, emocional, e em alguns casos, até desorganizações psicossomáticas (ATAÍDE, S.; TEIXEIRA, A.L.; ROCHA, B., 2006).

Para D'Andrea (2002), a família biológica precisa deixar de representar um fantasma persecutório e reconquistar um espaço de visibilidade necessário para ser integrada na experiência adotiva. Calar ou desestimular a curiosidade do filho alimentará a construção de áreas secretas. Tacitamente se estabelecerão os temas a serem evitados e será criado um contexto relacional de evitação, que limitará os espaços da filiação recíproca. Segundo o autor, se prevalecer a dinâmica competitiva (família biológica má versus família adotiva boa), a criança adotada poderá sentir-se no meio de duas famílias, como refém entre o biológico e o afetivo.

Se, ao contrário, os pais adotivos, ao construírem o novo vínculo, ajudarem o filho a integrar a família biológica, reconhecendo-lhe o valor como parte inicial, indispensável de sua vida, então a filiação dupla poderá ser vivida de maneira integrada. Uma relação com essas características não verá como um problema o fato de comunicar ao filho sua origem, porque a considerará uma “etapa natural” na construção do vínculo adotivo (D'ANDREA, 2002).

Kumamoto (1999) afirma que os filhos adotivos crescerão encarando a verdade da adoção como algo natural se sempre lhes forem fornecidas respostas esclarecedoras sobre sua origem. Os pais lhes passarão uma sensação de credibilidade e confiança e se sentirão seguros e aceitos por sua família. Mas, caso ocorra o silêncio da verdade sob o pretexto de protegê-las de constrangimentos, outras dificuldades menos controláveis e até imprevisíveis poderão surgir. Se a criança perceber que o conteúdo não dito é “proibido”, pode reprimi-lo, acarretando prejuízos em seu processo de maturação da personalidade e em seu rendimento escolar.

Conforme D'Andrea (2002), na medida em que o luto da esterilidade for elaborado a adoção pode ser contada como qualquer história de criança criada numa relação normal com seus pais. Dessa forma, o que chamamos revelação da história da criança no campo da adoção perde sua razão de ser. Não há revelação; há uma história que é vivida, que é construída, que se conta no dia-a-dia à medida que acontece.

Em contrapartida, caso os pais não tiverem elaborado o luto da gravidez biológica, falar da origem do filho não só representará tornar explícitas questões não resolvidas do casal, bem como colocará em dúvida o seu posicionamento frente à criança, a identidade dela e seu próprio papel enquanto pais. A tendência é, com o passar do tempo, assumir cada vez mais o caráter de “revelação”, carregando o evento de muita ansiedade e angústia, seja em relação ao fato de quando e como deverá acontecer, seja por medo de que a criança deixe de gostar dos pais ao saber da verdade por outros (D'ANDREA, 2002).

Para Hamad (2002, p.117), a revelação se dá mais simplesmente, naturalmente, na medida em que os pais adotivos ultrapassaram seu próprio mal-estar referente à sua particularidade de casal estéril, ou, ainda, à particularidade da história da criança. “É na medida em que os pais adotivos estão à vontade, vigilantes quanto à particularidade da criança a adotar, que podem se comunicar de maneira positiva e valorizar a criança na especificidade de sua história”.

Woiler (1987) também entende que a questão da revelação ou da não revelação da adoção à criança dependerá do nível de elaboração da esterilidade do casal adotante, pois, dependendo do nível de elaboração dessa ferida narcísica, ocorrerá a possibilidade de uma aproximação e de uma revelação adequada, gradativa, com respostas adequadas às perguntas da criança, que lhe permitirá construir afetiva e cognitivamente a sua história de vida.

O nível de elaboração da esterilidade do casal tem também influência no clima de verdade que deve existir no vínculo pais e filhos. Muitas vezes, o casal poderá optar pela não revelação da adoção, arriscando-se a que a criança venha a saber através de estranhos ou terceiros, provavelmente no momento e forma errados, causando sérios comprometimentos emocionais.

O desejo de adotar um recém-nascido, na maioria das vezes, insere a expectativa de que assim o filho se apegará mais facilmente, pois não terá uma história prévia de eventuais sofrimentos, como freqüentemente acontece nas adoções tardias (crianças maiores de três anos de idade). O fato de desejar adotar uma criança “des-historificada”, sem passado, muitas vezes esconde o medo dos adotantes de se defrontar com a história e o medo de que a família natural do filho influencie negativamente a relação futura (D’ANDREA, 2002). Segundo o autor, a adoção em locais distantes pode ser vista como uma espécie de atalho e uma solução para exorcizar esse medo, na esperança de poder “libertar-se” do passado da criança através da distância.

Um outro aspecto que freqüentemente inquieta os pais é definir em que época do ciclo vital da criança deverá ser efetivada a revelação da origem. Não há um consenso geral no que diz respeito à definição de uma idade ideal para a revelação, nem quanto à melhor forma de fazê-lo, entretanto, a maioria dos profissionais recomenda que a verdade deve ser contada o mais cedo possível.

Dolto (1988, p.30) acredita que “nunca é cedo demais para falar a verdade para a criança” e aponta a verdade como condição para a cura de males psicológicos: “Se contarmos às crianças bem pequenas a sua verdadeira história, nós as curamos” (DOLTO, 1988, p.26).

Levinzon (2004) considera que a idade mais adequada para os pais começarem a conversar com seus filhos sobre a adoção parece ser a época em que a criança começa a se interessar pela origem dos bebês e pela sexualidade, por volta dos 3 ou 4 anos de idade.

Segundo Winnicott (1955/1997), mais do que informações, as crianças precisam de pais confiáveis, que estejam ao seu lado na busca da verdade e que compreendam que elas precisam experimentar a emoção apropriada à situação real. Neste sentido, Levinzon (2004, p.55) acrescenta: “Mesmo que a emoção apropriada seja de decepção, raiva, frustração, poder vivê-la acompanhado dá ao indivíduo possibilidade de desenvolver recursos psíquicos”.

O dilema da revelação deixa de existir se os pais adotivos aceitam a verdade de que não são os pais biológicos; o problema crucial a ser enfrentado não é a época da revelação, mas a ferida narcísica que ela representa àqueles indivíduos que sentem dificuldades para aceitar sua infertilidade ou a do cônjuge.

Giberti (2001) afirma que qualquer oposição para que o filho adotado tenha acesso às suas origens pode ocasionar a obstrução da via do saber, resultando em transtornos de aprendizagem. Nas suas palavras (2001, p.165):

Ao se considerar a patologia de crianças adotadas, é imprescindível separar a patologia que podem apresentar os adotados que receberam informação a respeito de sua origem, daqueles que não foram informados. Estes últimos, quase inevitavelmente, apresentam problemas de aprendizagem, como se para eles incorporar conhecimentos se constituísse num grave problema. ‘Investigar coisas e aprender’ são dois elementos que parecem caminhar juntos.

Wolter (1987) também considera que existe uma possível relação entre a adoção “não revelada” e a “revelação inadequada” com os problemas de aprendizagem escolar. Por adoção “não revelada”, a autora entende ser a adoção em que a criança não foi informada (por seus pais) sobre sua condição de criança adotada. Por “revelação inadequada”, entende a adoção em que a criança foi informada da sua condição de criança adotada de forma traumática, abrupta, por terceiros ou estranhos, de modo superficial, precoce ou tardiamente, seja por uma ou por mais de uma dessas condições.

A autora argumenta que a tarefa de aprender fica contida pelas fantasias edípicas, que somadas à proibição do saber, criam um estado de temor para com a escola e os professores, que são vivenciados pela criança como agentes da retaliação.

Hintz (1994) alerta para os riscos que as famílias correm em manter um segredo. Poderá haver uma ruptura de vínculos afetivos como um preço a pagar por sua pseudo-segurança emocional. Em contrapartida, um segredo mal-revelado ou revelado em momento inoportuno pode, igualmente, romper laços, danificar interações, levando as pessoas a optarem por uma saída, que poderá ser o rompimento brusco do relacionamento. Tal atitude gera, por sua vez, um sofrimento intenso e um forte sentimento de fracasso.

Dolto (1998b) considera a revelação uma possibilidade de simbolizar o sofrimento reordenando a história, de modo que a criança tenha sua identidade assegurada através de sua origem, e assim possa assumir sua condição de sujeito. A autora é enfática quanto à necessidade de que todos os dados sobre a realidade da criança sejam a ela transmitidos, salientando que, para que a criança possa adotar novo pai e mãe, precisa saber que seu pai e mãe biológicos ou arcaicos estão nela, integrados irreversivelmente a seu corpo.

Segundo a autora citada, somente os pais adotivos que conseguem restituir à criança, através das palavras, sua origem biológica, mostram a ela o seu lugar simbólico. Uma criança pode estruturar-se simbolicamente em função de seu passado, interiorizando os genitores que a abandonaram ao invés de tentar destruí-los ou negá-los. Além disso, é possível que a criança reviva sua história em atos, caso não possa ser vivida em palavras. Para a autora, alguns adultos

[...] pensam que um ser humano só “sabe” da sua história o que dela lhe contam ou aquilo de que se lembra mentalmente. O inconsciente sabe, mas se sua história verídica não for posta em palavras, a vida simbólica da criança estará em bases inseguras (DOLTO, 1998b, p.235)

No entendimento de D’Andrea (2002), o ato de dizer à criança que ela foi adotada não precisa ter o caráter de uma “revelação”. Os pais podem ir “preparando o terreno”, de modo que esta informação ocorra da forma mais natural possível, por meio de histórias, fotos, relato de experiências, pequenas observações. Quando a criança tem a sensação de “sempre ter sabido”, evita-se o caráter imponente e traumático do desvendamento de um “segredo”.

Hamad (2002) sugere que se prepare um álbum com fotografias que represente uma espécie de pequena reportagem com os pais adotivos: as fotos da maternidade ou do abrigo onde estava a criança, ou do encontro com os pais adotivos. A criança deve poder manipular

este álbum tatilmente, quase como um brinquedo, que representa a materialização do que se chamará: “nosso encontro contigo”. Cria-se desta forma um objeto transicional, como uma placenta adotiva, intermediária entre a realidade do encontro e a fantasia do nascimento.

Em muitos casos, o temor que os pais adotivos sentem ao falar ao filho sobre os genitores, significa admitir que não conseguiram gerar um filho e precisaram de uma criança nascida de outros pais. Para Paiva (2004, p.119)

O não dizer dos pais é uma confissão de culpa, um julgamento e uma condenação implícitos. Condenam-se da tentativa de encaixar uma criança em seu sonho, fazendo dela um instrumento para resolver, a qualquer custo, a questão deste casal, quanto a poder ou não ser mãe e pai.

De acordo com Dolto (1990), alguns pais chegam mesmo a inverter a situação, repetindo ao filho o esforço que fizeram para adotá-lo, tentando culpá-lo de algo que a natureza lhes recusou, quando, de fato, poderiam reconhecer que a adoção é que serviu ao propósito de buscar alento e consolo para suas dores.

Observações clínicas de vários autores apontam para o fato de que a maioria das crianças adotadas acredita que seus pais naturais não as amavam, e, por este motivo, as abandonaram. Portanto, eram pessoas ruins. Não ser amado pelos pais estabelece uma grande ferida narcísica. Uma boa relação com os pais adotivos, na qual a criança se sinta amada, aceita e compreendida, pode proporcionar, segundo Levinzon (2000, p.40), a oportunidade de minimizar as fantasias da criança adotada. A autora menciona que o seu trabalho em psicoterapia com crianças e adultos demonstrou, diversas vezes, que pessoas não adotadas podem apresentar sentimentos e fantasias semelhantes aos das crianças adotadas. No seu entendimento, “filhos que convivem com pais biológicos extremamente problemáticos, talvez sintam-se tão rejeitados ou abandonados quanto as crianças que realmente tiveram esta vivência”.

#### **2.4 A adoção de crianças maiores – Adoção tardia**

---

A adoção de crianças maiores é comumente designada como “adoção tardia”. Diversos autores (VARGAS, 1998; WEBER, 1998; EBRAHIM, 1999; FERREIRA, 2003; LEVINZON, 2004; CAMARGO, 2006) consideram a faixa etária entre dois e três anos como um limite entre a adoção precoce e a adoção tardia.

A criança é considerada maior quando já consegue se perceber diferenciada do outro e do mundo – ela não é mais um bebê – tendo uma certa independência do adulto para satisfazer as suas necessidades básicas. Vargas (1998) pondera que outros fatores precisam ser levados em conta para essa avaliação, tais como o tempo de permanência da criança em instituição e o seu nível de desenvolvimento. Algumas crianças aos dois ou três anos de idade não apresentam comportamentos compatíveis com a sua faixa etária, ou seja, não andam, não falam e não controlam os esfíncteres. Dessa forma, a sua adaptação a uma família por adoção não apresentará características típicas de uma adoção tardia (VARGAS, 1998).

Segundo Vargas (1998, p.35), as crianças maiores que são encaminhadas para adoção

[...] ou foram abandonadas tardiamente pelas mães, que por circunstâncias pessoais ou sócio-econômicas, não puderam continuar se encarregando delas ou foram retiradas dos pais pelo poder judiciário, que os julgou incapazes de mantê-las em seu pátrio-poder, ou, ainda, foram “esquecidas” pelo Estado desde muito pequenas em “orfanatos” que, na realidade, abrigam uma minoria de órfãos [...].

Essas crianças, por estarem afastadas do convívio familiar por um período muito mais longo do que seria o recomendado, ou muitas vezes, por nem mesmo saber o que é convívio familiar são “protótipos dos resultados devastadores da ausência de uma vinculação afetiva estável e constante e dos prejuízos causados por um ambiente empobrecido e opressivo ao desenvolvimento infantil” (WEBER, 1998, p.64). Conforme Weber (1998), o desenvolvimento de uma criança é severamente prejudicado num ambiente institucional, pois no mesmo impera a falta de identidade e a disciplina massificadora.

Dentre as várias modalidades possíveis de adoção, há um consenso entre os autores de que as adoções tardias são as mais difíceis, demandando uma real conscientização dos pais adotivos a respeito de possíveis frustrações e problemas que poderão enfrentar. Quanto maior for a idade da criança, maiores serão as lembranças e os sofrimentos a serem elaborados por ela; além disso, uma espera demasiado longa pela adoção pode encher suas fantasias e seus pensamentos de ansiedades, dúvidas e expectativas.

A adoção tardia, dentro da cultura de adoção vigente, provoca os maiores impactos na sociedade, pois ela expõe de maneira óbvia as diferenças. As pessoas ainda nutrem sentimentos de estranheza e curiosidade ao se depararem com as várias possibilidades de combinações familiares que são criadas a partir das adoções tardias: famílias multi-raciais – a maioria das crianças que estão nas instituições são negras ou mulatas e com mais de dois anos

de idade; pais na meia-idade (ou até na terceira idade), com filhos biológicos adultos, adotam dois ou três filhos em idade escolar (a maior disponibilidade de crianças para adoção são grupos de irmãos); casais com pouco tempo de casamento adotam filhos maiores e surpreendem amigos e familiares ao apresentarem o filho já crescido.

De acordo com Vargas (1998), a questão do preconceito social em relação à adoção de crianças maiores é fator determinante para a pouca disponibilidade de candidatos para estas adoções, pois a adoção continua sendo mais aceita quando atende a uma necessidade “natural” de um casal com impedimentos para gerar filhos, desde que estes sejam bebês e “passíveis de serem educados”.

A autora citada realizou pesquisa do tipo “estudo de caso” onde acompanhou cinco grupos de pais e filhos adotivos tardios, tendo constatado que a maioria desses pais (75%) depararam-se com situações em que sofreram preconceito em relação à prática da adoção e, mais especificamente, pelo fato de a criança adotada ser “já tão grande”. A autora acompanhou o sofrimento real desses pais ao lidarem com esses preconceitos, principalmente, quando eles vinham associados à sensação de impotência ou ao sentimento de menos-valia relacionado à não-procriação do filho.

Segundo Weber (1998), as adoções tardias são evidentes demais, por isso são preteridas, e, principalmente, por parte dos pais com problemas de esterilidade/infertilidade, pois denunciam a sua impossibilidade biológica.

Para Camargo (2006, p.91) “os mitos, que constituem a atual cultura da adoção no Brasil, apresentam-se como fortes obstáculos à realização de adoções de crianças ‘idasas’, pois potencializam crenças e expectativas negativas ligadas às prática da adoção tardia”. O autor afirma que as expectativas presentes no imaginário dos candidatos a pais transformam a criança ainda bebê em possibilidade de realização e alvo de interesses, sendo, por isso, mais procurada para adoção. As expectativas dos adotantes são também os motivos pelos quais as crianças maiores são preteridas para a adoção.

Os resultados de uma pesquisa de Ebrahim (1999) indicam que os adotantes tardios têm um nível sócio-econômico superior, há uma tendência para uma predominância de candidatos solteiros e uma maior presença de filhos biológicos nas famílias em comparação com adotantes que efetuaram adoções precoces. Quanto às motivações para a adoção, os adotantes tardios apontaram, prioritariamente, o fato de se sensibilizarem com a situação de

abandono das crianças. Os dados caracterizam os adotantes tardios como mais maduros, estáveis emocionalmente e mais altruístas em comparação com candidatos convencionais.

Embora a adoção tardia apresente desafios e fases críticas importantes, as crianças adotadas em uma fase mais adiantada encontram condições para uma vida emocional e material satisfatória se contarem com o empenho dos pais adotivos e com uma orientação técnica adequada. Eles poderão retomar o desenvolvimento de suas potencialidades, ou até iniciá-lo, caso tenham vivido anteriormente em um estado de abandono e carência afetiva (LEVINZON, 2004).

Teffaine (1996) e Vargas (1998) relatam experiências bem-sucedidas de adoções tardias. Ebrahim (1999) menciona pesquisas (ANDERSEN, 1992; TIZARD E HODGES, 1978) que confirmam não existir uma relação direta entre problemas de comportamento e idade da criança na época da adoção. Ferreira (2003), a partir de uma pesquisa com seis famílias, concluiu que, com exceção das dificuldades naturais ao processo, a adoção tardia não foi problemática, mas uma solução para a vida de risco da criança.

Diniz (1994) afirma que o vínculo afetivo criado a partir da adoção de bebês é bem diferente daquele que se estabelece com uma criança maior ou com um adolescente. Apesar de os primeiros meses de vida serem os mais indicados para a formação de uma relação parental substituta, isto não exclui a possibilidade da adoção de crianças maiores. A concretização da adoção dependerá da vivência da criança e dos motivos que a impossibilitaram de permanecer na sua família de origem, bem como da flexibilidade e capacidade de dedicação dos pais adotivos. Segundo o autor, o fato da criança ter mais idade não é um elemento inviabilizador da adoção e que, por si só, afaste a criança dos benefícios de uma reintegração familiar.

Schuepp e Schuepp (1994) e Albuquerque (1994) apontam para a carga de rejeição e sofrimento que a criança adotada tardiamente trará consigo para a família substituta e que, certamente, poderá afetar o seu desenvolvimento emocional e psicossocial. No entanto, não descartam as possibilidades de êxito desse tipo de adoções, desde que a criança seja inserida num contexto verdadeiramente afetivo, baseado em padrões amorosamente firmes e na aceitação incondicional de suas peculiaridades.

D'Andrea (2002) afirma que este tipo de adoção exige que os pais adotivos saibam reconhecer e acolher como riquezas os três dotes dos quais a criança é portadora: seu corpo, seu nome e sua história. Acolher essa diversidade é o reconhecimento da outra parte da

identidade da criança, identidade da qual poderá até orgulhar-se, se incentivada pelos pais adotivos. Os pais adotivos, “atando os laços do passado com os do presente, introduzirão a criança em sua própria rede familiar, tornando-a a continuadora de sua própria história familiar” (D’ANDREA, 2002, p.244). Ao reconhecer-se na história da criança, os pais adotivos poderão identificar-se com o seu sofrimento e elaborar, junto com ela, o luto pela perda sofrida.

Vargas (1998) enfatiza que há inúmeros fatores que influenciam este tipo de adoção. É importante avaliar a prontidão da criança e dos adotantes para constituírem uma nova família a partir de questões como:

1. O processo de aproximação da criança com a família substituta – é fundamental que os pais candidatos mantenham uma atitude de disponibilidade afetiva pela criança, deixando-a livre para manifestar o seu desejo de adoção recíproca;
2. A separação da criança da família biológica – se esta aconteceu de forma traumática, motivada por maus tratos ou negligência, as dificuldades para estabelecer novos vínculos afetivos podem ser maiores;
3. Outros vínculos afetivos que a criança tenha tido no período que antecedeu o processo de adoção – quanto mais perdas a criança tenha sofrido, mais frágil poderá ser a sua capacidade de confiar novamente;
4. O tempo e as condições em que a criança ficou abrigada – quanto maior for o tempo da permanência da criança num abrigo, maior poderá ser o risco dela vir a ter dificuldades na adaptação na nova família.

Segundo a autora, se a criança conseguiu estabelecer vínculos precoces positivos, e internalizar uma figura de mãe boa, mostrará uma capacidade maior de vínculo com a família adotiva. Ela poderá reconstruir suas representações de *self*, interiorizando novas figuras parentais. Em seu estudo sobre adoções tardias, em que acompanhou famílias que recorreram a esse tipo de adoção, a autora constatou alguns pontos de similaridade em todos os processos de adaptação criança-família:

1. Comportamento regressivo: as crianças apresentam um comportamento típico de estágios anteriores do desenvolvimento e que não faria, normalmente, parte do repertório de uma criança maior, e o qual não era esperado pelos pais adotivos. Por exemplo, pedir pela chupeta ou mamadeira, fazer xixi na cama, pedir para dormir na

cama dos pais, pedir colo, começar a falar com expressões de crianças muito novas, etc;

2. Agressividade: aparecendo em algum momento do processo, geralmente, depois da primeira fase, de encantamento mútuo;
3. Ritmo de desenvolvimento global da criança: constatou ser bastante acelerado se comparado aos padrões considerados normais;
4. Esforço da criança para se identificar com as novas figuras parentais: imitação do padrão de comportamento familiar onde busca o estabelecimento de laços significativos;
5. Enfrentamento do preconceito social: a maioria dos pais relatou situações em que se depararam com o preconceito em relação à prática da adoção de uma criança maior;
6. Necessidade de preparação e acompanhamento específico no processo: a maioria dos pais referiram como necessária a preparação para a adoção, bem como a orientação e o acompanhamento específicos durante o estágio de convivência.

Segundo Ferreyra (1994), na adoção de crianças maiores, lida-se com “conflitos”, e como em todo o conflito existem problemas de “vínculos”. A resolução desses conflitos consistirá em criar “novas estruturas vinculares”. Conforme a sua experiência com a adoção de crianças maiores, apesar de algumas dificuldades, a adaptação, ou o que a autora denomina como “fusão” com a nova família, se realizou admiravelmente bem. Nos casos em que surgiram problemas, com algumas exceções, foram resultado de uma dificuldade dos adultos, fruto de sua inexperiência e de uma falta de orientação adequada.

No entendimento da autora, o mais importante é saber que toda criança possui potencialmente uma grande capacidade de assimilação e adaptação e que, inegavelmente, necessita ser positivamente estimulada e guiada. Para que esse potencial seja desenvolvido, é preciso ter confiança. Muitas vezes, é exigida da criança, recém-integrada, uma conduta mais correta do que a de qualquer outra criança, como se o fato de ter ganho uma família, significasse a retribuição de uma automática docilidade, educação e bom comportamento. Qualquer manifestação que fuja desses modelos, é interpretada como “sinal de perigo”. Os pais adotivos esperam atitudes adequadas e resultados imediatos, submetendo a criança a exigências exageradas, que, não podendo ser correspondidas, acabam por produzir um total desajuste em sua conduta. Tudo isso não deve gerar confusões, pois, de forma alguma, significa que esse novo filho não requeira, desde o início, a colocação de limites, e que seja

repreendido sempre que seja necessário. Ele precisará tanto disso quanto do carinho que ele tanto espera. Segundo a autora

[...] se os pais conseguem desde o início indicar um caminho correto, com carinho e firmeza, a transição se fará com naturalidade. O que desorienta é a falta de coerência, permitindo um dia o que foi proibido no outro. A criança necessita que lhe seja fixado um marco de referência estável e seguro (FERREYRA, 1994, p.146).

Ferreira (1994) enumera vários motivos que poderiam impulsionar eventuais pais adotivos a se decidirem pela adoção de uma criança que já passou a primeira infância:

1. Pais que temem a possibilidade de adotar uma criança que possa trazer alguma anomalia, poderiam acolher com maior tranqüilidade uma criança maior, sobre a qual é possível saber-se melhor o grau de saúde física e mental;
2. Pessoas já não tão jovens poderiam considerar um obstáculo o envolvimento e as exigências de um bebê, tipo fraldas e mamadeiras, por já não se sentirem mais com energia suficiente para todo esse envolvimento, mas estariam dispostos a ter os cuidados, de outra ordem, que necessita uma criança maior;
3. Casais com filhos adolescentes ou adultos, que sentem a necessidade de uma criança, e se sentem com disponibilidade afetiva para ter um outro filho – começar de novo com um bebê lhes parece mais difícil, mas não com uma criança que já corre, brinca, e “se vira” sozinha. Essa criança, além disso, lhes daria a oportunidade de se sentirem novamente “jovens pais”, revivendo experiências e permitindo dar um amor paternal que ainda sentem existir;
4. Nada pode ser mais gratificante do que poder comprovar as conquistas dessas crianças com relação a uma nova família. No aspecto cultural: a rapidez com que enriquecem seu vocabulário, adotam novas atitudes, melhoram sua compreensão e, paulatinamente, aceleram a sua aprendizagem escolar;
5. Nenhuma outra criança vai demonstrar tanto o seu orgulho em poder levar o nome de “seus pais”; geralmente, muito antes de terminar o trâmite legal, já se faz chamar dessa forma, pede que a inscrevam assim no colégio e espera ansiosamente o documento onde figura a sua nova identidade;
6. Viver, passo a passo, todo este processo, as mudanças favoráveis que vão ocorrendo, o amor que vai sendo despertado, contribui de forma muito especial para construir a

“condição de pais”, que poderão, então, apreciar concretamente como irmão transmitir à criança suas próprias vidas;

Segundo a autora, muitas outras razões poderiam ser apresentadas, para defender a adoção de crianças maiores, mas, fundamentalmente, “enquanto a expectativa de adotar um recém-nascido é uma ilusão que espera poder realizar-se, a de uma criança maior é uma realidade que aguarda ser concretizada” (FERREYRA, 1994, p.147).

Conforme Teffaine (1996), não é possível fazer generalizações em relação à adoção tardia; cada situação é excepcional, cada experiência é singular, cada trajetória é única. O processo de adoção é comparado a um segundo nascimento, que envolve regressões, e, posteriormente, uma retomada do desenvolvimento. A autora enfatiza prudência e paciência diante do delicado problema das relações entre o passado e o presente. A criança poderá alternar períodos de esquecimento da situação da vida passada e lembranças súbitas em um jogo de associações que apenas a criança poderá compreender. Sempre haverá o temor de um novo abandono, o qual resulta em comportamentos hostis para com os pais adotivos, como forma de proteger-se da possibilidade de ocorrer novamente.

Ferreira (1994) salienta que, para um melhor processo de integração criança-pais adotivos, é de grande importância que os pais sejam preparados para saber qual é a etapa evolutiva (com suas características) que corresponde à criança que se integrará em seu lar. Como cada período da infância e da puberdade apresenta crises, será necessário que possam diferenciá-las dos problemas próprios da adaptação, assim como de suas peculiaridades de temperamento, que paulatinamente irão conhecendo e modificando. Segundo a autora, pais que já têm outros filhos, ou experiência com crianças, conseguem enfrentar melhor as dificuldades.

A preparação da criança a ser adotada é tão importante quanto a preparação dos pais. Segundo Vargas (1998, p. 144), “no trabalho de preparação da criança, o rompimento dos laços familiares anteriores e a vivência do luto pelas perdas dos mesmos são questões iniciais a serem abordadas em profundidade”. Por outro lado, a criança maior que tem relações sociais estabelecidas com o grupo na instituição, sofre, ao saber que vai sair e que os colegas continuarão lá. Na sua percepção, estará abandonando os colegas, virando as costas para eles. Tal situação pode por em risco a adaptação na nova família (VARGAS, 1998).

Camargo (2006) também salienta a importância da prévia preparação tanto de postulantes à adoção quanto de crianças a serem adotadas. “O vínculo na adoção tardia se dá

como uma via de mão dupla: a família adota a criança e a criança adota a família” (CAMARGO, 2006, p.202). Nessa perspectiva, segundo o autor, “famílias adotivas não são famílias que adotaram crianças simplesmente, mas famílias que foram adotadas por crianças.

Quanto mais tempo a criança tenha permanecido na instituição, onde não se consideram as individualidades, maiores serão os obstáculos para esta criança encarar a vida em uma nova família. Segundo Vargas (1998), num trabalho de preparação, com aproximações sucessivas, pode-se chegar a uma adequação da família sonhada com a família possível e desenvolver na criança uma noção do que ela pode encontrar (alegrias e dificuldades) nesse processo de inserção social. Tendo o suporte necessário, uma ponte segura, ela estará melhor instrumentalizada para fazer a sua travessia do abandono/instituição para o seio de uma família.

## **2.5 Mitos, preconceitos, medos e fantasias**

---

Na convivência social aprende-se, em maior ou menor intensidade, a ter algum tipo de preconceito. Em nosso dia-a-dia, vivenciamos situações que expressam significativamente diversos tipos de preconceitos. Atitudes pré-concebidas fazem parte do cotidiano social refletindo um comportamento aprendido.

A escassez de estudos científicos no Brasil, principalmente quantitativos, determinou que a adoção fosse tratada de forma preconceituosa, alimentando fantasias e mitos. A cultura popular refere-se aos filhos adotivos como crianças problemáticas, revoltadas, ingratas com quem lhes acolheu, incapazes de superar o “trauma” do seu abandono e fadadas a repetir comportamentos, supostamente inadequados, de seus pais biológicos (o medo da hereditariedade desconhecida da criança). Assim, a associação dos mitos, da falta de esclarecimento e excessiva valorização dos laços consangüíneos, determinam que, no Brasil, a adoção ainda seja vista como um sintoma. Esse significado vem tanto das pessoas em geral, quanto de muitos psicólogos, psiquiatras, professores e também de pais adotivos (WEBER, 1998).

Para Camargo (2006, p. 99), os mitos acerca da adoção são exemplos de uma forma de expressão do pensamento coletivo que, “embora carregados de sentido, porque exprimem e sintetizam experiências verdadeiramente vivenciadas, representam paralelamente a imprecisão interpretativa e racional daqueles que atuam em suas formulações”.

Nos últimos dez anos, muito se têm falado e trabalhado no sentido de se consolidar uma nova cultura de adoção no Brasil. Entretanto, enquanto prática social, verifica-se que a adoção ainda é atravessada por crenças, valores e padrões de comportamento historicamente construídos e vigentes, o que confirma a necessidade de se intensificar o movimento em busca de explicitação e/ou configuração desse quadro. Desse modo será possível enfrentar, corrigir e/ou superar os limites, entraves, equívocos, mitos e preconceitos que ainda perpassam o imaginário social e que vêm sendo, sistematicamente, apontados em pesquisas produzidas no país.

Para Camargo (2006, p.99), os mitos são “exemplos de uma inconsciente tentativa de manutenção e reforçamento da atual cultura de adoção, que envolve conceitos importantes como maternidade, paternidade e filiação”. Segundo o autor, os preconceitos geradores dos mitos que produzem a cultura são continuamente disseminados retro-alimentando crenças, valores, medos, expectativas e fantasias negativas acerca da adoção.

Weber (1997, 1998 e 1999) realizou várias pesquisas com pais e filhos adotivos e também com a população em geral, sendo que os dados levantados indicam o grande número de preconceitos envolvendo a adoção e que estão inscritos na cultura popular. As pesquisas realizadas mostram que alguns destes preconceitos estão tão arraigados e são tão fortes que interpõem-se até mesmo no discurso e nas ações de pais e filhos adotivos. De acordo com o levantamento de dados,

1. as pessoas teriam medo de adotar crianças maiores (acima de 6 meses) devido à dificuldade de educação;
2. teriam medo de adotar crianças de cor diferente da sua pelo “preconceito dos outros”;
3. teriam medo de adotar crianças com problemas de saúde pela incapacidade de lidar com a situação e pelas despesas altas que teriam;
4. teriam medo de adotar uma criança que viveu muito tempo em orfanato pelos “vícios” que traria consigo;
5. teriam medo de que os pais biológicos pudessem requerer a criança de volta;
6. teriam medo de adotar crianças sem saber a origem de seus pais biológicos, pois a “marginalidade” dos pais seria transmitida geneticamente;
7. culpabilizam somente os pais pelos internamentos e abandono dos filhos e pensam que o governo deveria controlar o número de filhos, principalmente em mulheres pobres;

8. pensam que uma criança adotada, cedo ou tarde, traz problemas;
9. acreditam que a adoção beneficia, primordialmente, o adotante e não a criança, sendo um último recurso para pessoas que não conseguem ter filhos biológicos;
10. acreditam que a adoção pode servir como algo para “desbloquear algum fator psicológico” e tentar ter filhos naturais;
11. acreditam que, quando a criança não sabe que é adotiva, ocorrem menos problemas; assim, deve-se adotar bebês e “fazer de conta” que é uma família natural;
12. acreditam que as adoções realizadas através dos Juizados são demoradas, discriminatórias e burocráticas e recorreriam à adoção “a brasileira” caso decidissem adotar;
13. consideram que somente laços de sangue são “fortes e verdadeiros”.

Dentre os inúmeros mitos que povoam o imaginário social e constituem a atual cultura de adoção, o “mito dos laços de sangue” é, sem dúvida, o mais avassalador, pois insere a “crença de que o fator biológico regerá o destino final e quase sempre trágico dos casos de adoção” (CAMARGO, 2006, p. 74).

As fantasias sobre a importância “da descendência de sangue” proporcionam condições para a confusão e discriminação entre a paternidade biológica e adotiva, atribuindo maior relevância à primeira (WEBER, 1998). Geralmente é conferida uma importância extrapolada aos laços sangüíneos, que são vistos e fantasiados como tendo o poder de determinar a preferência de amor pelos pais biológicos, razão pela qual muitos pais adotivos têm dificuldade para revelar a condição adotiva à criança, pois temem que esta os abandone e parta em busca de seus “verdadeiros pais”.

Por outro lado, alguns pais adotivos desenvolvem mecanismos de defesa, negando a adoção e imaginando-se pais biológicos da criança adotada, reforçando a importância dos laços de sangue (LEVINZON, 2000). Nesses casos, muitas vezes, decidem não revelar ao filho adotado a verdade sobre sua origem, chegando ao extremo de criar um pacto familiar e social para a manutenção do segredo, inculcando na criança a crença de que ela é membro biológico da família.

No imaginário social ainda se atribui um valor muito grande à constituição da relação por consangüinidade, a qual determina pensar a família como uma instituição natural, em que os laços de sangue são fundamentais para a formação do grau de parentesco e de pertença ao

grupo familiar (CAMARGO, 2006). Nesse sentido, Lévi-Strauss (1982) apresenta relevante contribuição da Antropologia, ao retirar da família biológica o foco principal e ampliar a estrutura do parentesco com alianças sociais. “Mesmo sem referir-se às adoções, traz novos elementos para a compreensão desta modalidade de constituição familiar e de formação de vínculos de parentesco, abrindo caminho para a análise da cultura como dimensão simbólica constitutiva de toda e qualquer realidade social” (PAIVA, 2004, p. 55-56).

É possível comprovar na prática clínica que, muito freqüentemente, os medos e as fantasias que os pais adotivos têm em relação à adoção interferem na formação do vínculo com os filhos adotados comprometendo sua capacidade de estabelecer ligações afetivas.

Levinzon (2000) destaca os seguintes medos que comumente habitam o imaginário dos pais adotivos:

1. em relação aos pais biológicos da criança: temor que se arrependam a qualquer momento e venham lhe tomar a criança; culpa por tomar para si uma criança cujo sangue não lhes pertence; vergonha como se tivessem cometido um delito tendo roubado a criança (fantasia de roubo).
2. em relação à criança: medo de que tenha uma má herança biológica, temor de rejeição e abandono pela criança quando souber de sua verdadeira origem, medo de que vá à procura dos pais biológicos, que não reconheça as experiências boas que lhe foram proporcionadas.
3. em relação à sociedade: temor de serem censurados, discriminados pela ausência do processo biológico da gestação, desvalorizados por esta forma atípica de paternidade, ou sua compensação na exaltação de seu aspecto filantrópico.

Observa-se que alguns pais adotivos, mesmo após vários anos após a adoção, ainda se sentem ameaçados e têm medo de perder sua criança para os pais biológicos. Verifica-se que esses pais têm muitas dificuldades no estabelecimento de limites, pois, inconscientemente, temem perder o amor do filho. Segundo Levinzon (2000) eles hesitariam discipliná-los para não correrem o risco de serem odiados pelos filhos. Esses medos estariam associados a sentimentos inconscientes de culpa, fantasias de roubo e medo de retaliação.

Admitindo que o preconceito é aprendido socialmente, podemos concluir que esta idéia pode ser alterada; portanto é necessário um trabalho educativo baseado em conhecimentos científicos que permitam discutir, analisar, concluir e até alterar questões pré-concebidas acerca da adoção.

## 2.6 O processo educativo do filho adotado - dificuldades

---

As histórias de crianças e adolescentes passíveis de adoção incluem situações diversas: genitores biológicos que doam os filhos para terceiros ou os entregam à autoridade judiciária, pais falecidos ou que desaparecem sem deixar o paradeiro ou acusados de fatos graves, como maus-tratos, abusos, privações e/ou negligências que acarretam processo judicial de destituição de pátrio-poder<sup>1</sup>. Enfim, são complexos os fatores determinantes do abandono, envolvendo questões afetivas, sociais, culturais e políticas.

Em função disso, quando se fala em adoção, são frequentes as referências à teorias que enfatizam os danos causados por privações precoces, abandonos, perdas ou rupturas na formação da identidade e no desenvolvimento da personalidade de bebês e crianças que vivenciam tais situações (SPITZ, 2000; BOWLBY, 1993, 1997 e 1998). Esses infortúnios são comuns às crianças colocadas para adoção, embora sentimento de abandono, ansiedade de perda e separação não sejam, de modo algum, exclusividade daqueles que vivem a condição de adotados.

Não se pode negar o valor das pesquisas e teorias, quase todas provenientes do campo psicanalítico, que procuram mostrar a importância e a influência dos primeiros anos de vida do bebê e da criança na constituição do psiquismo, bem como as possíveis conseqüências de privações afetivas e/ou ausência de vínculos estáveis e consistentes nessa fase inicial. Contudo, como salienta Dolto (1998b), os acontecimentos e a realidade em si não são suficientes para explicar a estruturação psíquica, mesmo quando geram problemas qualificados como relacionais. Uma frase citada por Weber (2001, p.69) e atribuída à Anna Freud pode sintetizar esta questão: “os primeiros anos de vida são como os primeiros lances de uma partida de xadrez: dão a orientação e o estilo de toda a partida, mas enquanto não vem o xeque-mate, ainda há belas jogadas a serem feitas” (s/d).

Parte-se daqui a hipótese de que os problemas geralmente descritos na criança adotada não podem ser pensados, *a priori*, como diretamente relacionados ao fato de ter sido adotada e nem às vivências traumatizantes anteriores à adoção. Entretanto, o momento e a forma como se dá a constituição dessa filiação, quem e como são os pais adotivos, a natureza dos vínculos

---

<sup>1</sup> Destituição de pátrio poder refere-se à sentença judicial que retira os poderes dos pais sobre os filhos, como conseqüência do descumprimento das obrigações e dos deveres parentais. Em geral, a decretação judicial da perda do pátrio poder acarreta, em situação emergencial, a colocação das crianças e/ou adolescentes em um abrigo ou em família substituta. O novo texto do Código Civil, em vigor desde 11/1/2003 (um ano após a sua aprovação pelo Congresso Nacional), apresenta a substituição do termo “pátrio poder” para “poder familiar” de modo a incorporar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher, consubstanciada pela Constituição Federal.

pais-filho que se estabelecem a partir do encontro e o modo como as vivências da criança são articuladas à sua história singular são fatores a serem levados em conta quando se busca compreender as vicissitudes da adoção.

Para Dolto (1999), quando a criança adotada expressa sentimentos de rejeição, conflitos ou sintomas, em geral, isso está muito mais relacionado com a família adotiva e com a forma com que lhe falaram sobre a adoção e a respeito de seus pais de origem, do que com o fato de ter sido adotada. Assim, segundo a autora (1981), são as palavras e não os fatos que produzem as marcas psíquicas:

Com efeito, não são os fatos reais vividos por uma criança, tais como poderiam ser testemunhados por outros; é ao mesmo tempo o conjunto das percepções que ela tem deles e o valor simbólico que se desprende do sentido que essas percepções assumem para o narcisismo do sujeito. Esse valor simbólico depende em grande parte do encontro de uma experiência sensível efetivamente nova e das palavras justas ou não que serão pronunciadas ou não a seu propósito pelas pessoas ouvidas por ela; essas palavras ou a sua falta conservam-se e se representarão na sua memória como representativas verdadeiras ou falsas do experimentado vivido (DOLTO, 1981, p.16).

Para Levinzon (2000), o desenvolvimento psicossocial e afetivo da criança adotada está atrelado a muitos fatores, entre os quais ela destaca, sobretudo, a atitude dos pais adotivos – quase sempre perfeccionistas e ansiosos quanto ao seu futuro – e também à situação da criança em si, enquanto adotada.

Winnicott (1953/1997, p.115) afirma que “a história da adoção, quando transcorre bem, é a de uma história humana comum e ela apresenta perturbações e contratempos que fazem parte da história humana comum, em suas infinitas variações”.

No entendimento de Lisondo (1984, p.8), o filho problema, adotado ou não, “revela na sua ‘orfandade psicológica’, na sua ampla gama de matizes, aquilo que os pais não lhe puderam dar ou ensinar, porque eles, os pais, também não escapam da própria história”. Segundo a autora, as dificuldades do filho iluminam, nomeiam, específica e dolorosamente, o contorno da fissura das dificuldades paternas.

No imaginário social, prevalece a idéia de que os filhos adotivos são mais suscetíveis a conflitos afetivos e que a adoção, em si, constitui um campo propício a problemas. É comum nas produções científicas, tais como as publicações da mídia sobre adoção, haver a tendência a abordar as condutas, as vicissitudes e, principalmente, as dificuldades das crianças e

adolescentes que vivem a condição de filhos adotivos. Até mesmo entre os profissionais (psicólogos, pediatras, fonoaudiólogos, professores, coordenadores de escolas etc), que lidam com crianças adotadas e que apresentam dificuldades, há tendência a considerar o fato de terem sido adotadas como o cerne de seus problemas ou sintomas. Não raras vezes, quando uma criança adotiva é encaminhada para psicodiagnóstico ou para psicoterapia, o fato de ter sido adotada torna-se o eixo do trabalho. A literatura também aponta uma tendência a considerar as famílias com casos de adoção mais vulneráveis a problemas relativos à educação dos filhos e a apresentar a adoção como fator de risco para alguns aspectos do desenvolvimento infantil.

Levinzon (2000) refere uma afluência freqüente de crianças adotivas encaminhadas para psicodiagnóstico e psicoterapia, cujas queixas iniciais trazidas como motivação para um trabalho psicoterápico são dificuldades de aprendizagem, problemas no relacionamento interpessoal e até comportamentos anti-sociais como furtos ou dificuldade no controle da agressividade.

Diversos autores mencionam que crianças adotivas teriam maior dificuldade para aceitar limites e adequar-se às normas sociais. Em relação a esse aspecto, conforme já mencionado anteriormente, existe o medo fantasmático comum em certos pais adotivos de perderem seus filhos. Assim, têm dificuldades de impor limites e regras com medo de serem odiados e abandonados pelos filhos.

Woiler (1987) aponta para a presença de sentimentos de ambivalência nos pais adotivos, que teriam relação com a frustração de suas fantasias narcisistas e de imortalidade, os quais atuariam como agentes perturbadores gerando “sentimento de estranheza” em relação à criança que não é deles. Esta criança se colocaria como um fetiche e um verdadeiro monumento que desmente e atualiza sua impossibilidade de procriar. Isso produziria uma perturbação no poder identificar-se pais dos filhos adotados e não poder oferecer-se como modelo de identificação para estes. Esses sentimentos seriam deslocados, na maioria das vezes, por um repertório de atitudes agressivas, manifestadas através de sobre-exigências, abandonos e possíveis maus-tratos.

Segundo a autora, isso contribui para perturbar as relações objetais da primeira infância. E se as relações de objeto estiverem perturbadas, resultarão em identificações parciais e imperfeitas, estruturando-se, assim, um ego muito precário. Haverão dificuldades na relação mãe-filho, bem como dificuldade de captar de uma forma precisa os relacionamentos

inter-pessoais, pois parecem ser fontes de angústias muito diversas e, portanto, precisam ser evitados.

Conforme já foi mencionado ao longo dessa pesquisa bibliográfica, vários autores salientam que é preciso haver uma elaboração da esterilidade, ou da perda do filho anterior, ou de qualquer outro motivo que impeça a vinda do filho biológico. Se isso não ocorre, é provável que a condição de esterilidade possa gerar um jogo de culpas entre o casal e, aos poucos, degradar o equilíbrio da relação conjugal, incrementando as rivalidades e agressividades entre eles, refletindo negativamente no processo educativo de seus filhos.

Dolto (1978/1998a) enfatiza que, desde o nascimento, a criança necessita ouvir a voz mesclada de um homem e de uma mulher, felizes por acolhê-la em seu lar. Estes últimos nunca deverão ocultar-lhe que sua mãe adotiva não é mãe de nascimento, assim como seu pai adotivo. Segundo a autora, esta é a melhor condição da adoção, que apresenta riscos como em qualquer processo de filiação. Muitas crianças de pais casados não resultam da combinação de amor e desejo de um cônjuge pelo outro; podem ter dado à luz uma criança, mas aceitam a sua existência sem acolhê-la verdadeiramente. Nesses casos, o trabalho de filiação simbólica não se realiza, e o filho passa a funcionar como um objeto fetiche, proibido de autonomia, domesticado, “necessitado”, mas não amado.

Para Mannoni (1985), em certo sentido, todos os pais, inclusive os biológicos, precisam elaborar um luto quando do nascimento de um filho, pois, qualquer que seja ele, nunca corresponde exatamente ao que se espera. Ela sublinha:

Para a mãe, real ou adotiva, existe um primeiro estado, semelhante ao sonho, em que ela deseja “um filho”; esse filho é, a princípio, uma espécie de evocação alucinatória de alguma coisa de sua própria infância, que foi perdida. (...) Esse filho, tão ardentemente desejado, quando nasce, isto é, quando a demanda se realiza, cria para a mãe a sua primeira decepção: ei-lo então, esse ser de carne – mas, separado dela; ora, em um nível inconsciente, era com uma espécie de fusão que a mãe sonhava (p.42).

Levinzon (2000) afirma que as mães e as crianças adotivas encontram-se diante do desafio de um esforço de adaptação maior do que aquelas que têm um vínculo consanguíneo. As mães adotivas não puderam passar pelo estado de preocupação materna primária e, muitas vezes, são assaltadas por angústias ligadas à esterilidade, às fantasias de roubo, ao medo de perder o bebê, entre outras. As crianças, por sua vez, enfrentam um estado de descontinuidade

biológica, com a separação precoce da mãe que as geraram e frequentemente vivem estados de abandono e privação antes de serem acolhidas pelo lar adotivo.

A autora aponta para uma incidência na clínica, como resultado dessa situação, de crianças que desenvolvem um falso *self*, em graus diversos, como defesa contra as angústias geradas por todo esse descompasso. O falso *self* estaria associado a um equilíbrio psíquico extremamente instável e, como resultado, há um empobrecimento da criança, que deixa de ter acesso a partes de si mesma imprescindíveis para um bom desenvolvimento.

É comum verificar-se muitas confusões dos pais adotivos em relação a determinadas questões que têm relação com as fases de desenvolvimento da criança. Crises pertinentes ao processo evolutivo de seus filhos, normais ao ciclo vital de qualquer criança, independentemente de sua origem, são facilmente considerados problemas da adoção. Isto é particularmente verdadeiro quando falamos de pais adotivos que não têm filhos biológicos, pois nesse caso, os pais não têm parâmetros de comparação.

Pesquisas européias e, especialmente, americanas, sobre os diversos aspectos da adoção, são numerosas e boa parte delas indica que existe um excesso de distúrbios de adaptação em crianças adotivas, se comparadas com a população em geral.

Hersov (1990) apresenta oito fatores que poderiam explicar a situação de desvantagem de crianças adotivas em relação às não-adotivas:

1. fatores biológicos e sociais relacionados com a gravidez e a experiência pré-natal de crianças provindas de lares desfavorecidos;
2. experiências de perda de figuras de apego anteriores à colocação final da criança na família adotiva, incluindo casas de passagem ou famílias de apoio;
3. interferência na formação de vínculos na primeira infância com os posteriores efeitos na personalidade e relacionamentos;
4. adoção realizada depois de viver a infância em instituições;
5. o estigma social que envolve a adoção;
6. problemas de identidade na adolescência provenientes da confusão ou desconhecimento de suas origens;
7. riscos de fatores genéticos que predisõem às psicopatologias;

8. dificuldades provenientes do processo de revelação que podem afetar a relação familiar.

Estudos de Moore e Fombonne (1999), com um grande número de crianças e adolescentes com menos de 18 anos, que estavam sendo atendidos em ambulatório psiquiátrico em relação à sua condição de adotivos, revelaram um maior risco de comportamento disfuncional, tanto em meninos quanto em meninas adotadas, incluindo comportamentos anti-sociais e transtorno de hiperatividade e déficit de atenção. Foram analisadas variáveis demográficas e psicossociais, sendo que a idade da criança no momento da adoção não foi relacionada às psicopatologias.

Duyme (1988) apresenta resultados que indicam que o rendimento acadêmico de crianças adotadas correlaciona-se estreitamente com o nível social de seus pais. O autor verificou que 70% das crianças adotadas por pais de nível social médio e médio-alto não apresentavam problemas escolares, enquanto que 79% das crianças adotadas por pais de nível social baixo haviam apresentado dificuldades acadêmicas.

Palácios e Sánchez (1996) realizaram uma investigação comparativa com 865 crianças entre 4 e 16 anos de idade, provenientes de quatro grupos: crianças adotadas, crianças não-adotadas das mesmas zonas de origem das adotadas e crianças institucionalizadas. As comparações foram realizadas em três áreas: problemas de comportamento, auto-estima e rendimento acadêmico. Os resultados mostraram uma grande semelhança entre os adotados e os não-adotados, enquanto que as crianças institucionalizadas obtiveram os piores resultados no conjunto das comparações.

Miller; Fan; Christensen; Grotevant; Van Dulmen (2000) desenvolveram importante estudo comparativo entre adolescentes adotados (n= 1.587) e não adotados (n= 87.165) para verificar a incidência de problemas psicológicos e comportamentais nos dois grupos. Os resultados indicaram que os adolescentes adotados apresentam um maior risco em todos os aspectos examinados, incluindo aquisições escolares e problemas comportamentais, uso de drogas, problemas psicológicos, saúde física, agressividade e mentir para os pais. O risco é maior em adolescentes do sexo masculino, hispânicos ou asiáticos, morando em casas coletivas ou com pais de baixa escolaridade.

Brinich e Brand (1999) investigaram a incidência de problemas psicológicos e de comportamento em crianças adotadas, filhos de criação e crianças não-adotadas a partir de uma grande amostra representativa de sujeitos nos Estados Unidos. Os resultados sugerem

que crianças adotadas e filhos de criação apresentam uma maior incidência de atendimentos em saúde mental do que crianças não-adotadas. Os resultados não definem claramente se crianças adotadas e filhos de criação têm mais problemas de comportamento do que crianças não adotadas. As diferenças significativas entre os adotados, filhos de criação e não-adotados desapareceram quando foram retirados da amostra um pequeno grupo com influências significativas. Isto sugere que as diferenças vistas entre os grupos refletem um pequeno número de casos que não representam todo o grupo das crianças adotadas e filhos de criação. A grande maioria de crianças adotadas apresentou um índice de problemas de comportamento similar às crianças não adotadas.

No Brasil, entretanto, o início da investigação sobre adoção é muito recente, especialmente em nível quantitativo. Santos (1988) realizou um estudo comparativo entre um grupo de pais e filhos adotivos e outro de pais e filhos biológicos para avaliar aspectos como afetividade e cooperação entre pais e filhos. Não encontrou diferenças significativas entre eles.

Matarazzo e Lee Fu (2001) realizaram estudo comparativo envolvendo crianças de seis a quatorze anos para verificar a prevalência de adoção em amostra clínica (n= 551) e não-clínica (n= 365) e identificar possíveis associações entre tipos de adoção (intra e extra-familiar) e procura de serviço psiquiátrico. Os resultados sugerem que: (1) crianças adotivas são freqüentemente levadas a serviços de saúde mental; (2) a adoção intra-familiar é a mais comum na população geral, porém são as crianças adotivas extra-familiares que mais procuram as clínicas psiquiátricas; e (3) meninos, em geral, e meninos adotivos extra-familiares são mais freqüentemente levados a serviços de saúde mental que seus pares do sexo feminino.

Para Weber (2001), as respostas que se tem até o momento, em relação à adaptação geral da criança adotada, não são conclusivas, embora já se possa afirmar que:

1. Os problemas emocionais e escolares, apresentados por adotados e não adotados, dependem de uma multiplicidade de fatores que interagem em conjunto e, desta forma, é metodologicamente complicado o isolamento de cada uma das variáveis de interesse, como por exemplo: herança genética, cuidados pré-natais, reações à separação da mãe-biológica, nível social e econômico dos pais adotivos, cuidados maternos recebidos antes da adoção, número e qualidade de locais de acolhimento prévios à adoção, idade em que aconteceu a adoção, atitudes dos pais adotivos em relação à infertilidade,

preconceitos e estereótipos sociais, cultura e país de origem da criança adotada, entre outros.

2. A motivação para a adoção tem tido pouca importância para o sucesso da relação, como mostram estudos realizados no Brasil (WEBER, 2001); indicam ainda que a natureza da adoção (legal ou ilegal) não tem influência sobre a dinâmica familiar e os problemas ocorridos nela e no rendimento escolar acontecem muito mais por causa de uma variável importante, que é a revelação tardia, inadequada ou feita por terceiros para a criança;
3. Os pais adotivos mostram-se muito exigentes e pressionados socialmente pela sua função “adotiva” e tendem a encaminhar seus filhos a profissionais especializados com maior frequência do que os pais não adotivos. Pais adotivos, assim como profissionais da saúde mental e da educação, estão, juntamente com o restante da população, sob influência dos preconceitos que ainda existem na questão da adoção e percebem-na como um fator de risco normal.
4. O mais importante é uma dinâmica familiar na qual exista compreensão, capacidade de tolerância e de doação para com o outro e isto independe da família ser adotiva ou não.
5. Em um ambiente escolar, deve-se entender a adoção como um outro tipo de parentalidade e filiação, tão importante quanto a biológica, e não como fator de risco.

Por outro lado, comportamentos anti-sociais podem estar denunciando algum tipo de desajustamento no processo educativo. Levinzon (2004) refere que estes sintomas freqüentemente aparecem revestidos por angústias ligadas à constelação: separação da mãe biológica-adoção-criação pela família adotiva. A tendência anti-social, segundo a autora, pode representar um pedido de ajuda da criança ao ambiente. De forma inconsciente, ela força alguém a se encarregar de seu manejo, e necessita, para isso de tolerância e compreensão. Por meio de comportamentos que perturbam o ambiente, a criança expressa sua esperança de que ele se ocupe com ela, e atenda às suas necessidades vitais. Assim, o roubo, as mentiras e a destrutividade são sinais de que a criança está sofrendo por uma sensação de privação de algo importante.

Para Winnicott (1956/1978), a criança que rouba um objeto não está buscando o objeto roubado; está à procura da mãe, de quem pode roubar, por tratar-se da mãe. Segundo o autor, o ato anti-social indica que as condições boas, necessárias para o desenvolvimento da criança,

não estão ocorrendo; representa a esperança de encontrar a mãe suficientemente boa, um lar suficientemente bom e uma relação entre pais suficientemente boa. Levinzon (2004) afirma que, nessas situações, a relação com os pais adotivos pode estar sendo permeada por sentimentos de rejeição inconscientes, ou por grandes desencontros no que se refere às expectativas dos pais, e aquilo que se pode esperar dela. Na forma de um pedido de ajuda, os comportamentos anti-sociais indicam o desequilíbrio que está acontecendo.

Como toda criança, o filho adotivo necessita de um ambiente suficientemente bom para que seu desenvolvimento possa se dar de maneira satisfatória. A qualidade da relação materna é especialmente importante para que isso ocorra.

Para Zimmerman (1999), uma maternagem adequada remete ao fato de que a mãe não deve frustrar, nem gratificar de forma excessiva, para possibilitar um crescimento sadio de seu filho. Nesse sentido, a mãe precisa preencher satisfatoriamente as seguintes condições:

1. prover as necessidades básicas do filho;
2. possibilitar uma simbiose adequada;
3. compreender e decodificar a linguagem corporal do bebê;
4. frustrar adequadamente (presença e ausência da mãe);
5. conter as cargas de identificações projetivas;
6. intuir o que está se passando com o filho;
7. estar disponível para acolher o conteúdo das necessidades e angústias da criança;
8. reconhecer as capacidades do seu filho;
9. servir como um modelo de identificação;
10. favorecer a formação no psiquismo da criança de representações valorizadas e admiradas e facilitar uma dessimbiotização lenta e gradual e, assim, abrir caminho para a entrada em cena de um pai, respeitado e valorizado; na falta desse, de outras figuras de identificação masculina.

A mãe precisa usar a sua sensibilidade e compreender os estados afetivos de seu filho; um excesso de ansiedade dificulta o contato com a criança. As mães precisam ter bastante tolerância à frustração, aos sentimentos de incapacidade, às desilusões e dúvidas que o processo de filiação traz consigo. O prazer autêntico no contato com o filho e no desempenho da função materna são elementos importantes, que fazem com que o contato seja sentido

como algo enriquecedor e único. A criança sente-se “narcisizada”, isto é, investida de valor, o que é especialmente importante quando se trata de uma criança adotiva que passou por uma experiência de separação e abandono.

Dificuldades na relação com a criança adotiva podem acontecer, assim como com todas as outras. Ela pode apresentar comportamentos ou distúrbios com os quais os pais não se sentem aptos a lidar. A procura por uma orientação ou um processo psicoterapêutico pode ser valiosa, auxiliando a família a encontrar um eixo comum que proporcione desenvolvimento.

## **OBJETIVOS E MÉTODO**

## 3 OBJETIVOS E MÉTODO

### 3.1 Objetivo geral

---

Identificar as dificuldades percebidas por pais adotivos no processo educativo de seus filhos por adoção, em famílias com e sem filhos biológicos.

#### 3.1.1 Objetivos específicos

---

- Caracterizar o perfil dos pais adotivos e determinar se há relação entre as variáveis sócio-demográficas e as dificuldades arroladas;
- Investigar se existem dificuldades que são atribuídas ao processo adotivo propriamente dito;
- Identificar quais os fatores que contribuem para as dificuldades percebidas;
- Analisar, através das respostas dos pais adotivos que também têm filhos biológicos, se eles consideram que os filhos adotivos são mais problemáticos do que os biológicos;
- Comparar os dados obtidos entre pais que adotaram com e sem filhos biológicos;
- Detectar se existem diferenças na educação de filhos biológicos e adotivos.

### 3.2 Método

---

A pesquisa é de natureza quantitativa, exploratória, de caráter descritivo. É importante destacar que ela foi aprovada pelos Comitês Científico e de Ética da Universidade Católica de Pernambuco (ANEXO A).

### 3.2.1 Sujeitos

---

Considerando-se a prática usual de adoções à brasileira<sup>2</sup> (extra-oficiais) vigente em nosso país, não é possível definir-se o número total de famílias adotivas brasileiras, nem tampouco estabelecer a distribuição dessas famílias por região. Muitos adotantes realizam adoções e as mantêm sob sigilo absoluto, razão pela qual jamais participarão de algum estudo sobre a temática. Dessa forma, nas pesquisas que envolvem o tema, há a impossibilidade de estabelecer-se a representatividade da amostra.

A amostra do presente estudo é composta de dois grupos de pais adotivos, de diferentes classes sociais e culturais, provenientes das cinco regiões brasileiras. O primeiro grupo é formado por 100 pais, cuja prole é constituída apenas por filhos adotivos. O segundo grupo, igualmente formado por 100 pais, tem filhos adotivos e biológicos. Estabelecemos um período de convivência de, no mínimo, três anos com a criança adotada, como critério de inclusão na pesquisa. Este período foi estabelecido porque é necessário um histórico na filiação adotiva para que as experiências acumuladas pelos pais sejam significativas. Pais com pouco tempo de vivência na adoção teriam muito pouco a relatar e poderiam mascarar a pesquisa. Com o objetivo de reduzir o espectro de variáveis, optamos por considerar nesse trabalho apenas adoções efetuadas por casais heterossexuais, casados ou em união estável.

### 3.2.2 Instrumento da pesquisa

---

O instrumento de pesquisa constou de um questionário com 42 questões, abertas, fechadas e mistas (questões fechadas com um ítem no final que possibilita a indicação de outras opções que não as sugeridas pela pesquisadora), atendendo aos objetivos desse estudo (APÊNDICE A). O questionário foi desenvolvido de acordo com os passos seguintes: fontes bibliográficas, entrevistas não diretivas com membros de várias famílias adotivas, entrevistas informais com profissionais da área da criança e do adolescente, entrevistas pré-teste com pais adotivos do GEAD-Recife, aplicação do questionário em pesquisa piloto a 10 pais do IAL (Instituto Amigos de Lucas de Porto Alegre-RS).

---

<sup>2</sup> Adoções à brasileira ou registro ilegal de paternidade – Consiste em registrar uma criança como filho natural, sem tê-lo concebido ou gerado ou quando uma criança passa a fazer parte da família adotiva, mas sua certidão de nascimento continua em nome dos seus pais biológicos (WEBER, 2001).

### **3.2.3 Procedimento de coleta dos dados**

---

Os participantes da pesquisa foram convidados verbalmente, por correspondência via correio, ou por e-mail. Iniciamos com a distribuição pessoal dos questionários a freqüentadores do GEAD-Recife e a pais adotivos residentes em Recife e região metropolitana, os quais nos foram indicados por pessoas do nosso círculo de amizade.

Concomitantemente, encaminhamos o questionário pela Internet para os grupos de apoio à adoção existentes nas cinco regiões brasileiras, na expectativa de que o mesmo fosse repassado para os pais adotivos freqüentadores dos grupos. Como não obtivemos uma resposta satisfatória dentro dessa sistemática, enviamos cinco questionários impressos para cada grupo, pelo correio, anexados a uma carta explicativa, na qual tentamos sensibilizar para a adesão à pesquisa. Esta estratégia provou ter sido adequada, pois muitos sujeitos nos devolveram o instrumento da pesquisa preenchido. Por outro lado, também foi possível contar com a colaboração de diversos diretores de escolas e Juizados da Infância e da Juventude de várias localidades, onde tínhamos contato, que nos auxiliaram com a distribuição dos questionários.

Em consonância com os requisitos estabelecidos pela Comissão de Ética que avaliou a pertinência dessa pesquisa, os pais assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B) que foi remetido junto com o questionário. Os pais que responderam o questionário via Internet, devolveram o Termo de Consentimento devidamente assinado pelo correio.

### **3.2.4 Procedimento de análise dos dados**

---

Utilizamos o software Epi Info 6 para a criação da base de dados e, na análise, foram utilizados a planilha eletrônica da Microsoft (Excel) e o programa SPSS 13 (*Statistical Package for the Social Sciences*) que possibilita a obtenção da freqüência absoluta e relativa das respostas. O programa SPSS 13 viabiliza o cruzamento de variáveis (duas a duas), o que tornou possível aplicar o teste de independência (Qui-quadrado) para verificar associação entre variáveis. No caso em que as freqüências esperadas se apresentaram menores do que 5 em mais do que 20% das células da tabela de contingência e/ou a tabela era 2x2, procedeu-se ao Teste Exato de Fisher. Para as variáveis que apresentaram associação, calculamos a razão

de chance dos grupos mais expostos. Todas as conclusões foram tomadas com um parâmetro de significância de 5%.

No tocante às questões abertas, elas foram analisadas e agrupadas por categorias (BARDIN, 1997). Segundo esse autor, a categorização de dados é um processo que exige o máximo de atenção na codificação e na revisão rigorosa quanto à classificação das categorias e suas unidades de análises. A categorização foi organizada por equivalência semântica (palavras e designações com significados similares constituíram uma categoria). Uma vez realizada a categorização, os dados foram levantados e suas frequências apresentadas em forma de tabelas.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A adoção não é uma ação isolada e unilateral nas suas conseqüências. Sua função reestruturadora torna-se mais profunda do que a própria geração biológica, porque é uma interferência consciente, psicológica e social, em tantos quantos nela estejam envolvidos.

Luiz Schettini Filho (1999)

Os resultados serão apresentados associando-se, comparativamente, famílias adotivas (a prole é formada exclusivamente por filhos adotivos) e famílias biológico-adotivas (a prole é formada por filhos biológicos e adotivos). Iniciaremos com a caracterização sócio-demográfica da amostra, identificando-se os sujeitos e distribuindo-os por regiões de procedência, faixas etárias, estado civil, escolaridade, etnia, orientação religiosa, renda familiar e idade dos pais na primeira adoção (dados constantes do Quadro 1). Segue-se a caracterização dos filhos adotados, cujos processos educativos nos forneceram os elementos de análise para este estudo (Quadro 2). Em relação aos itens específicos da pesquisa, para uma melhor compreensão, serão apresentados em três módulos:

- a) resultados que se referem a aspectos genéricos e dados que se referem ao período pré-adotivo (antes da adoção);
- b) resultados que se referem ao processo educativo propriamente dito, o qual tem seu início logo após a adoção;
- c) resultados da análise estatística originada a partir dos cruzamentos de variáveis, necessária ao cumprimento dos objetivos da pesquisa.

É necessário salientar que no levantamento dos resultados e discussão somente contemplamos os dados mais relevantes da pesquisa.

### 4.1 – Caracterização sócio-demográfica

O Quadro 1 apresenta os dados sócio-demográficos da amostra sendo que as seguintes variáveis foram consideradas para caracterizar-se o perfil dos pais adotivos: regiões de procedência, idade atual, estado civil, escolaridade, etnia, orientação religiosa, renda familiar e idade dos pais na primeira adoção. A amostra constituiu-se aleatoriamente de 162 mães (87

adotivas exclusivamente e 75 biológico-adotivas) e 38 pais (13 adotivos exclusivamente e 25 biológico-adotivos), pois conforme já mencionado anteriormente, deixamos a critério do casal decidir quem responderia o instrumento de pesquisa. As regiões Nordeste (35%), Sudeste (30%) e Sul (22%) contribuíram com o maior número de sujeitos. Em relação ao tipo de família, o maior número de pais exclusivamente adotivos encontra-se nas regiões Sudeste (37%), Nordeste (32%) e Sul (21%). Esta distribuição modifica-se em relação às famílias biológico-adotivas onde 37% estão no Nordeste, 24% no Sudeste e 23% no Sul.

A grande maioria dos pais adotivos têm entre 31 e 50 anos de idade (77%) com uma predominância em ambas as categorias de famílias na faixa etária de 41 a 50 anos (46%). A distribuição dos pais entre as faixas etárias seguiu as mesmas proporções nos dois grupos familiares.

Quanto ao estado civil, 164 pais são oficialmente casados (82%), 9 convivem em união estável (5%), 17 são separados ou divorciados (8%) e 10 são viúvos (5%). Verifica-se uma distribuição equitativa nos dois grupos familiares. Em relação aos sujeitos separados ou divorciados e viúvos, os mesmos estão sendo considerados na pesquisa porque as adoções foram efetuadas quando o casal ainda convivía maritalmente e o processo educativo dos filhos transcorreu predominantemente durante este período.

No que se refere à escolaridade, 149 pais têm nível superior ou superior incompleto (75%), 36 pais completaram o segundo grau (18%), 11 pais têm de 5ª à 8ª série (5%) e 4 pais estudaram até a 4ª série do ensino fundamental (2%). A distribuição por nível de escolaridade é equitativa entre os dois tipos de famílias.

Quanto à etnia, 157 pais (97%) auto-denominaram-se brancos, 9 amarelos (4%), 12 pardos ou mulatos (15%) e 4 negros (2%).

A orientação religiosa predominante é a católica, sendo que 115 pais (57,5%) enquadram-se neste grupo; do restante, 23% são espíritas, 14% são evangélicos e 5,5% seguem outras denominações. Comparando-se as frequências de cada orientação religiosa nos dois tipos de famílias, verifica-se que há um maior percentual de pais adotivos da religião espírita nas famílias biológico-adotivas (28%), em relação às famílias exclusivamente adotivas (18%). Nas religiões católica e evangélica, a tendência é inversa, existindo uma maior frequência nas famílias exclusivamente adotivas. Identificamos, respectivamente, 63% e 17% de pais católicos e evangélicos nas famílias exclusivamente adotivas, ao passo que se registram 52% e 11% nas famílias biológico-adotivas.

No tocante à renda familiar, 29% dos pais adotivos percebem mais de quinze salários mínimos mensais, 25% percebem entre 6 e 9 salários mínimos, 17% entre 3 a 6 salários mínimos e 7% de 1 a 3 salários mínimos. Verifica-se uma distribuição equitativa nos dois grupos familiares.

Quanto à idade dos pais na primeira adoção: 103 mães (52%) encontravam-se na faixa etária entre 31 a 40 anos; 61 mães entre 20 a 30 anos (30%); 32 mães entre 41 a 50 anos (16%) e 4 tinham acima de 50 anos (2%). Em relação aos pais, houve uma distribuição bastante simétrica à das mães, sendo que a faixa etária predominante também ficou entre 31 a 40 anos, apresentando uma frequência de 105 pais nesta categoria (53%); 37 pais estavam entre 20 e 30 anos (18%), 35 pais entre 41 a 50 anos (17%) e 23 pais encontravam-se com mais de 50 anos (12%). Observa-se uma grande similaridade de percentuais entre a presença de mães e pais nas faixas etárias de 31 a 40 anos (mães=52% x pais=53%) e 41 a 50 anos (mães=16% x pais=17%). Em relação às idades limítrofes – menos idade (20 a 30 anos) e mais idade (acima de 50 anos) – observa-se que há um percentual maior de mães (30% x 18%) na faixa de menor idade (20 a 30 anos), perfazendo uma diferença de 12%. Esta situação se inverte na faixa de mais idade (acima de 50 anos), onde existe um percentual de 12% de pais e de 2% de mães, com uma diferença de 10% entre os grupos. Comparando-se os dois grupos familiares, verifica-se que não existem diferenças substanciais no item idade dos pais na primeira adoção.

**Quadro 1** – Frequência e percentual da caracterização sócio-demográfica da amostra

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	f	%	f	%	F	%
<b>1. Identificação dos sujeitos</b>						
Mães	87	87%	75	75%	162	81%
Pais	13	13%	25	25%	38	19%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>2. Regiões de procedência</b>						
Sul	21	21%	23	23%	44	22%
Sudeste	37	37%	24	24%	61	30%
Centro-Oeste	7	7%	7	7%	14	7%
Nordeste	32	32%	37	37%	69	35%
Norte	3	3%	9	9%	12	6%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>3. Idade</b>						
21 a 30	2	2%	3	3%	5	3%

31 a 40	33	33%	30	30%	63	31%
41 a 50	49	49%	42	42%	91	46%
+ de 50	16	16%	25	25%	41	20%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>4. Estado civil</b>						
Casados	84	84%	80	80%	164	82%
União estável	5	5%	4	4%	9	5%
Sep/Divorc.	7	7%	10	10%	17	8%
Viúvos	4	4%	6	6%	10	5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>5. Escolaridade</b>						
Até a 4ª série	0	0	4	4%	4	2%
5ª a 8ª série	6	6%	5	5%	11	5%
2º Grau	16	16%	20	20%	36	18%
Superior incomp.	8	8%	18	18%	26	13%
Superior	70	70%	53	53%	123	62%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>6. Etnia</b>						
Branca	80	80%	77	77%	157	79%
Amarela	5	5%	4	4%	9	4%
Parda ou mulata	12	12%	18	18%	30	15%
Negra	3	3%	1	1%	4	2%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>7. Orientação religiosa</b>						
Católica	63	63%	52	52%	115	57,5%
Espírita	18	18%	28	28%	46	23%
Evangélica	17	17%	11	11%	28	14%
Outra	2	2%	9	9%	11	5,5% %
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>8. Renda familiar</b>						
1 a 3 sal. mín.	7	7%	7	7%	14	7%
3 a 6 sal. mín.	13	13%	20	20%	33	17%
6 a 9 sal. mín.	26	26%	25	25%	51	25%
9 a 15 sal mín.	27	27%	18	18%	45	22%
+15 sal. mín.	27	27%	30	30%	57	29%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>9. Idade da mãe na primeira adoção</b>						
20 a 30 anos	33	33%	28	28%	61	30%
31 a 40 anos	54	54%	49	49%	103	52%
41 a 50 anos	13	13%	19	19%	32	16%
Acima de 50 anos	0	0%	4	4%	4	2%

Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>10. Idade do pai na primeira adoção</b>						
20 a 30 anos	16	16%	21	21%	37	18%
31 a 40 anos	64	64%	41	41%	105	53%
41 a 50 anos	12	12%	23	23%	35	17%
Acima de 50 anos	8	8%	15	15%	23	12%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

#### 4.2 – Caracterização dos filhos adotados

O Quadro 2 apresenta a caracterização em relação a sexo, idade atual e idade na época da adoção do grupo de filhos que se compôs a partir das informações prestadas pelos pais adotivos sujeitos de nossa pesquisa. Os dois grupos familiares reuniram um contingente de 309 filhos adotados, cujos processos educativos serviram de base para esse estudo. Embora não-intencional, a amostra dos filhos apresentou uma distribuição homogênea entre os sexos – 153 (49,5%) do sexo feminino e 156 (50,5%) do sexo masculino – e uma boa representatividade em todas as faixas etárias. A distribuição dos filhos entre os dois grupos de pais foi equitativa: 158 (51%) dos filhos estão em famílias adotivas exclusivamente (49% do sexo feminino e 51% do sexo masculino) e 151 (49%) em famílias biológico-adotivas (50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino).

Em relação à idade dos filhos, existe uma boa representatividade em todas as faixas etárias e também uma distribuição bastante similar por faixa etária nos dois grupos familiares. 69 filhos (22,5%) têm entre 3 a 5 anos, 126 filhos (41%) têm entre 6 e 10 anos, 63 filhos (20,5%) têm entre 16 e 20 anos e 18 filhos (5,5%) têm mais de 20 anos. Quanto ao sexo, no que diz respeito à distribuição por idade, no grupo do sexo feminino 35 (23%) têm entre 3 a 5 anos, 62 (40%) têm entre 6 a 10 anos, 30 (20%) têm entre 11 e 15 anos, 20 (13%) têm entre 16 e 20 anos e 12 (8%) têm mais do que 20 anos. Comparando-se os dois grupos familiares, verifica-se que a distribuição por faixa-etária e por sexo é bastante homogênea entre os dois grupos.

No que se refere à idade dos filhos quando da realização das adoções, 258 são adoções precoces<sup>3</sup> e 51 são adoções tardias<sup>4</sup>. As famílias adotivas realizaram 141 adoções precoces (89%) e 17 adoções tardias (11%); as famílias biológico-adotivas realizaram 117 adoções

<sup>3</sup> Adoções precoces – crianças adotadas ainda bebês (antes dos dois anos de idade).

<sup>4</sup> Adoções tardias - A adoção é considerada tardia quando a criança a ser adotada tiver mais de dois anos (VARGAS, 1998; WEBER, 1998).

precoces (78%) e 34 adoções tardias (22%). Comparando-se os dois grupos familiares, verifica-se um maior número de adoções precoces nas famílias exclusivamente adotivas: 120 crianças (76%) foram adotadas entre 0 e 6 meses por este tipo de família, enquanto famílias biológico-adotivas adotaram 89 crianças (59%) nesta faixa etária; 9 crianças (6%) foram adotadas entre 7 e 12 meses de idade em famílias adotivas, sendo que famílias biológico-adotivas adotaram 14 crianças (10%) na mesma faixa etária; 12 crianças foram adotadas entre 13 a 24 meses de idade por famílias adotivas enquanto famílias biológico-adotivas adotaram 14 (9%) nesta faixa etária. Especificamente em relação às adoções tardias, famílias adotivas efetuaram 8 adoções de crianças com idade entre 25 e 48 meses e 9 adoções com idade maior do que 48 meses; famílias biológico-adotivas adotaram 11 crianças com idade entre 25 e 48 meses e 23 crianças com mais de 48 meses.

**Quadro 2 –** Frequência e percentual da caracterização dos filhos adotivos

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	f	%	f	%	F	%
<b>1. Sexo</b>						
Feminino	77	49%	76	50%	153	50%
Masculino	81	51%	75	50%	156	50%
	158	100%	151	100%	309	100%
Total	158	51%	151	49%	309	100%
<b>2. Idade</b>						
3 a 5 anos	40	25%	31	21%	71	23%
6 a 10 anos	62	40%	64	42%	126	41%
11 a 15 anos	36	23%	27	18%	63	20%
16 a 20 anos	13	8%	18	12%	31	10%
+ de 20 anos	7	4%	11	7%	18	6%
Total	158	100%	151	100%	309	100%
<b>3. Idade dos filhos do sexo feminino</b>						
3 a 5 anos	18	23%	17	22%	35	23%
6 a 10 anos	31	40%	31	41%	62	40%
11 a 15 anos	19	25%	11	14%	30	20%
16 a 20 anos	8	11%	12	16%	20	13%
+ de 20 anos	1	1%	5	7%	6	4%
Total	77	100%	76	100%	153	100%
<b>4. Idade dos filhos do sexo masculino</b>						
3 a 5 anos	22	27%	14	19%	36	23%
6 a 10 anos	31	39%	33	44%	64	41%
11 a 15 anos	17	21%	16	21%	33	21%

16 a 20 anos	5	6%	6	8%	11	7%
+ de 20 anos	6	7%	6	8%	12	8%
Total	81	100%	75	100%	156	100%
<b>5. Idade dos filhos à época da adoção</b>						
<b>Adoções precoces</b>						
0 a 6 meses	120	76%	89	59%	209	68%
7 a 12 meses	9	6%	14	9,5%	23	7,5%
13 a 24 meses	12	7%	14	9,5%	26	8,5%
Sub-Total	141	89%	117	78%	258	84%
<b>Adoções tardias (+ de 2 anos de idade)</b>						
25 a 48 meses	8	5%	11	7%	19	6%
+ de 48 meses	9	6%	23	15%	32	10%
Sub-total	17	11%	34	22%	51	16%
Total	158	100%	151	100%	309	100%

#### 4.3 – Aspectos genéricos e dados que se referem ao período pré-adoativo

Conforme é possível constatar no Quadro 3, a região Nordeste registrou o maior número de adoções precoces com um total de 68 pais (36%); no Sudeste realizaram-se 55 adoções precoces (29,5%); no Sul 39 (21%); no Centro Oeste 14 (7,5%); no Norte 11 adoções (6%). Em relação à distribuição das adoções tardias por regiões, o Sul e o Sudeste registraram o mesmo índice de adoções: 12 adoções (32,5%) em cada uma das regiões; o Nordeste efetuou 7 adoções tardias (19%); o Centro-Oeste efetuou 4 (11%) e o Norte 2 adoções (5%).

**Quadro 3** – Frequência e percentual de pais por tipo de adoção

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
<b>1. Frequência de pais que efetuaram adoções precoces</b>						
Sul	20	20%	19	21%	39	21%
Sudeste	36	37%	19	21%	55	29,5%
Centro-Oeste	7	7%	7	8%	14	7,5%
Nordeste	32	33%	36	41%	68	36%
Norte	3	3%	8	9%	11	6%
Total	98	100%	89	100%	187	100%

<b>2. Frequência de pais que efetuaram adoções tardias</b>						
Sul	7	47%	5	23%	12	32,5%
Sudeste	5	33%	7	32%	12	32,5%
Centro-Oeste	2	13%	2	9%	4	11%
Nordeste	1	7%	6	27%	7	19%
Norte	0	0%	2	9%	2	5%
Total	15	100%	22	100%	37	100%

O Quadro 4 apresenta a quantidade de filhos adotados por família. Verifica-se um maior número de filhos únicos nos dois grupos familiares. Nas famílias adotivas, 54% têm um único filho e nas famílias biológico-adotivas esse índice sobe para 72%, constatando-se uma tendência maior nas famílias biológico-adotivas de adotarem um único filho. Em relação às famílias que adotaram mais de uma criança, nas famílias adotivas, 37 adotaram 2 filhos, 8 adotaram 3 filhos e uma família adotou mais do que cinco filhos; nas famílias biológico-adotivas, 16 adotaram 2 filhos, 8 adotaram 3 filhos, 2 adotaram 5 filhos e 2 adotaram mais do que 5 filhos.

**Quadro 4 – Frequência e percentual da quantidade de filhos adotivos por família**

<b>Variáveis</b>	<b>Pais Exclus. Adotivos</b>		<b>Biológico-Adotivos</b>		<b>Total</b>	
	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>F</b>	<b>%</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
1 filho	54	54%	72	72%	126	63%
2 filhos	37	37%	16	16%	53	27%
3 filhos	8	8%	8	8%	16	8%
5 filhos	0	0%	2	2%	2	1%
+ do que 5	1	1%	2	2%	3	1%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

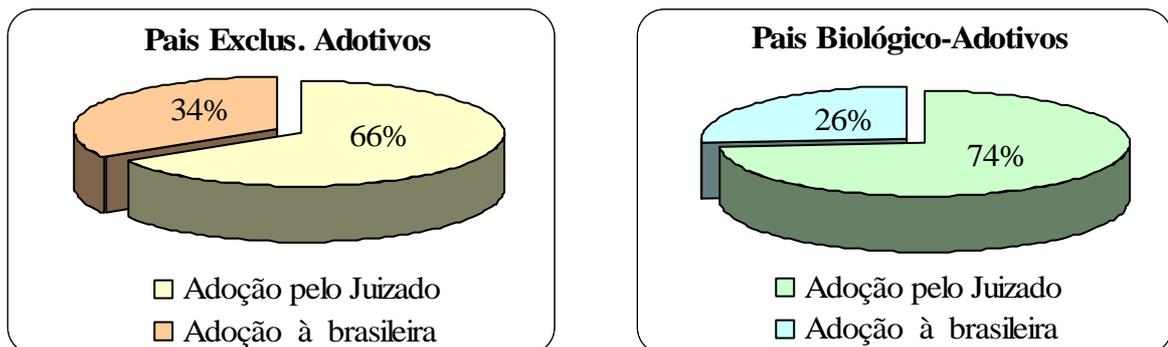
O Quadro 5 demonstra a frequência de filhos únicos e não únicos por tipo de família, considerando-se adoções precoces e tardias. Em relação às famílias adotivas, existem 54 filhos únicos (38%), 87 filhos não-únicos (62%) no grupo das adoções precoces; 17 filhos não únicos no grupo das adoções tardias. Neste tipo de família não há adoções tardias de filhos únicos. Famílias biológico-adotivas efetuaram 64 adoções precoces de filhos únicos (55%) e 53 adoções de filhos não-únicos (45%); 8 adoções tardias de filhos únicos(24%) e 26 de filhos não-únicos (76%).

**Quadro 5** – Frequência e percentual de filhos únicos e não únicos por tipo de família

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	Precoce	Tardia	Precoce	Tardia	Precoce	Tardia
Filhos únicos	54 38%	-	64 55%	8 24%	118 46%	8 16%
Não únicos	87 62%	17 100%	53 45%	26 76%	140 54%	43 84%
Total	141	17	117	34	258	51

Em relação à natureza da adoção, ou seja, o procedimento pelo qual as crianças chegaram às famílias, 140 famílias realizaram as suas adoções através de habilitação oficial no Juizado da Infância (70%) e 60 famílias efetuaram adoções informais ou à brasileira (60%). Considerando-se o tipo de família, no Gráfico 1 pode-se visualizar comparativamente a forma como as adoções foram levadas a efeito dentro de cada grupo. No grupo das famílias adotivas, 66% fizeram adoções oficiais e 34% à brasileira; no grupo de famílias biológico-adotivas, 74% realizaram adoções oficiais e 26% à brasileira. Verifica-se que famílias exclusivamente adotivas têm uma tendência maior a realizar adoções à brasileira.

**Gráfico 1** – Percentual da distribuição dos pais quanto à natureza das adoções

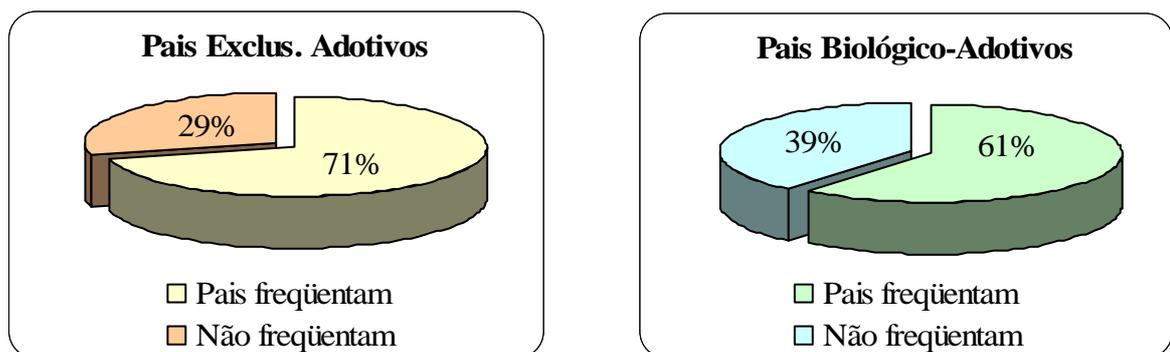


No que diz respeito ao preparo anterior à adoção, 155 pais (77,5%) afirmaram não ter recebido nenhum preparo. Em relação ao restante, 23 pais (11,5%) mencionaram ter recebido orientações dos profissionais da Vara da Infância, 18 pais (9%) fizeram contatos com outros pais adotivos, 3 pais (1,5%) recorreram à literatura especializada e um casal (0,5%) passou por um processo de psicoterapia (Quadro 6).

**Quadro 6** – Freqüência e percentual dos pais quanto ao preparo para adoção

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Não tiveram preparo p/ adoção	73	73%	82	82%	155	77,5%
Profissionais das Varas da Infância	13	13%	10	10%	23	11,5%
Contatos c/ outros pais adotivos	11	11%	7	7%	18	9%
Literatura especializada	2	2%	1	1%	3	1,5%
Psicoterapia	1	1%	0	0%	1	0,5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

De acordo com o que podemos visualizar no Gráfico 2 abaixo, 132 dos nossos sujeitos de pesquisa (66%) são freqüentadores de grupos de apoio à adoção (GEADs) e 68 (34%) não o são. No grupo de famílias adotivas, 71% são freqüentadores e 29% não o são; no grupo de famílias biológico-adotivas, 61% são freqüentadores e 39% não o são. Observa-se uma tendência à famílias exclusivamente adotivas terem uma maior assiduidade a GEADs.

**Gráfico 2** – Percentual da freqüência dos pais aos Grupos de Apoio à Adoção

O Quadro 7 apresenta as motivações para a adoção. 116 pais (58%) relataram problemas de infertilidade ou esterilidade; 11 pais (5,5%) desejavam ter filhos mas não queriam passar pelo processo de gestação; 19 pais (9,5%) afirmaram que ter filhos adotivos fazia parte do projeto familiar desde sempre; 2 pais (1%) adotaram para melhorar o relacionamento conjugal; 2 pais (1%) disseram ter adotado porque já haviam passado da idade de ter filhos biologicamente; 7 pais (3,5%) adotaram porque, através da filiação adotiva, poderiam escolher o sexo da criança; 4 pais (2%) adotaram para substituir um filho falecido; 3

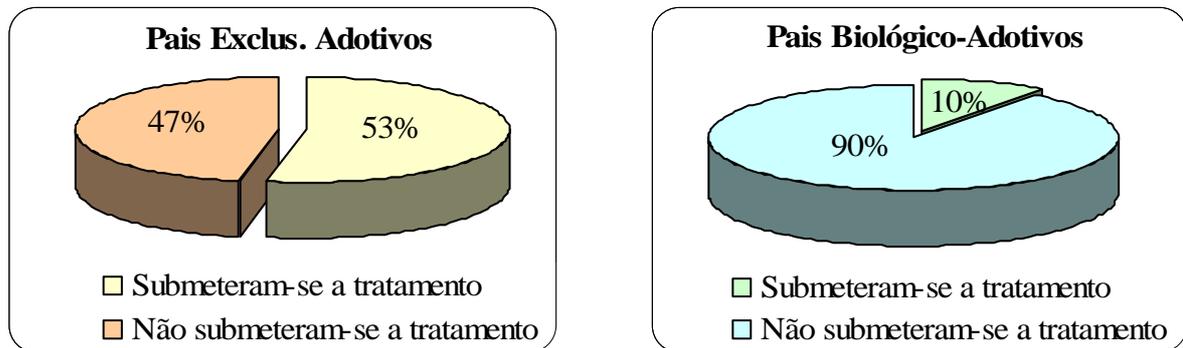
pais (1,5%) adotaram para ter companhia na velhice; 36 pais (18%) adotaram por motivos altruístas (caridade, cidadania). Nas famílias exclusivamente adotivas, a motivação primordial para a adoção foi a impossibilidade biológica para procriar – infertilidade ou esterilidade – com um percentual de 93%; nas famílias biológico-adotivas, motivos altruístas foram a razão mais comumente citada (36%), seguidos por impossibilidades biológicas (23%) e adoção como projeto familiar (18%).

**Quadro 7** – Frequência e percentual dos pais quanto às motivações para a adoção

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Impossibilidades biológicas	93	93%	23	23%	116	58%
Desejo de filho e não desejo de gestar	3	3%	8	8%	11	5,5%
Projeto familiar	1	1%	18	18%	19	9,5%
Melhorar a relação conjugal	1	1%	1	1%	2	1%
Idade tardia para gravidez	2	2%	0	0%	2	1%
Escolher o sexo da criança	0	0%	7	7%	7	3,5%
Substituir um filho falecido	0	0%	4	4%	4	2%
Para ter companhia na velhice	0	0%	3	3%	3	1,5%
Motivos altruístas/ caridade	0	0%	36	36%	36	18%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

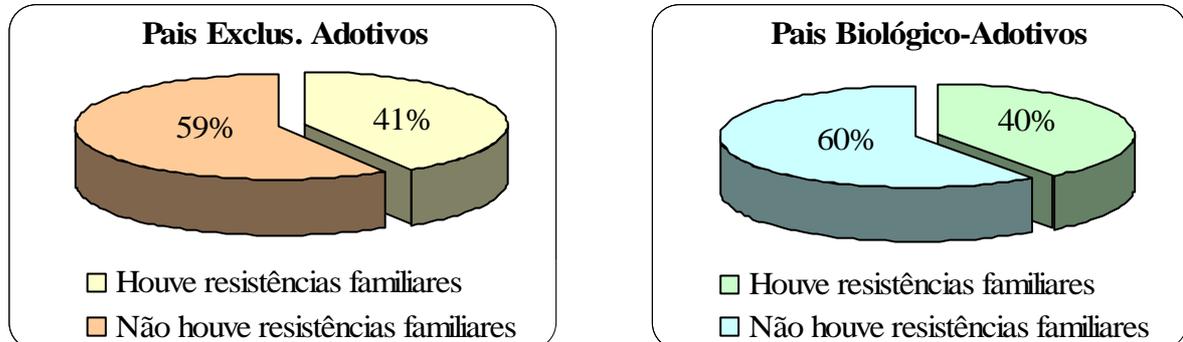
O Gráfico 3 demonstra o percentual de pais que se submeteram a tratamentos para fertilização antes de decidirem-se pela adoção. Em famílias exclusivamente adotivas, 53% dos pais passaram por tais tratamentos, tendo optado pela adoção após várias tentativas frustradas pela via biológica; 47% dos pais não fizeram tratamentos. Em famílias biológico-adotivas 10% tentaram tratamentos para fertilização e 90% não o fizeram. Esses 10% tratam-se de casos em que o casal já havia gerado filhos biologicamente e por algum impedimento físico ficou impossibilitado de gerar outros.

**Gráfico 3** – Percentual dos pais submetidos a tratamentos para fertilização



No que se refere à aceitação dos familiares à decisão de adotar, considerando-se o número total de sujeitos (200), em 119 casos (59,5%) não houve resistências à adoção; em 81 casos (40,5%) houve algum tipo de resistência na família. O Gráfico 4 apresenta o percentual de resistências familiares por tipo de família: em famílias adotivas houve 41 casos (41%); em famílias biológico-adotivas 40 casos (40%).

**Gráfico 4** – Percentual das resistências familiares ao projeto de adoção



Para um melhor esclarecimento desta variável, solicitamos aos pais que mencionassem a origem das resistências, ou seja, quem as manifestou (companheiros, avós maternos ou paternos, irmãos biológicos ou família extensa) e também de que forma aconteceu a manifestação. No Quadro 8 podemos verificar que, em famílias exclusivamente adotivas, houve 17 casos em que companheiros demonstraram resistências, 13 casos de resistências manifestadas por avós maternos, 17 casos por avós paternos, 12 casos por outros familiares. Em famílias biológico-adotivas houve 16 casos de resistências provindas de companheiros, 14 casos de resistências manifestadas por avós maternos, 15 casos por avós paternos, 12 casos por outros familiares e 6 casos por irmãos biológicos da criança. Em relação à forma de manifestação das resistências, 27 companheiros (13,5%) tiveram dificuldades em aceitar a

idéia da adoção e 6 manifestaram medos e preconceitos; 13 avós maternos e 14 paternos manifestaram medos e preconceitos, 12 avós maternos e 6 paternos tentaram desestimular as adoções, 2 avós maternos e 12 paternos rejeitam sutilmente os netos adotivos; 10 familiares tentaram desestimular as adoções, 8 manifestaram medos e preconceitos e 6 rejeitam as crianças adotadas declaradamente; 3 irmãos biológicos tiveram dificuldades em aceitar a idéia da adoção e 3 manifestaram muitos ciúmes. Com exceção das resistências manifestadas por irmãos que só acontecem em famílias biológico-adotivas, em todos os outros casos de manifestação de resistência, observa-se uma grande similaridade entre os dois tipos de família quanto aos percentuais de resistências havidas. Por outro lado, a maioria dos pais relataram que as resistências foram vencidas (85%) com a convivência com as crianças (55%) e o diálogo (28%); em apenas 8 casos (20%) nas famílias adotivas e 4 casos (10%) nas famílias biológico-adotivas não houve possibilidade de vencê-las.

**Quadro 8** – Frequência e percentual das resistências familiares às adoções

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	f	%
<b>1. Resistências manifestadas pelos companheiros</b>						
Dificuldade em aceitar a idéia	12	12%	16	16%	27	13,5%
Medos e preconceitos	5	5%	0	0%	6	3%
Não houve resistência	83	83%	84	84%	167	83,5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>2. Resistências manifestadas pelos avós maternos</b>						
Medos e preconceitos	4	4%	9	9%	13	6,5%
Tentaram desestimular	7	7%	5	5%	12	6%
Há uma rejeição sutil	2	2%	0	0%	2	1%
Não houve resistência	87	87%	86	86%	173	86,5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>3. Resistências manifestadas pelos avós paternos</b>						
Medos e preconceitos	9	9%	5	5%	14	7%
Tentaram desestimular	2	2%	4	4%	6	3%

Há uma rejeição sutil	6	6%	6	6%	12	6%
Não houve resistência	83	83%	85	85%	168	84%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>4. Resistências manifestadas pelos irmãos biológicos (da criança)</b>						
Dificuldade em aceitar a idéia	-	-	3	3%	3	3%
Manifestaram ciúmes	-	-	3	3%	3	3%
Não houve resistências	-	-	94	94%	94	94%
Total	-	-	100	100%	100	100%
<b>5. Resistências manifestadas pela família extensa</b>						
Medos e preconceitos	7	7%	1	1%	8	4%
Tentaram desestimular	5	5%	5	5%	10	5%
Rejeição declarada	0	0%	6	6%	6	3%
Não houve resistência	88	88%	88	88%	176	88%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>6. Possibilidades de vencer as resistências</b>						
Não puderam ser vencidas	8	20%	4	10%	12	15%
Foram vencidas com a convivência	20	49%	24	60%	44	55%
Foram vencidas com diálogo	12	29%	11	28%	23	28%
Com apoio psicoterápico	1	2%	1	2%	2	2%
Total	41	100%	40	100%	81	100%

#### 4.4 – Especificidades sobre o processo educativo dos filhos adotados

Neste segmento estaremos apresentando os resultados para os quesitos da pesquisa que enfocam o processo educativo especificamente.

#### 4.4.1 – A adaptação na família pós-adoção

Conforme é possível constatar no Quadro 9, a grande maioria dos pais não mencionou dificuldades de adaptação familiar de seus filhos adotados. Assim, 93% dos pais exclusivamente adotivos e 85% dos pais biológico-adotivos afirmam não ter havido dificuldades de adaptação. Nas adoções precoces, apenas 1 sujeito das famílias adotivas e 3 sujeitos das famílias biológico-adotivas indicaram dificuldades de adaptação; nas adoções tardias, 6 sujeitos das famílias adotivas e 12 sujeitos das biológico-adotivas apontaram dificuldades.

Quanto ao tipo de dificuldades enfrentadas, na adoção precoce, a única dificuldade relatada por ambas as famílias foi a dificuldade para receber afeto, correspondendo a 1 sujeito das famílias adotivas e 3 sujeitos das famílias biológico-adotivas. Nas adoções tardias, 2 pais adotivos e 4 pais biológico-adotivos mencionaram dificuldades de adaptação ao novo ambiente; 2 pais adotivos e 2 biológico-adotivos mencionaram que seus filhos tiveram dificuldades para aceitar regras e limites; 1 pai adotivo e 2 biológico-adotivos mencionaram distúrbios alimentares; 1 pai adotivo e 4 biológico-adotivos mencionaram problemas de relacionamento. Verifica-se uma tendência de que os filhos adotados em famílias biológico-adotivas apresentem um índice maior de dificuldades de adaptação.

No que diz respeito às estratégias utilizadas para o enfrentamento dessas dificuldades, 3 pais adotivos e 11 biológico-adotivos afirmaram terem utilizado apenas métodos familiares (diálogo, compreensão, tolerância, afeto), enquanto 3 pais adotivos e 3 biológico-adotivos encaminharam seus filhos para psicoterapia; finalmente, 1 pai adotivo e 1 biológico-adotivo ainda estão resolvendo as dificuldades.

**Quadro 9** – Frequência e percentual da adaptação familiar pós-adoção na percepção dos pais

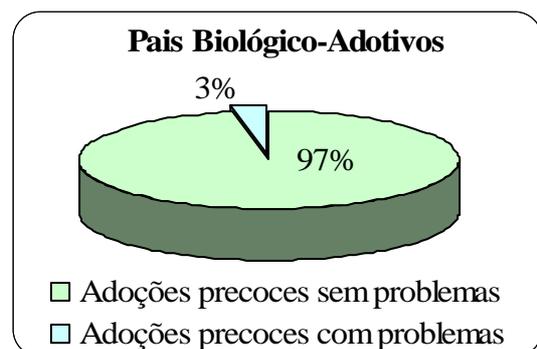
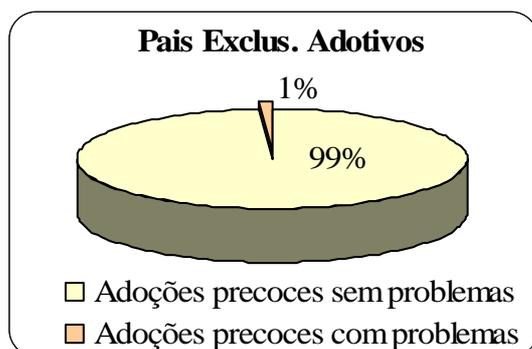
Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
<b>1. Sobre a existência de dificuldades</b>						
Não houve dificuldades	93	93%	85	85%	178	89%
Houve na adoção precoce	1	1%	3	3%	4	2%
Houve na adoção tardia	6	6%	12	12%	18	9%

Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>2. Tipo de dificuldades de adaptação na adoção precoce</b>						
Dificuldade em receber afeto	1	100%	3	100%	4	100%
Total	1	100%	3	100%	4	100%
<b>3. Tipo de dificuldade na adoção tardia</b>						
Dific.de adaptação Ao novo ambiente	2	33%	4	33%	6	33%
Dific. de aceitação de regras e limites	2	33%	2	17%	4	22%
Distúrbios alimentares	1	17%	2	17%	3	17%
Problemas de relacionamento	1	17%	4	33%	5	28%
Total	6	100%	12	100%	18	100%
<b>4. Estratégias para resolver as dificuldades de adaptação</b>						
Estrat. Familiares**	3	37,5%	11	73,5%	14	64%
Psicoterapia	3	37,5%	3	20%	6	27%
Resolvendo ainda	1	25%	1	6,5%	2	9%
Total	7	100%	15	100%	22	100%

\* Estratégias familiares: diálogo, compreensão, tolerância, afeto.

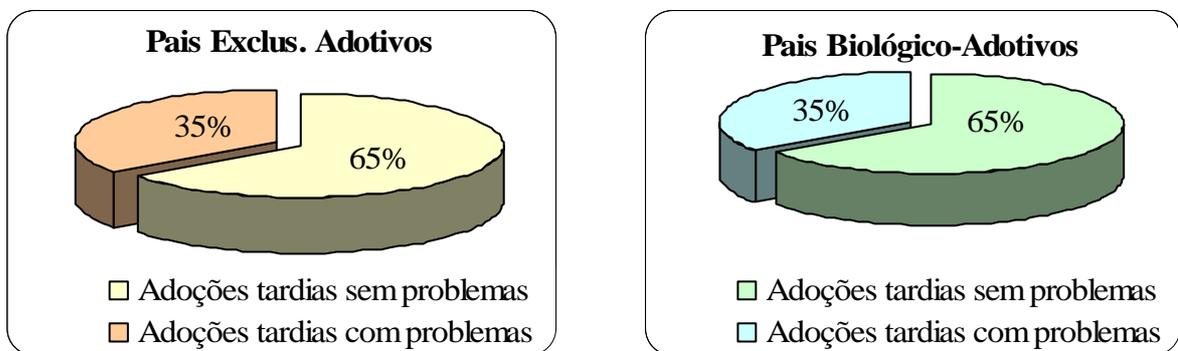
Em relação ao número total de filhos adotados precocemente, 140 em famílias adotivas (99%) e 113 em famílias biológico-adotivas (97%) não tiveram problemas de adaptação na adoção precoce (Gráfico 5). Isto significa dizer que de 258 crianças de adoções precoces, 253 não tiveram dificuldades de adaptação familiar.

**Gráfico 5** – Percentual dos problemas de adaptação familiar atribuídos pelos pais às adoções precoces



No que se refere à adoção tardia, 11 crianças adotadas em famílias adotivas e 22 adotadas em famílias biológico-adotivas não tiveram problemas de adaptação (65%); por outro lado, 6 crianças em famílias adotivas e 12 crianças em famílias biológico-adotivas (35%) apresentaram problemas (Gráfico 6). Considerando-se o número total de crianças adotadas tardiamente – 51 crianças – 33 delas não tiveram problemas de adaptação familiar. Comparando-se os dois grupos familiares, proporcionalmente houve o mesmo percentual de problemas de adaptação (35%) em cada tipo de família.

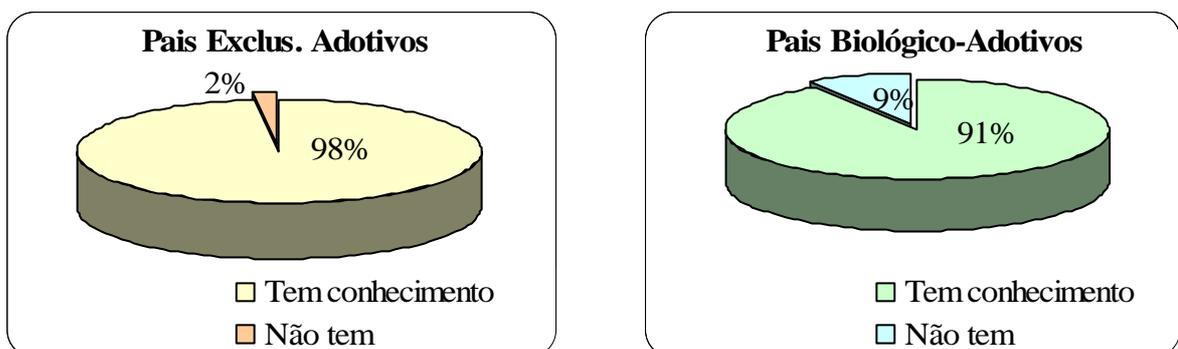
**Gráfico 6** – Percentual dos problemas de adaptação familiar atribuídos pelos pais às adoções tardias



#### 4.4.2 A revelação da condição adotiva

O Gráfico 7 indica que 98% dos filhos de adoções precoces em famílias adotivas exclusivamente e 91% em famílias biológico-adotivas têm conhecimento de sua origem biológica; apenas 2% dos filhos do primeiro grupo e 9% do segundo grupo ainda não têm conhecimento.

**Gráfico 7** – Percentual de crianças que sabem de sua condição adotiva



Quanto aos motivos para a não-revelação, 1 sujeito das famílias adotivas e 6 sujeitos das famílias biológico-adotivas afirmaram considerar a criança muito nova ainda; 1 sujeito das famílias adotivas e 2 sujeitos das famílias biológico-adotivas disseram não ter tido coragem para fazer a revelação; 1 sujeito das famílias biológico-adotivas afirmou que a revelação não aconteceu porque a criança não tinha capacidade de entendimento devido à dificuldades neurológicas.

Em relação à idade da criança, quando esta soube de sua condição adotiva, o Quadro 10 nos mostra que 103 pais (51,5%) afirmaram ter feito a revelação antes dos 2 anos de idade (60 do grupo dos pais adotivos exclusivamente e 43 do grupo biológico-adotivos); 31 revelaram quando a criança tinha de 2 a 3 anos (16 do grupo exclusivamente adotivos e 15 do grupo biológico-adotivos); 12 revelaram quando a criança tinha entre 3 e 4 anos (5 do grupo exclusivamente adotivos e 7 do grupo biológico-adotivos); 9 revelaram entre os 4 e 5 anos (7 do grupo exclusivamente adotivos e 2 do grupo biológico-adotivos); 12 revelaram entre os 5 e os 7 anos (5 do grupo exclusivamente adotivos e 7 do grupo biológico-adotivos); 3 revelaram após os 7 anos de idade (1 do grupo exclusivamente adotivos e 2 do grupo biológico-adotivos); 2 pais do grupo biológico-adotivos afirmaram que o processo de revelação foi diferente para cada filho; 2 pais do grupo exclusivamente adotivos e 9 do biológico-adotivos ainda não falaram com as crianças a respeito de sua origem biológica; 4 pais do primeiro grupo e 13 do segundo são casos de adoção tardia exclusivamente, sendo que não houve necessidade de revelação porque as crianças tinham consciência da adoção. Desse modo, 87% dos pais exclusivamente adotivos e 73% dos biológico-adotivos referiram que o processo de revelação transcorreu de forma tranqüila; 7 do primeiro grupo e 4 do segundo afirmaram que foi bastante difícil para os pais, mas os filhos aceitaram bem; houve 1 caso nas famílias biológico-adotivas em que a criança não conseguiu aceitar a realidade.

**Quadro 10** – Frequência e percentual da idade em que ocorreu a revelação, os motivos para a não revelação e a forma como transcorreu o processo

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
<b>1. Idade da revelação</b>						
Antes dos 2 anos	60	60%	43	43%	103	51,5%
Entre os 2 e 3 anos	16	16%	15	15%	31	15,5%
Entre os 3 e 4 anos	5	5%	7	7%	12	6%

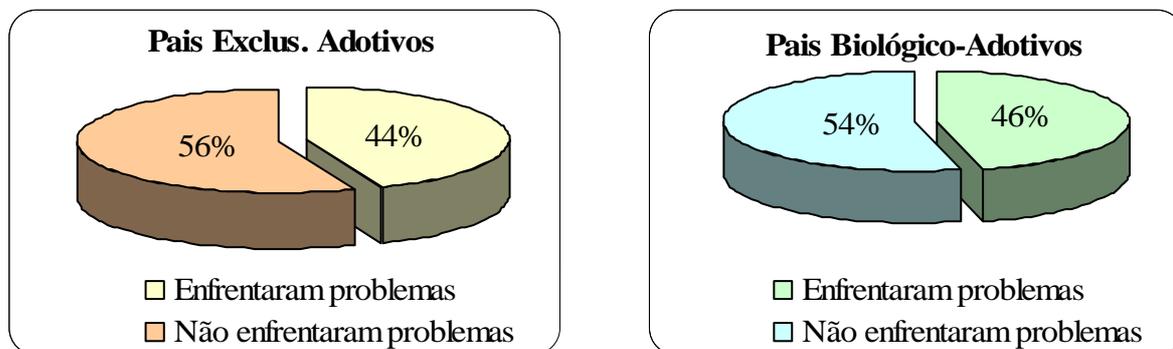
Entre os 4 e 5 anos	7	7%	2	2%	9	4,5%
Entre os 5 e 7 anos	5	5%	7	7%	12	6%
Após os 7 anos	1	1%	2	2%	3	3%
Cada filho foi diferente	0	0%	2	2%	2	1%
A criança sabia	4	4%	13	13%	17	8,5%
Ainda não revelado	2	2%	9	9%	11	5,5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>2. Motivos para a não revelação da condição adotiva</b>						
Pais consideram a criança muito nova	1	1%	6	6%	7	3,5%
Pais não têm coragem de revelar	1	1%	2	2%	3	1,5%
Criança c/dific. Neurológicas	0	0%	1	1%	1	0,5%
A criança tinha consciência do fato	4	4%	13	13%	17	8,5%
Já foi revelado	94	94%	78	78%	172	86%
Total	100	100%	100	100%	200	100%
<b>3. Sobre o processo de revelação da condição adotiva</b>						
Transcorreu de forma tranqüila	87	87%	73	73%	160	80%
Difícil p/os pais, mas filhos aceitaram bem	7	7%	4	4%	11	5,5%
A criança não aceitou a realidade	0	0%	1	1%	1	1%
A criança tinha consciência do fato	4	4%	13	13%	17	8,5%
Ainda não foi revelado	2	2%	9	9%	11	5,5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

#### 4.4.3 – Problemas de comportamento

O Gráfico 8 demonstra a incidência de pais adotivos que enfrentaram problemas de comportamento nos filhos adotados: 56% dos pais exclusivamente adotivos e 54% dos pais biológico-adotivos afirmaram não ter verificado problemas de comportamento em seus filhos,

ao passo que 44% do primeiro grupo e 46% do segundo grupo afirmaram terem-nos enfrentado.

**Gráfico 8** – Percentual de pais que afirmaram ter enfrentado problemas de comportamento na educação de filhos adotados



No que diz respeito ao tipo de problemas enfrentados, apresentaremos separadamente os dados elencados para adoções precoces e para adoções tardias, em virtude das especificidades de cada tipo de adoção. Foram citadas 140 incidências de problemas de comportamento, sendo 27 provenientes de adoções tardias e 113 de adoções precoces.

É importante observar o seguinte: (a) as adoções tardias são em menor número em relação às adoções precoces – o nosso banco de adoções é formado por 51 adoções tardias e 258 adoções precoces; (b) a quantidade de problemas de comportamento refere-se ao número total de filhos (309); (c) há casos em que os pais citaram mais de um problema de comportamento para o filho, o que significa que poderemos ter mais problemas do que filhos.

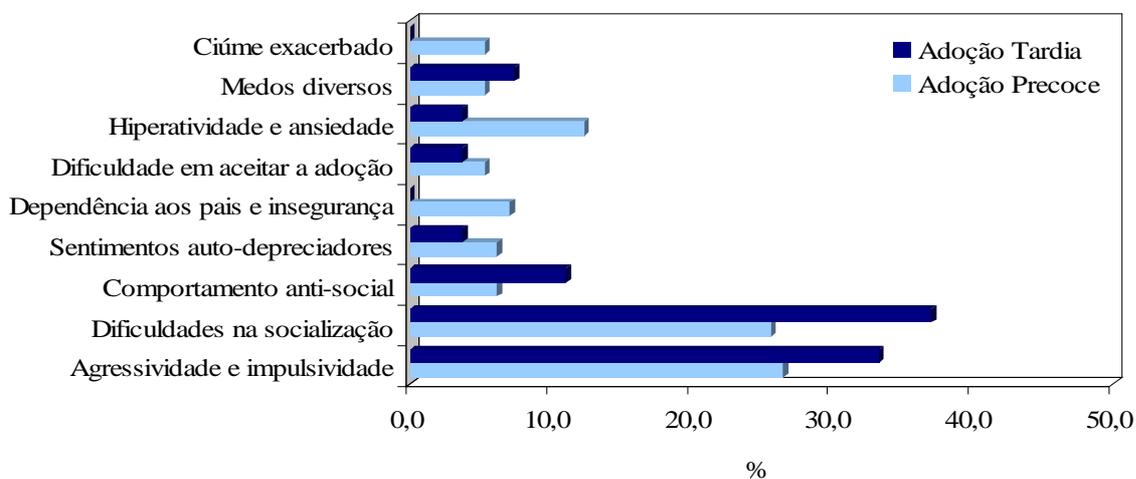
Os dois problemas de comportamento de maior incidência coincidem nos dois tipos de adoção: agressividade/impulsividade (27,5% no cômputo geral) e dificuldades na socialização (27,5% no cômputo geral). Em relação à adoção precoce, agressividade/impulsividade representou 27% e dificuldades na socialização 26%; na adoção tardia representaram 33% e 37% respectivamente. Outros problemas de comportamento citados pelos pais de adoções precoces foram: hiperatividade/ansiedade 12,5%, dependência aos pais/insegurança 7,5%, comportamento anti-social 6%, sentimentos auto-depreciadores 6%, dificuldade para aceitar a adoção 5%, medos diversos 5% e ciúme exacerbado 5%. No que diz respeito à adoção tardia, os seguintes são os índices em relação aos mesmos problemas: comportamentos anti-sociais 11%, sentimentos auto-depreciadores 4%, dificuldade em aceitar a adoção 4%, medos diversos 7%, hiperatividade/ansiedade 4% (Quadro 11).

**Quadro 11** – Frequência e percentual dos problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções precoces e tardias

Variáveis	Adoção Precoce		Adoção Tardia		Total	
	F	%	F	%	F	%
Agressividade/ Impulsividade	30	27%	9	33%	39	27,5%
Dificuldades na socialização	29	26%	10	37%	39	27,5%
Hiperatividade/ Ansiedade	14	12,5%	1	4%	15	11%
Comportamento anti- social	7	6%	3	11%	10	7%
Sentimentos auto- depreciadores	7	6%	1	4%	8	6%
Dependência aos pais/insegurança	8	7,5%	0	0	8	6%
Medos diversos	6	5%,	2	7%	8	6%
Dificuldade em aceitar a adoção	6	5%	1	4%	7	5%
Ciúme exacerbado	6	5%	0	0	6	4%
Total	113	100%	27	100%	140	100%

O Gráfico 9 demonstra comparativamente a tabela acima e nos permite visualizar e comparar os índices dos principais problemas comportamentais acontecidos nos dois tipos de adoção.

**Gráfico 9** – Percentual dos problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções precoces e tardias

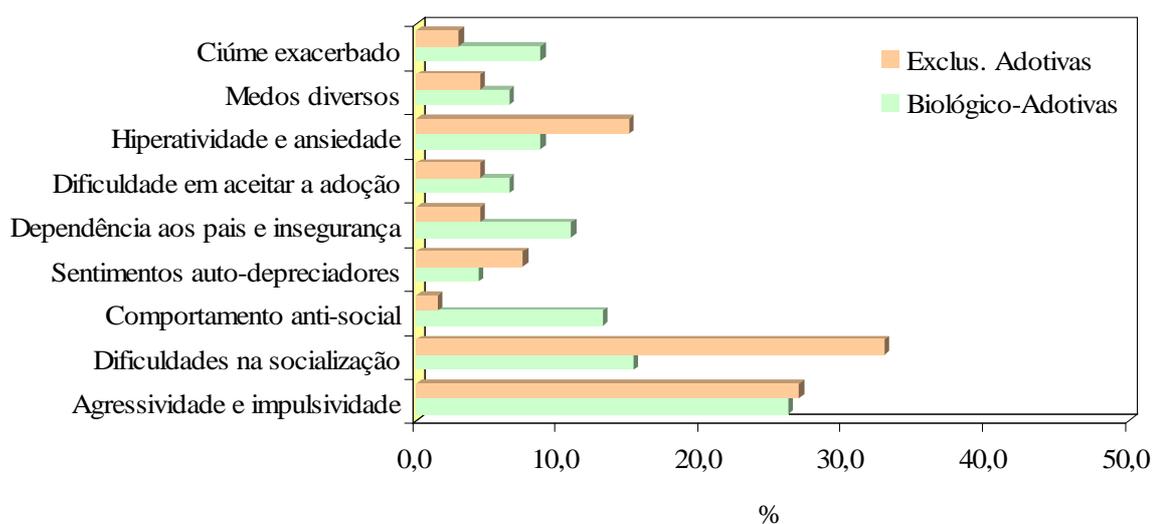


O Quadro 12 e o Gráfico 10 apresentam os principais problemas de comportamento acontecidos em cada tipo de família em relação às adoções precoces. Verifica-se uma incidência maior de problemas em famílias exclusivamente adotivas, com um registro de 67 casos de problemas de comportamento, ao passo que em famílias biológico adotivas foram registrados somente 46 casos. Em relação aos tipos de problemas de comportamento: agressividade/impulsividade representou 27% dos problemas em famílias adotivas e 26% em famílias biológico adotivas; dificuldades na socialização 32,5% em famílias adotivas e 15% nas biológico adotivas; hiperatividade/ansiedade 15% em famílias adotivas e 9% em biológico adotivas; comportamento anti-social 1,5% em famílias adotivas e 13% em biológico-adotivas; sentimentos auto-depreciadores 7,5% em famílias adotivas e 4% em biológico-adotivas; excessiva dependência/insegurança 4,5% em famílias adotivas e 11% em biológico-adotivas; medos vários 4,5% em famílias adotivas e 6,5% em biológico-adotivas; ciúmes exacerbados 3% em famílias adotivas e 9% em biológico-adotivas; não aceitação da adoção 4,5% em famílias adotivas e 6,5% em biológico-adotivas.

**Quadro 12** – Frequência e percentual dos problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções precoces por tipo de família

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Agressividade e impulsividade	18	27%	12	26%	30	27%
Dificuldades na socialização	22	32,5%	7	15%	29	26%
Hiperatividade, dispersão da atenção	10	15%	4	9%	14	12%
Excessiva dependência	3	4,5%	5	11%	8	7%
Comportamento anti-social	1	1,5%	6	13%	7	6%
Sentimentos auto-depreciadores	5	7,5%	2	4%	7	6%
Ciúmes exacerbados	2	3%	4	9%	6	5,5%
Não-aceitação da adoção	3	4,5%	3	6,5%	6	5,5%
Medos vários	3	4,5%	3	6,5%	6	5%
Total	67	100%	46	100%	113	100%

**Gráfico 10** – Problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções precoces por tipo de família



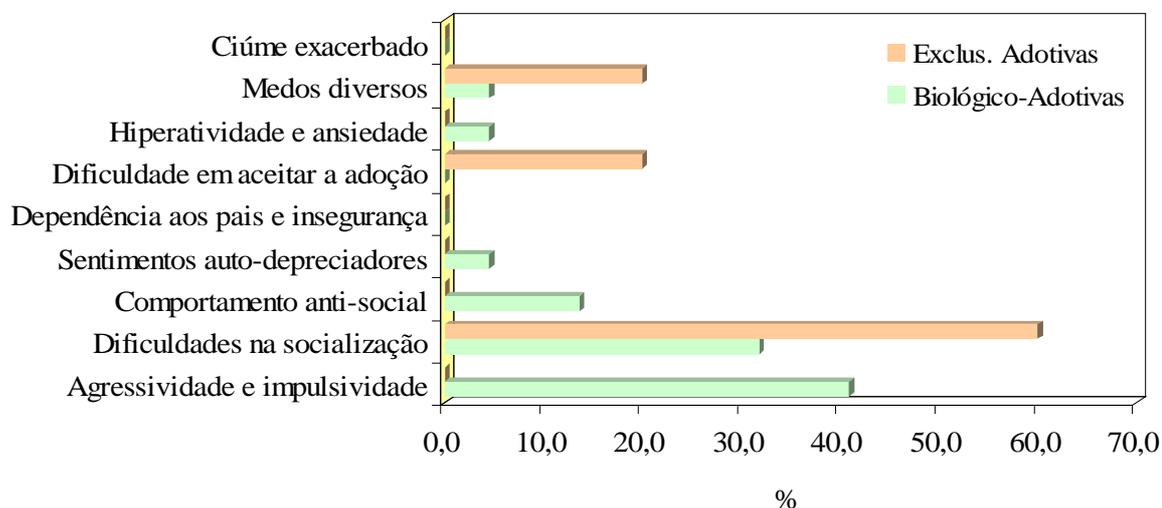
O Quadro 13 apresenta os problemas de comportamento nas adoções tardias por tipo de família sendo que foram registradas 27 incidências no total. Constatou-se um maior número de problemas de comportamento em famílias biológico-adotivas (22) do que em famílias adotivas (5). Nas famílias exclusivamente adotivas, os problemas relacionados foram: (a) dificuldades na socialização (60%); dificuldade em aceitar a adoção (20%); medos diversos (20%). Nas famílias biológico-adotivas registraram-se os seguintes problemas: agressividade/impulsividade 41%, dificuldades na socialização 32%, comportamento anti-social 14%, sentimentos auto-depreciadores 4,5%, hiperatividade/ansiedade 4,5%, medos diversos (4,5%).

**Quadro 13** – Frequência e percentual dos problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções tardias por tipo de família

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Dificuldades na socialização	3	60%	7	32%	10	37%
Agressividade e impulsividade	0	0	9	41%	9	33%
Comportamento anti-social	0	0%	3	14%	3	11%
Medos vários	1	20%	1	5%	2	7%
Hiperatividade, ansiedade	0	0%	1	5%	1	4%
Sentimentos auto-depreciadores	0	0%	1	5%	1	4%
Não-aceitação da adoção	1	20%	0	0%	1	4%
Total	5	100%	22	100%	27	100%

O Gráfico 11 nos possibilita visualizar as incidências dos problemas de comportamento nas adoções tardias, de forma comparativa, em famílias adotivas e biológico-adotivas.

**Gráfico 11** – Problemas de comportamento atribuídos pelos pais às adoções tardias por tipo de família



Em relação às estratégias utilizadas pelos pais para a resolução dos problemas de comportamento, 28 pais (32%) – 10 exclusivamente adotivos e 18 biológico-adotivos – afirmaram ter conseguido resolvê-los em casa com estratégias familiares<sup>5</sup>; 31 pais (34%) – 21 exclusivamente adotivos e 10 biológico-adotivos, afirmaram ter recorrido à profissionais especializados; 31 pais (34%) – 13 exclusivamente adotivos e 18 biológico-adotivos – disseram que os problemas ainda não estão resolvidos (Quadro 14).

**Quadro 14** – Frequência e percentual das estratégias utilizadas para a resolução dos problemas de comportamento

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Ainda não foram resolvidos	13	30%	18	39%	31	34%
Com estratégias familiares **	10	23%	18	39%	28	32%
Com profissionais especializados	21	47%	10	22%	31	34%
Total	44	100%	46	100%	90	100%

<sup>5</sup> Estratégias familiares: diálogo, compreensão, tolerância, afeto.

Quanto aos motivos para os problemas de comportamento, 25% dos pais exclusivamente adotivos e 41% dos biológico-adotivos que têm filhos com problema, os atribuíram à história anterior dos filhos e suas seqüelas; 25% dos pais exclusivamente adotivos e 17% dos biológico-adotivos os atribuíram às suas próprias dificuldades; 11% dos pais exclusivamente adotivos e 17% dos biológico-adotivos os atribuíram às características de personalidade dos filhos; 14% dos pais exclusivamente adotivos e 11% dos biológico-adotivos os atribuíram ao medo que os filhos teriam de um novo abandono; 9% dos pais exclusivamente adotivos e 7% dos biológico-adotivos os atribuíram às fases específicas do desenvolvimento; 16% dos pais exclusivamente adotivos e 7% dos biológico-adotivos não sabem a que fatores atribuí-los (Quadro 15).

**Quadro 15** – Frequência e percentual dos motivos para os problemas de comportamento dos filhos adotados na percepção dos pais

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
A história anterior da criança e seqüelas	11	25%	19	41%	30	33%
Dificuldades dos pais adotivos	11	25%	8	17%	19	21%
Características de personalidade	5	11%	8	17%	13	14,5%
Medo de novo abandono	6	14%	5	11%	11	12,5%
Pais não sabem a que atribuir	7	16%	3	7%	10	11%
Fases específicas do desenvolvimento	4	9%	3	7%	7	8%
Total	44	100%	46	100%	90	100%

#### 4.4.4 – Fases críticas no desenvolvimento dos filhos adotados

Em relação à existência de fases críticas no desenvolvimento dos filhos, 37% dos pais adotivos exclusivamente e 35% dos biológico-adotivos afirmaram que o desenvolvimento foi normal, não tendo constatado nenhuma fase crítica; 13% dos pais referiram a faixa etária entre 13 e 19 anos como a mais crítica (a adolescência); 12,5% dos pais acreditam que a faixa etária entre 5 e 8 anos foi a mais crítica; 10% dos pais mencionaram a faixa etária entre os 9 e 12 anos; 5% dos pais apontaram a faixa etária entre 3 e 5 anos; 4,5% dos pais referem-se ao

primeiro ano após a adoção tardia como o mais crítico; 3,5% dos pais acreditam que cada faixa etária tem fases críticas e 11% dos pais ainda não sabem como avaliar (Quadro 16).

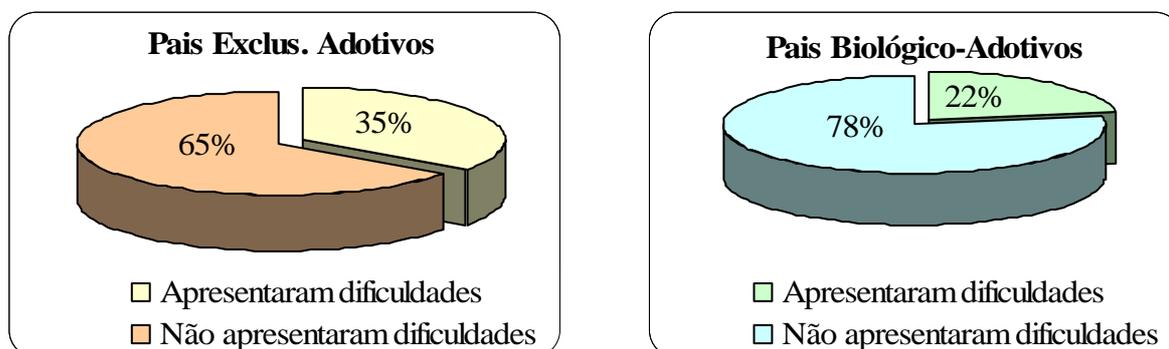
**Quadro 16** – Frequência e percentual das faixas etárias mais críticas no desenvolvimento dos filhos adotados na percepção dos pais

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Não constataram	37	37%	35	35%	72	36%
Entre 1 e 3 anos	4	4%	3	3%	7	3,5%
Entre 3 e 5 anos	6	6%	5	5%	11	5,5%
Entre 5 e 8 anos	14	14%	11	11%	25	12,5
Entre 9 e 12 anos	10	10%	11	11%	21	10,5%
Entre 13 e 19 anos	11	11%	15	15%	26	13%
O primeiro ano na adoção tardia	5	5%	4	4%	9	4,5%
Cada faixa etária tem fases críticas	4	4%	3	3%	7	3,5%
Não sabe avaliar ainda	9	9%	13	13%	22	11%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

#### 4.4.5 – Dificuldades no estabelecimento de limites

Considerando-se o número total de sujeitos (200), a maioria afirma não ter enfrentado dificuldades quanto ao estabelecimento de limites na educação de seus filhos (71,5%). No grupo de pais exclusivamente adotivos, 65% não tiveram dificuldades neste sentido e 35% as tiveram; quanto aos pais biológico-adotivos, 78% não tiveram dificuldades e 22% as tiveram. No Gráfico 12 podemos visualizar esta distribuição.

**Gráfico 12** – Percentual referente às dificuldades para estabelecer os limites educativos na percepção dos pais



Quanto às dificuldades enfrentadas, os 35 pais que as vivenciaram relacionaram as seguintes: falta de firmeza para impor limites – pais exclusivamente adotivos 50% e biológico-adotivos 27%; dificuldade em dizer não – pais exclusivamente adotivos 8,5% e biológico adotivos 27%; filhos criados com excesso de mimos – pais exclusivamente adotivos 6% e biológico-adotivos 4,5%; superproteção dos pais – pais exclusivamente adotivos 3% e biológico adotivos 4,5%; temperamento difícil do filho – pais exclusivamente adotivos 8,5% e pais biológico-adotivos 4,5%; somente o pai tem dificuldades – famílias exclusivamente adotivas 12% e biológico-adotivas 4,5%; somente a mãe tem dificuldades – famílias exclusivamente adotivas 3% e biológico-adotivas 4,5%; diferença de critérios de educação em relação à história anterior – famílias biológico-adotivas 10%; pais perdem o controle facilmente – famílias exclusivamente adotivas 3%; pais também têm dificuldades com limites – famílias biológico-adotivas 4,5%; pais muito ausentes no cotidiano do filho – famílias exclusivamente adotivas 3% e biológico-adotivas 4,5%; não mencionaram o tipo de dificuldades – famílias exclusivamente adotivas 3% e biológico-adotivas 4,5% (Quadro 18).

**Quadro 17** – Freqüência e percentual das dificuldades encontradas para estabelecer os limites educativos na percepção dos pais

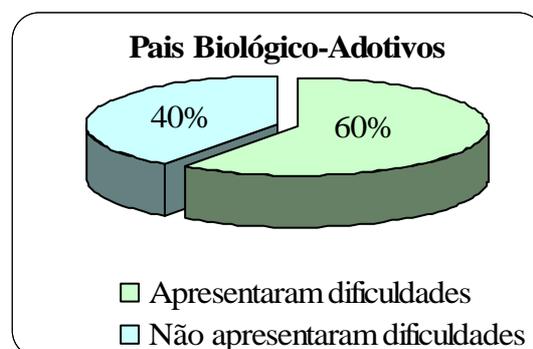
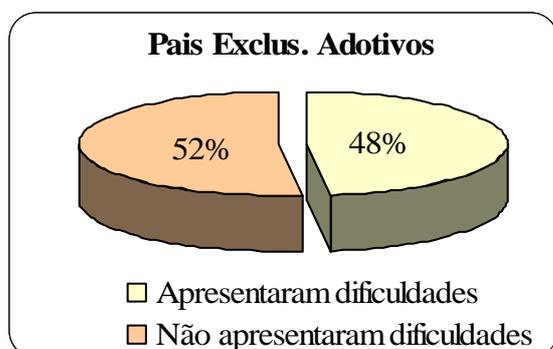
Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Falta firmeza para impor limites	17	50%	6	27%	23	41%
Dificuldade em dizer não	3	8,5%	6	27%	9	16%
Somente o pai tem dificuldades	4	12%	1	4,5%	5	9%
O filho tem temperamento difícil	3	8,5%	1	4,5%	4	7%

Filhos criados com excesso de mimos	2	6%	1	4,5%	3	5%
Somente a mãe tem dificuldades	1	3%	1	4,5%	2	3,5%
Pais superprotegem os filhos	1	3%	1	4,5%	2	3,5%
Dif.critérios em relação hist.anterior	0	0	2	10%	2	3,5%
Pais perdem o controle facilmente	1	3%	0	0	1	2%
Pais também têm dific. com limites	0	0	1	4,5%	1	2%
Pais muito ausentes no cotidiano	1	3%	1	4,5%	2	3,5%
Não mencionaram o tipo de dificuldades	1	3%	1	4,5%	2	4%
Total	34	100%	22	100%	56	100%

#### 4.4.6 – Dificuldades escolares em filhos adotivos

O Gráfico 13 apresenta a frequência de pais adotivos cujos filhos apresentaram dificuldades escolares. Considerando-se o total geral, 108 pais têm filhos que apresentaram dificuldades escolares (54%), ao passo que os filhos de 92 pais (46%) não as apresentaram. Os filhos de pais biológico-adotivos têm uma tendência a apresentar uma maior incidência de dificuldades escolares (60% dos pais referem que seus filhos as enfrentaram) do que filhos de pais exclusivamente adotivos (48%).

**Gráfico 13** – Percentual dos pais adotivos cujos filhos apresentaram dificuldades escolares



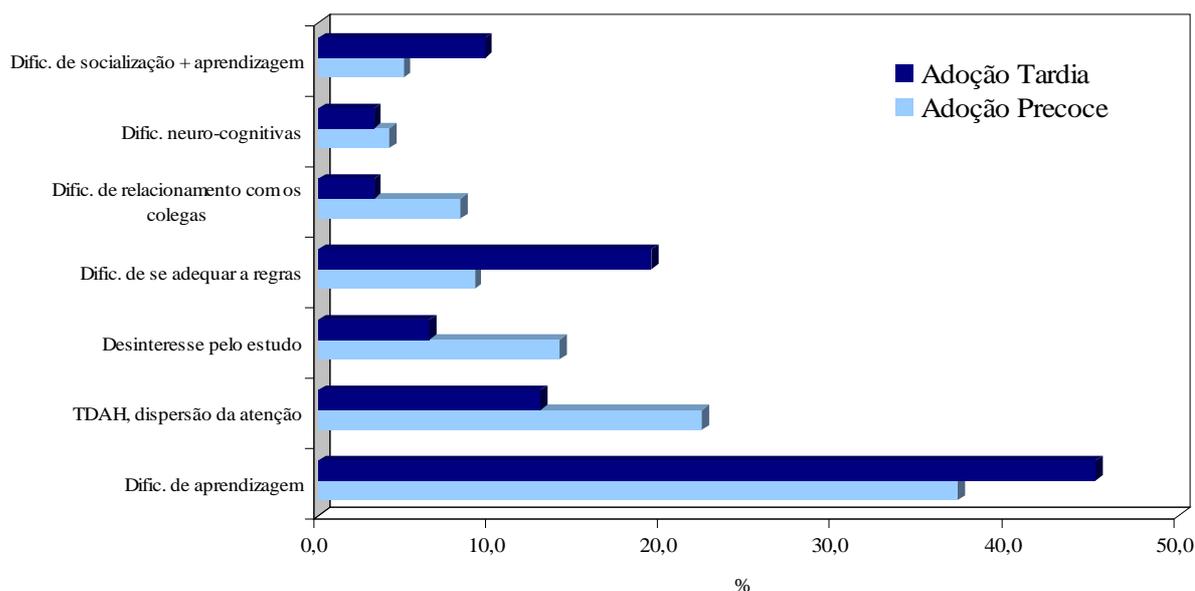
Os resultados que se referem às dificuldades escolares também serão apresentados por tipo de adoção (precoce ou tardia). Foram mencionadas 152 incidências de dificuldades escolares, das quais 31 aconteceram em adoções tardias e 121 em adoções precoces. Vale salientar também, que a quantidade de dificuldades escolares é em relação ao número total de filhos (309) e, da mesma forma como aconteceu com os problemas de comportamento, existem casos em que foram atribuídos mais de uma dificuldade para a mesma criança, o que significa que os totais podem não conferir. Tanto na adoção precoce quanto na tardia, a dificuldade de aprendizagem foi a problemática principal citada pelos pais (39% no geral); na precoce representou 37% e na adoção tardia 45% das dificuldades escolares. Outras dificuldades citadas pelos pais foram: TDAH/dispersão de atenção, com um percentual de 22,5% na adoção precoce e 13% na adoção tardia; dificuldades de se adequar a regras e normas, 9% na adoção precoce e 19,5% na adoção tardia; desinteresse pelo estudo, 14% na adoção precoce e 6,5% na adoção tardia; dificuldades de relacionamento com os colegas, 8,5% na adoção precoce e 3% na adoção tardia; dificuldades neuro-cognitivas, 4% na adoção precoce e 3% na adoção tardia; dificuldades de socialização e de aprendizagem juntas, 5% na adoção precoce e 3% na adoção tardia (Quadro 18).

**Quadro 18** – Frequência e percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções precoces e tardias

Variáveis	Adoção Precoce		Adoção Tardia		Total	
	F	%	F	%	F	%
Dificuldades de aprendizagem	45	37%	14	45%	59	39%
TDAH, dispersão da atenção	27	22,5%	4	13%	31	20,5%
Desinteresse pelo estudo	17	14%	2	6,5%	19	12,5%
Dific.de se adequar à regras	11	9%	6	19,5%	17	11%
Dific. nas relações com os colegas	10	8,5%	1	3%	11	7%
Dific. de socialização + aprendizagem	6	5%	3	10%	9	6%
Dific. Neuro-cognitivas	5	4%	1	3%	6	4%
Total	121	100%	31	100%	152	100%

O Gráfico 14 demonstra comparativamente a tabela acima permitindo-nos visualizar e, ao mesmo tempo, comparar os índices das principais dificuldades escolares acontecidas nos dois tipos de adoção (adoção precoce e tardia).

**Gráfico 14** – Percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções precoces e tardias

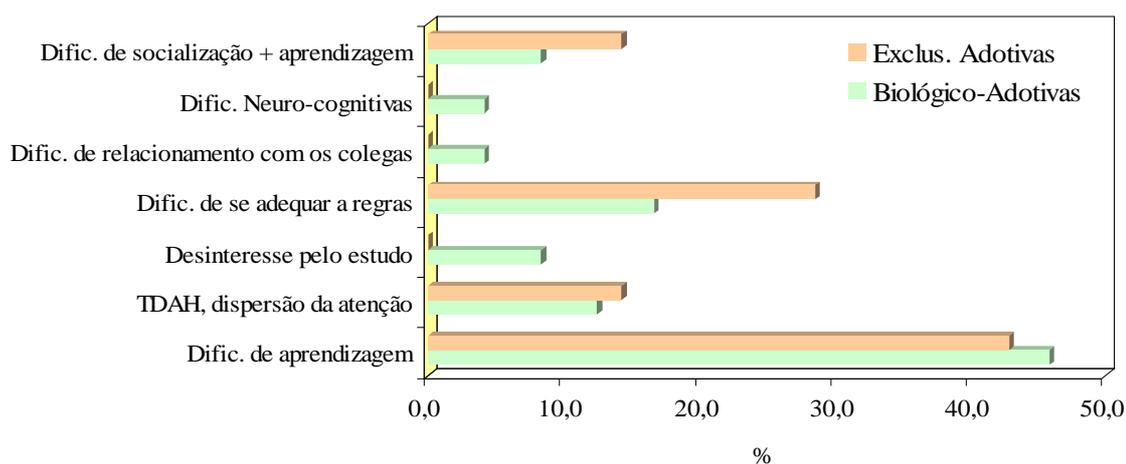


O Quadro 19 e o Gráfico 15 apresentam as principais dificuldades escolares acontecidas em cada tipo de família em relação às adoções precoces. Famílias biológico-adoptivas apresentam um índice maior de dificuldades escolares, tendo sido citados 66 casos, enquanto que, nas famílias exclusivamente adotivas, houve 55 casos mencionados. Quanto ao tipo de dificuldades arroladas: dificuldade de aprendizagem representou 31% nas famílias adotivas e 42,5% nas biológico-adoptivas; TDAH, 22% nas famílias adotivas e 23% nas biológico-adoptivas; desinteresse pelo estudo, 16,5% nas famílias adotivas e 12% nas biológico-adoptivas; dificuldades de se adequar a regras, 11% nas famílias adotivas e 7,5% nas biológico-adoptivas; dificuldades de relacionamento com os colegas, 12,5% nas famílias adotivas e 4,5% nas biológico-adoptivas; dificuldades neuro-cognitivas, famílias adotivas não adotaram crianças com dificuldades neurológicas, sendo que nas famílias biológico-adoptivas representou um percentual de 7,5% das dificuldades escolares; dificuldades de socialização e de aprendizagem juntas houve 7% nas famílias adotivas e 3% nas famílias biológico-adoptivas.

**Quadro 19** – Frequência e percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções precoces por tipo de família

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Dificuldades de aprendizagem	17	31%	28	42,5%	45	37%
TDAH/dispersão da atenção	12	22%	15	23%	27	22,5%
Desinteresse pelo estudo	9	16,5%	8	12%	17	14%
Dific.de se adequar a regras	6	11%	5	7,5%	11	9%
Dific. nas relações com colegas	7	12,5%	3	4,5%	10	8,5%
Dific. Neuro-cognitivas	0	0%	5	7,5%	5	4%
Dific. de socialização e aprendizagem juntas	4	7%	2	3%	6	5%
Total	55	100%	66	100%	121	100%

**Gráfico 15** – Percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções precoces por tipo de família



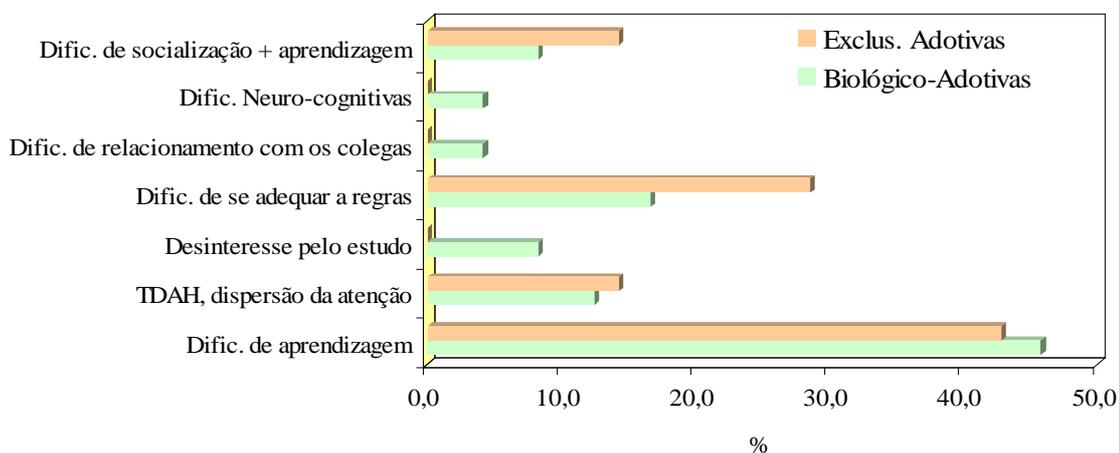
O Quadro 20 e o Gráfico 16 apresentam as principais dificuldades escolares acontecidas em cada tipo de família em relação às adoções tardias. Existe um maior índice de dificuldades escolares nas famílias biológico-adotivas – há 24 citações de dificuldades

escolares, ao passo que nas famílias adotivas há apenas 7 casos. Vale lembrar que esse grupo de famílias é o que comumente mais assume adoções tardias – a presente pesquisa inclui 34 adoções tardias em famílias biológico-adotivas e apenas 17 nas famílias adotivas. Nas famílias adotivas, 41% dos filhos enfrentaram dificuldades escolares; nas famílias biológico-adotivas este percentual sobe para 70%. Quanto ao tipo de dificuldades arroladas: dificuldade de aprendizagem representou 43% nas famílias adotivas e 46% nas biológico-adotivas; TDAH, 14% no primeiro grupo e 12,5% no segundo; desinteresse pelo estudo, famílias adotivas não referiram esta dificuldade, mas nas famílias biológico-adotivas 8,5% dos filhos apresentaram esta problemática; dificuldades de se adequar a regras, 28,5% nas famílias adotivas e 16,5% nas biológico-adotivas; dificuldades de relacionamento com os colegas, famílias adotivas não mencionaram esta dificuldade, mas nas famílias biológico-adotivas 4% dos filhos a vivenciaram; dificuldades neuro-cognitivas, famílias adotivas não adotaram crianças com dificuldades neurológicas, nas famílias biológico-adotivas representaram um percentual de 4% das dificuldades escolares; dificuldades de socialização e de aprendizagem juntas representaram 14% nas famílias adotivas e 8% nas famílias biológico-adotivas.

**Quadro 20** – Frequência e percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções tardias por tipo de família

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Dificuldades de aprendizagem	3	43%	11	46%	14	45%
Dific.de se adequar a regras	2	29%	4	17%	6	19%
TDAH/dispersão da atenção	1	14%	3	13%	4	13%
Desinteresse pelo estudo	0	0%	2	8%	2	6,5%
Dific. Relacionamento com colegas	0	0%	1	4%	1	3%
Dific. Neuro-cognitivas	0	0%	1	4%	1	3%
Dific. de socialização + aprendizagem juntas	1	14%	2	8%	3	10%
Total	7	100%	24	100%	31	100%

**Gráfico 16** – Percentual das dificuldades escolares atribuídas pelos pais às adoções tardias por tipo de família



O Quadro 21 relaciona as estratégias utilizadas pelos pais adotivos para o enfrentamento das dificuldades escolares.

**Quadro 21** – Frequência e percentual das estratégias utilizadas para o enfrentamento das dificuldades escolares

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Estratégias familiares**	6	13%	19	32%	25	23%
Profissionais especializados	38	79%	38	63%	76	70%
Mudança de escola	2	4%	1	2%	3	3%
Não especificaram estratégias	2	4%	2	3%	4	4%
Total	48	100%	60	100%	108	100%

\*\* Estratégias familiares: diálogo, compreensão, auxílio nas tarefas escolares, etc

#### 4.4.7 – Comportamentos estranhos em relação à sexualidade

Em relação a questões envolvendo a sexualidade, 178 pais relataram que seus filhos não manifestaram nenhum comportamento diferente ou estranho (89%). Nas famílias adotivas 92% não tiveram problemas nessa área e nas biológico-adotivas 86%. Entre os pais que referiram problemas, foram citados: precocidade sexual, 6% em famílias adotivas e 11% em famílias biológico-adotivas; confusão quanto à identidade sexual, 2% em famílias adotivas e 2% em famílias biológico-adotivas; muita inibição, 1% em famílias biológico-adotivas (Quadro 22).

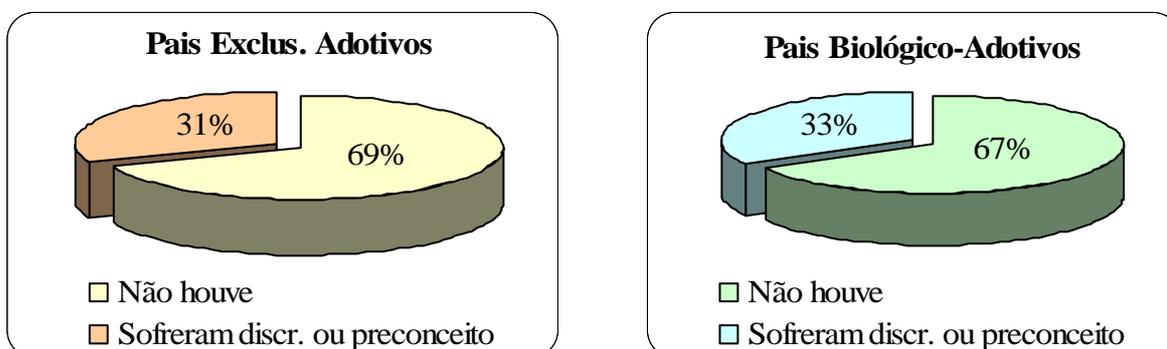
**Quadro 22** – Frequência e percentual dos comportamentos estranhos em relação à sexualidade na percepção dos pais

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Não houve	92	92%	86	86%	178	89%
Precocidade sexual	6	6%	11	11%	17	8,5%
Confusão quanto à identidade sexual	2	2%	2	2%	4	2%
Muita inibição	0	0%	1	1%	1	0,5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

#### 4.4.8 – Discriminação ou preconceitos em relação à adoção

O Gráfico 17 apresenta os percentuais de pais que sofreram discriminações ou preconceitos a partir de sua decisão pela adoção e ao longo do processo educativo de seus filhos. Os índices são bastante similares nos dois grupos de famílias; 31% de pais adotivos e 33% de pais biológico-adotivos sofreram discriminações ou preconceitos.

**Gráfico 17** – Percentual de pais que sofreram discriminação ou preconceitos em relação às adoções



O Quadro 23 retrata a forma como as discriminações ou preconceitos aconteceram, onde aconteceram, quem foi o responsável pelas mesmas e as reações dos pais a essas situações. Em 44% dos casos, as discriminações foram manifestadas através de comentários preconceituosos em relação ao fato da criança ser adotiva; em 34% dos casos, os filhos foram discriminados em função da cor de sua pele – o preconceito foi racial e não em relação à adoção especificamente; em 14% dos casos, na percepção dos pais, os filhos foram tratados de forma diferente do que os filhos biológicos de outras pessoas; em 6% dos casos, os pais referem que houve rejeição declarada à adoção e em 2% dos casos, os pais não mencionaram de que forma aconteceu a discriminação. A escola foi o local onde aconteceram 45% das discriminações; o meio social (lojas, supermercados, parques, festas etc.) 33%; a família 14% e a vizinhança 8%. Em relação às pessoas responsáveis pelas discriminações, em 36% dos casos foram os colegas na escola, em 19% pessoas estranhas do meio social, em 17% amigos da família, em 14% familiares, em 9% professores e em 5% vizinhos. Em 32% das ocasiões em que as discriminações aconteceram, os pais enfrentaram as situações com naturalidade; em 18% com contrariedade e mal-estar; em 18% tentaram proteger os filhos; em 12% o episódio foi discutido e refletido em família e em 3% simplesmente procuraram afastar-se desse tipo de pessoas. Quando as discriminações aconteciam na escola, em 12% os pais procuraram conversar com os responsáveis e fornecer sugestões para os docentes e em 5% foram mais drásticos e mudaram as crianças de escola.

**Quadro 23** – Frequência e percentual do tipo de discriminação ou preconceitos sofridos pelos pais

Variáveis	Pais Exclus. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
<b>1. Forma de discriminação</b>						
Comentários preconceituosos	16	52%	12	37%	28	44%
Preconceito racial	9	29%	13	39%	22	34%
Diferença no tratamento	4	13%	5	15%	9	14%
Rejeição declarada	2	6%	2	6%	4	6%
Não mencionaram a forma	0	0%	1	3%	1	2%
Total	31	100%	33	100%	64	100%
<b>2. Local da discriminação</b>						
Na escola	15	48%	14	42%	29	45%
No meio social	8	26%	13	40%	21	33%
Na família	5	16%	4	12%	9	14%
Na vizinhança	3	10%	2	6%	5	8%
Total	31	100%	33	100%	64	100%
<b>3. Responsáveis pelas discriminações</b>						
Colegas de escola	12	39%	11	34%	23	36%
Professores	3	10%	3	9%	6	9%
Amigos	6	19%	5	15%	11	17%
Pessoas estranhas do meio social	5	16%	7	21%	12	19%
Familiares	5	16%	4	12%	9	14%
Vizinhos	0	0%	3	9%	3	5%
Total	31	100%	33	100%	64	100%
<b>4. Enfrentamento das discriminações</b>						
Com naturalidade	10	31%	11	34%	21	32%
Com contrariedade e mal-estar	4	12%	8	24%	12	18%
Discussão em família	4	12%	4	12%	8	12%

Sugestões p/ a escola	4	12%	4	12%	8	12%
Mudaram as crianças de escola	1	3%	2	6%	3	5%
Tentaram proteger os filhos dessas situações	8	24%	4	12%	12	18%
Afastaram-se desse tipo de pessoas	2	6%	0	0%	2	3%
Total	33	100%	33	100%	66	100%

#### 4.4.9 – Outras dificuldades no processo educativo

Os pais foram perguntados a respeito de outras dificuldades, não especificamente abordadas no questionário, que poderiam ter surgido no processo educativo de seus filhos (Quadro 24). 80% dos pais adotivos e 90% dos biológico-adotivos afirmaram não terem enfrentado outras dificuldades; 6% mencionaram o temperamento dos filhos como dificuldade; 2% mencionaram o despreparo de alguns professores; houve 1% dos pais em cada uma das seguintes dificuldades: perguntas inesperadas dos filhos, a idade avançada dos pais, o desconhecimento da história anterior do filho, preocupações com a família biológica, a agressividade entre os irmãos, comentários inconvenientes das pessoas; 1 família referiu dificuldades financeiras para as necessidades especiais dos filhos (0,5%) e outra mencionou questões inconscientes acerca da infertilidade (0,5%).

**Quadro 24** – Frequência e percentual de outras dificuldades observadas pelos pais no processo educativo de seus filhos adotados

Variáveis	Pais Exc. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Não houve	80	80%	90	90%	170	85%
O temperamento do filho	8	8%	4	4%	12	6%
O despreparo de alguns professores	3	3%	1	1%	4	2%
Perguntas inesperadas dos filhos	2	2%	0	0%	2	1%
Idade avançada dos pais	2	2%	0	0%	2	1%
Dif. financ.p/necessidades especiais dos filhos	1	1%	0	0%	1	0,5%
Desconhecimento da história anterior do filho	1	1%	1	1%	2	1%

Agressividade entre os irmãos	1	1%	1	1%	2	1%
A convivência com a família biológica	0	0%	1	1%	1	0,5%
O desejo de conhecer a família biológica	0	0%	1	1%	1	0,5%
Comentários inconvenientes	1	1%	1	1%	2	1%
Questões inconscientes dos pais acerca da infert.	1	1%	0	0%	1	0,5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

#### 4.4.10 – A relação das dificuldades no processo educativo com a adoção

A maioria dos pais adotivos dos dois grupos familiares não atribui as dificuldades enfrentadas no processo educativo de seus filhos ao fato de eles serem adotados. Assim, 78% dos pais adotivos e 58% dos biológico-adotivos compactuam dessa crença (68% do total de pais). Por outro lado, 20% de pais adotivos e 14% de pais biológico-adotivos acreditam que as dificuldades têm relação com a adoção; 2% do primeiro grupo e 28% do segundo grupo não responderam a esta pergunta ou responderam que não sabem ou têm dúvidas quanto a isso (Quadro 25).

**Quadro 25** – Frequência e percentual sobre a relação das dificuldades com a adoção na perspectiva dos pais

Variáveis	Pais Excl. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Pais acreditam que não têm relação	78	78%	58	58%	136	68%
Pais acreditam que têm relação	20	20%	14	14%	34	17%
Pais não responderam, não sabem ou têm dúvidas	2	2%	28	28%	30	15%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

Os pais que não atribuem os problemas à adoção, justificam-nos com os seguintes motivos: as crises normais do desenvolvimento (14%), educar filhos é sempre complexo (11%), os preconceitos sociais (7%), a personalidade dos filhos (7%), as dificuldades pessoais dos pais (7%), os traumas da história de origem (4%), as dificuldades do mundo contemporâneo (3%), a sua ausência no cotidiano dos filhos (2,5%), o egocentrismo dos

filhos (2,5%), as necessidades especiais dos filhos (2%); 39% acreditam que os problemas não têm relação com a adoção, mas não sabem a que fatores atribuí-los (Quadro 26).

**Quadro 26** – Frequência e percentual dos motivos pelos quais os pais adotivos não creditam as dificuldades enfrentadas à adoção

Variáveis	Pais Excl. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Atribuem a crises normais do desenvolvimento	14	18%	5	9%	19	14%
Acreditam que educar filhos é sempre complexo	4	5%	11	19%	15	11%
Atribuem aos preconceitos sociais	4	5%	6	10%	10	7%
Atribuem à personalidade dos filhos	3	4%	6	10%	9	7%
Atribuem às difíc. do mundo contemporâneo	3	4%	1	2%	4	3%
Atribuem a dificuldades pessoais dos pais	3	4%	7	12%	10	7%
Atribuem a sua ausência no cotidiano os filhos	2	3%	1	2%	3	2,5%
Atribuem à rejeição da genitora	2	3%	0	0%	2	1 %
Atribuem aos traumas da história de origem	1	1%	4	7%	5	4%
Atribuem ao egocentrismo dos filhos	1	1%	2	3,5%	3	2,5%
Atribuem às necessidades especiais de seu filho	1	1%	2	3,5%	3	2%
Não sabem a que fatores atribuí-las	40	51%	13	22%	53	39%
Total	78	100%	58	100%	136	100%

Os pais que creditam os problemas à adoção, atribuem aos seguintes motivos: os traumas da história original (44%), a rejeição da genitora (17%), a baixa auto-estima dos filhos (15%), influências hereditárias (6%), os preconceitos sociais (6%), a adoção exclusivamente (6%); 6% pensam que os problemas têm relação com a adoção, mas não sabem o motivo (Quadro 27).

**Quadro 27** – Frequência e percentual dos motivos pelos quais os pais adotivos creditam as dificuldades enfrentadas à adoção

Variáveis	Pais Excl. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Atribuem dific. aos traumas da origem biológica	5	25%	10	72%	15	44%
Atribuem dificuldades à rejeição da genitora	6	30%	0	0%	6	17%
Atribuem a influências hereditárias	2	10%	0	0%	2	6%
Atribuem à baixa auto-estima dos filhos	3	15%	2	14%	5	15%
Atribuem aos mitos e preconceitos sociais	2	10%	0	0%	2	6%
Atribuem dificuldades exclusivamente à adoção	1	5%	1	7%	2	6%
Atribuem à adoção, mas não sabem os motivos	1	5%	1	7%	2	6%
Total	20	100%	14	100%	34	100%

#### 4.4.11 – Semelhanças e diferenças no processo educativo de filhos adotados na perspectiva dos pais biológico-adotivos

52% dos pais que têm filhos biológicos e também adotivos, acreditam que as dificuldades no processo educativo foram semelhantes para os dois tipos de filhos; 32% acreditam que as dificuldades foram diferentes para cada tipo de filho; 11% acreditam que as dificuldades foram maiores com os filhos adotivos e 5% acreditam que as dificuldades foram maiores com os filhos biológicos (Quadro 28).

**Quadro 28** – Frequência e percentual das semelhanças ou diferenças na educação de filhos biológicos e adotados na perspectiva dos pais

Variáveis	Pais Biológico-Adotivos	
	F	%
Os pais acreditam que as dificuldades foram semelhantes	52	52%
Acreditam que as dific. foram diferentes para cada tipo de filho	32	32%
Acreditam que as dific. foram maiores com filhos biológicos	5	5%

Acreditam que as dific. foram maiores com filhos adotivos	11	11%
Total	100	100%

#### 4.4.12 – Acompanhamento psicológico na adoção

O Quadro 29 mostra a frequência e o percentual de pais cujos filhos adotados já estiveram ou estão atualmente com acompanhamento psicológico. Considerando-se os dois grupos familiares, 54,5% dos pais já encaminharam alguma vez seus filhos para atendimento psicológico; 26,5% dos pais têm filhos em atendimento atualmente e 28% já estiveram alguma vez; 10% dos pais afirmaram que pensam em encaminhar seus filhos como forma de prevenção de problemas. Em contrapartida, 35,5% disseram que seus filhos nunca tiveram necessidade de acompanhamento psicológico. Observa-se que as frequências são bastante equivalentes nos dois grupos familiares, com uma leve tendência a pais adotivos encaminharem seus filhos para atendimento com maior frequência do que pais biológico-adotivos. No primeiro grupo, 33% dos pais nunca encaminharam seus filhos para o psicólogo e no segundo, 38%.

**Quadro 29** – Frequência e percentual da incidência de filhos adotados encaminhados para acompanhamento psicológico

Variáveis	Pais Excl. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Está em acompanhamento neste momento.	31	31%	22	22%	53	26,5%
Não está tendo neste momento, mas já teve.	27	27%	29	29%	56	28%
Não está tendo, nunca teve, mas penso em encaminhá-lo para prevenção.	9	9%	11	11%	20	10%
Não está tendo e nunca teve.	33	33%	38	38%	71	35,5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

#### 4.4.13 – As preocupações dos pais em relação ao futuro de seus filhos adotados

O quadro 30 apresenta as preocupações dos pais em relação ao futuro de seus filhos adotados. 57 pais (28,5%) afirmam que não têm nenhuma preocupação em relação ao futuro de seus filhos; 89 pais (44,5%) dizem ter as mesmas preocupações que todos os pais têm em relação a seus filhos (desempenho escolar, sucesso profissional, pessoal, sentimental); 27%

dos pais mencionam preocupações específicas e pontuais de seus casos particulares de adoção (ver descrição no quadro 30).

**Quadro 30** – Frequência e percentual das preocupações dos pais adotivos em relação ao futuro de seus filhos

Variáveis	Pais Excl. Adotivos		Biológico-Adotivos		Total	
	F	%	F	%	F	%
Preocupações normais que todos os pais têm em relação a seus filhos	51	51%	38	38%	89	44,5%
Não têm preocupações em relação ao futuro	25	25%	32	32%	57	28,5%
Medo de que os filhos queiram conhecer a família biológica	7	7%	4	4%	11	5,5%
A idade avançada dos pais	5	5%	4	4%	9	4,5%
Medo de que seja discriminado no social	2	2%	3	3%	5	2,5%
Medo de que não aceite a sua cor	2	2%	2	4%	4	2%
Medo de que não supere a rejeição e o abandono	2	2%	2	2%	4	2%
Medo em função de suas dific. de aprendizagem	0	0%	4	4%	4	2%
Medo de que não seja possível mudar a sua personalidade	0	0%	4	4%	4	2%
Medo de que más companhias possam influenciá-lo.	0	0%	3	3%	3	1,5%
Medo de que não consiga desenvolver-se normalmente	1	1%	2	1%	3	1,5%
Doenças hereditárias	2	2%	0	0%	2	1%
Medo de que ele não melhore a sua auto-estima.	1	1%	1	1%	2	1%
Medo de que não tenha internalizado as questões da adoção	1	1%	1	1%	2	1%
Preocupam-se com a sua solidão devido ao fato de ser filho único	1	1%	0	0%	1	0,5%
Total	100	100%	100	100%	200	100%

#### 4.5 – Resultados da análise estatística e dos cruzamentos de variáveis

Ao longo deste segmento estaremos listando a análise estatística feita a partir dos cruzamentos de variáveis necessária para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

As Tabelas 1, 2, 3 e 4 referem-se às famílias adotivas exclusivamente. Apresentam a associação entre variáveis sócio-demográficas (orientação religiosa, escolaridade, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção) e outras variáveis de interesse para a nossa análise dentro desse grupo familiar.

A Tabela 1 demonstra o cruzamento das variáveis sócio-demográficas com o número de filhos adotados. Verifica-se que não há associação entre orientação religiosa, escolaridade, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção com o número de filhos adotados (filhos únicos ou não únicos) nesse grupo familiar. Dito de outra forma, as variáveis sócio-demográficas não determinam a tendência às famílias adotarem mais ou menos filhos.

**Tabela 1** – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e o número de filhos adotivos

Variáveis	Número de Filhos adotivos			OR	IC 95%	p-valor
	Filhos nãoúnicos	Filho Único	Total			
<b>Orientação Religiosa</b>						
Católica	24 (38%)	39 (62%)	63	-	-	
Espírita	11 (61%)	7 (39%)	19	-	-	0,17*
Evangélica	11 (65%)	6 (35%)	17	-	-	
Não possui	1 (50%)	1 (50%)	2	-	-	
Total:	<b>47</b>	<b>53</b>	<b>100</b>			
<b>Escolaridade</b>						
Até 8ª série				-	-	
Secundário	12 (55%)	10 (45%)	22	-	-	0,66
Superior Incompleto	3 (37%)	5 (63%)	8	-	-	
Superior Completo	32 (46%)	38 (54%)	70	-	-	
Total:	<b>47</b>	<b>53</b>	<b>100</b>			
<b>Renda Familiar</b>						
De 1 a 3 salários mínimos	3 (43%)	4 (57%)	7	-	-	
De 3 a 6 salários mínimos	8 (61%)	5 (39%)	13	-	-	0,35
De 6 a 9 salários mínimos	15 (58%)	11 (42%)	26	-	-	
De 9 a 16 salários mínimos	9 (33%)	18 (64%)	27	-	-	
Mais de 15 salários	12 (44%)	15 (56%)	27	-	-	
Total:	<b>47</b>	<b>53</b>	<b>100</b>			
<b>Idade da mãe na primeira adoção</b>						

20 a 30 anos	17 (51%)	16 (49%)	33	-	-	
31 a 40 anos	26 (48%)	28 (52%)	54	-	-	0,43
41 a 50 anos	4 (31%)	9 (69%)	13	-	-	
<b>Total:</b>	<b>47</b>	<b>53</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 2 demonstra o cruzamento das variáveis sócio-demográficas com o fato dos filhos terem apresentado problemas de comportamento. Verifica-se que não há associação entre a orientação religiosa, escolaridade, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção com a incidência de problemas de comportamento neste grupo familiar. Dito de outra forma, as variáveis sócio-demográficas dos pais não determinam a tendência de os filhos apresentarem ou não problemas de comportamento.

**Tabela 2** – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e problemas de comportamento.

Variáveis	Problemas de comportamento			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Orientação Religiosa</b>						
Católico	27 (43%)	36 (57%)	63	-	-	
Espírita	6 (35%)	11 (65%)	17	-	-	
Evangélica	10 (59%)	7 (41%)	17	-	-	0,63*
Espiritualista	0	1 (100%)	1	-	-	
Não possui	1 (50%)	1 (50%)	2	-	-	
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>56</b>	<b>100</b>			
<b>Escolaridade</b>						
Até 8ª série	3 (50%)	3 (50%)	6	-	-	
Secundário	6 (37%)	10 (63%)	16	-	-	0,90
Superior Incompleto	3 (37%)	5 (63%)	8	-	-	
Superior Completo	32 (46%)	38 (54%)	70	-	-	
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>56</b>	<b>100</b>			
<b>Renda Familiar</b>						
De 1 a 3 salários mín.	1 (14%)	6 (86%)	7	-	-	
De 3 a 6 salários mín.	7 (54%)	6 (46%)	13	-	-	
De 6 a 9 salários mín.	14 (54%)	12 (46%)	26	-	-	0,33
De 9 a 16 salários mín.	10 (37%)	17 (63%)	27	-	-	
Mais de 15 salários min.	12 (44%)	15 (55%)	27	-	-	
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>56</b>	<b>100</b>			
<b>Idade da mãe na primeira adoção</b>						
20 a 30 anos	17 (51%)	16 (49%)	33	-	-	
31 a 40 anos	20 (37%)	34 (63%)	54	-	-	0,31
41 a 50 anos	7 (54%)	6 (46%)	13	-	-	
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>56</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 3 demonstra o cruzamento das variáveis sócio-demográficas com o fato de os filhos terem apresentado dificuldades escolares. Verifica-se que não há associação entre a orientação religiosa, escolaridade, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção com a

incidência de dificuldades escolares neste grupo familiar. Dito de outra forma, as variáveis sócio-demográficas dos pais não determinam a tendência de os filhos apresentarem ou não dificuldades escolares.

**Tabela 3** – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e dificuldades escolares

Variáveis	Dificuldades Escolares			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Orientação Religiosa</b>						
Católico	28 (44%)	35 (56%)	63	-	-	
Espírita	9 (53%)	8 (47%)	17	-	-	
Evangélica	11 (65%)	6 (35%)	17	-	-	0,26*
Espiritualista	0	1 (100%)	1	-	-	
Não possui	0	2 (100%)	2	-	-	
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>52</b>	<b>100</b>			
<b>Escolaridade</b>						
até 8ª série	3 (50%)	3 (50%)	6	-	-	
Secundário	10 (63%)	6 (37%)	16	-	-	0,38
Superior Incompleto	2 (25%)	6 (75%)	8	-	-	
Superior Completo	33 (47%)	37 (53%)	70	-	-	
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>52</b>	<b>100</b>			
<b>Renda Familiar</b>						
de 1 a 3 salários mínimos	2 (29%)	5 (71%)	7	-	-	
de 3 a 6 salários mínimos	7 (54%)	6 (46%)	13	-	-	
de 6 a 9 salários mínimos	15 (58%)	11 (42%)	26	-	-	0,59
de 9 a 16 salários mínimos	11 (41%)	16 (59%)	27	-	-	
Mais de 15 salários	13 (48%)	14 (52%)	27	-	-	
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>52</b>	<b>100</b>			
<b>Idade da mãe na primeira adoção</b>						
20 a 30 anos	20 (61%)	13 (39%)	33	-	-	
31 a 40 anos	20 (37%)	34 (63%)	54	-	-	0,06
41 a 50 anos	8 (62%)	5 (38%)	13	-	-	
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>52</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 4 demonstra o cruzamento das variáveis sócio-demográficas com as dificuldades dos pais adotivos em estabelecer os limites na educação de seus filhos. Verifica-se que não há associação entre a orientação religiosa, escolaridade, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção com o fato de os pais terem ou não dificuldades para estabelecer os limites. Dito de outra forma, as variáveis sócio-demográficas dos pais não determinam a tendência de esses pais apresentarem ou não dificuldades para estabelecer os limites.

**Tabela 4** – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e dificuldades dos pais para estabelecer limites

Variáveis	Dificuldades de estabelecer limites			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Orientação Religiosa</b>						
Católica	18 (29%)	45 (71%)	63	-	-	
Espírita	8 (47%)	9 (53%)	17	-	-	
Evangélica	8 (47%)	9 (53%)	17	-	-	0,16*
Espiritualista	1 (100%)	0 %	1	-	-	
Não possui	0	2 (100%)	2			
Total	<b>35</b>	<b>65</b>	<b>100</b>			
<b>Escolaridade</b>						
até 8ª série	3 (50%)	3 (50%)	6	-	-	
Secundário	3 (19%)	13 (81%)	16	-	-	
Superior Incompleto	2 (25%)	6 (75%)	8	-	-	0,36
Superior Completo	27 (39%)	43 (61%)	70	-	-	
Total	<b>35</b>	<b>65</b>	<b>100</b>			
<b>Renda Familiar</b>						
de 1 a 3 salários mínimos	2 (29%)	5 (71%)	7	-	-	
de 3 a 6 salários mínimos	4 (31%)	9 (69%)	13	-	-	
de 6 a 9 salários mínimos	10 (39%)	16 (61%)	26	-	-	0,98
de 9 a 16 salários mínimos	9 (33%)	18 (67%)	27	-	-	
Mais de 15 salários	10 (37%)	17 (63%)	27	-	-	
Total	<b>35</b>	<b>65</b>	<b>100</b>			
<b>Idade da mãe na primeira adoção</b>						
20 a 30 anos	11 (33%)	22 (67%)	33	-	-	
31 a 40 anos	18 (33%)	36 (67%)	54	-	-	
41 a 50 anos	6 (46%)	7 (54%)	13	-	-	0,66
Total	<b>45</b>	<b>65</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

As Tabelas 5, 6, 7 e 8 referem-se às famílias biológico-adotivas. À semelhança do estudo feito com famílias exclusivamente adotivas, apresentam a associação entre as variáveis sócio-demográficas dos pais adotivos e a incidência de problemas de comportamento, dificuldades escolares e dificuldades dos pais em estabelecer os limites na educação dos filhos adotados.

A Tabela 5 demonstra o cruzamento das variáveis sócio-demográficas com o número de filhos adotados. Verifica-se que, nesse grupo familiar, a orientação religiosa dos pais tem uma associação estatística com o número de filhos adotados. Os pais que seguem a orientação religiosa evangélica apresentaram uma tendência maior de adotar mais do que um filho em relação às outras denominações religiosas. Em relação à escolaridade, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção, não há associação nessas variáveis com o número de filhos adotados.

**Tabela 5** – Famílias biológico-adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e número de filhos adotivos

Variáveis	Número de filhos adotivos			OR	IC 95%	p-valor
	Mais que 1 filho	1 filho	Total			
<b>Orientação Religiosa</b>						
Católica	9 (17%)	43 (83%)	52	1,00	-	
Espírita	10 (36%)	18 (64%)	28	2,65	0,82 - 8,70	
Evangélica	6 (55%)	5 (45%)	11	5,73	1,19 - 28,90	<b>0,05</b>
Não possui	3 (33%)	6 (67%)	9	2,39	0,38 - 14,16	
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>72</b>	<b>100</b>			
<b>Escolaridade</b>						
Até o secundário	4 (14%)	25 (86%)	29	-	-	
Superior Incompleto	5 (28%)	13 (72%)	18	-	-	0,10
Superior Completo	19 (36%)	34 (64%)	53	-	-	
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>72</b>	<b>100</b>			
<b>Renda Familiar</b>						
de 1 a 3 salários mínimos	1 (14%)	6 (86%)	7	-	-	
de 3 a 6 salários mínimos	4 (20%)	16 (80%)	20	-	-	
de 6 a 9 salários mínimos	4 (16%)	21 (84%)	25	-	-	0,14
de 9 a 16 salários mínimos	6 (33%)	12 (67%)	18	-	-	
Mais de 15 salários	13 (43%)	17 (57%)	30	-	-	
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>72</b>	<b>100</b>			
<b>Idade da mãe na primeira adoção</b>						
20 a 30 anos	10 (36%)	18 (64%)	28	-	-	
31 a 40 anos	13 (26%)	36 (74%)	49	-	-	
41 a 50 anos	4 (21%)	15 (79%)	19	-	-	0,74*
Acima de 50 anos	1 (25%)	3 (75%)	4	-	-	
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>72</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 6 demonstra o cruzamento das variáveis sócio-demográficas com o fato de os filhos terem apresentado problemas de comportamento. Verifica-se que nesse grupo familiar a escolaridade dos pais tem uma associação estatística com o fato de os filhos apresentarem problemas de comportamento. Os pais com escolaridade de nível superior apresentaram uma tendência maior de terem filhos com problemas de comportamento. Em relação à orientação religiosa, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção, não há associação nessas variáveis com o fato de os filhos apresentarem problemas de comportamento.

**Tabela 6** – Famílias biológico-adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e problemas de comportamento

Variáveis	Problemas de comportamento			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Orientação Religiosa</b>						
Católica	21 (40%)	31 (60%)	52	-	-	
Espírita	13 (48%)	14 (52%)	27	-	-	
Evangélica	7 (64%)	4 (36%)	11	-	-	
Espiritualista	1 (100%)	0	1	-	-	0,45*
Outra	1 (100%)	0	1	-	-	
Não possui	3 (37%)	5 (63%)	8	-	-	
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>54</b>	<b>100</b>			
<b>Escolaridade</b>						
Até 8ª série	4 (44%)	5 (56%)	9	2,40	0,35 - 17,48	
Secundário	5 (25%)	15 (75%)	20	1,00	-	<b>0,02</b>
Superior Incompleto	5 (28%)	13 (72%)	18	1,15	0,22 - 6,13	
Superior Completo	32 (60%)	21 (40%)	53	4,57	1,29 - 17,13	
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>54</b>	<b>100</b>			
<b>Renda Familiar</b>						
De 1 a 3 salários mínimos	3 (43%)	4 (57%)	7	-	-	
De 3 a 6 salários mínimos	9 (45%)	11 (55%)	20	-	-	
De 6 a 9 salários mínimos	12 (48%)	13 (52%)	25	-	-	1,00
De 9 a 16 salários mínimos	8 (44%)	10 (56%)	18	-	-	
Mais de 15 salários	14 (47%)	16 (53%)	30	-	-	
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>54</b>	<b>100</b>			
<b>Idade da mãe na primeira adoção</b>						
20 a 30 anos	17 (61%)	11 (39%)	28	-	-	
31 a 40 anos	17 (35%)	32 (65%)	49	-	-	
41 a 50 anos	9 (47%)	10 (53%)	19	-	-	0,08*
Acima de 50 anos	3 (75%)	1 (25%)	4	-	-	
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>54</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 7 demonstra o cruzamento das variáveis sócio-demográficas com o fato de os filhos terem apresentado dificuldades escolares. Verifica-se, que nesse grupo familiar, a escolaridade dos pais tem uma associação estatística com o fato de os filhos apresentarem dificuldades escolares. Os pais com escolaridade de nível superior apresentaram uma tendência maior de terem filhos com dificuldades escolares. Em relação à orientação religiosa, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção, não há associação nessas variáveis com o fato dos filhos apresentarem dificuldades escolares.

**Tabela 7** – Família biológico-adotiva: associação entre as variáveis sócio-demográficas e dificuldades escolares

Variáveis	Dificuldades Escolares			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Orientação Religiosa</b>						
Católica	27 (52%)	25 (48%)	52	-	-	
Espírita	20 (74%)	7 (26%)	27	-	-	
Evangélica	6 (55%)	5 (45%)	11	-	-	
Espiritualista	1 (100%)	0	1	-	-	0,37*
Outra	1 (100%)	0	1	-	-	
Não possui	5 (63%)	3 (37%)	8	-	-	
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>100</b>			
<b>Escolaridade</b>						
Até 8ª série	2 (22%)	7 (78%)	9	1,00	-	
Secundário	8 (40%)	12 (60%)	20	2,33	0,30 - 21,60	
Superior Incompleto	12 (67%)	6 (33%)	18	7,00	0,86 - 0,75	<b>&lt;0,01</b>
Superior Completo	38 (72%)	15 (28%)	53	8,87	1,42 - 70,57	
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>100</b>			
<b>Renda Familiar</b>						
De 1 a 3 salários mínimos	3 (43%)	4 (57%)	7	-	-	
De 3 a 6 salários mínimos	10 (50%)	10 (50%)	20	-	-	
De 6 a 9 salários mínimos	15 (60%)	10 (40%)	25	-	-	0,57
De 9 a 16 salários mínimos	11 (61%)	7 (39%)	18	-	-	
Mais de 15 salários	21 (70%)	9 (30%)	30	-	-	
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>100</b>			
<b>Idade da mãe na primeira adoção</b>						
20 a 30 anos	21 (75%)	7 (25%)	28	-	-	
31 a 40 anos	27 (55%)	22 (45%)	49	-	-	0,18*
41 a 50 anos	9 (47%)	10 (53%)	19	-	-	
Acima de 50 anos	3 (75%)	1 (25%)	4	-	-	
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 8 demonstra o cruzamento das variáveis sócio-demográficas com o fato de os pais terem dificuldades em estabelecer os limites na educação de seus filhos adotivos. À semelhança do acontecido nas famílias adotivas exclusivamente, verifica-se que não há associação entre a orientação religiosa, escolaridade, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção com o fato de os pais terem ou não dificuldades para estabelecer os limites. Dito de outra forma, as variáveis sócio-demográficas dos pais não determinam a tendência de os pais apresentarem ou não dificuldades para estabelecer os limites.

**Tabela 8** – Famílias biológico-adotivas: associação entre as variáveis sócio-demográficas e dificuldades em estabelecer limites

Variáveis	Dificuldades em estabelecer limites			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Orientação Religiosa</b>						
Católica	13 (25%)	39 (75%)	52	-	-	
Espírita	6 (22%)	21 (78%)	27	-	-	
Evangélica	0	11 (100%)	11	-	-	0,20
Espiritualista	0	1 (100%)	1	-	-	
Outra	1 (100%)	0	1	-	-	
Não possui	2 (25%)	6 (75%)	8	-	-	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>78</b>	<b>100</b>			
<b>Escolaridade</b>						
até 8ª série	2 (22%)	7 (78%)	9	-	-	
Secundário	4 (20%)	16 (80%)	20	-	-	0,59
Superior Incompleto	2 (11%)	16 (89%)	18	-	-	
Superior Completo	14 (26%)	39 (74%)	53	-	-	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>78</b>	<b>100</b>			
<b>Renda Familiar</b>						
De 1 a 3 salários mínimos	1 (14%)	6 (86%)	7	-	-	
De 3 a 6 salários mínimos	3 (15%)	17 (85%)	20	-	-	0,68
De 6 a 9 salários mínimos	6 (24%)	19 (76%)	25	-	-	
De 9 a 16 salários mínimos	3 (17%)	15 (83%)	18	-	-	
Mais de 15 salários	9 (30%)	21 (70%)	30	-	-	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>78</b>	<b>100</b>			
<b>Idade da mãe na primeira adoção</b>						
20 a 30 anos	6 (21%)	22 (79%)	28	-	-	
31 a 40 anos	10 (20%)	39 (80%)	49	-	-	0,11*
41 a 50 anos	3 (16%)	16 (84%)	19	-	-	
Acima de 50 anos	3 (75%)	1 (25%)	4	-	-	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>78</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

As Tabelas 9, 10, 11, 12, 13 e 14 referem-se ao cruzamento estatístico feito para verificar se há relação entre a motivação que impulsionou os pais para a adoção e o fato de seus filhos apresentarem problemas de comportamento ou dificuldades escolares. Também foi feito o cruzamento entre a motivação para a adoção e as dificuldades dos pais em estabelecer os limites na educação de seus filhos. Em relação à motivação para a adoção, foram criadas duas categorias distintas: “desejo de filho” e “não desejo de filho”. A categoria “desejo de filho” inclui as seguintes variáveis conforme o Quadro 7: “impossibilidades biológicas para procriar”, “desejo de filho e não desejo de gestar”, “a adoção como projeto familiar”, “idade

tardia para gravidez” e “escolher o sexo da criança”. A categoria “não desejo de filho” inclui as seguintes variáveis: “melhorar a relação conjugal”, “substituir um filho falecido”, “ter companhia na velhice” e “motivos altruístas”. Partimos da hipótese de que motivações que não representem um real desejo de filho poderiam determinar problemas na educação dos filhos, contribuir para dificuldades escolares ou gerar insegurança no estabelecimento de limites.

A Tabela 9 demonstra o cruzamento entre a motivação para a adoção e problemas de comportamento em famílias exclusivamente adotivas. Verificou-se que não há associação estatística entre essas duas variáveis.

**Tabela 9** – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre a motivação para adoção e problemas de comportamento

Variáveis	Problemas de comportamento			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Motivos para adoção</b>						
Desejo de filho	44 (44%)	55 (56%)	99	-	-	
Não desejo de filho	0	1 (100%)	1	-	-	1.00*
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>56</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 10 demonstra o cruzamento entre a motivação para a adoção e dificuldades escolares em famílias exclusivamente adotivas. Verificou-se que não há associação estatística entre essas duas variáveis.

**Tabela 10** - Famílias exclusivamente adotivas: associação entre a motivação para adoção e dificuldades escolares

Variáveis	Dificuldades Escolares			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Motivos para adoção</b>						
Desejo de filho	48 (48%)	51 (52%)	99	-	-	
Não desejo de filho	0	1 (100%)	1	-	-	1.00*
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>52</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 11 demonstra o cruzamento entre a motivação para a adoção e as dificuldades dos pais exclusivamente adotivos em estabelecer os limites na educação de seus filhos. Verificou-se que não há associação estatística entre essas duas variáveis.

**Tabela 11** - Famílias exclusivamente adotivas: associação entre a motivação para adoção e dificuldades em estabelecer limites

Variáveis	Dificuldades em Estabelecer Limites			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Motivos para adoção</b>						
Desejo de filho	34 (34%)	65 (66%)	99	-	-	0,350*
Não desejo de filho	1 (100%)	0	1	-	-	
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>65</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

As Tabelas 12, 13 e 14 referem-se às famílias biológico-adotivas e também demonstram os cruzamentos das variáveis motivacionais com os problemas de comportamento, dificuldades escolares e dificuldades para estabelecer os limites. Nesse grupo familiar foi efetuado também um cruzamento direto entre a motivação “impossibilidade biológica para procriar” (desejo de filho) com “motivos altruístas” (não desejo de filho). Os motivos altruístas foram os que mais mobilizaram os pais biológico-adotivos para a adoção (36%).

A Tabela 12 apresenta o cruzamento entre a motivação para a adoção e os problemas de comportamento. Não se verificou associação entre essas variáveis.

**Tabela 12** – Famílias biológico-adotivas: associação entre a motivação para adoção e problemas de comportamento

Variáveis	Problemas de comportamento			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Motivos para adoção</b>						
Desejo de filho	22 (39%)	34 (61%)	56	-	-	0,13
Não desejo de filho	24 (54%)	20 (46%)	44	-	-	
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>54</b>	<b>100</b>			
<b>Motivos para adoção</b>						
Impossibilidade biológica p/procriar	12 (52%)	11 (48%)	23	-	-	0,80
Motivos Altruístas	20 (56%)	16 (44%)	36	-	-	
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>59</b>			

A Tabela 13 apresenta o cruzamento entre as motivações para adoção e as dificuldades escolares. Não se verificou associação entre essas variáveis.

**Tabela 13** – Famílias biológico-adotivas: associação entre a motivação para adoção e dificuldades escolares

Variáveis	Dificuldades Escolares			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Motivos para adoção</b>						
Desejo de filho	34 (61%)	22 (39)	56	-	-	0,87
Não desejo de filho	26 (59%)	18 (41%)	44	-	-	
Total	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>100</b>			
<b>Motivos para adoção</b>						
Impossib. Biológica	12 (52%)	11 (48%)	23	-	-	0,64
Motivos Altruístas	21 (58%)	15 (42%)	36	-	-	
Total	<b>33</b>	<b>26</b>	<b>59</b>			

A Tabela 14 demonstra o cruzamento entre a motivação para a adoção e as dificuldades dos pais em estabelecer os limites na educação de seus filhos. Verificou-se que não há associação estatística entre essas duas variáveis.

**Tabela 14** – Famílias biológico-adotivas: associação entre as motivações para adoção e dificuldades para estabelecer limites

Variáveis	Dificuldades em estabelecer limites			OR	IC 95%	p-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Motivos para adoção</b>						
Desejo de filho	11 (20%)	45 (80%)	56	-	-	0,52
Não desejo de filho	11 (25%)	33 (75%)	34	-	-	
Total	<b>22</b>	<b>78</b>	<b>100</b>			
<b>Motivos para adoção</b>						
Impossib. Biológica	3 (13%)	20 (87%)	23	-	-	0,33*
Motivos Altruístas	9 (25%)	27 (75%)	36	-	-	
Total	<b>12</b>	<b>47</b>	<b>59</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 15 demonstra os cruzamentos feitos entre os tipos de família (adotivas e biológico-adotivas) e a opção por adoções precoces ou tardias. Os cruzamentos foram feitos considerando-se o número total de filhos adotados da pesquisa (309) dentro dos critérios seguintes:

- 1- comparando-se os dois grupos familiares quanto às adoções precoces e tardias de filhos únicos;

- 2- comparando-se os dois grupos familiares quanto às adoções precoces ou tardias em famílias com mais de um filho adotado;
- 3- comparando-se os dois grupos familiares quanto ao número total de filhos adotados por cada tipo de família.

Verificou-se nos três cruzamentos feitos que famílias biológico-adotivas são as que mais concretizam adoções tardias. Não constatou-se adoções tardias de filhos únicos em famílias adotivas exclusivamente.

**Tabela 15** – Associação entre tipo de família e a opção por adoção precoce ou tardia

Grupo	Adoção Tardia			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Fam. Biológ.-Adotivas	8 (11%)	64 (89%)	72	-	-	<b><u>0,01*</u></b>
Fam. Exclus. Adotivas	0	54 (100%)	54	-	-	
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>118</b>	<b>126</b>			
<b>Filhos não únicos</b>						
Fam. Biológ.-Adotivas	26 (33%)	53 (67%)	79	2,41	1,13 – 5,19	<b><u>&lt;0,01</u></b>
Fam. Exclus. Adotivas	17 (16%)	87 (84%)	104	1,00	-	
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>140</b>	<b>183</b>			
<b>Geral</b>						
Fam. Biológ.-Adotivas	34 (22%)	117 (78%)	151	2,41	1,23 – 4,76	<b><u>&lt;0,01</u></b>
Fam. Exclus. Adotivas	17 (11%)	141 (89%)	158	1,00	-	
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>258</b>	<b>309</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

As Tabelas 16, 17, 18, 19, 20 e 21 demonstram os cruzamentos feitos para verificar se há associação entre os tipos de adoção – precoce ou tardia – e a existência de problemas de comportamento ou dificuldades escolares. A literatura e a crença popular indicam que os filhos provenientes de adoções tardias teriam uma maior predisposição para apresentar problemas de comportamento e dificuldades escolares. Os cruzamentos foram feitos considerando-se o número total de filhos de cada tipo de adoção (precoce ou tardia) dentro dos seguintes critérios:

- 1- Comparando-se dentro de cada grupo familiar, adoções precoces e tardias de filhos únicos, quanto a problemas de comportamento e dificuldades escolares;
- 2- Comparando-se dentro de cada grupo familiar, adoções precoces e tardias em famílias com mais de um filho, quanto a problemas de comportamento e dificuldades escolares;

- 3- Comparando-se dentro de cada grupo familiar, o número total de adoções precoces com o número total de adoções tardias, quanto a problemas de comportamento e dificuldades escolares.

A Tabela 16 demonstra o cruzamento feito no grupo de famílias exclusivamente adotivas, entre o tipo de adoção – precoce ou tardia – e problemas de comportamento. Verificou-se que o tipo de adoção não determina a incidência de problemas de comportamento em nenhum dos três cruzamentos feitos nesse grupo familiar.

**Tabela 16** – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre adoção precoce ou tardia e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Ad. Precoce	17 (31,5%)	37 (68,5%)	54	-	-	-
Ad. Tardia	0	0	0	-	-	-
Total	<b>17</b>	<b>37</b>	<b>54</b>			
<b>Não únicos</b>						
Ad. Precoce	35 (40%)	52 (60%)	87	-	-	0,40
Ad. Tardia	5 (29%)	12 (71%)	17	-	-	
Total	<b>40</b>	<b>64</b>	<b>104</b>			
<b>Geral</b>						
Ad. Precoce	52 (37%)	89 (63%)	141	-	-	
Ad. Tardia	5 (29%)	12 (71%)	17	-	-	0,54
Total	<b>57</b>	<b>101</b>	<b>158</b>			

A Tabela 17 demonstra os cruzamentos feitos no grupo de famílias biológico-adotivas entre o tipo de adoção – precoce ou tardia – e problemas de comportamento. Verificou-se que filhos únicos provenientes de adoções tardias têm uma tendência a apresentarem mais problemas de comportamento do que filhos únicos de adoções precoces. Nas famílias que têm mais de um filho adotivo, o tipo de adoção não determina a incidência de problemas de comportamento. Da mesma forma, comparando-se a soma total de adoções precoces com a soma total de adoções tardias, não se constata associação entre o tipo de adoção e problemas de comportamento nesse grupo familiar.

**Tabela 17** – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre adoção precoce ou tardia e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filho único</b>						
Ad. Precoce	26 (41%)	38 (59%)	64	-	-	<b>&lt;0.01*</b>

Ad. Tardia	8 (100%)	0	8	-	-	
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>38</b>	<b>72</b>			
<b>Não únicos</b>						
Ad. Precoce	13 (25%)	40 (75%)	53	-	-	0,35
Ad. Tardia	9 (35%)	17 (65%)	26	-	-	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>57</b>	<b>79</b>			
<b>Geral</b>						
Ad. Precoce	39 (33%)	78 (67%)	117	-	-	
Ad. Tardia	17 (50%)	17 (50%)	34	-	-	0,08
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>95</b>	<b>151</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 18 apresenta os cruzamentos feitos com o somatório de todos os filhos do nosso banco de dados, agrupados por tipo de adoção – precoce ou tardia – e problemas de comportamento. Nessa soma geral, verificou-se que, à semelhança do que se constatou em famílias biológico-adoptivas, filhos únicos provenientes de adoções tardias têm uma tendência a apresentarem mais problemas de comportamento do que filhos únicos de adoções precoces. Nas famílias que têm mais de um filho adotivo, no somatório geral de filhos, o tipo de adoção não determina a incidência de problemas de comportamento. Da mesma forma, comparando-se a soma total de adoções precoces com a soma total de adoções tardias, não se verifica associação entre o tipo de adoção e problemas de comportamento no somatório geral dos filhos.

**Tabela 18** – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre adoção precoce ou tardia e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Ad. Precoce	43 (36%)	75 (64%)	118	-	-	<u>&lt;0,01*</u>
Ad. Tardia	8 (100%)	0	8	-	-	
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>75</b>	<b>126</b>			
<b>Não únicos</b>						
Ad. Precoce	48 (34%)	92 (66%)	140	-	-	0,83
Ad. Tardia	14 (33%)	29 (67%)	43	-	-	
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>121</b>	<b>183</b>			
<b>Geral</b>						
Ad. Precoce	91 (35%)	167 (65%)	258	-	-	0,29
Ad. Tardia	22 (43%)	29 (57%)	51	-	-	
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>196</b>	<b>309</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 19 apresenta os cruzamentos feitos com o grupo de famílias exclusivamente adotivas, entre o tipo de adoção – precoce ou tardia – e dificuldades escolares. Verificou-se

que o tipo de adoção não determina a incidência de dificuldades escolares em nenhum dos três cruzamentos feitos nesse grupo familiar.

**Tabela 19** – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre adoção precoce ou tardia e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Ad. Precoce	20 (37%)	34 (63%)	54	-	-	-
Ad. Tardia	0	0	0	-	-	-
Total	<b>20</b>	<b>34</b>	<b>54</b>			
<b>Não únicos</b>						
Ad. Precoce	36 (41%)	51 (59%)	87	-	-	
Ad. Tardia	6 (35%)	11 (65%)	17	-	-	0,64
Total	<b>42</b>	<b>62</b>	<b>104</b>			
<b>Geral</b>						
Ad. Precoce	56 (40%)	85 (60%)	141	-	-	
Ad. Tardia	6 (35%)	11 (65%)	17	-	-	0,72
Total	<b>62</b>	<b>96</b>	<b>158</b>			

A Tabela 20 apresenta os cruzamentos feitos com o grupo de famílias biológico-adotivas, entre o tipo de adoção – precoce ou tardia – e dificuldades escolares. À semelhança do constatado em famílias adotivas exclusivamente, verificou-se que o tipo de adoção não determina a incidência de dificuldades escolares em nenhum dos três cruzamentos feitos nesse grupo familiar.

**Tabela 20** – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre adoção precoce ou tardia e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Ad. Precoce	33 (52%)	31 (48%)	64	-	-	0,07*
Ad. Tardia	7 (88%)	1 (12%)	8	-	-	
Total	<b>40</b>	<b>32</b>	<b>72</b>			
<b>Não únicos</b>						
Ad. Precoce	26 (49%)	27 (51%)	53	-	-	0,81
Ad. Tardia	12 (46%)	14 (54%)	26	-	-	
Total	<b>38</b>	<b>41</b>	<b>79</b>			
<b>Geral</b>						
Ad. Precoce	59 (50%)	58 (50%)	117	-	-	
Ad. Tardia	19 (56%)	15 (44%)	34	-	-	0,57
Total	<b>78</b>	<b>73</b>	<b>151</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 21 apresenta os cruzamentos feitos com o somatório de todos os filhos do nosso banco de dados, agrupados por tipo de adoção – precoce ou tardia – e dificuldades escolares. No somatório geral, verificou-se que filhos únicos provenientes de adoções tardias têm uma tendência a apresentarem uma incidência maior de dificuldades escolares do que filhos únicos de adoções precoces. No somatório geral das famílias que têm mais de um filho adotivo, o tipo de adoção não determina a incidência de dificuldades escolares. Da mesma forma, comparando-se a soma total de adoções precoces com a soma total de adoções tardias, não se verifica associação entre o tipo de adoção e dificuldades escolares.

**Tabela 21** – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre adoção precoce ou tardia e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Ad. Precoce	53 (45%)	65 (55%)	118	1,00	-	<b>0,03*</b>
Ad. Tardia	7 (87%)	1 (13%)	8	8,58	1,01 –191,52	
Total	<b>60</b>	<b>66</b>	<b>126</b>			
<b>Não únicos</b>						
Ad. Precoce	62 (44%)	78 (56%)	140	-	-	0,78
Ad. Tardia	18 (42%)	25 (58%)	43	-	-	
Total	<b>80</b>	<b>103</b>	<b>183</b>			
<b>Geral</b>						
Ad. Precoce	115 (45%)	143 (55%)	258	-	-	0,56
Ad. Tardia	25 (49%)	26 (51%)	51	-	-	
Total	<b>140</b>	<b>169</b>	<b>309</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

As tabelas 22, 23, 24, 25, 26 e 27 demonstram os cruzamentos feitos para verificar se há associação entre o sexo dos filhos e a existência de problemas de comportamento e dificuldades escolares. A crença popular diz que “filhos do sexo feminino dão menos problemas” do que filhos do sexo masculino, o que justifica a procura maior por meninas na adoção. Os cruzamentos foram feitos considerando-se o número total de filhos de cada sexo, separando-se adoções precoces e adoções tardias, dentro dos seguintes critérios:

1. Comparando-se, dentro de cada grupo familiar e cada tipo de adoção (precoce ou tardia), filhos únicos do sexo feminino e filhos únicos do sexo masculino, em relação a problemas de comportamento e dificuldades escolares;
2. Comparando-se, dentro de cada grupo familiar e cada tipo de adoção (precoce ou tardia), filhos do sexo feminino e filhos do sexo masculino em famílias com mais de um filho adotivo, quanto a problemas de comportamento e dificuldades escolares;

3. Comparando-se, dentro de cada grupo familiar e tipo de adoção, o número total de adoções de filhos do sexo feminino e adoções de filhos do sexo masculino, quanto a problemas de comportamento e dificuldades escolares.

A Tabela 22 apresenta os cruzamentos feitos no grupo de famílias exclusivamente adotivas em relação ao sexo dos filhos e problemas de comportamento nas adoções precoces. A análise estatística confirma que o sexo dos filhos adotivos não tem relação com a incidência de problemas de comportamento nesse grupo de filhos.

**Tabela 22** – Adoção precoce – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas : associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	9 (39%)	14 (61%)	23	-	-	0,30
Masculino	8 (26%)	23 (74%)	31	-	-	
Total	<b>17</b>	<b>37</b>	<b>54</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	15 (35%)	28 (65%)	43	-	-	0,31
Masculino	20 (46%)	24 (54%)	44	-	-	
Total	<b>35</b>	<b>52</b>	<b>87</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	24 (36%)	42 (64%)	66	-	-	0,90
Masculino	28 (37%)	47 (63%)	75	-	-	
Total	<b>52</b>	<b>89</b>	<b>141</b>			

A Tabela 23 apresenta os cruzamentos feitos no grupo de famílias biológico-adotivas, em relação ao sexo dos filhos e problemas de comportamento nas adoções precoces. À semelhança do constatado nas famílias adotivas exclusivamente, a análise estatística confirma que não há uma relação entre o sexo dos filhos adotivos e a incidência de problemas de comportamento nesse grupo de filhos.

**Tabela 23** – Adoção precoce – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	15 (40%)	22 (60%)	37	-	-	0,99
Masculino	11 (41%)	16 (59%)	27	-	-	
Total	<b>26</b>	<b>38</b>	<b>64</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	5 (18%)	22 (82%)	27	-	-	0,30
Masculino	8 (31%)	18 (69%)	26	-	-	

Total	<b>13</b>	<b>40</b>	<b>53</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	20 (31%)	44 (69%)	64	-	-	0,60
Masculino	19 (36%)	34 (64%)	53	-	-	
Total	<b>52</b>	<b>89</b>	<b>141</b>			

A Tabela 24 apresenta os cruzamentos feitos com o somatório de todos os filhos do nosso banco de dados, provenientes de adoções precoces, agrupados por sexo, em relação aos problemas de comportamento. Não se verifica associação entre os problemas de comportamento e o sexo dos filhos, nas adoções precoces.

**Tabela 24** – Adoção precoce – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	24 (40%)	36 (60%)	60	-	-	0,41
Masculino	19 (33%)	39 (67%)	58	-	-	
Total	<b>43</b>	<b>75</b>	<b>118</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	20 (29%)	50 (71%)	70	-	-	0,15
Masculino	28 (40%)	42 (60%)	70	-	-	
Total	<b>48</b>	<b>92</b>	<b>140</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	44 (34%)	86 (66%)	130	-	-	0,63
Masculino	47 (37%)	81 (63%)	128	-	-	
Total	<b>91</b>	<b>167</b>	<b>258</b>			

A Tabela 25 apresenta os cruzamentos feitos no grupo de famílias exclusivamente adotivas em relação ao sexo dos filhos e dificuldades escolares, nas adoções precoces. Constatou-se que os filhos do sexo masculino de adoções precoces, em famílias com mais de um filho adotivo, têm uma tendência a apresentar uma incidência maior de dificuldades escolares do que os filhos do sexo feminino. Não se verificou a mesma tendência em relação aos filhos únicos.

**Tabela 25** – Adoção precoce – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	10 (43%)	13 (57%)	23	-	-	0,40
Masculino	10 (32%)	21 (68%)	31	-	-	
Total	<b>20</b>	<b>34</b>	<b>54</b>			
<b>Não únicos</b>						

Feminino	11 (26%)	32 (74%)	43	1,00	-	<b>&lt;0,01</b>
Masculino	25 (57%)	19 (43%)	44	3.83	1,41 – 10,57	
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>51</b>	<b>87</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	21 (32%)	45 (68%)	66	-	-	0,07
Masculino	35 (47%)	40 (53%)	75	-	-	
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>95</b>	<b>141</b>			

A Tabela 26 apresenta os cruzamentos feitos no grupo de famílias biológico-adotivas em relação ao sexo e dificuldades escolares, na adoção precoce, sendo que não foi constatada associação entre as variáveis “sexo dos filhos” e “dificuldades escolares” nesse grupo de filhos.

**Tabela 26** – Adoção precoce – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	20 (54%)	17 (46%)	37	-	-	0,64
Masculino	13 (48%)	14 (52%)	27	-	-	
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>31</b>	<b>64</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	12 (44%)	15 (56%)	27	-	-	0,49
Masculino	14 (54%)	12 (46%)	26	-	-	
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>53</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	32 (50%)	32 (50%)	64	-	-	0,92
Masculino	27 (51%)	26 (49%)	53	-	-	
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>58</b>	<b>117</b>			

A Tabela 27 apresenta os cruzamentos feitos com o somatório de todos os filhos do nosso banco de dados, provenientes de adoções precoces, agrupados por sexo, com dificuldades escolares. Constatou-se que os filhos do sexo masculino, em famílias com mais de um filho adotivo, tem uma tendência a apresentar uma incidência maior de dificuldades escolares do que os filhos do sexo feminino. Não se verificou a mesma tendência em relação aos filhos únicos.

**Tabela 27** – Adoção precoce – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	30 (50%)	30 (50%)	60	-	-	0,26
Masculino	23 (40%)	35 (60%)	58	-	-	
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>65</b>	<b>118</b>			

<b>Não únicos</b>						
Feminino	23 (33%)	47 (67%)	70	1,00	-	<b>&lt;0,01</b>
Masculino	39 (56%)	31 (44%)	70	2,57	1,22 – 5,43	
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>88</b>	<b>140</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	53 (41%)	77 (59%)	130	-	-	0,22
Masculino	62 (48%)	66 (52%)	128	-	-	
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>143</b>	<b>258</b>			

As Tabelas 28, 29 e 30 demonstram os cruzamentos feitos para verificar se há associação entre o sexo dos filhos e a existência de problemas de comportamento na adoção tardia. Os critérios adotados para esses cruzamentos são os mesmos considerados para a adoção precoce.

A Tabela 28 apresenta os cruzamentos feitos no grupo de famílias exclusivamente adotivas, em relação à adoção tardia, associando-se as variáveis “sexo dos filhos” e “problemas de comportamento”. A análise estatística confirma que o sexo dos filhos adotivos não tem relação com a incidência de problemas de comportamento na adoção tardia, considerando-se os sujeitos de nossa amostra.

**Tabela 28** – Adoção tardia – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	0	0	0	-	-	-
Masculino	0	0	0	-	-	
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	3 (25%)	9 (75%)	12	-	-	0,60*
Masculino	2 (40%)	3 (60%)	5	-	-	
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>17</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	3 (25%)	9 (75%)	12	-	-	0,60*
Masculino	2 (40%)	3 (60%)	5	-	-	
<b>Total</b>		<b>Total</b>	<b>17</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 29 apresenta os cruzamentos feitos no grupo de famílias biológico-adotivas, em relação à adoção tardia, associando-se as variáveis “sexo dos filhos” e “problemas de comportamento”. Verifica-se que nesse grupo de famílias também não há relação entre o sexo dos filhos adotados e a incidência de problemas de comportamento.

**Tabela 29** – Adoção tardia – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	5 (100%)	0	5	-	-	-
Masculino	3 (100%)	0	3	-	-	-
Total	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>8</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	2 (33%)	4 (67%)	6	-	-	1,00*
Masculino	7 (35%)	13 (65%)	20	-	-	
Total	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>26</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	7 (64%)	4 (36%)	11	-	-	0,27
Masculino	10 (44%)	13 (56%)	23	-	-	
Total	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>34</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 30 apresenta os cruzamentos feitos com o somatório de todos os filhos de adoções tardias do nosso banco de dados, agrupados por sexo, com problemas de comportamento. A análise estatística demonstra que na adoção tardia não há associação entre os problemas de comportamento e o sexo dos filhos.

**Tabela 30** – Adoção tardia – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre o sexo dos filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	5 (100,0%)	0	5	-	-	-
Masculino	3 (100,0%)	0	3	-	-	-
Total	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>8</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	5 (28%)	13 (72%)	18	-	-	0,57
Masculino	9 (36%)	16 (64%)	25	-	-	
Total	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>43</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	10 (44%)	13 (56%)	23	-	-	0,96
Masculino	12 (43%)	16 (57%)	28	-	-	
Total	<b>22</b>	<b>29</b>	<b>51</b>			

A Tabela 31 apresenta os cruzamentos feitos no grupo de famílias exclusivamente adotivas, associando-se o sexo dos filhos às dificuldades escolares dos filhos de adoções tardias, sendo que não foi constatada relação entre essas variáveis.

**Tabela 31** – Adoção tardia – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre o sexo da criança e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares	OR	IC (95%)	P-valor
-------	------------------------	----	----------	---------

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>			
<b>Filho único</b>						
Feminino	0	0	0	-	-	-
Masculino	0	0	0	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	4 (33%)	8 (67%)	12	-	-	0,59*
Masculino	3 (60%)	2 (40%)	5	-	-	
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>17</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	4 (33%)	8 (67%)	12	-	-	0,59*
Masculino	3 (60%)	2 (40%)	5	-	-	
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>17</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 32 apresenta os cruzamentos feitos no grupo de famílias biológico-adotivas, associando-se o sexo dos filhos às dificuldades escolares dos filhos de adoções tardias, sendo que não foi constatada relação entre essas variáveis.

**Tabela 32** – Adoção tardia – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre o sexo da criança e dificuldades escolares

<b>Grupo</b>	<b>Dificuldades Escolares</b>			<b>OR</b>	<b>IC (95%)</b>	<b>P-valor</b>
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	4 (80%)	1 (20%)	5	-	-	1,00*
Masculino	3 (100%)	0	3	-	-	
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>8</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	3 (50%)	3 (50%)	6	-	-	1,00*
Masculino	9 (45%)	11 (55%)	20	-	-	
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>26</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	7 (64%)	4 (36%)	11	-	-	0,72*
Masculino	12 (52%)	11 (48%)	23	-	-	
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>34</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 33 apresenta os cruzamentos feitos com o somatório de todos os filhos de adoções tardias, agrupados por sexo, com dificuldades escolares. No somatório geral também constatou-se que não há associação entre as variáveis “sexo dos filhos” e “dificuldades escolares”.

**Tabela 33** – Adoção tardia – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre o sexo dos filhos e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Feminino	4 (80%)	1 (20%)	5	-	-	1,00*
Masculino	3 (100%)	0	3	-	-	
Total	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>8</b>			
<b>Não únicos</b>						
Feminino	7 (39%)	11 (61%)	18	-	-	0,55
Masculino	12 (48%)	13 (52%)	25	-	-	
Total	<b>19</b>	<b>24</b>	<b>43</b>			
<b>Geral</b>						
Feminino	11 (48%)	12 (52%)	23	-	-	0,68
Masculino	15 (54%)	13 (46%)	28	-	-	
Total	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>51</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

As Tabelas 34, 35, 36, 37, 38 e 39 apresentam os cruzamentos entre as variáveis “idade da revelação da condição adotiva” e as variáveis “problemas de comportamento” e “dificuldades escolares”, em relação às adoções precoces, nos dois grupos familiares separadamente e no somatório geral de famílias. Foram observados os seguintes critérios:

1. Comparando-se, dentro de cada grupo familiar as idades de revelação da condição adotiva de filhos únicos, em relação aos problemas de comportamento e dificuldades escolares.
2. Comparando-se, dentro de cada grupo familiar as idades de revelação da condição adotiva em famílias com mais de um filho adotivo, em relação aos problemas de comportamento e dificuldades escolares.
3. Comparando-se, dentro de cada grupo familiar, as idades de revelação da condição adotiva no somatório de todas as famílias, independente do número de filhos, em relação aos problemas de comportamento e dificuldades escolares.
4. Os cruzamentos entre as idades de revelação da condição adotiva foram efetuados a partir da comparação de dois grupos:
  - a) filhos que tomaram conhecimento de sua condição adotiva antes dos dois anos de idade;
  - b) filhos que tomaram conhecimento de sua condição adotiva após os dois anos de idade.

A grande maioria dos filhos tomou conhecimento de sua condição adotiva antes dos dois anos de idade – 51,5% conforme Quadro 10 – sendo que o nosso objetivo, nesse

cruzamento, é verificar se as crianças que souberam acerca de suas origens após os dois anos de idade têm uma maior ou menor incidência de problemas de comportamento ou dificuldades escolares.

A Tabela 34 demonstra a associação feita entre a idade da revelação da condição adotiva e problemas de comportamento em adoções precoces de famílias exclusivamente adotivas. Verifica-se que a idade em que a criança tomou conhecimento de sua condição adotiva não determina a incidência de problemas de comportamento nesse grupo familiar.

**Tabela 34** – Adoção precoce – Filhos adotados em famílias exclusivamente adotivas: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filho único</b>						
< 2 anos	10 (31%)	22 (69%)	32	-	-	0,96
Após 2 anos	7 (32%)	15 (68%)	22	-	-	
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>37</b>	<b>54</b>			
<b>Não únicos</b>						
< 2 anos	28 (38%)	46 (62%)	74	-	-	0,28
Após 2 anos	7 (54%)	6 (46%)	13	-	-	
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>52</b>	<b>87</b>			
<b>Geral</b>						
< 2 anos	38 (36%)	68 (64%)	106	-	-	0,66
Após 2 anos	14 (40%)	21 (60%)	35	-	-	
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>89</b>	<b>141</b>			

A Tabela 35 apresenta a associação feita entre a idade da revelação da condição adotiva e problemas de comportamento em adoções precoces de famílias biológico-adotivas. À semelhança do que foi constatado nas famílias adotivas exclusivamente, a idade em que a criança tomou conhecimento de sua condição adotiva também não determina a incidência de problemas de comportamento nesse grupo familiar.

**Tabela 35** – Adoção precoce – Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
< 2 anos	13 (41%)	19 (59%)	32	-	-	1,00
Após 2 anos	13 (41%)	19 (59%)	32	-	-	
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>38</b>	<b>64</b>			

<b>Filhos não únicos</b>						
< 2 anos	5 (17%)	25 (83%)	30	-	-	0,13
Após 2 anos	8 (35%)	15 (65%)	23	-	-	
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>40</b>	<b>53</b>			
<b>Geral</b>						
< 2 anos	18 (29%)	44 (71%)	62	-	-	0,29
Após 2 anos	21 (38%)	34 (62%)	55	-	-	
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>78</b>	<b>117</b>			

A Tabela 36 apresenta a associação feita entre a idade da revelação da condição adotiva e problemas de comportamento nas adoções precoces, no somatório geral dos dois grupos familiares. À semelhança do que foi constatado nos dois cruzamentos anteriores, no somatório geral de filhos, a idade em que a criança tomou conhecimento de sua condição adotiva, também não determina a incidência de problemas de comportamento.

**Tabela 36** – Adoção precoce – Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e problemas de comportamento

<b>Grupo</b>	<b>Problemas de Comportamento</b>			<b>OR</b>	<b>IC (95%)</b>	<b>P-valor</b>
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>			
<b>Filhos únicos</b>						
< 2 anos	23 (36%)	41 (64%)	64	-	-	0,90
Após 2 anos	20 (37%)	34 (63%)	54	-	-	
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>75</b>	<b>118</b>			
<b>Não únicos</b>						
< 2 anos	33 (32%)	71 (68%)	104	-	-	0,28
Após 2 anos	15 (42%)	21 (58%)	36	-	-	
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>92</b>	<b>140</b>			
<b>Geral</b>						
< 2 anos	56 (33%)	112 (67%)	168	-	-	0,37
Após 2 anos	35 (39%)	55 (61%)	90	-	-	
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>167</b>	<b>258</b>			

A Tabela 37 demonstra a associação feita entre a idade da revelação da condição adotiva e as dificuldades escolares em adoções precoces de famílias exclusivamente adotivas. Verifica-se que a idade em que a criança tomou conhecimento de sua condição adotiva não determina a incidência de problemas de comportamento nesse grupo familiar.

**Tabela 37** – Adoção precoce – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e dificuldades escolares

<b>Grupo</b>	<b>Dificuldades Escolares</b>	<b>OR</b>	<b>IC (95%)</b>	<b>P-valor</b>
--------------	-------------------------------	-----------	-----------------	----------------

	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
< 2 anos	12 (37%)	20 (63%)	32	-	-	0,93
Após 2 anos	8 (36%)	14 (64%)	22	-	-	
Total	<b>30</b>	<b>34</b>	<b>54</b>			
<b>Não únicos</b>						
< 2 anos	28 (38%)	46 (62%)	74	-	-	0,11
Após 2 anos	8 (62%)	5 (38%)	13	-	-	
Total	<b>36</b>	<b>51</b>	<b>87</b>			
<b>Geral</b>						
< 2 anos	40 (38%)	66 (62%)	106	-	-	0,40
Após 2 anos	16 (46%)	19 (54%)	35	-	-	
Total	<b>56</b>	<b>85</b>	<b>141</b>			

A Tabela 38 apresenta a associação feita entre a idade da revelação da condição adotiva e as dificuldades escolares em adoções precoces de famílias biológico-adotivas. Nesse grupo familiar verificou-se que os filhos que se encontram em famílias com mais de um filho adotivo, que tomaram conhecimento de sua condição adotiva após os dois anos de idade, têm uma tendência a apresentar uma maior incidência de dificuldades escolares.

**Tabela 38** – Adoção precoce- Filhos adotados em famílias biológico-adotivas: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
< 2 anos	19 (59%)	13 (41%)	32	-	-	0,21
Após 2 anos	14 (44%)	18 (56%)	32	-	-	
Total	<b>34</b>	<b>31</b>	<b>64</b>			
<b>Não únicos</b>						
< 2 anos	11 (36,7%)	19 (63,3%)	30	1,00	-	<b>0,04</b>
Após 2 anos	15 (65,2%)	8 (34,8%)	23	3,24	0,91 – 11,9	
Total	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>53</b>			
<b>Geral</b>						
< 2 anos	30 (48,4%)	32 (51,6%)	62	-	-	0,64
Após 2 anos	29 (52,7%)	26 (47,3%)	55	-	-	
Total	<b>59</b>	<b>58</b>	<b>117</b>			

A Tabela 39 apresenta a associação feita entre a idade da revelação da condição adotiva e as dificuldades escolares nas adoções precoces, no somatório geral dos dois grupos familiares. À semelhança do que foi constatado nos cruzamentos das famílias biológico-adotivas, no somatório geral de filhos, verificou-se que os filhos que se encontram em famílias com mais de um filho adotivo, que tomaram conhecimento de sua condição adotiva

após os dois anos de idade, têm uma tendência a apresentar uma maior incidência de dificuldades escolares.

**Tabela 39** – Adoção precoce - Somatório dos filhos dos dois grupos familiares: associação entre a idade da revelação da condição adotiva e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
< 2 anos	31 (48%)	33 (52%)	64	-	-	0,40
Após 2 anos	22 (41%)	32 (59%)	54	-	-	
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>65</b>	<b>118</b>			
<b>Não únicos</b>						
< 2 anos	39 (37%)	65 (63%)	104	1,00	-	<b>&lt;0,01</b>
Após 2 anos	23 (64%)	13 (36%)	36	2,95	1,26 – 7,00	
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>78</b>	<b>140</b>			
<b>Geral</b>						
< 2 anos	70 (42%)	98 (58%)	168	-	-	0,20
Após 2 anos	45 (50%)	45 (50%)	90	-	-	
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>143</b>	<b>258</b>			

As Tabelas 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48 demonstram os cruzamentos feitos entre a variável “resistências familiares à adoção” e problemas de comportamento, dificuldades escolares e dificuldades de estabelecer os limites na educação dos filhos. Esta análise foi feita em relação aos pais adotivos que enfrentaram resistências familiares à sua decisão pela adoção. Foram feitos dois tipos de cruzamentos: a) considerando-se todos os tipos de resistência (conforme Gráfico 4); b) considerando-se apenas as resistências manifestadas pelos companheiros.

O objetivo desses cruzamentos de variáveis é verificar se há influência das resistências familiares à adoção, na incidência de problemas de comportamento, dificuldades escolares e dificuldades dos pais em ministrar os limites necessários na educação. É de nosso entendimento que um ambiente adverso e não receptivo na família, em relação aos filhos adotados, pode desencadear sentimentos auto-depreciadores, de revolta e rejeição no filho adotivo, afetando o seu processo educativo como um todo. Os cruzamentos foram feitos

analisando-se cada grupo familiar separadamente e também considerando-se a soma total das famílias nos dois grupos familiares.

A Tabela 40 demonstra o cruzamento entre as resistências familiares e os problemas de comportamento nas famílias exclusivamente adotivas. Verificou-se que não há associação entre as duas variáveis nesse grupo familiar.

**Tabela 40** – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Resist. Familiares</b>						
Sim	19 (46%)	22 (54%)	41	-	-	0,69
Não	25 (42%)	34 (58%)	59	-	-	
Total	<b>44</b>	<b>56</b>	<b>100</b>			
<b>Resistências dos companheiros</b>						
Sim	8 (47%)	9 (53%)	17	-	-	0,78
Não	36 (43%)	47 (57%)	83	-	-	
Total	<b>44</b>	<b>56</b>	<b>100</b>			

A Tabela 41 demonstra o cruzamento entre as resistências familiares e os problemas de comportamento nas famílias biológico-adotivas. Nesse grupo verificou-se que existe associação entre as duas variáveis nos dois cruzamentos feitos. Podemos afirmar que os filhos de pais que enfrentaram/enfrentam resistências familiares à adoção tem uma maior incidência de problemas de comportamento (271% a mais de chance) em comparação com os filhos de pais que não as enfrentaram. Da mesma forma, companheiros que manifestaram resistência à adoção de seus filhos, têm maiores possibilidades de enfrentar dificuldades para aplicar os limites necessários à educação de seus filhos (208% a mais de chance).

**Tabela 41** – Famílias biológico-adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Resist. Familiares</b>						
Sim	26 (65%)	14 (35%)	40	3,71	1,48 – 9,46	<b>&lt;0,01</b>
Não	20 (33%)	40 (67%)	60	1,00	-	
Total	<b>46</b>	<b>54</b>	<b>100</b>			
<b>Resistências dos companheiros</b>						
Sim	11 (69%)	5 (31%)	16	3,08	0,88 – 11,30	<b>0,05</b>
Não	35 (42%)	49 (58%)	84	1,00	-	
Total						

Total	<b>46</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
-------	-----------	-----------	------------

A Tabela 42 demonstra o cruzamento entre as resistências familiares e os problemas de comportamento no somatório dos dois grupos familiares. Considerando-se o número total de famílias adotivas, observa-se que existe associação entre as duas variáveis nos dois cruzamentos feitos; os filhos de pais que enfrentaram/enfrentam resistências familiares à adoção tem uma maior incidência de problemas de comportamento (106% a mais de chance) em comparação com os filhos de pais que não as enfrentaram.

**Tabela 42** – Somatório das famílias: associação entre as resistências familiares à adoção e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de Comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Resist. Familiares</b>						
Sim	45 (56%)	36 (44%)	81	2,06	1,11–,380	<b>0,01</b>
Não	45 (38%)	74 (62%)	119	-		
Total	<b>90</b>	<b>110</b>	<b>200</b>			
<b>Resistências dos companheiros</b>						
Sim	19 (58%)	14 (42%)	33	-	-	0,11
Não	71 (43%)	96(57%)	167	-	-	
Total	<b>90</b>	<b>110</b>	<b>200</b>			

A Tabela 43 demonstra o cruzamento entre as resistências familiares e as dificuldades escolares nas famílias exclusivamente adotivas. Verificou-se que não há associação entre as duas variáveis neste grupo familiar.

**Tabela 43** – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre resistências familiares à adoção e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Resist. Familiares</b>						
Sim	17 (41%)	24 (59%)	41	-	-	0,27
Não	31 (53%)	28 (47%)	59	-	-	
Total	<b>48</b>	<b>52</b>	<b>100</b>			
<b>Resistências dos companheiros</b>						
Sim	7 (41%)	10 (59%)	17	-	-	0,54
Não	41 (49%)	42 (51%)	83	-	-	
Total	<b>48</b>	<b>52</b>	<b>100</b>			

A Tabela 44 demonstra o cruzamento entre as resistências familiares e as dificuldades escolares nas famílias biológico-adotivas. Nesse grupo verificou-se que existe associação significativa entre as resistências da família em geral e as dificuldades escolares. Podemos

afirmar que os filhos de pais que enfrentaram/enfrentam resistências familiares à adoção têm uma maior incidência de dificuldades escolares (200% a mais de chance) em comparação com os filhos de pais que não as enfrentaram. Quanto às resistências manifestadas pelos companheiros, não houve associação significativa com as dificuldades escolares nesse grupo familiar.

**Tabela 44** – Famílias biológico-adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Resist. Familiares</b>						
Sim	30 (75%)	10 (25%)	40	3,00	1,15– 7,95	<b>0,01</b>
Não	30 (50%)	30 (50%)	60	1,00	-	
Total	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>100</b>			
<b>Resistências dos companheiros</b>						
Sim	13 (81%)	3 (19%)	16	-	-	0,06
Não	47 (56%)	37 (44%)	84	-	-	
Total	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>100</b>			

A Tabela 45 demonstra o cruzamento entre as resistências familiares e as dificuldades escolares no somatório dos dois grupos familiares. Considerando-se o número total de famílias adotivas, observa-se que não existe associação entre as duas variáveis nos dois cruzamentos feitos.

**Tabela 45** – Somatório das famílias: associação entre as resistências familiares à adoção e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Resist. Familiares</b>						
Sim	47 (58%)	34 (42%)	81	-	-	0,35
Não	61 (51%)	58 (49%)	119	-	-	
Total	<b>108</b>	<b>92</b>	<b>200</b>			
<b>Resistências dos companheiros</b>						
Sim	20 (61%)	13 (39%)	33	-	-	0,40
Não	88 (53%)	79 (47%)	167	-	-	
Total	<b>108</b>	<b>92</b>	<b>200</b>			

A Tabela 46 demonstra o cruzamento entre as resistências familiares e as dificuldades dos pais em estabelecer limites na educação de seus filhos, nas famílias exclusivamente adotivas. Verificou-se que não há associação entre as duas variáveis nesse grupo familiar.

**Tabela 46** – Famílias exclusivamente adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e as dificuldades dos pais em estabelecer limites

Grupo	Dificuldades em estabelecer limites			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Resist. Familiares</b>						
Sim	14 (34%)	27 (66%)	41	-	-	0,88
Não	21 (36%)	38 (64%)	59	-	-	
Total	<b>35</b>	<b>65</b>	<b>100</b>			
<b>Resistências dos companheiros</b>						
Sim	6 (35%)	11 (65%)	17	-	-	0,98
Não	29 (35%)	54 (65%)	83	-	-	
		<b>Total</b>	<b>100</b>			

A Tabela 47 demonstra o cruzamento entre as resistências familiares e as dificuldades dos pais adotivos em estabelecer limites, nas famílias biológico-adotivas. Nesse grupo verificou-se que existe associação significativa entre as resistências da família em geral e as dificuldades dos pais em estabelecer os limites na educação de seus filhos.. Podemos afirmar que os pais que enfrentaram/enfrentam resistências familiares à adoção tem uma maior incidência de dificuldades em ministrar os limites necessários à educação de seus filhos (250% a mais de chance) em comparação com os filhos de pais que não as enfrentaram. Quanto às resistências manifestadas pelos companheiros, não houve associação significativa com as dificuldades de estabelecer limites nesse grupo familiar.

**Tabela 47** – Famílias biológico-adotivas: associação entre as resistências familiares à adoção e as dificuldades dos pais em estabelecer limites

Grupo	Dificuldades em estabelecer limites			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Resist.Familiares</b>						
Sim	14 (35%)	26 (65%)	40	3,50	1,18 – 10,59	<b>0,01</b>
Não	8 (13%)	52 (87%)	60	1,00	-	

Total	<b>22</b>	<b>78</b>	<b>100</b>			
<b>Resistências dos companheiros</b>						
Sim	6 (37%)	10 (63%)	16	-	-	0,11*
Não	16 (19%)	68 (81%)	84	-	-	
Total	<b>23</b>	<b>78</b>	<b>100</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 48 demonstra o cruzamento entre as resistências familiares e as dificuldades dos pais em estabelecer os limites na educação de seus filhos, considerando-se o somatório dos dois grupos familiares. Considerando-se o número total de famílias adotivas, observa-se que não existe associação entre as duas variáveis nos dois cruzamentos feitos.

**Tabela 48** – Somatório das famílias: associação entre resistências familiares à adoção e dificuldades em estabelecer limites

Grupo	Dificuldades em estabelecer limites			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Resist. Familiares</b>						
Sim	28 (35%)	53 (65%)	81	-	-	0,12
Não	29 (24%)	90 (76%)	119	-	-	
		<b>Total</b>	<b>200</b>			
<b>Resistências dos companheiros</b>						
Sim	12 (36%)	21 (64%)	33	-	-	0,27
Não	45 (27%)	122 (73%)	167	-	-	
		<b>Total</b>	<b>200</b>			

As Tabelas 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56 demonstram os cruzamentos feitos entre o número de filhos adotivos por família e as variáveis “problemas de comportamento” e “dificuldades escolares”. Esses cruzamentos foram feitos considerando-se o tipo de família – adotiva ou biológico-adotiva – e o tipo de adoção – precoce ou tardia. O objetivo desses cruzamentos é analisar se as famílias com filhos únicos adotivos têm uma maior incidência de problemas de comportamento e dificuldades escolares. A literatura e a prática clínica sinalizam que, frequentemente, os pais (biológicos ou adotivos) mostram-se demasiado protetores e condescendentes quando têm um único filho, o que poderia ocasionar uma incidência maior de problemas de comportamento e de dificuldades escolares.

A Tabela 49 focaliza a associação estatística entre o número de filhos nas famílias exclusivamente adotivas e os problemas de comportamento nas adoções precoces. Verifica-se não haver associação entre as duas variáveis, ou seja, o número de filhos adotivos por família não contribui para determinar a incidência de problemas de comportamento nesse grupo familiar.

**Tabela 49** – Famílias exclusivamente adotivas – Adoção precoce: associação entre o número de filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
Filhos únicos	17 (31%)	37 (69%)	54	-	-	0,30
Não únicos	35 (40%)	52 (60%)	87	-	-	
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>89</b>	<b>141</b>			

A Tabela 50 nos permite visualizar a associação estatística entre o número de filhos nas famílias exclusivamente adotivas e as dificuldades escolares nas adoções precoces. Verifica-se não haver associação entre as duas variáveis, ou seja, o número de filhos adotivos por família não contribui para determinar a incidência de dificuldades escolares nesse grupo familiar.

**Tabela 50** – Famílias exclusivamente adotivas – Adoção precoce: associação entre o número de filhos e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
Filhos únicos	20 (37%)	34 (63%)	54	-	-	0,61
Não únicos	36 (41%)	51 (59%)	87	-	-	
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>85</b>	<b>141</b>			

A Tabela 51 nos permite visualizar a associação estatística entre o número de filhos nas famílias exclusivamente adotivas e os problemas de comportamento nas adoções tardias. Verifica-se não haver associação entre as duas variáveis, ou seja, o número de filhos adotivos por família não contribui para determinar a incidência de problemas de comportamento nesse grupo familiar.

**Tabela 51** – Famílias exclusivamente adotivas – Adoção tardia: associação entre o número de filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
Filhos únicos	0	0	0	-	-	-
Não únicos	5 (29%)	12 (71%)	17	-	-	
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>17</b>			

A Tabela 52 demonstra a associação estatística entre o número de filhos nas famílias exclusivamente adotivas e as dificuldades escolares nas adoções tardias. Verifica-se não haver

associação entre as duas variáveis, ou seja, o número de filhos adotivos por família não contribui para determinar a incidência de dificuldades escolares nesse grupo familiar.

**Tabela 52** – Famílias exclusivamente adotivas – Adoção tardia: associação entre o número de filhos e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
Filhos únicos	0	0	0	-	-	-
Não únicos	6 (35%)	11 (65%)	17	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>17</b>			

A Tabela 53 focaliza a associação estatística entre o número de filhos nas famílias biológico-adotivas e os problemas de comportamento nas adoções precoces. Verifica-se não haver associação entre as duas variáveis, ou seja, o número de filhos adotivos por família não contribui para determinar a incidência de problemas de comportamento nesse grupo familiar.

**Tabela 53** – Famílias biológico-adotivas – Adoção precoce: associação entre o número de filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
Filhos únicos	26 (41%)	38 (59%)	64	-	-	0,07
Não únicos	13 (24%)	40 (76%)	53	-	-	
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>78</b>	<b>117</b>			

A Tabela 54 focaliza a associação estatística entre o número de filhos nas famílias biológico-adotivas e as dificuldades escolares nas adoções precoces. Verifica-se não haver associação entre as duas variáveis, ou seja, o número de filhos adotivos por família não contribui para determinar a incidência de dificuldades escolares nesse grupo familiar.

**Tabela 54** – Famílias biológico-adotivas – Adoção precoce: associação entre o número de filhos e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
Filhos únicos	33 (52%)	31 (48%)	64	-	-	0,79
Não únicos	26 (49%)	27 (51%)	53	-	-	
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>58</b>	<b>117</b>			

A Tabela 55 nos permite visualizar a associação estatística entre o número de filhos nas famílias biológico-adotivas e os problemas de comportamento nas adoções tardias.

Verifica-se que os filhos únicos de adoções tardias têm a tendência a apresentar mais problemas de comportamento do que filhos não únicos (em famílias com mais de um filho).

**Tabela 55** – Famílias biológico-adotivas – Adoção tardia: associação entre o número de filhos e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
Filhos únicos	8 (100%)	0	8	-	-	<b>&lt;0,01*</b>
Não únicos	9 (35%)	17 (65%)	26	-	-	
Total	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>34</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

A Tabela 56 nos permite visualizar a associação estatística entre o número de filhos nas famílias biológico-adotivas e as dificuldades escolares nas adoções tardias. Verifica-se que os filhos únicos de adoções tardias têm a tendência a apresentar uma maior incidência de dificuldades escolares do que filhos não únicos (em famílias com mais de um filho).

**Tabela 56** – Famílias biológico-adotivas – Adoção tardia: associação entre o número de filhos e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
Filhos únicos	7 (88%)	1 (12%)	8	8,17	0,77– 203,36	<b>0,05*</b>
Não únicos	12 (46%)	14 (54%)	26	1,00	-	
Total	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>34</b>			

\*p-valor do teste exato de Fisher

As Tabelas 57, 58, 59, 60 e 61 referem-se à última análise estatística elaborada para este estudo: a comparação direta de famílias adotivas com famílias biológico-adotivas no que diz respeito às dificuldades gerais verificadas pelos pais no processo educativo de seus filhos adotados. Nesta análise foram observados o tipo de adoção (precoce ou tardia) e o número de filhos por família (únicos ou não únicos) e considerou-se os problemas de comportamento, as dificuldades escolares e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites.

A Tabela 57 demonstra o cruzamento estatístico feito entre as adoções precoces de ambos os grupos familiares em relação aos problemas de comportamento de filhos únicos e não-únicos. Constatou-se que o fato dos pais terem filhos biológicos na família não tem relação com a incidência de problemas de comportamento na adoção precoce.

**Tabela 57** – Adoção precoce: associação entre tipo de família e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Famílias Adotivas	17 (31%)	37 (69%)	54	-	-	0,30
Famílias biológico- adotivas	26 (41%)	38 (59%)	64	-	-	
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>75</b>	<b>118</b>			
<b>Não únicos</b>						
Famílias adotivas	35 (40%)	52 (60%)	87	-	-	0,06
Famílias biol.-adotivas	13 (25%)	40 (75%)	53	-	-	
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>92</b>	<b>140</b>			
<b>Geral</b>						
Famílias adotivas	52 (37%)	89 (63%)	141	-	-	0,55
Famílias biol.-adotivas	39 (33%)	78 (67%)	117	-	-	
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>167</b>	<b>258</b>			

A Tabela 58 demonstra o cruzamento estatístico feito entre as adoções precoces de ambos os grupos familiares em relação às dificuldades escolares de filhos únicos e não-únicos. À semelhança dos problemas de comportamento, constatou-se que o fato de os pais terem filhos biológicos na família não tem relação com a incidência de dificuldades escolares em nenhuma das configurações.

**Tabela 58** – Adoção precoce: associação entre tipo de família e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Famílias adotivas	20 (37%)	34 (63%)	54	-	-	0,11
Famílias biológico- adotivas	33 (52%)	31 (48%)	64	-	-	
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>65</b>	<b>118</b>			
<b>Não únicos</b>						
Famílias adotivas	36 (41%)	51 (59%)	87	-	-	0,37
Famílias biológico- adotivas	26 (49%)	27 (51%)	53	-	-	
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>78</b>	<b>140</b>			
<b>Geral</b>						
Famílias adotivas	56	85	141	-	-	0,08
Famílias biológico- adotivas	59	58	117	-	-	
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>143</b>	<b>258</b>			

A Tabela 59 demonstra o cruzamento estatístico feito entre as adoções tardias de ambos os grupos familiares em relação aos problemas de comportamento de filhos únicos e não-únicos. Da mesma forma do que com as adoções precoces, verificou-se que o fato de os pais terem filhos biológicos na família não tem relação com a incidência de problemas de comportamento na adoção tardia.

**Tabela 59** – Adoção tardia: associação entre tipo de família e problemas de comportamento

Grupo	Problemas de comportamento			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Famílias adotivas	0	0	0	-	-	
Famílias biológico-Adotivas	8 (100%)	0	8	-	-	-
Total	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>8</b>			
<b>Não únicos</b>						
Famílias adotivas	5 (29%)	12 (71%)	17	-	-	
Famílias biológico-adotivas	9 (35%)	17 (65%)	26	-	-	0,72
Total	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>43</b>			
<b>Geral</b>						
Famílias adotivas	5 (29%)	12 (71%)	17	-	-	
Famílias biológico-adotivas	17 (50%)	17 (50%)	34	-	-	0,16
Total	<b>22</b>	<b>29</b>	<b>51</b>			

A Tabela 60 demonstra o cruzamento estatístico feito entre as adoções tardias de ambos os grupos familiares em relação às dificuldades escolares de filhos únicos e não-únicos. Neste caso também constatou-se que o fato de os pais terem filhos biológicos na família não tem relação com a incidência de dificuldades escolares na adoção tardia em nenhuma das configurações.

**Tabela 60** – Adoção tardia: associação entre tipo de família e dificuldades escolares

Grupo	Dificuldades Escolares			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Filhos únicos</b>						
Família Adotiva	0 (%)	0 (%)	0	-	-	
Família biológico-adotiva	7 (87%)	1 (13%)	8	-	-	-
Total	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>8</b>			
<b>Não únicos</b>						
Famílias adotivas	6 (35%)	11 (65%)	17	-	-	
Famílias biológico-adotivas	12 (46%)	14 (54%)	26	-	-	0,48
Total	<b>18</b>	<b>25</b>	<b>43</b>			
<b>Geral</b>						
Famílias adotivas	6 (35%)	11(65%)	17	-	-	
Famílias biológico-adotivas	19 (56%)	15 (44%)	34	-	-	0,17
Total	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>51</b>			

A Tabela 61 demonstra o cruzamento estatístico feito entre os dois grupos familiares quanto às dificuldades dos pais em estabelecer os limites na educação dos filhos. Verificou-se que os pais que têm filhos biológicos e adotivos têm menos problemas em relação à questão dos limites. Estatisticamente falando, os pais exclusivamente adotivos têm 91% de chances a mais de apresentar problemas quanto aos limites.

**Tabela 61** – Associação entre tipo de família e as dificuldades para estabelecer os limites

Grupo	Dificuldades em estabelecer limites			OR	IC (95%)	P-valor
	Sim	Não	Total			
<b>Tipo de Família</b>						
Famílias adotivas	35 (35%)	65 (65%)	100	1,91	0,98 – 3,75	
Famílias biológico-adotivas	22 (22%)	78 (78%)	100	1,00	-	<b><u>0,04</u></b>
Total	<b>57</b>	<b>143</b>	<b>200</b>			

Encerramos nesse ponto a análise estatística de nossa pesquisa, cujo objetivo foi trazer subsídios científicos para o enriquecimento de nosso estudo sobre o processo educativo dos filhos por adoção. No próximo capítulo estaremos discutindo o levantamento de dados e a análise estatística ancorados no nosso referencial teórico.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando-se que o enfoque central deste estudo consistiu em comparar famílias exclusivamente adotivas e famílias biológico-adotivas em relação ao processo educativo de seus filhos adotados, neste capítulo pretendemos estabelecer relações entre as diferentes variáveis pesquisadas, abordando comparativamente os dados levantados, visando detectar semelhanças e diferenças nos dois perfis de família.

A fim de possibilitar uma interpretação o mais real possível do contexto em que aconteceu o processo educativo nas duas configurações familiares e não distorcer os resultados, além de comparar diretamente famílias adotivas e biológico-adotivas, efetuamos também análises comparativas entre adoções precoces e adoções tardias e entre filhos únicos e não-únicos. Consideramos importante fazer esta distinção em virtude das especificidades de cada tipo de adoção e das influências e expectativas adicionais que comumente recaem sobre os filhos únicos, seja nas famílias adotivas, seja nas famílias biológico-adotivas.

Como o objetivo principal de nossa pesquisa buscou identificar possíveis dificuldades no processo educativo, o núcleo central de nossa análise esteve direcionado para os seguintes eixos: os problemas de comportamento, as dificuldades escolares e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites educativos.

Faremos a discussão dos resultados, seguindo a seqüência dos quadros, gráficos e tabelas, intercalando-se cruzamentos pertinentes ao encadeamento do tema. Deteremo-nos principais resultados, bem como nos cruzamentos significativos.

A primeira questão a ser analisada diz respeito aos dados sócio-demográficos (Quadro 1), tendo em vista que um dos nossos objetivos de pesquisa pretendeu verificar se as variáveis sócio-demográficas dos pais adotivos determinaram influências na incidência de dificuldades na educação dos filhos. Nesse sentido, o perfil de nossa amostra, em ambos os grupos familiares, confirmou o “perfil tradicional” já descrito em estudos anteriores (EBRAHIM, 1999; KUMAMOTO, 1999; WEBER, 2001) e que caracteriza a maioria dos pais adotivos como sendo brancos (79% na nossa amostra), casados (87% na nossa amostra, considerando-se casamentos oficiais e uniões estáveis), com nível de escolaridade superior ou superior incompleto (75% na nossa amostra), com renda familiar mensal de mais de nove salários mínimos mensais (51% na nossa amostra) e de orientação religiosa predominantemente católica (57,5% na nossa amostra). Em relação à idade dos pais na primeira adoção, nos dois

grupos familiares, a maioria concentrou-se na faixa etária de 31 a 40 anos (mães 52% e pais 53%) o que vem de encontro aos achados de Weber (2001) que estimou a média de idade da mãe adotiva na primeira adoção em 32 anos e a do pai em 37 anos.

Em relação aos dados sócio-demográficos dos pais adotivos e suas influências no processo educativo dos filhos, conforme se pode verificar nas nossas Tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6,7 e 8, efetuamos o cruzamento dos dados obtidos de cada grupo familiar em relação à orientação religiosa, escolaridade, renda familiar e idade da mãe na primeira adoção com as variáveis “número de filhos adotivos”, “problemas de comportamento”, “dificuldades escolares” e “dificuldades para estabelecer os limites na educação”, sendo que foram constatados somente os seguintes resultados significativos:

1) Em relação à orientação religiosa - nas famílias biológico-adotivas houve associação entre orientação religiosa e número de filhos adotados em que pais evangélicos adotaram o maior número de filhos, sendo seguidos pelos pais espíritas que foram o segundo maior grupo em número de filhos adotados.

Em pesquisas anteriores, os pais que professam a religião Espírita comumente são citados como os que mais adotam, especialmente nas adoções tardias (EBRAHIM, 1999; WEBER, 2001). Entretanto, Weber (2001) ao analisar os sujeitos de sua pesquisa em relação à orientação religiosa, refere que existe um número maior de pais adotivos das religiões Protestante (Evangélicos) e da Espírita, em relação à distribuição da população em geral, de acordo com dados do IBGE, o que confirma a tendência de nossos achados.

2) Em relação à escolaridade – nas famílias biológico-adotivas, houve associação entre escolaridade e problemas de comportamento e também entre escolaridade e dificuldades escolares; pais adotivos com escolaridade de nível superior referiram o maior número de filhos com problemas de comportamento e dificuldades escolares.

Na nossa percepção, fundamentada na experiência clínica, pais com um nível de escolaridade mais elevado tendem a ter expectativas muito altas em relação ao desempenho dos filhos. Quanto mais alto o nível de escolaridade, maior é a ansiedade em relação à performance dos filhos, o que pode gerar ansiedade neles devido ao medo de não conseguirem atender às expectativas dos pais e, conseqüentemente, desencadear problemas comportamentais. Pode haver também uma pré-concepção por parte dos pais de que dadas as dificuldades das crianças adotadas por conta de sua biografia – conhecida ou não – elas apresentarão dificuldades para aquisições cognitivas e desempenho escolar. É necessário

considerarmos também que, segundo os dados que levantamos (Quadro 4), existe uma tendência para as famílias biológico-adotivas adotarem um único filho (72%), o que pode significar uma superproteção excessiva por parte da família, levando-o aos problemas de comportamento. Também neste grupo familiar encontra-se o maior número de adoções por motivos altruístas (36% conforme Quadro 7) e de adoções tardias (22% conforme Quadro 2). Na nossa amostra, a maioria das adoções tardias efetuadas por pais biológico-adotivos tem uma motivação altruística. Quanto às adoções por caridade ou altruísmo, Levinzon (2004) alerta que é necessário que os pais tenham clareza de que “desejam um filho”, e que não estão apenas “fazendo o bem”. Se os pais são vistos como benfeitores aos quais se deve gratidão, o filho fica impedido de manifestar a sua agressividade, rivalidade e competição tão normais a qualquer filho. Por outro lado, a educação de uma criança adotada em uma idade mais adiantada insere desafios e momentos críticos importantes, exigindo dos pais muito preparo prévio e tolerância. Conforme nos coloca Ferreyra (1994), nesses casos não é possível esperar-se atitudes adequadas e resultados imediatos, submetendo-se a criança a exigências exageradas, que, não podendo ser correspondidas, acabam por produzir um total desajuste de sua conduta.

Segundo Levinzon (2004), os sentimentos e as expectativas dos pais têm uma influência determinante na formação da personalidade da criança. A autora refere-se também às atitudes dos pais adotivos – quase sempre perfeccionistas e ansiosos em relação aos filhos – como importante elemento de influência no desenvolvimento psicossocial e afetivo das crianças adotadas. No entendimento de Lisondo (1984), as dificuldades do filho iluminam e nomeiam dolorosamente, o contorno da fissura das dificuldades paternas.

A análise da caracterização do contingente de filhos na pesquisa – o qual é importante ressaltar que foi obtido aleatoriamente – forneceu uma constatação inédita: 49,5% (F=153) dos filhos são do sexo feminino e 50,5% (F=156) são do sexo masculino (Quadro 2). Tanto a prática diária nos órgãos oficiais que preparam casais para o exercício da paternidade adotiva, a exemplo dos Juizados da Infância, como a literatura disponível sobre o assunto (WEBER, 2001; PAIVA, 2004; SCHETTINI, 1998), nos informam que há uma preferência acentuada pela adoção de meninas por parte dos candidatos a pais adotivos. Na sociedade sempre veiculou a crença de que “a menina é mais fácil de lidar”, “é mais dócil”, “dá menos problemas”, crença essa que, costumeiramente, determinou uma procura maior por meninas na adoção. O estudo anterior de Weber (2001) confirma a tendência maior pela adoção de

meninas (56,6%) do que de meninos (43,4%). Os achados de nossa pesquisa nos parecem bastante significativos, pois sinalizam mudanças nessa cultura.

Um aspecto importante a ser salientado é o fato de que 77,5% (Quadro 6) dos pais de nossa amostra (73% adotivos e 82% biológico-adotivos) haverem mencionado não terem participado de nenhum processo de preparação anterior à adoção. Estudos anteriores de Ebrahim (1999) e Weber (2001) referem que 78,2% e 78,7% dos pais, respectivamente, não tiveram preparo pré-adoção, o que significa que, após sete anos, ainda existe pouco investimento dos adotantes neste aspecto. Vários autores pontuam a necessidade desse preparo prévio à adoção (VARGAS, 1998; WEBER, 2001; LEVINZON, 2004), principalmente, em relação aos adotantes com problemas de esterilidade, os quais necessitam elaborar lutos e perdas antes de estarem prontos para curtir a gestação psicológica de seu filho adotivo. Vargas (1998) também destaca a importância do preparo para adoção especialmente em relação às adoções tardias, as quais trazem todo um contexto específico que precisa ser assimilado pelos futuros pais para que possam exercer a paternidade sem sobressaltos. Conforme Levinzon (2004), quanto mais os futuros pais estiverem conscientes de que a adoção apresenta desafios que lhe são específicos, mais estarão preparados para conviver com a criança de acordo com a sua especificidade.

Quanto à natureza jurídica das adoções (Gráfico 1), o nosso estudo apresentou um considerável incremento em relação às adoções efetuadas pelas vias legais (Juizados da Infância), comparando-se com os índices apurados em estudos anteriores. Deste modo, 70% do total de nossa amostra (f=140), incluindo-se os dois grupos familiares, realizaram adoções legais e 30% (f=60) adoções informais. Considerando-se os tipos de família, 66% das famílias exclusivamente adotivas e 74% das famílias biológico-adotivas efetuaram adoções legais. O estudo de Ebrahim (1999), com 81 famílias, apurou 50% de adoções pelas vias legais quando se tratava de adoções precoces (54 famílias) e 70% em caso de adoções tardias (27 famílias); Weber (2001) encontrou 52,1% de adoções legais, num estudo com 311 famílias. Verifica-se uma tendência dos adotantes interessados em adoções precoces (bebês) preferirem as adoções informais, o que nos parece poder ser creditado ao fato de que as adoções de bebês, pelas vias legais, são bastante demoradas, tendo em visto serem as que têm mais demanda. Assim, a procura pelas adoções informais se constitui numa forma de agilizar a chegada da criança.

A frequência aos Grupos de Apoio à Adoção (Gráfico 2) também é um índice que modificou, satisfatoriamente, em relação a estudos anteriores. O nosso levantamento de dados indica que 71% dos pais exclusivamente adotivos e 61% dos biológico-adotivos são

frequêntadores de GEADs. Ebrahim (1999) referiu 53,8% de adotantes tardios e 46,3% de adotantes convencionais (adoções precoces). O aumento na frequência aos GEADs é uma tendência verificada nos últimos anos e deve-se aos esforços dispendidos por vários atores sociais que têm se preocupado com a desmistificação da adoção e com a divulgação de uma nova cultura de adoção.

Em relação às motivações para a adoção (Quadro 7), 93% dos pais exclusivamente adotivos optaram pelo caminho da adoção em função de suas impossibilidades biológicas; nas famílias biológico-adotivas, houve uma distribuição de frequências entre várias motivações: motivos altruístas 36%, impossibilidades biológicas 23%, projeto familiar 18%, desejo de filho e não desejo de gestação 8%, escolher o sexo da criança 7%, substituir um filho falecido 4% e melhorar a relação conjugal 1%. Considerando-se o total de pais nos dois grupos familiares, podemos considerar que 77,5% das adoções atenderam a um real desejo de filho (impossibilidade para procriar, desejo de filho e não desejo de gestar, projeto familiar, idade tardia para gravidez, escolher o sexo da criança) enquanto 22,5% não podem ser incluídos nesta categoria (melhorar a relação conjugal, substituir um filho falecido, ter companhia na velhice e motivos altruístas), pois referem-se a desejos outros onde o filho entra para servir de instrumento e não para ser filho especificamente. O estudo anterior de Weber (2001) refere 54,6% na categoria desejo de filho (não ter os próprios filhos e construir uma família sendo solteiro) e 45,4% em outras motivações (altruísmo, substituir um filho falecido, melhorar o relacionamento conjugal). O aumento de 22,9% na procura dos pais pela filiação adotiva, no nosso entendimento, pode ser atribuído a uma abertura maior da sociedade à adoção como uma opção genuína de se ter filhos; 9,5% dos pais de nossa amostra (F=19) afirmam que a adoção é um projeto familiar, ou seja, os pais tinham intenção desde o início de constituir a sua prole com filhos adotivos e biológicos. Este incremento nos parece bastante animador considerando-se os esforços que têm sido feitos, nacionalmente, no sentido de se divulgar uma nova cultura de adoção.

Os cruzamentos feitos entre a variável “motivação” e as variáveis “problemas de comportamento” (Tabelas 9 e 12), “dificuldades escolares” (Tabelas 10 e 13) e “dificuldades de estabelecer os limites” (Tabelas 11 e 14) não forneceram resultados significativos, o que credita não haver relação entre as mesmas. Weber (1998) também refere que, mesmo as motivações inadequadas, ou seja, as que não indicam para um verdadeiro desejo de filiação (melhorar o casamento, preencher um vazio existencial, ser amparado na velhice, fazer caridade), não impedem o sucesso da adoção. Se os adotantes forem adequadamente

preparados, com o decorrer do tempo e a convivência com a criança, as motivações podem alterar-se e os vínculos afetivos acontecem. Esta visão contraria a de outros autores, à semelhança de Hamad (2002, p.84) que coloca o desejo de filho como condição essencial para uma adoção, ou seja, “a criança não pode vir para reparar uma injustiça ou suprir uma falta, mas, antes, o seu lugar no desejo de um casal”. Segundo o autor, o filho guardará as marcas da forma como o desejo dos pais lhe for destinado e sobre as quais irão inserir-se seus próprios significantes.

Por outro lado, é necessário trazer-se para a discussão a questão dos preconceitos e discriminações (Gráfico 17) que ainda ocorrem na sociedade em geral e, certamente, influenciam os processos educativos dos adotados. Apesar de que a maioria dos pais afirma não ter sofrido preconceitos (69% em famílias exclusivamente adotivas e 67% em biológico-adotivas), o percentual dos pais que enfrentaram episódios discriminatórios ainda é alto (31% no primeiro grupo e 33% no segundo), considerando-se todo o trabalho desenvolvido pelos Grupos de Apoio à Adoção e a grande veiculação da temática na mídia em geral (Quadro 23). Os resultados da pesquisa de Weber (2001) mencionam que 70,4% dos pais (F=240) e 65% dos filhos (F=120) sofreram discriminação, o que significa que houve uma evolução considerável nesse sentido nos últimos seis anos. Os nossos resultados indicam (Quadro 23) que o maior foco de episódios discriminatórios é o ambiente escolar (45%) e os responsáveis são os colegas (36%) e professores (9%); 33% das discriminações aconteceram no meio social em geral, 14% na família e 8% na vizinhança.

Em relação à opção pelo tipo de adoção (precoce ou tardia) a nossa pesquisa corrobora a literatura. Conforme já mencionado acima, as famílias biológico-adotivas foram as mais disponíveis para adoções tardias – 22,5% das crianças pertencentes a esse grupo familiar em nossa amostra (F=34) foram adotadas com mais de dois anos de idade, ao passo que no grupo das famílias adotivas apenas 11% (F=11) são provenientes de adoções tardias (Quadro 5). Estudos de Ebrahim (1999), Weber (2001) e Camargo (2006) também apontam as famílias mistas como as que mais concretizam adoções tardias. Conforme Vargas (1998), a questão do preconceito social em relação à adoção de crianças maiores ainda é o fator determinante para a pouca disponibilidade de candidatos para estas adoções, pois a adoção continua sendo mais aceita quando atende a uma necessidade “natural” de um casal com problemas de esterilidade/infertilidade e quando se trata de bebês que são “mais fáceis de educar”. Nos cruzamentos estatísticos efetuados (Tabela 15), verifica-se que não houve adoções de filhos únicos tardios por famílias exclusivamente adotivas, o que significa que as adoções tardias

nesse grupo familiar aconteceram de “carona” numa adoção precoce, ou seja, a família adota um bebê que não pode ser separado de um irmãozinho maior e “tem que levar o pacote todo”. Nos três cruzamentos feitos, ou seja, filhos únicos, não únicos e geral, existe associação entre o tipo de família e o tipo de adoção, sempre indicando as famílias biológico-adotivas como mais propensas a esse tipo de adoção.

Encontramos resultados bastante satisfatórios no que diz respeito à adaptação dos filhos adotivos às suas novas famílias: a grande maioria dos pais, nos dois grupos familiares, afirmou que seus filhos não tiveram nenhuma dificuldade de adaptação. Em famílias exclusivamente adotivas, o percentual de adaptação sem problemas atingiu 93%, enquanto que nas famílias biológico-adotivas o percentual foi de 85% (Quadro 9). Fazendo-se a análise por tipo de adoção, 99% das adoções precoces em famílias exclusivamente adotivas e 97% em famílias biológico-adotivas (Gráfico 5) não apresentaram problemas de adaptação. Quanto às adoções tardias, em ambos os grupos familiares, 65% das adoções não tiveram problemas de adaptação (Gráfico 6). Estes resultados vêm de encontro aos achados de Ebrahim (1999), que apontaram 90% de adoções convencionais (adoções precoces) e 80% de adoções tardias sem problemas de adaptação. Levinzon (2004) alerta para o fato de que algumas crianças, que ficaram institucionalizadas durante um longo tempo, podem apresentar dificuldades para adaptar-se à família adotiva, precisando de ajuda psicológica para que a adaptação não seja vivida como mais uma ruptura de relações e um novo abandono por parte da “família-instituição”. Para essas crianças, a instituição, embora de forma precária, funcionava como uma família, e é difícil para elas a trocarem por outra, que é desconhecida e ameaçadora. Segundo a autora citada, a família adotiva também pode se ressentir muito de um início de convivência com a criança muito conturbado por sua dificuldade de adaptação, o que poderia reavivar os temores dos pais adotivos em relação à adoção. Entretanto, se os pais adotivos tiveram possibilidade de examinar seus sentimentos e fantasias em relação à adoção e ao papel do seu filho na sua família, existirá uma probabilidade maior de adaptação mútua.

Antes de nos dedicarmos profundamente à análise estatística das questões que representam o núcleo de nosso estudo – problemas de comportamento, dificuldades escolares e dificuldades dos pais no estabelecimento de limites, é importante destacar os percentuais gerais levantados em nossa pesquisa em relação a esses aspectos.

No que diz respeito à incidência de problemas de comportamento (Gráfico 8), não houve diferença significativa entre famílias exclusivamente adotivas (44%) e famílias biológico-adotivas (46%). Quanto às dificuldades escolares (Gráfico 13), nas famílias exclusivamente

adotivas, 48% afirmaram que seus filhos apresentaram dificuldades escolares, ao passo que famílias biológico-adotivas 60% as referiram, verificando-se uma tendência a filhos de famílias biológico-adotivas terem uma incidência maior de dificuldades escolares. Segundo Levinzon (2004), a criança adotada inserida em uma família biológico-adotiva, pode nutrir sentimentos de inferioridade e perceber-se como se fosse uma pessoa de “segunda classe” em relação aos irmãos que são filhos biológicos. Saber-se adotiva pode trazer-lhe a sensação de que é diferente dos irmãos, o que pode ser associado a uma visão pejorativa de si mesma, e, conseqüentemente, resultando em ciúmes que vai gerar raiva e agressividade na escola (LEVINZON, 2004). Em relação ao estabelecimento de limites (Gráfico 12), 35% dos pais exclusivamente adotivos e 22% dos pais biológico-adotivos apresentaram dificuldades nesse sentido, assinalando a tendência de os pais biológico-adotivos terem uma maior facilidade em administrar limites. No nosso entendimento, a experiência anterior adquirida com a educação dos filhos biológicos contribui para uma maior facilidade desses pais com o estabelecimento dos limites aos adotados. Na nossa amostra, 83% dos pais biológico-adotivos tornaram-se pais adotivos após já terem os seus filhos biológicos, o que corroborou o estudo quantitativo de Weber (2001) com 240 pais adotivos, 120 filhos adotivos e 40 filhos biológicos com irmãos adotivos, no qual 49,2% das famílias tinham filhos biológicos, sendo que 84% dos filhos biológicos foram gerados antes da adoção. Por outro lado, os pais biológico-adotivos não vivenciam conflitos inconscientes derivados da esterilidade que, muitas vezes, no caso de pais exclusivamente adotivos, caso não elaborados a contento, impedem que se estabeleçam relações saudáveis com os filhos, prejudicando o seu processo educativo. Alguns pais adotivos têm dificuldades de se reconhecerem como “verdadeiros” pais de seus filhos adotados, sentimento esse que os impossibilita de exercerem adequadamente as funções parentais, fragilizando-os e tornando-os relutantes no que diz respeito à aplicação dos limites educativos.

Os problemas de comportamento de maior incidência coincidiram nos dois tipos de adoção (Quadro 11): agressividade/impulsividade (27,5% nos dois grupos familiares juntos), dificuldades de socialização (27,5% nos dois grupos familiares juntos) e hiperatividade/dispersão da atenção (11% nos dois grupos familiares juntos). Filhos de famílias exclusivamente adotivas apresentaram uma maior frequência de dificuldades na socialização: nas adoções precoces correspondeu a 32,5%, enquanto que nas famílias biológico-adotivas o percentual foi de 15% (Quadro 12); nas adoções tardias 60% versus 32% nas famílias biológico-adotivas (Quadro 13). No nosso entendimento, essa maior dificuldade

por parte das famílias exclusivamente adotivas tem relação com a maior dificuldade que esse grupo familiar apresentou para administrar os limites educativos. Se os pais têm dificuldade de ensinar regras e limites em casa, certamente os filhos também terão dificuldades de adaptar-se a elas no meio social. Segundo Levinzon (2004), um referencial claro, flexível e, ao mesmo tempo, firme quando necessário, edifica pilares para a construção de uma personalidade com um equilíbrio estável. Em relação à agressividade/impulsividade, o percentual mais alto está relacionado às adoções tardias (33%), sendo que não houve frequência nas famílias exclusivamente adotivas, porém as famílias biológico-adotivas apresentaram um índice de 41%; nas adoções precoces, 27% nas famílias exclusivamente adotivas e 26% nas famílias biológico-adotivas. Concordamos com Levinzon (2004), quando afirma que esses sintomas podem estar significando um pedido de ajuda da criança ao ambiente. Para a autora, de forma inconsciente, por meio de comportamentos que a perturbam, ela expressa sua esperança de que alguém se ocupe com ela e atenda às suas necessidades vitais. No nosso estudo, as adoções tardias em famílias biológico-adotivas, na sua maioria, foram realizadas por motivos altruísticos, ou seja, não foram movidas por um real desejo de filho. Nessas situações, de acordo com a autora citada, a relação com os pais adotivos pode estar sendo permeada por sentimentos de rejeição inconscientes, ou por grandes desencontros no que se refere às expectativas dos pais e àquilo que se pode esperar das crianças. Em relação à hiperatividade, nas adoções precoces, famílias exclusivamente adotivas registraram 15% e famílias biológico-adotivas 9%; nas adoções tardias, famílias exclusivamente adotivas não registraram frequência, mas famílias biológico-adotivas registraram 5%. Estudos de Moore e Fombonne (1999), com um grande número de crianças e adolescentes com menos de 18 anos, revelaram um maior risco de transtorno de hiperatividade e déficit de atenção em meninos e meninas adotados. Por outro lado, um estudo de Poeta e Rosa Neto (2004), com 1898 escolares não adotados (1001 do sexo masculino e 897 do sexo feminino), em escolas públicas de Florianópolis, revelou que 5% da amostra apresentou os sintomas do TDAH sendo que a frequência foi maior nos meninos. As conclusões do referido trabalho informam que esta taxa de prevalência corrobora vários estudos internacionais, o que confirma que o TDAH pode ser encontrado também com bastante incidência em crianças não adotadas.

Em relação ao tipo de dificuldades escolares (Quadro 18), as maiores dificuldades enfrentadas foram as de aprendizagem (39%), TDAH/Dispersão da atenção (20,5%), desinteresse pelo estudo (12,5%) e dificuldade de se adequar às regras (11%). Woiler (1987)

considera que existe uma possível relação entre a adoção “não revelada” e a “revelação inadequada” com os problemas de aprendizagem escolar. Por adoção “não revelada”, a autora entende ser a adoção em que a criança não foi informada (por seus pais) sobre sua condição de criança adotada. Por “revelação inadequada”, entende a adoção em que a criança foi informada de sua condição de criança adotada de forma traumática, abrupta, por terceiros ou por estranhos, de modo superficial, precoce ou tardiamente, seja por uma ou por mais de uma dessas condições. Segundo a autora, nesses casos, a tarefa de aprender fica contida pelas fantasias edípicas, que, somadas à proibição do saber, criam um estado de temor para com a escola e os professores, que são vivenciados pela criança como agentes de retaliação. Este pensamento também é compartilhado por Giberti (1992, 1994). Segundo essa autora argentina, qualquer oposição para que o filho adotado tenha acesso às suas origens pode ocasionar a obstrução da via do saber, resultando em transtornos de aprendizagem.

Os cruzamentos feitos entre os tipos de adoções (precoces ou tardias) com problemas de comportamento e dificuldades escolares (Tabelas 16, 17, 18, 19, 20 e 21) indicaram que a única associação significativa aconteceu nas famílias biológico-adotivas, em relação aos problemas de comportamento, no caso de adoções tardias de filhos únicos – todos os oito filhos únicos adotados tardios apresentaram problemas de comportamento (Tabelas 17 e 18). Há um consenso entre vários autores (VARGAS, 1998; 2006; EBRAHIM, 1999; WEBER, 2001) que as adoções tardias são as que mais demandam investimentos afetivos e esforço. Na cultura de adoção vigente, elas provocam os maiores impactos na sociedade, pois expõem de maneira óbvia as diferenças e geram sentimentos de estranheza e curiosidade no meio social. Parece-nos que a carência de um acompanhamento pré-adotivo cuidadoso pode contribuir para as dificuldades na integração do adotado tardiamente à nova família. Segundo postula Vargas (2006), em termos de adoção tardia cada situação é única e exige bastante flexibilidade e maturidade dos pais adotivos; a criança vai demandar muitas demonstrações de afeto, mas também de limites claros e firmes que lhe forneçam parâmetros definidos nos quais possa ancorar-se. Quanto aos filhos únicos de adoções tardias, nas famílias biológico-adotivas, em consonância com ponderações feitas pela autora citada, é possível admitir a hipótese de que, pelo fato de serem únicos e já terem vindo com uma história de rejeição anterior, possam estar sendo super-protegidos ou mimados demais na nova família, que agora tenta lhes compensar pelo sofrimento anterior. A autora refere ser bem freqüente a situação de filhos biológicos mais velhos tornarem-se muito protetores em relação aos irmãos adotivos, principalmente, nos casos em que o processo de adoção foi compartilhado ou a diferença de

idade entre os filhos é muito grande. Também faz referência às adoções bi-tardias<sup>6</sup>, onde os pais acabam ficando com um papel mais próximo ao de avós, delegando aos filhos mais velhos os cuidados e até mesmo a colocação de limites aos adotivos, ficando assim mais livres para mimar o filho caçula.

No que se refere às dificuldades escolares, houve associação no somatório geral de famílias, apontando para uma tendência de filhos únicos tardios apresentarem dificuldades escolares. A escola é o ambiente social mais freqüentado pela criança e também onde acontece o maior número de manifestações de preconceitos e discriminações (Quadro 23), tanto de professores quanto de colegas. Muitas vezes, a criança é de etnia diferente de seus pais e irmãos – nas palavras de Weber (2001), a adoção tardia é evidente demais – os colegas perguntam, questionam e a criança vai se dando conta de uma diferença que lhe parece assustadora e injusta. Por outro lado, verifica-se, muitas vezes, a tendência de alguns professores maximizarem as ações de crianças adotadas, exacerbando-as e atribuindo-as preconceituosamente ao fato de serem adotadas, o que acentua o seu sentimento de diferença. A escola é o primeiro ambiente onde a criança terá que ficar realmente sozinha, sem a vigilância e a proteção de pais ou irmãos – é o primeiro vôo solo. Se ela tiver sido muito protegida na família, vai sentir-se ansiosa e insegura no ambiente escolar e reagir com agressividade e hostilidade quando se sentir coagida.

No que diz respeito às questões de gênero, a variável sexo não determinou uma maior incidência de problemas de comportamento em nenhum dos cruzamentos feitos (Tabelas 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33) tanto nas famílias adotivas, quanto nas famílias biológicas, nos dois tipos de adoção (precoce e tardia). Em outras palavras, mais uma vez, na contrapartida das clássicas crenças do social, os resultados de nossa pesquisa indicaram que os meninos não apresentaram maior incidência de problemas de comportamento do que as meninas, nem na adoção tardia, nem na precoce, tanto nas famílias exclusivamente adotivas, quanto nas famílias biológico-adotivas. Esta constatação insere uma relevância social muito grande, pois, os meninos, habitualmente, sempre foram preteridos na adoção por serem mais “problemáticos” ou “difíceis” de educar (SCHETTINI,1998; WEBER, 2001; PAIVA, 2004) .

Em relação às dificuldades escolares, houve associação significativa nas famílias exclusivamente adotivas, em adoções precoces com mais de um filho (não únicas) em que meninos apresentaram uma tendência a apresentar mais dificuldades escolares do que

---

<sup>6</sup> Adoções bi-tardias – As adoções são denominadas de bi-tardias quando a criança adotada tem mais do que dois anos de idade e os pais adotivos já tem idade avançada.

meninas. Da mesma forma, houve associação significativa no cruzamento total dos dois grupos familiares, em relação à adoção precoce, também sinalizando os meninos como apresentando mais dificuldades escolares.

A associação entre as dificuldades escolares e as questões de gênero não é específica da adoção: o fato de meninos apresentarem dificuldades escolares tem sido uma tendência preocupante e tem sido objeto de estudos e muitas reflexões de vários educadores nacionais e internacionais. Carvalho (2003) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, desenvolveu importante estudo entre 2002 e 2003 com o conjunto de crianças e professoras de 1ª a 4ª séries de uma escola pública do Município de São Paulo, cujo objetivo principal foi compreender os processos que têm conduzido um maior número de meninos do que meninas a obter conceitos negativos e a ser indicados para atividades de recuperação, tendo escrito vários artigos a partir desta pesquisa. As conclusões indicam a necessidade de se discutir a cultura escolar como fonte importante na construção das identidades de meninos e meninas, seja na reprodução de estereótipos e discriminações de gênero, raça e classe, seja na construção de relações mais igualitárias. A autora tem sido contundente ao afirmar que a escola está falhando perante um grupo grande de jovens e este grupo concentra uma maioria de pessoas do sexo masculino. A autora enfatiza a importância de se colocar o gênero como uma discussão central para o debate educacional. Baseando-se em teorias existentes, menciona que existe a tendência de se atribuir o fracasso escolar dos meninos à feminização da escola, pelo fato de ela ter, em sua maioria, professoras mulheres, não ofereceria modelos masculinos para os meninos. Além disso, principalmente, nas camadas populares, os meninos seriam criados só pelas mães, cresceriam sem modelos masculinos e assim marcados pelas falhas das mulheres que os educaram.

Portanto, as dificuldades escolares associadas às questões de gênero, no nosso estudo, são questões universais e precisam ser consideradas como tal. Há que se ter cuidado para não se colocar na “conta da adoção” questões genéricas do desenvolvimento e educação de todos os filhos (biológicos e adotivos).

Definir a época do ciclo vital da criança em que a revelação da origem deverá se efetivar é um fator que inquieta os pais. Não há um consenso geral entre os autores no que tange à definição de uma idade ideal para a revelação, nem quanto à melhor forma de fazê-lo, entretanto, todos os profissionais recomendam que a verdade deve ser dita e este processo deverá ser iniciado o mais cedo possível. Quanto aos resultados de nossa pesquisa nesse sentido (Quadro 10), 98% dos pais exclusivamente adotivos e 91% dos biológico-adotivos

revelaram a condição adotiva a seus filhos; 60% dos pais exclusivamente adotivos e 43% dos biológico- adotivos o fizeram antes dos dois anos de idade; 87% dos pais exclusivamente adotivos e 73% dos biológico-adotivos afirmam que o processo transcorreu de forma tranqüila (Quadro 10). Os resultados sugerem que pais biológico-adotivos parecem ter uma maior dificuldade no processo de revelação, o que pode remeter às dificuldades na administração das diferenças entre os dois tipos de filhos. Eles demoram mais para começar o processo de revelação e têm mais dificuldades para fazê-lo, levando-nos a crer numa tendência a superproteção ao filho adotivo.

Os cruzamentos feitos entre as variáveis “idade da revelação da condição adotiva” e as variáveis “problemas de comportamento” e “dificuldades escolares”, em relação às adoções precoces, nos dois grupos familiares (Tabelas 34, 35, 36, 37, 38 e 39) indicam que não houve associação significativa em relação à problemas de comportamento em nenhum dos grupos familiares e tampouco no somatório geral (os dois grupos juntos). Em relação às dificuldades escolares, houve associação no grupo de famílias biológico-adotivas (Tabela 38) e no somatório geral (Tabela 39) quando a idade da revelação foi maior do que dois anos de idade. Dito de outra forma, crianças adotadas que souberam de sua condição adotiva após os dois anos de idade, estão mais expostas a apresentar dificuldades escolares.

Os achados de nossa análise estatística confirmam a importância de se iniciar o processo de revelação da origem o mais cedo possível. No nosso entendimento, falar sobre a adoção antes dos dois anos de idade é apenas o início do processo, ou seja o assunto foi colocado em pauta na família; quanto mais cedo ele for abordado, mais fácil será para os pais, pois crianças com menos de dois anos de idade ainda não tem o desenvolvimento cognitivo para absorver a notícia e não questionarão nada. Uma vez colocado em pauta, o assunto precisará veicular livremente na família; poderá se voltar a ele tantas vezes a criança desejar. D’Andrea (2002) refere que o ato de dizer à criança que ela foi adotada não precisa ter o caráter de uma revelação; os pais podem ir preparando o terreno aos poucos, de modo que esta informação ocorra da forma mais natural possível, por meio de histórias, fotos, relatos de experiências, pequenas observações. Quando a criança tem a sensação de “sempre ter sabido”, evita-se o caráter imponente e traumático do desvendamento de um “segredo”.

Em relação à existência de fases críticas no desenvolvimento dos filhos adotados (Quadro 16), apesar de que a maioria dos pais afirmou não ter constatado fases críticas (37% dos pais exclusivamente adotivos e 35% dos biológico-adotivos), precisamos considerar que um grande percentual referiu tê-las vivenciado. Os dois grupos de pais têm diferentes

percepções quanto às fases críticas: pais exclusivamente adotivos mencionaram a faixa etária de 5 a 8 anos de idade enquanto os pais biológico-adotivos consideraram a faixa etária entre 13 e 19 anos). O período de 5 a 8 anos refere-se ao início da idade escolar – quando a criança se dá conta de sua diferença em relação aos colegas – e os primeiros impasses com essa realidade começam a acontecer. Normalmente, é uma fase em que a criança faz muitas perguntas aos pais adotivos no sentido de entender a sua história e, muitas vezes, se os pais não tiverem elaborado as suas questões inconscientes em relação à esterilidade, enfrentarão dificuldades para respondê-las, se sentirão acuados ou ameaçados de abandono. O período de 13 a 19 anos – o período da adolescência – é comumente citado pela maioria dos pais, também os não adotivos, como a fase mais difícil na educação de filhos. Alguns estudos indicam que filhos adotados têm a tendência a apresentar uma adolescência um pouco mais trabalhosa, especialmente se os pais se sentirem inseguros de seu lugar de pais. Quando o adolescente percebe que os pais são vulneráveis às referências aos pais biológicos, pode usá-las como uma espécie de arma nos conflitos com os pais adotivos (LEVINZON, 2004). É muito comum os filhos adolescentes, em geral, acusarem seus pais de “não amá-los o suficiente”. Entretanto, para alguns pais adotivos, essa acusação pode suscitar uma dor maior do que a habitual, porque são confrontados com as suas questões inconscientes e seus conflitos existenciais. A autora pondera que, nessa fase, o adolescente adotivo, assim como todos os adolescentes, confronta-se com a tarefa de desenvolver uma identidade separada e de adquirir independência em relação à família que o criou. Entretanto, em função de sua condição de adotivo, se vê diante de um caminho mais árduo na formação de sua autoimagem e afirmação. Devido ao fato de ter dois casais parentais, ele tem mais pessoas com quem pode se identificar e de quem tem de se separar, nutrindo sentimentos, muitas vezes, conflituosos e ambivalentes em relação às figuras parentais. Durante a adolescência, os filhos adotados podem mostrar interesse em pesquisar sobre sua origem e seus pais biológicos. Na maioria das vezes, as informações apenas são o suficiente para dar consistência à sua identidade e raramente acontece a procura concreta por um encontro com os pais biológicos. Autores aconselham os pais a manter a tranquilidade nesses momentos e dar seu apoio aos filhos para que essa procura possa representar uma busca saudável na construção de sua identidade própria, e não um processo angustiante, repleto de fantasmas (LEVINZON, 2004; SCHETTINI, 1998a e 1999).

Um outro ponto que nos chamou a atenção refere-se ao alto índice verificado de resistências familiares em relação ao projeto adotivo (Quadro 8): 41% em famílias

exclusivamente adotivas e 40% em famílias biológico-adotivas. Segundo Dolto (1989), “uma criança adotada que não é introduzida na tradição da família do pai nem da mãe, ainda não foi adotada” (p.22-23). Uma criança que não é bem recebida na família, sente-se rejeitada, nutre sentimentos auto-depreciadores, auto-estima baixa e, conseqüentemente, pode manifestar problemas de comportamento e dificuldades escolares. É importante mencionar também que em 16,5% dos casais de nossa amostra (17% nas famílias exclusivamente adotivas e 16% nas biológico-adotivas), as resistências foram manifestadas pelos companheiros (Quadro 8). O que normalmente acontece é o desejo inicial partir de um dos membros do casal, comumente a mulher, e o outro concorda para não desagradar o companheiro, por amor ou por bondade, sem estar pessoalmente investido nesse desejo (HAMAD, 2002). Cria-se uma situação de não-adoção por parte daquele membro que não estava pessoalmente investido, o que pode resultar em dificuldades no exercício da paternidade e no estabelecimento dos limites educativos.

As Tabelas 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48 demonstram os cruzamentos feitos entre a variável “resistências familiares” e as variáveis “problemas de comportamento”, “dificuldades escolares” e “dificuldades para estabelecer os limites”. Verifica-se que em famílias adotivas exclusivamente não houve associação em nenhum dos cruzamentos, ou seja, as resistências familiares não determinaram uma maior incidência de problemas na educação dos filhos adotados nesse grupo familiar. Nas famílias biológico-adotivas houve associação significativa em relação a problemas de comportamento, tanto no que diz respeito às resistências familiares gerais, quanto às resistências dos companheiros (Tabela 41). Houve associação também no somatório geral de famílias (Tabela 42). Verificou-se também associação entre resistências familiares e dificuldades escolares (Tabela 44) e para estabelecer os limites (Tabela 47). Assim, em famílias biológico-adotivas as resistências familiares colaboram para um incremento nos problemas de comportamento, dificuldades escolares e dificuldades de estabelecer os limites na educação. Estes resultados se coadunam com o pensamento de Dolto (1989) que destaca a importância de se trabalhar a idéia da adoção com as famílias de cada pretendente, principalmente, pais e irmãos. No nosso entendimento, as resistências familiares são mais determinantes em famílias biológico-adotivas porque os familiares ainda têm a concepção de que só devem adotar filhos quem não pode tê-los. Como nessas famílias os pais têm filhos biológicos, é difícil para os familiares entenderem o sentido da adoção, por isso resistem à idéia. Dias (2006, p.192) observa muito bem que “os familiares, da mesma forma que podem ajudar e contribuir para a adaptação das crianças à

família, podem servir de obstáculo com seus comentários maldosos e mesmo atitudes de rechaço”.

Uma de nossas hipóteses iniciais era de que filhos únicos poderiam apresentar mais problemas de comportamento e dificuldades escolares em relação aos não-únicos. Nos cruzamentos feitos entre o número de filhos com as variáveis “problemas de comportamento” e “dificuldades escolares” (Tabelas 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56) esta hipótese não se confirmou em relação às famílias exclusivamente adotivas em nenhum dos cruzamentos, tanto na adoção precoce, quanto na adoção tardia. Em relação às famílias biológico-adotivas, houve associação significativa apenas na adoção tardia com as variáveis “problemas de comportamento” e “dificuldades escolares”. Em outras palavras, filhos únicos provenientes de adoções tardias, de famílias biológico-adotivas, têm a tendência a apresentar um número maior de problemas de comportamento e dificuldades escolares, em relação aos não únicos. Já discutimos anteriormente as questões do filho adotivo único na família biológico-adotiva.

Um dos objetivos de nosso estudo foi investigar se os pais atribuem as dificuldades no processo educativo de seus filhos às questões relacionadas com a adoção, sendo que constatamos que há uma considerável diferença na percepção dos pais dos dois grupos familiares. No cômputo geral dos dois grupos familiares, 68% dos pais não creditam os problemas à adoção (78% dos pais exclusivamente adotivos e 58% dos biológico-adotivos); 20% do primeiro grupo e 14% do segundo grupo acreditam que têm relação; 2% do primeiro grupo e 28% do segundo não responderam, não sabem ou têm dúvidas (Quadro 25). A diferença de 20% na frequência entre os dois grupos de pais que não vinculam os problemas na educação ao processo adotivo, também podemos relacionar ao fato de que no grupo de pais biológico-adotivos existe a maior quantidade de adoções por questões altruísticas - 36% das adoções do grupo são motivadas por altruísmo (Quadro 7) – e também o maior número de adoções tardias – 22% das adoções do grupo são tardias (Quadro 2). Segundo Levinzon (2004), as adoções por altruísmo não sinalizam para um genuíno desejo de filho e poderiam levar os pais a mais facilmente creditarem os problemas educativos de seus filhos à adoção. Em relação às adoções tardias desse grupo, além desse tipo de adoção em essência já demandar um esforço maior por parte dos pais, muitas dessas adoções são também altruísticas, conforme já pontuado anteriormente, o que aumenta a probabilidade de problemas e a tendência de os pais os creditarem ao processo adotivo. Apesar desse quadro, apenas 14% dos pais desse grupo atribuíram as dificuldades à adoção, entretanto, 28% não responderam esta pergunta no questionário, ou responderam com evasivas tipo, “não sei”, “tenho dúvidas”.

O estudo anterior de Weber (2001) refere que 51,3% dos pais afirmaram não acreditar que as dificuldades no processo educativo teriam relação com a adoção, o que representa um acréscimo de 16,7% em relação ao estudo atual. No nosso entendimento, essa modificação na percepção dos pais pode ser atribuída a um maior esclarecimento na atualidade acerca do que realmente deve ser colocado “na conta da adoção”, e pode ser creditada ao debate intenso que tem acontecido em vários âmbitos na tentativa de desmistificar o processo adotivo.

Em relação à percepção dos pais biológico-adotivos a respeito da educação de seus dois tipos de filhos, 52% dos pais acreditam que o processo educativo de filhos biológicos e adotivos tenham sido semelhantes, ou seja, os filhos adotivos não se mostraram mais problemáticos na educação; 32% dos pais acreditam que as dificuldades tenham sido diferentes para cada tipo de filho, ou seja, os desafios foram diferentes, pois diferentes foram as formas de filiação; 11% acreditam que filhos adotivos tenham sido mais problemáticos, ao passo que 5% acreditam que filhos biológicos tenham tido mais problemas (Quadro 28). Analisando as respostas dos pais, 89% afirmaram que seus filhos adotivos não são mais problemáticos que os seus filhos biológicos; apenas 11% acreditam que filhos adotivos sejam mais problemáticos. Os nossos achados corroboraram estudo de Weber (2001) onde 60,5% dos pais biológico-adotivos avaliaram que as dificuldades em relação à educação foram semelhantes entre os dois tipos de filhos; 22,9% avaliaram que as dificuldades foram maiores com filhos adotivos, 8,2% encontraram mais dificuldades com os filhos biológicos, 4,6% afirmaram que as dificuldades foram diferentes para cada um e 3,7% não souberam responder porque os filhos eram muito jovens na época. Analisando os percentuais da pesquisa de Weber (2001) podemos também auferir que 65,1% dos pais afirmaram que seus filhos adotivos não foram mais problemáticos que os biológicos. Comparando-se as pesquisas, verifica-se um acréscimo salutar de 23,9% no número de pais que atualmente acreditam que os seus filhos adotivos não são mais problemáticos que os biológicos.

Reportando-nos ao nosso núcleo central de análise, ou seja, comparar famílias exclusivamente adotivas e famílias biológico-adotivas no que diz respeito à educação de seus filhos adotados, o nosso estudo não registrou diferenças significativas entre os dois grupos familiares quanto aos problemas de comportamento e dificuldades escolares enfrentadas (Tabelas 57, 58, 59, 60). Embora tenhamos efetuado os cruzamentos de variáveis separando-se adoções precoces e tardias e considerando-se separadamente filhos únicos e não únicos, não foi constatada associação significativa entre as variáveis, ou seja, as dificuldades enfrentadas não divergem substancialmente entre os dois grupos familiares. Podemos afirmar

que o fato dos pais adotivos terem filhos biológicos não determina a maior ou menor incidência de problemas de comportamento e dificuldades escolares nos filhos adotados. Segundo Levinzon (2004), quando existem filhos biológicos além do adotado, este último, quando começa a se dar conta do que significa ser adotivo e, em períodos como a puberdade e a adolescência, pode realizar testes de aceitação com os pais adotivos, manifestando-se através de atitudes provocativas ou tentando ser o mais diferente possível dos seus irmãos de adoção. Seria uma forma de reassegurar-se do afeto dos pais, ou seja, de verificar se o amor e a tolerância que os pais sentem são fortes o suficiente para suportá-lo. Se os pais conseguirem manter uma atitude tranqüila e paciente nesses momentos, e ao mesmo tempo, estabelecer os limites necessários, a criança vai perceber a consistência de seu afeto e, aos poucos, esses testes desaparecerão.

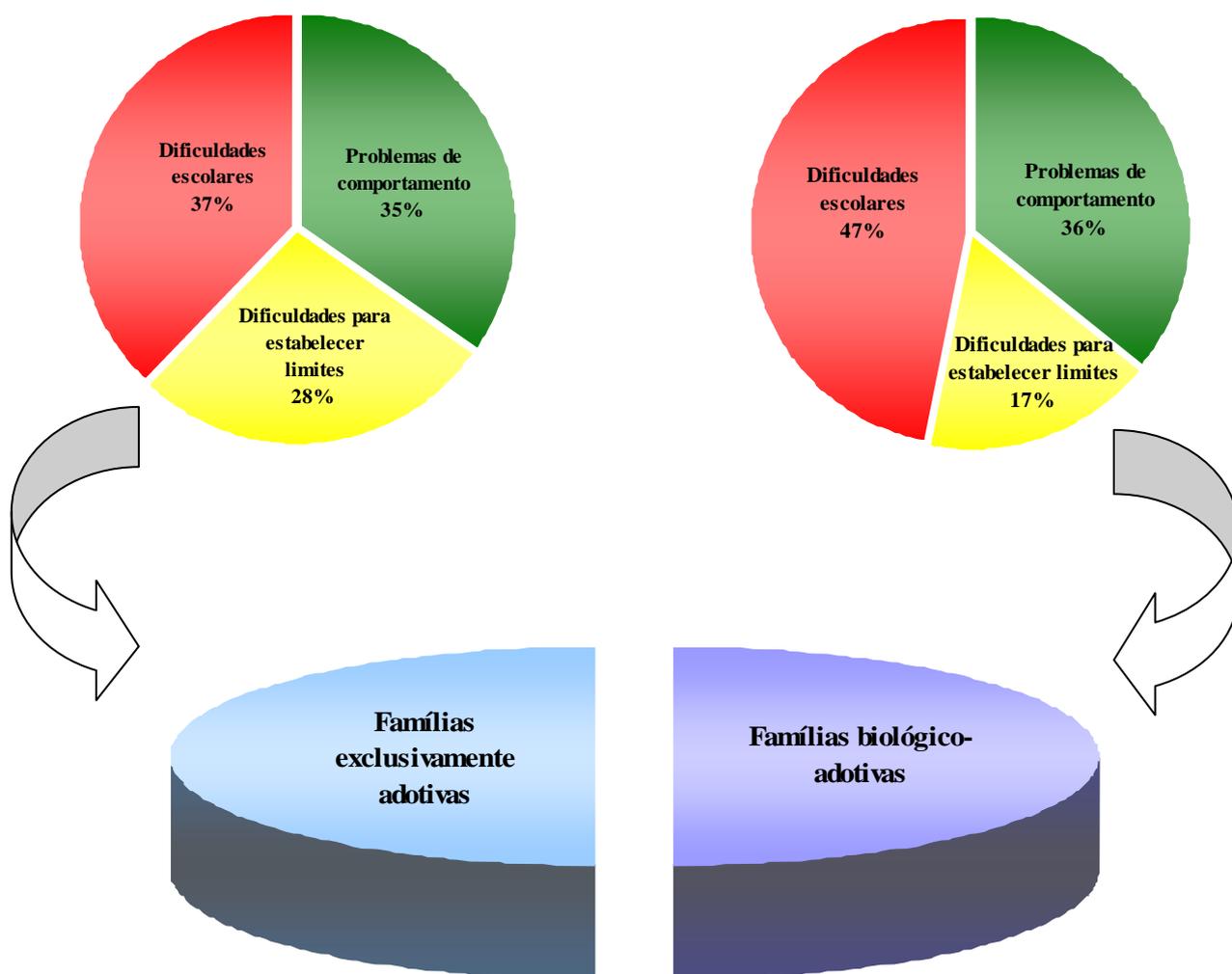
Em relação às dificuldades de estabelecer os limites educativos, o cruzamento de variáveis confirmou a tendência de famílias biológico-adotivas apresentarem menos dificuldades neste aspecto (Tabela 61), sendo que já nos referimos ao mesmo em item anterior desta discussão.

Estes foram os cruzamentos finais de nossa análise que, definitivamente, derrubaram a nossa hipótese inicial em relação às famílias biológico-adotivas. O fato de ter filhos biológicos não determina diferenças fundamentais em relação ao processo educativo de filhos adotados. Embora esse grupo de pais apresente um maior preparo em relação ao estabelecimento de limites, por outro lado, a sua experiência anterior não determina que seus filhos adotados tenham menos problemas de comportamento ou dificuldades escolares. Os grupos familiares têm desafios diferentes: enquanto que os pais exclusivamente adotivos necessitam elaborar os seus conflitos inconscientes e trabalhar os lutos de sua esterilidade biológica, os pais biológico-adotivos precisam encontrar o ponto de equilíbrio na educação de seus dois tipos de filhos, aceitando-os nas suas diferenças e especificidades, evitando o excesso de expectativas e a superproteção.

O gráfico 18, a seguir, nos fornece uma imagem comparativa geral das dificuldades enfrentadas por cada grupo familiar em relação à educação dos filhos adotados. Ele nos permite visualizar qual foi a representação percentual de cada um dos três eixos centrais analisados neste estudo, em relação ao processo educativo como um todo. No que se refere aos problemas de comportamento, os dois grupos apresentaram frequências equivalentes: representaram 35% das dificuldades em famílias exclusivamente adotivas e 36% em famílias biológico-adotivas; as dificuldades escolares representaram 37% no primeiro grupo e 47% no

segundo; em relação às dificuldades para estabelecer os limites educativos, representaram 28% no primeiro grupo e 17% no segundo.

Gráfico 18 – Representação percentual das dificuldades percebidas por pais adotivos no processo educativo de filhos adotados



## **CONCLUSÕES**

## CONCLUSÕES

Não precisamos interpretar a vida  
como a conquista de determinados resultados  
que escolhemos ou para os quais somos empurrados.  
Ao contrário, a vida é um processo dentro do qual ocorrem resultados.

Luiz Schettini Filho (2006)

Apesar do incremento havido na produção de literatura e de pesquisas brasileiras sobre o tema da adoção, conforme pontuamos na introdução deste trabalho, ainda são escassos os trabalhos publicados que enfocam, especificamente, o processo educativo dos filhos adotados, especialmente, os ancorados em produção científica.

Nos últimos dez anos, vários atores, no cenário social, têm dispendido esforços no sentido de dar visibilidade ao processo adotivo e consolidar uma nova cultura de adoção, centralizada não apenas nos desejos dos adotantes, mas também nas necessidades da criança sem família. Os progressos, neste sentido, são consideráveis, mas ainda distantes do ideal.

A busca do conhecimento através da pesquisa científica nos possibilita visualizar novos caminhos para essa travessia. Estudos e experiências de outros países têm sido adaptados à realidade brasileira e, certamente, têm sido muito úteis no sentido de nos apontar direções para determinadas questões; entretanto, é indispensável também que possamos criar as soluções locais, geradas a partir de nossas próprias experiências e necessidades. Pesquisas sobre a subjetividade do ser humano são muito complexas, entretanto, é necessário dar credibilidade ao conhecimento científico, posto que é intersubjetivo e não dogmático, sujeito a constantes revisões, visto que a verdade deve ser sempre crítica e racional. Com as pesquisas, é possível dar transparência ao debate das questões relacionadas com a adoção e, o que é sumamente importante, subsidiar o tema com um embasamento científico.

Assim sendo, a nossa pretensão, com o presente trabalho, foi contribuir com informações atuais no que se refere ao processo educativo de filhos por adoção; contextualizar o panorama brasileiro, comparando os resultados com pesquisas desenvolvidas anteriormente; trazer novos elementos para discussão e, sobretudo, contribuir para desmistificar a filiação adotiva.

O objetivo central que norteou nosso estudo foi identificar as dificuldades percebidas por pais adotivos no processo educativo de seus filhos por adoção, comparando famílias exclusivamente adotivas e famílias biológico-adotivas, visando detectar semelhanças e diferenças nos dois perfis familiares. O nosso enfoque central esteve direcionado para os seguintes eixos: os problemas de comportamento, as dificuldades escolares e as dificuldades dos pais para estabelecer os limites educativos.

A hipótese inicial que nos direcionou ao estudo comparativo, indicava que pais biológico-adotivos teriam menos dificuldades com a educação de seus filhos adotados em virtude da experiência anterior com os filhos biológicos. Entretanto, os resultados levantados não confirmaram essa hipótese; pelo contrário, indicaram uma grande similaridade entre os dois grupos familiares. A incidência de problemas de comportamento referidas pelos pais foi praticamente equivalente. Por outro lado, embora os pais biológico-adotivos tenham apresentado um maior preparo em relação ao estabelecimento de limites, os seus filhos adotivos apresentaram um maior índice de dificuldades escolares. Em contrapartida, os pais exclusivamente adotivos apresentaram uma maior dificuldade quanto aos limites educativos, mas os seus filhos enfrentaram menos dificuldades escolares.

É fundamental destacar o fato de que 66% dos sujeitos de nossa amostra (71% nas famílias exclusivamente adotivas e 61% nas famílias biológico-adotivas) serem freqüentadores de Grupos de Apoio à Adoção - GEADs (conforme Gráfico 2), o que significa que estão engajados em movimentos em prol da adoção. Acreditamos que, devido a esse fato, existe o risco de termos recebido algumas respostas “politicamente corretas” ou “tendenciosas”, que poderiam mascarar os resultados da pesquisa. Entretanto, como esta pesquisa foi nacional e havia a necessidade de um número grande de pais dispostos a participar, foi imprescindível fazer-se a divulgação através dos GEADs, para termos acesso a um número maior de participantes.

Em consonância com os objetivos específicos do nosso estudo, procuramos caracterizar o perfil dos pais adotivos e determinar se há relação entre as variáveis sócio-demográficas e as dificuldades enfrentadas na educação dos filhos. Os resultados levantados indicam que a grande maioria de nossos sujeitos se auto-denominaram brancos (79%), casados ou em união estável (87%), com nível de escolaridade superior ou superior incompleto (75%), e renda familiar de mais de nove salários mínimos mensais (51%), professando, predominantemente, a religião católica (57,5%). Portanto, enquadraram-se no “perfil tradicional” já descrito em estudos anteriores de outros autores. Em relação às

influências do perfil sócio-demográfico nas dificuldades de educação, o único resultado significativo constatado, nos diversos cruzamentos feitos, refere-se à escolaridade. Assim, verificou-se que nas famílias biológico-adotivas houve associação estatística entre a escolaridade dos pais e problemas de comportamento e também entre escolaridade e dificuldades escolares, o que significa que os filhos de pais com escolaridade de nível superior, em famílias biológico-adotivas, apresentaram uma maior tendência a problemas de comportamento e dificuldades escolares.

Por outro lado, procurou-se também investigar se existiram dificuldades que os pais atribuíram ao processo adotivo propriamente dito. Considerando-se os dois grupos familiares juntos, 68% dos pais não creditaram os problemas educativos enfrentados à adoção. Entretanto, ao analisarmos cada grupo familiar isoladamente, as frequências das respostas dos pais denunciaram uma diferença de percepção entre eles. Em relação aos pais exclusivamente adotivos, 78% afirmaram que os problemas na educação de seus filhos não têm relação com a adoção, ao passo que nas famílias biológico-adotivas esse índice cai para 58%. Os principais problemas atribuídos ao processo adotivo, mencionados pelo grupo de pais que acredita que as suas dificuldades têm relação com a adoção foram: os traumas da origem biológica (pais exclusivamente adotivos 25% e pais biológico-adotivos 72%); a rejeição da genitora (pais exclusivamente adotivos 30%); baixa auto-estima dos filhos (pais exclusivamente adotivos 15% e pais biológico-adotivos 14%); influências hereditárias (pais exclusivamente adotivos 10%), mitos e preconceitos sociais (famílias exclusivamente adotivas 10%).

Um objetivo específico do estudo consistiu em identificar quais foram os fatores que contribuíram para as dificuldades percebidas pelos pais. Os resultados levantados nos sugerem algumas possibilidades de reflexão:

- 1- 73% dos pais exclusivamente adotivos e 82% dos biológico-adotivos mencionaram não terem participado de nenhum processo de preparação para a adoção; é inquestionável a importância desse preparo para ambos os grupos familiares, principalmente, quando os adotantes apresentam problemas de esterilidade e nos casos que envolvem adoções tardias.
- 2- Os preconceitos sociais e as discriminações que ainda ocorrem na sociedade, uma vez que 31% dos pais exclusivamente adotivos e 33% dos biológico-adotivos referiram tê-los vivenciado.

- 3- As resistências familiares ao projeto adotivo, pois 41% dos pais em famílias exclusivamente adotivas e 40% em famílias biológico-adotivas relataram tê-las experimentado. Sabemos que quando a criança não é adotada pela família inteira, sente-se rejeitada e passa a nutrir sentimentos auto depreciadores, baixa auto-estima e, em decorrência disso, pode desenvolver problemas comportamentais e apresentar dificuldades escolares.
- 4- A idade da criança no momento da adoção – o vínculo afetivo criado a partir da adoção de bebês é bastante diferente daquele que se estabelece com uma criança maior ou com um adolescente. Os problemas a serem enfrentados vão depender muito da vivência anterior da criança e dos motivos que a impossibilitaram de permanecer na sua família de origem e, sobretudo, da flexibilidade e da capacidade de dedicação dos pais adotivos.

Em relação às famílias biológico-adotivas, um dos nossos objetivos específicos foi analisar, através das respostas dos pais, se eles consideravam os filhos adotivos mais problemáticos do que os biológicos. Neste sentido, 52% dos pais afirmaram que o processo educativo de filhos adotivos e biológicos foi semelhante; 32% consideraram que as dificuldades enfrentadas foram diferentes para cada tipo de filho enquanto 11% perceberam os filhos adotivos mais problemáticos e 5% atribuíram mais problemas aos filhos biológicos.

O presente estudo levantou alguns resultados inéditos dignos de destaque:

- 1- O contingente de filhos adotivos na pesquisa – obtido aleatoriamente – registrou um percentual semelhante de filhos do sexo feminino (49,5%) e do sexo masculino (50,5%), sinalizando uma tendência de mudança na cultura de adoção, que preconizava uma acentuada preferência por meninas em pesquisas anteriormente realizadas;
- 2- A variável sexo não acarretou uma maior incidência de problemas de comportamento em nenhum dos cruzamentos feitos, tanto nas famílias exclusivamente adotivas quanto nas biológico-adotivas, nos dois tipos de adoção (precoce ou tardia). Isso significa que os resultados da pesquisa indicaram que os meninos não apresentaram mais problemas de comportamento do que meninas, em nenhum tipo de adoção e em nenhum tipo de família. Vale ressaltar que, tradicionalmente, os meninos sempre foram preteridos para adoção por serem percebidos como mais “problemáticos” ou “difíceis”;

- 3- Crianças que souberam de sua condição adotiva após os dois anos de idade apresentaram uma incidência maior de dificuldades escolares do que crianças que souberam antes dos dois anos. Este achado confirma a importância de se iniciar o processo de revelação o mais cedo possível, o que é consenso geral entre vários especialistas em adoção.
- 4- Em famílias biológico-adotivas, as resistências de familiares à adoção têm associação significativa com os problemas de comportamento, as dificuldades escolares e as dificuldades de estabelecer os limites educativos. Isto aponta para a necessidade de que os familiares também sejam informados e participem do processo.
- 5- Não houve adoção de filhos únicos tardios (maiores de dois anos de idade) em famílias exclusivamente adotivas, ou seja, as adoções efetuadas nesse grupo familiar se caracterizaram predominantemente como adoções precoces (bebês); as adoções tardias aconteceram em conjunto com uma adoção precoce, a exemplo dos casos em que houve adoção de irmãos, ou o casal adotou uma criança maior após já ter adotado um bebê anteriormente.
- 6- Os cruzamentos feitos entre os dois tipos de adoções (precoces e tardias), com relação aos problemas de comportamento e dificuldades escolares não apresentaram resultados significativos em famílias exclusivamente adotivas. Isto significa que o fato das adoções serem tardias não determinou uma maior incidência de problemas de comportamento e dificuldades escolares nesse grupo familiar;
- 7- Houve associação significativa, nas famílias biológico-adotivas, em relação às adoções tardias de filhos únicos e problemas de comportamento, ou seja, filhos únicos provenientes de adoções tardias apresentaram uma tendência maior a problemas de comportamento nesse grupo familiar;
- 8- Os diversos cruzamentos feitos entre famílias exclusivamente adotivas e famílias biológico-adotivas, inclusive, analisando-se separadamente adoções precoces e tardias, filhos únicos e não únicos, não apresentaram diferenças significativas, entre os dois grupos familiares, em relação aos problemas de comportamento e dificuldades escolares enfrentadas. Podemos afirmar que o fato de os pais adotivos terem filhos biológicos não determina menos dificuldades em relação aos filhos adotados.

Os dados levantados na nossa pesquisa não sugerem diferenças marcantes na educação de filhos adotivos ou biológicos. O que nos leva a confirmar que filhos são filhos,

independente da forma de filiação e educá-los é uma tarefa complexa sempre. Conforme já se pontuou ao longo deste trabalho, é necessário que se compreendam as especificidades da adoção para que os desafios educativos possam ser melhor compreendidos e enfrentados.

A relação filial se organiza a partir da relação parental e, neste sentido, as atitudes e a compreensão dos pais em relação às suas dinâmicas psicológicas são de fundamental importância. Se os pais adotivos conseguirem assimilar, integrar e elaborar as especificidades do processo adotivo, assumindo-se como “verdadeiros pais”, conseguirão desenvolver uma boa relação parental e um ambiente acolhedor para seus filhos. Assim, eles poderão perceber-se aceitos e compreendidos incondicionalmente nas suas diferenças e peculiaridades. Conseqüentemente, o seu desenvolvimento ocorrerá livremente e o processo educativo transcorrerá com naturalidade.

Certamente a adoção não vai propiciar à criança a família perfeita, livrando-a de qualquer possibilidade de problemas, como também não vai proporcionar aos pais o filho ideal, capaz de preencher o vazio e de conferir-lhes uma felicidade plena. A filiação adotiva pode ser tão gratificante quanto a biológica, mas insere em seu contexto as dificuldades vividas por qualquer família e as crises de desenvolvimento pertinentes a qualquer filho. Precisa ser vista como uma relação familiar genuína, onde vínculos afetivos são estabelecidos no convívio entre pais e filhos. Assim como na família biológica, haverá uma dinâmica parental que, ancorada na afetividade, será permeada por conflitos, crises, emoções, sentimentos ambivalentes, ou seja, a dinâmica de uma família normal, o que é fundamental para a constituição e para o crescimento de todo e qualquer ser humano.

Na nossa percepção, o presente estudo contribuiu para sinalizar algumas áreas onde se faz necessário investir em abordagens preventivas e de assistência às famílias adotivas:

1. Em relação ao preparo anterior à adoção – 77,5% dos pais de nossa amostra afirmaram não terem passado por nenhum processo de preparo anterior à adoção – O período que antecede a adoção é bastante ansiogênico, pois os futuros pais têm de lidar com suas incertezas, fantasias, mitos e preconceitos e, ainda, elaborar os lutos e as perdas decorrentes da sua situação de esterilidade, em se tratando de casais com esta problemática. No nosso entendimento, é de suma importância trabalhar com os candidatos a pais conscientizando-os a investirem num preparo prévio. Caso o apoio psicoterápico não seja possível, que o preparo aconteça através de literatura especializada, contatos com outros pais adotivos ou freqüentando Grupos de Apoio à Adoção.

2. Em relação aos preconceitos e discriminações – 32% das famílias de nossa amostra enfrentaram episódios de preconceito e discriminação, sendo a escola o palco onde a maioria dessas manifestações aconteceram. As relações sociais que acontecem nas salas de aula são fundamentais para o processo de socialização das crianças e pela transmissão de valores. Assim, acreditamos ser de suma importância o desenvolvimento de ações pedagógicas no ambiente escolar para refletir sobre o conceito de família e construir uma nova percepção a respeito da filiação adotiva. A existência de um espaço para esclarecer dúvidas, trabalhar mitos e preconceitos poderia ser extremamente salutar, visto que a maioria dos professores não têm o preparo e o esclarecimento necessário para lidar com situações que envolvam esse tema na escola.

3. Em relação às resistências familiares – 40% dos pais de nossa amostra enfrentaram resistências familiares, tendo sido comprovado estatisticamente que essas resistências podem ser causadoras de dificuldades no processo educativo dos filhos adotados. Assim, quando falamos em preparo prévio para a adoção, é necessário pensar-se em oportunizar este preparo também para a família extensa – verdadeiro útero social - gerador de experiências psicológicas importantes. “O processo educativo pressupõe a participação de personagens que assumirão os papéis de quem ensina e de quem aprende, embora na interação isso se torne uma via de mão dupla; quem ensina também aprende e vice-versa” (OSÓRIO, 1996). Na nossa percepção, todos seriam beneficiados – família extensa, pais adotivos e filhos adotados – se fossem disponibilizados espaços de acolhimento, escuta e esclarecimento de dúvidas para os familiares, principalmente, avós, tios e primos.

4. Em relação às adoções tardias – As nossas análises estatísticas comprovaram que as adoções tardias embutidas em nossa amostra não foram mais problemáticas do que as adoções precoces na maioria dos casos (Tabelas 16, 17, 18, 19, 20 e 21), ou seja, elas são viáveis. Entretanto, acontecem em número muito pequeno no Brasil, pois são revestidas de medos e preconceitos, demandam muitos investimentos afetivos, e, sobretudo, porque ainda são assustadoras dentro de nossa cultura de adoção. Crianças brasileiras com mais de quatro anos tem muito poucas chances de serem adotadas no Brasil; a maior probabilidade é que sejam “exportadas” para algum casal estrangeiro na adoção internacional. As informações que temos é que casais europeus e americanos são “mais abertos”, “mais preparados”, “mais flexíveis”, “menos exigentes”. No Brasil, há dez anos, fala-se acerca de uma “nova cultura de adoção”, mas nos parece que os avanços ainda são insuficientes para determinar uma mudança de paradigma. Acreditamos que a união de forças dos vários atores sociais envolvidos com a

questão do abandono e institucionalização de crianças e um investimento profundo em programas de orientação, esclarecimento e assistência aos adotantes e seus familiares seriam benéficos, no sentido de dar apoio e desmistificar o tema, a exemplo do que acontece em algumas universidades brasileiras e nos próprios GEAdS. Não nos referimos a campanhas para adoção, mas a programas amparados em conhecimentos psicológicos, cujo objetivo fosse realmente educar, preparar e informar sobre todos os meandros de uma adoção, bem como sobre os aspectos práticos, pedagógicos e psicológicos do processo educativo.

Ao finalizarmos estas reflexões, é necessário destacar que, certamente, não tivemos a pretensão de esgotar a temática. Assim, os resultados não são apresentados como definitivos, mas oferecidos como uma contribuição para esclarecer aspectos relevantes sobre o processo educativo de filhos adotados e instigar outros pesquisadores para novas linhas de investigação.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, S.E. Os desafios da adoção no Brasil. In FREIRE, F.(Org.). **Abandono e Adoção: contribuições para uma cultura de adoção II**. Curitiba: Terre des hommes, 1994, p. 249-251.
- ATAÍDE, S., TEIXEIRA, A.L., ROCHA, B. **O segredo na adoção e suas repercussões no processo de aprendizagem da leitura e escrita**, Profala, 2006. Disponível em: <http://www.profala.com/artpsico54.htm> - Acesso em 15/10/2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BETTELHEIM, B. **Uma vida para seu filho: pais bons o bastante**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- BOWLBY, J. **Separação: Angústia e raiva**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BOWLBY, J. **Perda: Tristeza e depressão**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRAGA, M.G.; AMAZONAS, M.C.L.A. Família: maternidade e procriação assistida. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.10, n.1, p.11-18, jan/abr.2005.
- BRINICH, P.M.; BRAND, A.E. Behavior problems and mental health contacts in adopted, foster, and nonadopted children, **The Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines**, v.40, n.8, p.1221-1229, 1999. Disponível em <http://www.journals.cambridge.org/production/action/cjoGetFulltext?fulltextid=10934> - Acesso em 16/11/2006.
- BRODZINSKY, D., SCHECHTER, M.; HENIG, R. **Being adopted: The lifelong search for self**. New York: Anchor Books Edition, 1993.
- CAMARGO, M.L. **Adoção tardia: mitos, medos e expectativas**. Bauru: Edusc, 2006.
- CARAMURU, M.M.F. **O Vínculo do desejo: Uma compreensão psicanalítica da adoção**. 1990. 125f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontífice Universidade Católica de Campinas, [1990].
- CARVALHO, M. P. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022003000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100013&lng=en&nrm=iso). Acesso em 12/01/2007. doi: 10.1590/S1517-97022003000100013.
- CASELATTO, G. **Motivos relacionados ao luto que levam um casal à adoção: uma possibilidade psicofilática**. 1998. 197f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontífice Universidade Católica de São Paulo, [1998].

CECARELLI, P.R. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. **Pulsional Revista de Psicanálise**, 15 (161), p.88-98, 2002.

CHAVES, V.P. **A interação mãe-criança em famílias adotivas**: um estudo comparativo. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, [2002].

D'ANDREA, A. O casal adotante. In Andolfi, M. (Org), **A crise do casal**: uma perspectiva sistêmico-relacional. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.233-247.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

DEL PRIORE, M. Homens e mulheres: o imaginário sobre a esterilidade na América portuguesa. **Revista História, Ciências e Saúde**, 8 (1), 98-112, 2001.

DIAS, C.M.S.B. A importância da família extensa na adoção. In SCHETTINI, L.; SCHETTINI, S.S.M. (Org). **Adoção**: os vários lados dessa história. Recife: Bagaço, 2006, p. 173-193.

DINIZ, J.S. Adoção: notas para uma visão global. In FREIRE, F. (Org). **Abandono e adoção**: Contribuições para uma cultura da adoção II. Curitiba: Terra dos Homens: Vicentina, 1994, p.13-29.

DINIZ, J.S. A adoção como vivência afetiva. In FREIRE, F. (Org). **Abandono e adoção**: contribuições para uma cultura de adoção III. Curitiba: Terra dos Homens: Vicentina, 2001, p.67-76.

DOLTO, F. Prefácio. In MANNONI, M. **A primeira entrevista em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

DOLTO, F. **Seminário de Psicanálise de crianças**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DOLTO, F. **Dificuldade de viver**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

DOLTO, F. **Dialogando sobre crianças e adolescentes**. Campinas: Papirus, 1989.

DOLTO, F. **Seminário de Psicanálise de crianças 2**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

DOLTO, F.; HAMAD, N. **Destinos de crianças**: Adoção, famílias, trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

DOLTO, F. (1978) Reflexões sobre a adoção. In DOLTO, F. **Os caminhos da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1998b, p. 231-246.

DOLTO, F. **Tudo é linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUCATTI, M. **A tessitura inconsciente da adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

DUYME, M. School success and social class: an adoption study. **Development Psychology**, 24, p. 203-209, 1988. Disponível em: <http://www.adoptioninstitute.org/proed/educators.html>  
Acesso em 16/11/2006.

EBRAHIM, S.G. **Adoção tardia**: Altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. 1999. 212f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, [1999].

FERREIRA, R.P. **Adoção tardia e adaptação na vida em família na fala dos pais**. 2003. 145f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, [2003].

FERREYRA, M.C. A adoção de crianças maiores. In FREIRE, F.(Org.). **Abandono e Adoção**: contribuições para uma cultura de adoção II. Curitiba: Terre des hommes, 1994, p. 142-152.

FREIRE, F. (Org). **Abandono e adoção**: contribuições para uma cultura de adoção III. São Paulo: Terra dos Homens, Vicentina, 2001.

FREUD, S. (1900). Interpretação dos sonhos. In FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. 4 e 5, p. 240-321.

FREUD, S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. 14, p.83-119.

FREUD, S. (1916-1917) Conferências introdutórias sobre Psicanálise. In FREUD, S. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. 15.

FREUD, S. (1917). Luto e melancolia. In FREUD, S. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol.14, p.270-291.

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. In FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago,1976, vol. 18, p.17-90

FREUD, S. (1933). Feminilidade – Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Conferência XXXIII). In FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, vol. 22, p.139-165.

GIBERTI, E. **La adopción**. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

GIBERTI, E. Et al. **Adoptar hoy**. Buenos Aires: Paidós, 1994.

GIBERTI, E. **Adopción para padres**. Buenos Aires: Grupo Editorial Lumen, 2001.

HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2002.

HERSOV, L. The seventh Jack Tizard memorial lecture: aspects of adoption. **The Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines**, 31 (4), 1990, p.493-510. Disponível em:<http://cat.inist.fr/?aModele=afficheN&cpsidt=6886094>-Acesso em 16/11/2006

HINTZ, H.C. Apresentação à edição brasileira. In IMBER-BLACK, E. *et al*, **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p.xi-xii.

HOLDITCH, D.M., SANDELOWSKI, M. & HARRIS, B.G.. Effect of infertility on mother's and father's interactions with young infants. **Journal of Reproductive and Infant Psychology**, 17 (2), 1999, p. 159-173. Disponível em: [www.blackwell-synergy.com/doi/pdf/10.1046/j.1365-2648.1998.00587.x](http://www.blackwell-synergy.com/doi/pdf/10.1046/j.1365-2648.1998.00587.x) - Acesso em 16/11/2006.

KEHL, M.R. Fetichismo. **Artigos e Ensaios**, 1999.

Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=15>. - Acesso em 9/12/2006.

KUMAMOTO, L.H.M.C. **A adoção**: um estudo da percepção de pais e mães adotivos acerca da revelação. 1999. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, [1999].

KUMAMOTO, L.H.M.C. A organização da identidade do filho adotivo: o significado social e existencial da adoção. **Revista Interloquções**, Recife: Universidade Católica de Pernambuco, Ano 1, no 1, p.154-174, 2001.

LADVOCAT, C. **Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva**. Rio de Janeiro: Booklink Publicações, 2002.

LEBOVICI, S.; SOULÈ, M. **O conhecimento da criança pela Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEVINZON, G. K. **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 2000.

LEVINZON, G.K. **Adoção**: Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LISONDO, A.B.D. Quando a adoção leva a marca da esterilidade dos pais. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, SBPSP. 17 (35), 1984 (p.5-9).

MALDONADO, M.T. **Maternidade e paternidade**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MALDONADO, M.T. **Os caminhos do coração**: Pais e filhos adotivos. São Paulo: Saraiva, 1995.

MALDONADO, M.T. **Comunicação entre pais e filhos**: A linguagem do sentir. São Paulo: Saraivam 1998.

MANNONI, M. **A criança retardada e a mãe**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MATARAZZO, E.B & LEE FU. Prevalência de adoção intra e extrafamiliar em amostras clínica e não-clínica de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.23, n.3, São Paulo, 2001. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462001000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462001000300007) - Acesso em 16/11/2006.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2004.

MILLER, B.C; FAN, X.; CHRISTENSEN, M.; GROTEVANT, H.D.;VAN DULMEN, M. Comparisons of adopted and nonadopted adolescents in a large, nationally representative sample. **Child Development**, v.71, n.5, 2000, p.1458. Disponível em <http://www.blackwell-synergy.com/doi/abs/10.1111/1467-8624.00239> - Acesso em 16/11/2006.

MINUCHIN, S. **Famílias funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982 .

MOORE, J. & FOMBONNE, E. Psychopathology in adopted and nonadopted children : a clinical sample. **American Journal of Orthopsychiatry**, v.69, n.3, 1999, p.403-409. Disponível em: <http://cat.inist.fr/?aModele=afficheN&cpsid=1880696> - Acesso em 16/11/2006.

MORALES, A.T. Os predicados da parentalidade adotiva. Em M. C. Silva (org), **Ser pai, ser mãe, parentalidade**: um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 195-201.

OSÓRIO, L.C. **Família hoje**. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PAIVA, L.D. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PALACIOS, J. & SÁNCHEZ, Y. Niños adoptados y non adoptados: um estudio comparativo. **Anuário de Psicologia**, vol. 71, p.63-85, 1996. Disponível em: [www.blackwell-synergy.com/doi/abs/10.1111/j.1469-7610.2006.01675.x](http://www.blackwell-synergy.com/doi/abs/10.1111/j.1469-7610.2006.01675.x) - Acesso em 16/11/2006.

POETA, L.S & ROSA NETO, F. Estudo epidemiológico dos sintomas do transtorno do déficit de atenção/hiperatividade e transtornos do comportamento em escolares da rede pública de Florianópolis usando a EDAH. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, vol. 26, no 3, p. 150-155, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462004000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000300004) – Acesso em 26/02/2007.

POIAN, C. A psicanálise, o sujeito e o vazio contemporâneo. In POIAN, C. (Org.) **Formas do vazio**. Rio de Janeiro, Via Lettero, 2001.

QUEIROZ, E. **O ato de adoção**: um estudo sobre pais adotivos e adotantes.2001. 10f. Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica NP – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, [2001].

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, N.P.F. Possibilidades de satisfação na adoção. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.4, n.2, p.113-128, 1988.

SCHARF, C. N.; WEINSHEL, M. Infertilidade e gravidez tardia. Em PAPP, P. (Org), **Casais em perigo, novas diretrizes para terapeutas**, p. 119-144, Porto Alegre: Artmed, 2002.

SCHETTINI, L. **Compreendendo o filho adotivo**. Recife: Bagaço, 1998a.

SCHETTINI, L. **Compreendendo os pais adotivos**. Recife: Bagaço, 1998b.

SCHETTINI, L. **Adoção: Origem, segredo, revelação**. Recife: Bagaço, 1999.

SCHETTINI, L.; SCHETTINI, S.S.M. (Org.) **Adoção: os vários lados dessa história**. Recife: Bagaço, 2006.

SCHUEPP, T.; SCHUEPP. Os desafios da adoção no Brasil. Em FREIRE, F. (Org.). **Abandono e Adoção: contribuições para uma cultura de adoção II**. Curitiba: Terre des hommes, 1994, p. 226-238.

SOIFER, R. **Psicodinamismos da família com crianças: terapia familiar com técnica de jogo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SPITZ, René A., **O Primeiro ano de vida**. Trad. Erothildes M.B. Rocha. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TEFFAINE, O.O. **Adoption tardive: d'une naissance à l'autre**. Paris : Stock-Laurence Pernoud, 1996.

VARGAS, M.M.V., **Adoção tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

WEBER, L.N.D. O filho universal: um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais. **Cadernos de Estudos de Direito de Família e Ciências Humanas**, 2, 1997, p.119-152.

WEBER, L.N.D. **Laços de Ternura**. 1ª ed. Curitiba: Ed. Santa Mônica, 1998.

WEBER, L.N.D. **Aspectos psicológicos da adoção**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 1999.

WEBER, L.N.D. **Pais e filhos por adoção no Brasil**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2001.

WINNICOTT, D.W. (1953). Duas crianças adotadas. In SHEPHERD, R., JOHNS, J., ROBINSON, H.T. (Org.). **D.W. Winnicott pensando sobre crianças**. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p.115-125.

WINNICOTT, D.W. (1955). A adolescência das crianças adotadas. In SHEPHERD, R., JOHNS, J., ROBINSON, H.T. (Org.). **D.W. Winnicott pensando sobre crianças**. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p.131-140.

WINNICOTT, D.W. (1956). A tendência anti-social. In WINNICOTT, D.W. **Textos selecionados: da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978, p.499-511.

WINNICOTT, D.W. (1967) **Tudo começa em casa**. Trad. Paulo Sandler. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WOILER, E. **A condição Afetivo-Emocional da Criança Adotada:** Repercussões na aprendizagem, em especial na aprendizagem escolar. 1987. 270f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontífice Universidade Católica de São Paulo, [1987].

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In Silva, T.T. (Org), **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000, p.7-72.

ZIMERMAN, D. **Fundamentos psicanalíticos:** teoria, técnica e clínica, uma abordagem didática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A**

**INSTRUMENTO DE PESQUISA  
(QUESTIONÁRIO)**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
**QUESTIONÁRIO PARA PAIS ADOTIVOS**

**Pesquisa: Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos.**

**1. Cidade e estado de domicílio:** \_\_\_\_\_

**2. Identificação:**

1. ( ) Mãe adotiva
2. ( ) Pai adotivo

**3. Idade:**

- |                           |                            |
|---------------------------|----------------------------|
| 1. ( ) entre 21 e 25 anos | 5. ( ) entre 41 e 45 anos  |
| 2. ( ) entre 26 e 30 anos | 6. ( ) entre 46 e 50 anos  |
| 3. ( ) entre 31 e 35 anos | 7. ( ) entre 51 e 55 anos  |
| 4. ( ) entre 36 e 40 anos | 8. ( ) mais do que 55 anos |

**4. Estado civil:**

- |                      |                                  |
|----------------------|----------------------------------|
| 1. ( ) solteiro (a)  | 4. ( ) separado(a)/divorciado(a) |
| 2. ( ) casado (a)    | 5. ( ) viúvo(a)                  |
| 3. ( ) união estável | 6. ( ) outro. Qual?              |

**5. Escolaridade:**

1. ( ) sem escolaridade
2. ( ) de 1ª à 4ª série
3. ( ) de 5ª à 8ª
4. ( ) secundário (de 1º ao 3º colegial)
5. ( ) superior incompleto. Qual? \_\_\_\_\_
6. ( ) superior completo. Qual? \_\_\_\_\_

**6. Qual a sua etnia?**

1. ( ) branca
2. ( ) amarela
3. ( ) parda ou mulata
4. ( ) negra
5. ( ) índia

**7. Você tem orientação religiosa?**

1. ( ) Sim. Mencione qual \_\_\_\_\_
2. ( ) Não.

**8. Profissão atual** \_\_\_\_\_

**9. Renda familiar** (soma total dos ganhos de todas as pessoas da família)

1. ( ) de 1 à 3 salários mínimos
2. ( ) de 3 à 6 salários mínimos
3. ( ) de 6 à 9 salários mínimos
4. ( ) de 9 à 12 salários mínimos
5. ( ) de 12 à 15 salários mínimos
6. ( ) mais do que 15 salários mínimos

**10. Você tem filhos biológicos? Caso positivo, assinale quantos você tem.**

- |                  |                                     |
|------------------|-------------------------------------|
| 1. ( ) Não tenho | 6. ( ) 5                            |
| 2. ( ) 1         | 7. ( ) mais do que 5                |
| 3. ( ) 2         | 8. ( ) O meu filho biológico morreu |
| 4. ( ) 3         | 9. ( ) Outra situação               |
| 5. ( ) 4         |                                     |

**11. Quantos filhos adotivos você tem?**

- |          |                      |
|----------|----------------------|
| 1. ( ) 1 | 4. ( ) 4             |
| 2. ( ) 2 | 5. ( ) 5             |
| 3. ( ) 3 | 6. ( ) mais do que 5 |

**12. Idade e sexo de seus filhos adotivos:**


---

**13. Com que idade estava(m) o(s) seu(s) filho(s) adotivo(s) na época da adoção?**


---

**14. Com que idade você e seu(sua) companheiro(a) estavam quando se tornaram pais adotivos? Se houver mais do que 1 criança, especifique separadamente:**

- 1º filho adotivo: idade da mãe \_\_\_\_\_ idade do pai \_\_\_\_\_
- 2º filho adotivo: idade da mãe \_\_\_\_\_ idade do pai \_\_\_\_\_
- 3º filho adotivo: idade da mãe \_\_\_\_\_ idade do pai \_\_\_\_\_
- 4º filho adotivo: idade da mãe \_\_\_\_\_ idade do pai \_\_\_\_\_
- 5º filho adotivo: idade da mãe \_\_\_\_\_ idade do pai \_\_\_\_\_

**15. Caso você não tenha filhos biológicos, mencione porque não os têm:**

1. ( ) não quis tê-los porque \_\_\_\_\_
2. ( ) não posso tê-los porque \_\_\_\_\_
3. ( ) ainda não tenho, mas pretendo ter \_\_\_\_\_
4. ( ) ainda não decidi se quero tê-los um dia \_\_\_\_\_
5. ( ) sou solteira(o) \_\_\_\_\_
6. ( ) outro motivo – mencione qual \_\_\_\_\_

---



---

**16. Você e seu companheiro(a) se submeteram a algum tratamento para ter filhos biológicos?**

1. ( ) Não
2. ( ) Sim – mencione qual e por quanto tempo \_\_\_\_\_

---



---

**17. Qual o principal motivo que o(a) fez adotar seu(s) filhos?**

1. ( ) eu não posso ter filhos pelas vias naturais;
  2. ( ) meu companheiro(a) não pode ter filhos pelas vias naturais;
  3. ( ) nós não podemos ter filhos pelas vias naturais;
  4. ( ) eu não quis ter filhos pelas vias naturais;
  5. ( ) meu companheiro(a) não quis ter filhos pelas vias naturais;
  6. ( ) quis aumentar a família e não podemos mais ter filhos biológicos;
  7. ( ) para melhorar o meu relacionamento conjugal
  8. ( ) para poder escolher o sexo da criança;
  9. ( ) para substituir um filho biológico que perdemos;
  10. ( ) para ter companhia;
  11. ( ) por solidariedade
  12. ( ) outros motivos. Cite quais: \_\_\_\_\_
- 

**18. Você(s) tiveram algum preparo específico para a adoção?**

1. ( ) Não. Não tivemos preparo algum.
  2. ( ) Sim. Tivemos preparo para a adoção. Mencione qual: \_\_\_\_\_
- 

**19. Houve alguma resistência por parte da família quanto à(s) adoção(ões)?**

**Qual(is)? Marque todas as opções que se apliquem ao seu caso.**

1. ( ) Não houve resistências.
  2. ( ) meu(minha) companheiro(a) demonstrou resistência. Cite de que forma:
- 

3. ( ) os avós maternos demonstraram resistência. Cite de que forma:
- 

4. ( ) os avós paternos demonstraram resistência. Cite de que forma:
- 

5. ( ) os irmãos biológicos demonstraram resistência. Cite de que forma:
- 

6. ( ) outras pessoas da família demonstraram resistência. Quem e de que forma?
- 

**20. Houve possibilidade de vencer estas resistências? De que forma?**

---

**21. O seu(s) filho(s) adotivos apresentou(aram) alguma dificuldade de adaptação a sua nova família?**

1. ( ) Não apresentou(aram) dificuldade de adaptação.
  2. ( ) Sim apresentou(aram) dificuldades de adaptação. Qual (is)?
-

**22. De que forma foram resolvidas estas dificuldades de adaptação?**

---

**23. O(s) seu(s) filho(s) adotivo(s) têm conhecimento de sua origem biológica?**

1.  Sim.
2.  Não.

**24. Com que idade ele (s) estavam quando tomaram conhecimento de sua origem biológica?**

1.  ele(s) desconhece(m) a sua origem biológica
  2.  a revelação foi feita antes dos 2 anos de idade
  3.  a revelação foi feita entre os 2 e os 3 anos de idade
  4.  a revelação foi feita entre os 3 e os 4 anos de idade
  5.  a revelação foi feita entre os 4 e os 5 anos de idade
  6.  a revelação foi feita entre os 5 e os 7 anos de idade
  7.  a revelação foi feita entre os 7 e os 10 anos de idade
  8.  a revelação foi feita após os 10 anos de idade
  9.  cada filho foi um critério diferente – cite qual: \_\_\_\_\_
- 

**25. Se você(s) ainda não falou(aram) com seu filho adotivo a respeito de sua origem biológica, porque não o fez?**

1.  Acredito(amos) que ele(s) ainda é muito novo para abordar este assunto.
2.  Estou (amos) aguardando que ele demonstre curiosidade a respeito do assunto.
3.  Não tive(mos) coragem de abordar o assunto.
4.  Não pretendo(emos) revelar a sua origem biológica.
5.  Outro motivo. Cite qual: \_\_\_\_\_

**26. Se você já revelou a seu(s) filho(s) sobre a sua(s) origem(ns) biológica(s), de que forma transcorreu este processo?**

1.  de forma tranquila, sem maiores dificuldades; fomos contando aos poucos, naturalmente, à medida de sua capacidade de entendimento.
  2.  tivemos muita dificuldade em contar a verdade para nosso filho(s); ficamos apreensivos, ansiosos e muito preocupados com a reação dele(s), mas ele(s) aceitou(aceitaram) bem.
  3.  o processo foi muito traumático; tivemos muita dificuldade para revelar e nosso(s) filho(s) não aceitou(aram) a realidade.
  4.  outra forma. Mencione como transcorreu \_\_\_\_\_
- 

**27. Ao longo de seu desenvolvimento, o seu filho(s) adotivo(s) apresentou(aram) algum problema de comportamento?**

1.  Não.
  2.  Sim. Mencione qual(is) e em que idade aconteceu: \_\_\_\_\_
-

---

**28. A que você atribui este(s) problema(s) de comportamento?**

---

---

---

**29. Como foi (foram) resolvido(s) este(s) problema(s) de comportamento?**

---

---

**30. Qual foi a faixa etária que você considerou mais crítica no desenvolvimento de seu filho(s) adotivo(s)? Por que?**

---

**31. Você tem dificuldade de estabelecer os limites na educação de(s) seu filho(s) adotivo?**

1. ( ) Não.
2. ( ) Sim. Em que aspecto?

---

**32. O seu(s) filho(s) apresentou(aram) alguma dificuldade na escola?**

1. ( ) Não.
2. ( ) Sim. Qual (is)?

---

**33. De que forma você enfrentou estas dificuldades?**

---

---

**34. O seu(s) filho(s) apresentou(aram) algum comportamento estranho/diferente em relação à sexualidade?**

1. ( ) Não.
2. ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

---

**35. O seu(s) filho(s) já sofreu (sofreram) algum tipo de preconceito ou discriminação?**

1. ( ) Não
2. ( ) Sim. Qual? Onde? Por quem? \_\_\_\_\_

---

---

**36. De que forma você reagiu a esta situação?**

---

**37. Além das dificuldades citadas acima, que outras dificuldades você**

**enfrentou no processo educativo de seu(s) filho(s) adotivos?**

---

**38. Você acredita que as dificuldades que você enfrentou na educação de seu(s) filho(s) adotivo(s) têm relação com a adoção?**

1. ( ) Sim. Por que? \_\_\_\_\_

2. ( ) Não. Neste caso, a que você atribui as dificuldades enfrentadas? \_\_\_\_\_

---

**39. Se você tem filhos biológicos e adotivos, você considera que as dificuldades encontradas na educação de seu(s) filho(s) foram semelhantes ou diferentes?**

1. ( ) acredito que as dificuldades tenham sido semelhantes;

2. ( ) acredito que as dificuldades tenham sido diferentes para cada um;

3. ( ) acredito que as dificuldades foram maiores com os filhos biológicos;

4. ( ) acredito que as dificuldades foram maiores com os filhos adotivos;

5. ( ) não tive nenhuma dificuldade.

**40. Se você acredita que as dificuldades foram diferentes para filhos biológicos e adotivos, quais foram as diferenças que você constatou?**

---

**41. O seu filho está tendo ou já teve algum acompanhamento psicológico?**

1. ( ) Não. Não está tendo e nunca teve. Ele nunca precisou.

2. ( ) Não. Não está tendo e nunca teve. Mas penso em encaminhá-lo porque

3. ( ) Não está tendo neste momento, mas já teve. Mencione o motivo, a faixa etária em que ele se encontrava e por quanto tempo teve o acompanhamento

4. ( ) Sim, está tendo neste momento. Mencione o motivo e a faixa etária em que se encontra e quanto tempo já está tendo o acompanhamento. \_\_\_\_\_

---

**42. Você tem alguma preocupação em relação ao futuro de seu filho(s) adotivo(s)? Qual(is)?**

1. ( ) Não.

2. ( ) Sim. Mencione qual (is):

---



---



---



---

**Muito Obrigada por sua participação!**

## **ANEXOS**

**ANEXO A**

**PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM  
PESQUISA (CEP)**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP**  
Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004

Recife, 19 de dezembro de 2005

**PARECER CEP N° 105/2005**

O Comitê, em reunião do dia 16 de dezembro de 2005, considerou **APROVADO**, o projeto de número **CAAE-1119.0.000.096-05 (CEP-057/2005)**, intitulado:

- **"FILHOS POR ADOÇÃO: um estudo sobre as dificuldades percebidas no seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos"**,

que tem, como pesquisador(a) principal:

- **Prof(a) Dr(a) Cristina Maria de Souza Brito Dias (PSICOLOGIA)**

**RESUMO DO PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuenberg para experimentação humana.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar a UNICAP/PROPESP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

  
Prof. Dr. Junot Cornélio Matos  
Presidente  
Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAP

  
Profa. Dra. Arminda Saconi Messias  
Coordenadora de Pesquisa

**ANEXO B**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título da pesquisa: Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos**

Eu \_\_\_\_\_ abaixo assinado(a), dou meu consentimento livre e esclarecido para a minha participação como voluntário(a) do projeto de pesquisa supracitado, sob a responsabilidade da pesquisadora Dra Cristina Maria de Souza Brito Dias, professora da Universidade Católica de Pernambuco (mestranda: Suzana Sofia M. Schettini).

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

1. O objetivo da pesquisa é efetuar um estudo sobre as dificuldades no processo educativo de filhos adotivos;
2. Participarei da pesquisa respondendo a um questionário com 42 perguntas abertas e fechadas, especificamente preparado para os fins da pesquisa.
3. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação na referida pesquisa.
4. Estou livre para interromper, a qualquer momento, a minha participação na pesquisa, a não ser que esta interrupção seja contra-indicada por motivo médico.
5. Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa, serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
6. Poderei contactar o Comitê de Ética da Unicap para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, o qual encaminhará o procedimento necessário.

Cidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Rg do(a) participante

Mestranda: Suzana Sofia Moeller Schettini

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias

Psicóloga – CRP 02/670